



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Monique das Neves Silva

**Jardins Acadêmicos: construindo territorialidades socioambientais
nas universidades públicas do Rio de Janeiro**

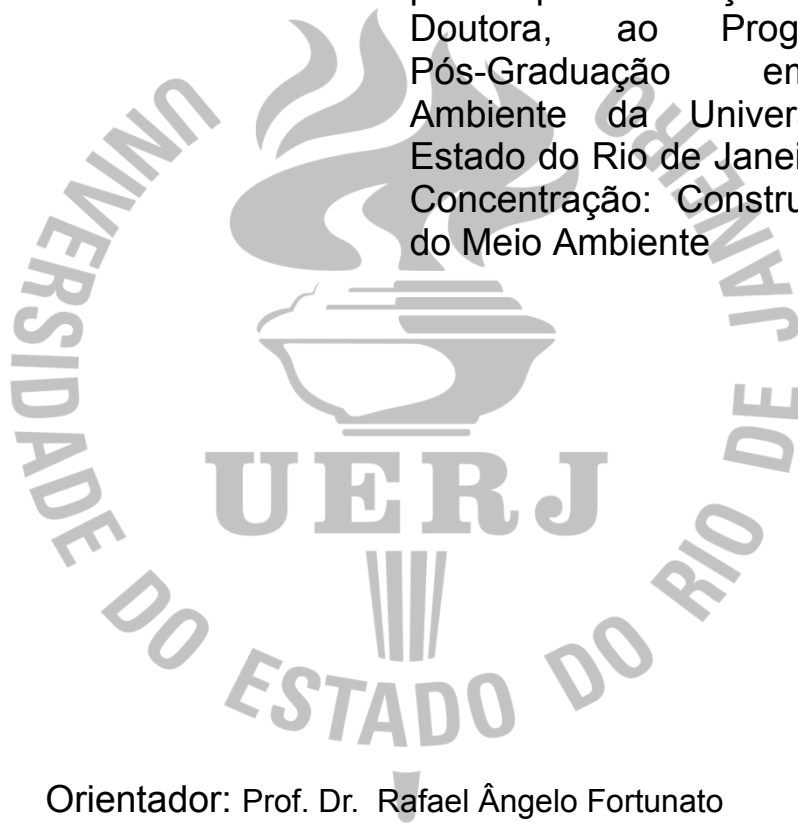
Rio de Janeiro

2026

Monique das Neves Silva

**Jardins Acadêmicos: Construindo Territorialidades Socioambientais nas
Universidades Públicas do Rio de Janeiro**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Construção social do Meio Ambiente



Orientador: Prof. Dr. Rafael Ângelo Fortunato

Rio de Janeiro

2026

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIÚS / BIBLIOTECA CTC-A

S586	Silva, Monique das Neves Jardins acadêmicos: construindo territorialidades socioambientais nas universidades públicas do Rio de Janeiro/ Monique das Neves Silva. – 2026. xxx f.: il. Orientador: Rafael Ângelo Fortunato Tese (Doutorado em Meio Ambiente) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro 1. Ecologia agrícola - Brasil - Teses. 2. Territorialidades – Teses. 3. Horticultura – Rio de Janeiro (RJ) - Teses. 4. Universidades e faculdades públicas – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. I. Fortunato, Rafael Ângelo. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. III. Título.
------	---

CDU

631.95

Patricia Bello Meijinhos CRB7/5217 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Monique das Neves Silva

**Jardins Acadêmicos: Construindo Territorialidades Socioambientais nas
Universidades Públicas do Rio de Janeiro**

Tese apresentada como requisito
parcial para obtenção do título de
Doutora, ao Programa de
Pós-Graduação em Meio
Ambiente da Universidade do
Estado do Rio de Janeiro. Área de
Concentração: Construção social
do Meio Ambiente

Aprovada em: 27 de abril de 2026

Banca examinadora:

Prof. Dr. Rafael Ângelo Fortunato (Orientador)
Instituto de Geografia - UERJ

Prof.^a Dra. Cristina Maria Pape
Instituto de Artes - UERJ

Prof.^a Dra. Clara Carvalho Lemos
Instituto de Geografia - UERJ

Prof.^a Dra. Cláudia Petry
Universidade de Passo Fundo - UFP

Prof. Dr. Gustavo Carvalhaes Martins Pontual
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Rio de Janeiro

2026

AGRADECIMENTOS

Aos meus ancestrais, raízes profundas que sustentam meu caminhar. Agradeço por cada passo dado antes de mim, pelo sangue que corre em minhas veias e pela sabedoria silenciosa que guia minhas mãos no plantio e na escrita. Sou a continuidade de seus sonhos e a voz que ecoa suas resistências.

Ao meu filho, Artur das Neves Silva Assaife, minha luz e meu porvir. Que você cresça em um mundo onde os jardins sejam as verdadeiras salas de aula, e que esta tese seja um registro do amor que plantei para colhermos um futuro mais justo e verde. Você é a minha maior floração.

A toda a comunidade da UERJ: professores, alunos e, com especial carinho, aos trabalhadores terceirizados e à equipe da Prefeitura da UERJ. O projeto Manga Rosa e esta pesquisa só existem porque vocês cuidam do chão em que pisamos. Agradeço a cada um que parou para trocar um saber, que protegeu uma muda ou que simplesmente sorriu ao ver a vida brotando no asfalto.

Aos coletivos e projetos que caminharam lado a lado, aos que nasceram dessa iniciativa e àqueles que, como sementes adormecidas, ainda hão de surgir. Que as territorialidades aqui descritas se multipliquem em redes infinitas de afeto e autonomia.

Ao Sol, que fornece a energia para a fotossíntese e para a minha coragem diária. À Lua, que rege os ciclos da terra, as marés e a intuição necessária para ser artista em um mundo de números.

À Mãe Natureza, minha maior mestra. Obrigada por me ensinar que o tempo da cura é o tempo do plantio e que não existe ciência sem reverência ao organismo vivo do qual somos parte.

E, por fim, a mim mesma. Pela persistência inabalável diante das tempestades, por não desistir quando o concreto parecia duro demais e por ter a coragem de ser artista entre cientistas e cientista entre artistas. Esta conquista é o fruto de uma terra que aprendi a arar com dignidade e amor.

Cada dia a natureza produz o suficiente para nossa carência. Se cada um tomasse o que lhe fosse necessário, não haveria pobreza no mundo e ninguém morreria de fome.

Mahatma Gandhi

RESUMO

SILVA, Monique das Neves. **Jardins Acadêmicos:** construindo territorialidades socioambientais nas universidades públicas do Rio de Janeiro. 2026. xxf. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2026.

Esta tese investiga a agroecologia urbana como prática socioterritorial em contextos de crise, com foco na emergência e no fortalecimento de jardins acadêmicos e de espaços públicos produtivos no município do Rio de Janeiro. Parte-se do entendimento de que universidades públicas constituem territórios estratégicos para a construção e a experimentação de práticas agroecológicas, atuando como centros de produção de conhecimento, espaços de cuidado coletivo e arenas de disputa simbólica. A pesquisa analisa os impactos das crises socioeconômicas intensificadas entre 2012 e 2025, que afetaram a permanência estudantil, a segurança alimentar e as dinâmicas de vida universitária, estimulando o surgimento de hortas colaborativas, mutirões produtivos, manejo de PANC e redes de solidariedade. Os jardins acadêmicos são compreendidos como territórios de conhecimento e resistência, articulando práticas de cultivo, metodologias participativas e trocas de saberes entre diferentes grupos sociais. A investigação adota abordagem etnográfica, observação participante, pesquisa documental e análise territorial para compreender como as coletividades constroem territorialidades e reinventam modos de vida por meio da produção de alimentos em áreas urbanas. Os resultados indicam que jardins acadêmicos e hortas comunitárias configuram práticas efetivas de soberania alimentar, educação ambiental crítica e construção coletiva do espaço, fortalecendo convivência, autonomia e pertencimento. Conclui-se que a agroecologia urbana, especialmente quando articulada às universidades públicas, transcende o cultivo e se afirma como estratégia estruturante para enfrentar desigualdades, ampliar a segurança alimentar, promover saúde coletiva e reconstruir o tecido social em tempos de crise. Assim, práticas agroecológicas urbanas mostram-se fundamentais para consolidar cidades mais justas, resilientes e sustentáveis.

Palavras-chave: agroecologia urbana; jardins acadêmicos; territorialidades; universidades públicas; soberania alimentar; espaços públicos; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

SILVA, Monique das Neves. **Academic Gardens: building socio-environmental territorialities in public universities in Rio de Janeiro**. 2026. xx f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2026.

This dissertation investigates urban agroecology as a socio-territorial practice in contexts of crisis, focusing on the emergence and strengthening of academic gardens and productive public spaces in the municipality of Rio de Janeiro. It is grounded in the understanding that public universities constitute strategic territories for the construction and experimentation of agroecological practices, functioning simultaneously as centers of knowledge production, spaces of collective care, and arenas of symbolic and political dispute. The research examines the impacts of socio-economic crises intensified between 2012 and 2023, which affected student permanence, food security, and everyday university life, thereby stimulating the creation of collaborative gardens, collective work efforts, PANC (non-conventional edible plants) cultivation groups, and solidarity-based food networks. Academic gardens are understood as territories of knowledge and resistance, articulating cultivation practices, participatory methodologies, and exchanges of knowledge among diverse social groups. Methodologically, the study adopts an ethnographic approach that combines participant observation, documentary research, and territorial analysis to understand how collectives construct territorialities and reinvent ways of living through food production in urban spaces. The findings indicate that academic gardens and community gardens constitute effective practices of food sovereignty, critical environmental education, and collective space-making, strengthening social coexistence, autonomy, and belonging. The dissertation concludes that urban agroecology—particularly when articulated through public universities—transcends food production and emerges as a key strategy to confront inequalities, expand food security, promote collective health, and rebuild the social fabric in times of crisis. Thus, urban agroecological practices are essential for advancing more just, resilient, and sustainable cities.

Keywords: urban agroecology; academic gardens; territorialities; public universities; food sovereignty; public spaces; Rio de Janeiro.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Boletim Informativo UERJ em Dia n.º 810 (2017), destacando o programa de extensão TURVIDA e a consciência socioambiental.

Figura 2 - Cartaz de divulgação do Cine-debate (10/11/2016): exibição do filme "O Veneno Está na Mesa II", de Silvio Tendler, organizada pelo Grupo de Agroecologia Manga Rosa UERJ.

Figura 3 – Folha de rosto da dissertação "Técnicas de sobrevivência: práticas de arte colaborativa em agroecologia". Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/18247>. Acesso em: 24 mar. 2026.

Figura 4 - Informativo UERJ em Dia n.º 759 (2016): Registro das atividades do Coletivo Manga Rosa na IV Semana de Meio Ambiente da UERJ. Disponível em: https://antigo.uerj.br/publicacoes/uerj_emdia/759/ARTE_UERJemDia_ed759.pdf. Acesso em: 23 mar. 2026.

Figura 5 - Tipologia da Rede Agroecológica Carioca: Matrizes e Fluxos de Articulação.

Figura 6 - Linha do tempo da expansão agroecológica no contexto universitário e urbano do Rio de Janeiro. O quadro destaca o papel das universidades públicas (UFRJ, UERJ, UFF, UFRRJ, UNIRIO) como polos de irradiação de práticas sustentáveis e formação de redes territoriais.

Figura 7 - Página inicial do capítulo de livro publicado na obra Territorialidades Socioambientais: Perspectivas e Desafios no Estado do Rio de Janeiro. DOI: <https://doi.org/10.53328/iole.9786554561234.008>.

Figura 8 - Capa e resumo do artigo "Desafios sobre os resíduos orgânicos em áreas urbanas: gestão comunitária e institucional". Revista Tamoios. DOI: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2026.85632>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/85632/57073>.

Figura 9 - Página de abertura do capítulo "Agroexperimentais Educativos #1: o projeto Jardim Antropofágico". Fonte: FRADE, Isabela Nascimento; SILVA, Monique das Neves. Linguística, Letras e Artes e as Novas Perspectivas dos Saberes Científicos, v. 3. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020, p. 225–237. Disponível em: <https://share.google/uRQQG5g3rIKHd62Xe>. DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.64520071218>.

Figura 10 – Matriz de integração metodológica: relação entre dimensões da pesquisa, técnicas de coleta de dados e fundamentação teórica aplicada ao estudo da agroecologia universitária.

Figura 11 – Página do caderno de campo com anotações sobre cronograma político, festivais e mapeamento de coletivos parceiros (MUDA, Capim Limão, Planta na Rua, entre outros).

Figura 12 – Anotações de reunião (05/02/2018) sobre o planejamento da Oficina de PANC e Cine-debate "As Sementes", evidenciando a autogestão e divisão de funções entre os membros do grupo.

Figura 13 – Circular CL 01 IGEOG/2016 (29/08/2016): solicitação formal de uso do solo para implementação da horta agroecológica no Campus Maracanã.

Figura 14 - Informativo Institucional "UERJ em Questão": Ocupação e Uso do Solo no Campus Maracanã. Disponível em: <https://www.uerj.br/wp-content/uploads/2019/04/957.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2026.

Figura 15 – Infográfico representativo da dinâmica funcional de um Sistema Agroflorestal (SAF): evidenciando a sucessão natural, a ocupação de estratos e a ajuda mútua entre espécies como alternativas à dependência de insumos químicos e agrotóxicos. Disponível em: <https://agroadvance.com.br/blog-agrofloresta-sistema-agrofloresta-ou-saf/>. Acesso em: 29 mar. 2026.

Figura 16 – Exemplo de canteiros elevados (raised beds) como tecnologia social para agricultura urbana.

Figura 17 – Esquema técnico de diferentes sistemas de rega por gotejamento e automação.

Figura 18 – Registro de atividade pedagógica (26/02/2018): Hugo Moleiro conduzindo um debate sobre "Onde estão as PANC?" em um espaço de arte colaborativa na UERJ.

Figura 19 – Composteira estruturada com paletes de madeira, projeto Manga Rosa (2016). A estrutura utiliza materiais reaproveitados para a decomposição de resíduos orgânicos do campus, integrando-se ao ciclo de nutrientes do jardim acadêmico.

Figura 20 – Detalhe de flores e folhagem da capuchinha (*Tropaeolum majus* L.), espécie de Planta Alimentícia Não Convencional (PANC) com alto valor estético e nutricional. Disponível em: <https://www.gardenersworld.com/plants/tropaeolum-majus-empress-of-india/>. Acesso em: 28 mar. 2026.

Figura 21 – Exemplar de assa-peixe (*Vernonanthia polyanthes*), espécie de Planta Alimentícia Não Convencional (PANC) e melífera, destacando a sua morfologia foliar e inflorescência. Disponível em: <https://www.sitiodamata.com.br/especies-de-plantas/assa-peixe-vermonia-polyanthes.html>. Acesso em: 28 mar. 2026.

Figura 22 - Representação das narrativas que compreendem a agroecologia como uma tecnologia de manejo regenerativo, enfatizando a exclusão de insumos químicos e a promoção da saúde ambiental e humana como pilares da segurança alimentar nos territórios estudados.

Figura 23 - Consolidação de falas que revelam a dimensão subjetiva da prática agroecológica, onde o cultivo da terra é percebido como um resgate ancestral e uma "trama de afetos" que fortalece a autonomia e o cuidado coletivo nas universidades e nos quintais urbanos.

Figura 24 - Síntese das definições que posicionam a agroecologia como ferramenta de luta política e territorial, evidenciando o papel da produção de alimentos na ocupação de vazios urbanos e no enfrentamento às lógicas do agronegócio por meio da soberania popular.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA: AGROECOLOGIA, UNIVERSIDADES E O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.	19
1.2 Territórios De Resistência: A Agroecologia Nas Universidades Públicas Do Rio de Janeiro.	30
1.3 Trajetórias E Memórias: A Construção Da Rede Agroecológica	32
1.4 Diálogos Institucionais E Visibilidade: O Papel Da Comunicação	34
2. ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM VIVA: A MATERIALIDADE DOS JARDINS ACADÊMICOS	38
2.1 A Geografia Dos Quintais Universitários	38
2.2 Interações Sociais E A Força Do Coletivo	39
2.3 Vozes E Saberes: As Histórias De Vida: A Narrativa Como Dado: Histórias Que Brotam Da Terra	39
2.4 O Diagnóstico Da Práxis: Análise Dos Questionários	40
2.5 Um Convite Ao Diálogo	40
3. RELEVÂNCIAS DO TEMA	41
3.1 A Relevância Da Práxis: Dimensões De Análise E Impacto	43
4. OBJETIVOS: A PRÁXIS INVESTIGATIVA E A CONSTRUÇÃO DO SABER	52
4.1 Objetivo Geral	52

4.2	Objetivos Específicos: A Arquitetura Da Investigação	53
5.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	56
5.1	Viabilidade De Execução: A Inserção Da Pesquisadora E A Práxis Investigativa	64
5.2	Agroecologias Em Transição: Do Convencional Ao Alternativo	65
5.2.1	Observação Participante E Diários De Campo	68
5.2.2	Entrevistas Semiestruturadas	68
5.2.3	Mapeamento Participativo E Sistematização Visual	69
5.2.4	Análise De Dados	69
6.	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TRANSFORMAÇÕES DA AGROECOLOGIA	70
7.	Entre O Eu E O Nós: Perspectivas Sobre A Vida Em Grupo	74
7.1	Mapeamento Dos Grupos	83
8.	JARDINS ACADÊMICOS COMO TERRITÓRIOS DE CONHECIMENTO E SUSTENTABILIDADE	85
9.	ESPAÇOS PÚBLICOS COMO TERRITÓRIOS AGROECOLÓGICOS	88
10.	ESTRATÉGIAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGROECOLOGIA URBANA CARIOCA	105
11.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	110
11.1	Perfil E Identidade Dos Coletivos: A Trama Humana: Quem Tece A Agroecologia Nas Universidades?	110

11.2	A Flora Da Resistência: Saberes Sobre Panc E O Manejo Do Comum	112
11.3	Perfil Sociodemográfico E Motivações: Mosaico De Identidades: Faixa Etária, Gênero E Escolaridade	113
11.4	O Peso Da Burocracia E A Falta De Suporte Técnico	115
11.5	Estratégias Para Superar Os Obstáculos	116
11.6	A Vivência Como Dado: A Fundação Do Manga Rosa E A Realidade Do Campo	117
11.7	A Ecologia Política Urbana No Cotidiano: Água E Poder No Campus	119
11.8	A Circulação De Sementes E Saberes: O Fluxo Entre UERJ, UFRJ e Cidade	120
11.9	Mapeando As Conexões: O Fluxograma Em Movimento	121
11.10	Territorialização Da Agroecologia No Espaço Urbano	152
11.11	Dinâmicas Organizativas E Desafios Estruturais	153
12.	A VOZ DO CHÃO: NARRATIVAS, PERCEPÇÕES E A TRAMA DOS AFETOS NA AGROECOLOGIA UNIVERSITÁRIA. DIÁLOGOS DE CAMPO: AS VOZES DAS ENTREVISTAS SOB A ÓTICA DA CARTOGRAFIA SENSÍVEL	162
	CONCLUSÃO	197
	REFERÊNCIAS	203
	ANEXO - Perguntas Das Entrevistas	212
	APÊNDICE A – Mapeamento Territorial	216

APÊNDICE B - Mapas Padrão E Via Satélite 218

APÊNDICE C - Registro de tela de apresentações em eventos
224

INTRODUÇÃO

A prática do cultivo e o exercício do trabalho produtivo não são apenas técnicas de manejo; são as bases que sustentam a própria vida. No contexto urbano, o ato de plantar se traduz em táticas de sobrevivência e em modos insurgentes de ocupar espaços ociosos, ressignificando-os por meio da agroecologia. Esta pesquisa, portanto, nasce de um enraizamento profundo: minha caminhada acadêmica, desde a monografia na graduação até a dissertação de mestrado, tem sido percorrida junto a esses mesmos sentidos e territórios. Essa ligação íntima não é um mero facilitador metodológico, mas a alma que anima esta tese, permitindo um encontro genuíno com redes e grupos que já se articulam há tempos na construção de outros futuros possíveis. Dentro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o asfalto e o concreto deram lugar a espaços de reunião e ação coletiva. Esses locais tornaram-se pontos de convergência onde a colaboração interinstitucional com outras universidades públicas do Rio de Janeiro floresce. Para captar a riqueza desses intercâmbios, a pesquisa utiliza o diálogo como ferramenta, empregando entrevistas semiestruturadas com líderes e participantes desses coletivos — sejam eles acadêmicos ou membros das comunidades que circundam o campus. O objetivo é desvelar as estratégias de colaboração mútua que surgem quando o saber acadêmico se dispõe a aprender com o saber popular.

Este trabalho compreende a questão ambiental como um vibrante campo de disputas simbólicas. Disputam-se aqui a territorialidade, os modos de produção e os sentidos do consumo. Fundamentada em um projeto interdisciplinar e interinstitucional, a tese investiga como a agroecologia e a produção de alimentos se tornam estratégias de resiliência em cenários de crise, como greves e pandemias. Nesses momentos de ruptura, esses jardins universitários deixam de ser apenas canteiros ociosos para se tornarem porto seguro de soberania e cuidado coletivo. A formação desses grupos agroecológicos transcende a produção de calorias. Trata-se da construção de comunidades, da promoção de uma sustentabilidade sentida no corpo e da conscientização política sobre a origem do que nos nutre. A relação entre o indivíduo e o alimento é o fio condutor que liga a biologia da manutenção da vida ao engajamento social. No projeto de agroecologia do grupo Manga Rosa na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e em

suas redes, o alimento é o elo que transforma o ato de comer em um gesto de liberdade e a universidade em um território de partilha e justiça alimentar.

Ao investigar como a ideia de produzir alimentos nos jardins da universidade cresceu e se expandiu para além da comunidade acadêmica, será explorado como a agroecologia pode se tornar uma força positiva para abordar questões alimentares em uma escala maior. Ao reconhecer e compreender a diversidade na formação de grupos agroecológicos universitários com base nos tipos de espaços disponíveis dentro dos campi, a pesquisa poderá capturar as nuances e os desafios específicos enfrentados por essas iniciativas em diferentes contextos. Essa compreensão é essencial para o desenvolvimento de abordagens eficazes de agroecologia que levem em consideração as condições locais e as necessidades das comunidades envolvidas. Ao observar a rotina dos jardins e hortas nas instituições, percebo um movimento de resistência contra o que Marc Augé (1994) define como não-lugar. Muitas vezes, os espaços universitários são tratados apenas como áreas de fluxo, desprovidas de história ou pertencimento. No entanto, o ato de plantar uma PANC ou organizar um mutirão interrompe esse vazio. É nesse manejo que floresce a topofilia (TUAN, 2012); o espaço genérico ganha nome, cheiro e memória, transformando-se em um território afetivo. Onde antes havia apenas um corredor de passagem, a agroecologia cria um lugar de parada e encontro, provando que a relação com a terra é capaz de humanizar até as estruturas mais rígidas de concreto.

Alguns espaços ajardinados nas universidades foram transformados em locais de reuniões e ações coletivas, também de forma experimental. Os espaços em questão serviram de experimentos e empenho militante estudantil transformadores e autotransformadores que passaram por mutirões, cine-debates, grupos de estudos, reuniões, feiras e oficinas. A transformação de espaços ajardinados dentro das universidades em locais de reuniões e ações coletivas, incluindo experimentos, é uma abordagem valiosa para promover a agroecologia e engajar a comunidade acadêmica. Esses espaços podem servir como locais multifuncionais que fomentam a colaboração, a aprendizagem e a conscientização. Além disso, eles podem desempenhar um papel crucial na autotransformação e no ativismo estudantil. Essa transição entre o que Marc Augé (1994) define como o não-lugar institucional — espaços de passagem cinzas e despersonalizados — e a construção de um território vivo se dá, na prática, através do manejo agroecológico.

Para Gliessman (2007), a agroecologia não é apenas uma técnica singular, mas um processo consciente de respeito aos ciclos da natureza que, ao ser aplicado no ambiente urbano, subverte a lógica do vazio. Ao priorizar a recuperação dos solos, a gestão hídrica e a proteção da saúde de quem produz e consome, essas práticas devolvem a dignidade biológica e social aos espaços públicos (ALTIERI, 1995). É nesse cuidado cotidiano com o canteiro e com as redes de solidariedade que o espaço geográfico se converte em lugar; a técnica agroecológica torna-se, portanto, o suporte material para o florescimento da topofilia (TUAN, 2012). Onde antes havia apenas o fluxo impessoal da universidade, o cultivo das PANC e o encontro nos mutirões estabelecem um elo afetivo profundo, transformando áreas ociosas em autênticos territórios de pertencimento e resistência.

Na pesquisa científica, o rigor metodológico é fundamental para garantir a confiabilidade dos resultados. Nesse sentido, conceitos como repetição, casualização e controle local, apresentados por Fisher (1971), constituem a base da experimentação científica moderna. Esses princípios permitem minimizar vieses, reduzir a influência de fatores externos e assegurar que os efeitos observados sejam de fato atribuídos aos tratamentos avaliados. No desenvolvimento desta pesquisa, adotaram-se metodologias etnográficas complementares que possibilitam uma compreensão aprofundada das dinâmicas sociais e produtivas dos grupos investigados. A observação participante, considerada central na tradição etnográfica (SPRADLEY, 1980), permitiu acompanhar práticas cotidianas, interações e significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações. Foram conduzidas também entrevistas semiestruturadas em profundidade, que possibilitaram captar narrativas, experiências e interpretações individuais e coletivas (BERNARD, 2011). O uso sistemático de diários de campo, conforme orientam Emerson, Fretz e Shaw (2011), assegurou o registro minucioso das observações e reflexões produzidas no campo. A pesquisa incorporou ainda a pesquisa-ação, entendida como um processo colaborativo de construção de conhecimento e transformação social (THIOLLENT, 1996), e procedimentos de narrativas, fundamentais para compreender trajetórias e processos identitários no interior dos grupos (BERTAUX, 2005). Além dessas técnicas, foram aplicados mapeamentos participativos, que possibilitaram representar territorialidades, práticas produtivas e percepções locais sobre o ambiente (ACSELRAD, 2008). A articulação dessas metodologias, somada a práticas de experimentação participativa alinhadas aos princípios clássicos da

experimentação científica — repetição, casualização e controle local (FISHER, 1971) — forneceu uma compreensão abrangente, situada e plural das práticas, valores e estratégias adotadas pelos grupos ao longo do processo investigativo. Isso não beneficia apenas a população acadêmica, mas também pode ampliar esses benefícios à comunidade externa. Ao tornar os espaços ocupados dentro das universidades mais acessíveis, independentemente da condição acadêmica, você promove a equidade. Isso pode incluir estudantes, professores, funcionários e membros da comunidade local. A distribuição justa de bens ambientais, como alimentos produzidos nos jardins da universidade, garante que esses recursos sejam compartilhados de maneira equitativa entre os envolvidos.

Em parceria com institutos distintos dentro da universidade, conseguimos criar a Feira Agroecológica da UERJ, trazendo sempre um coletivo de agricultores familiares do entorno do Rio de Janeiro, das zonas mais rurais como zona oeste e adjacências. A criação da feira agroecológica da UERJ é um exemplo notável de como o grupo está contribuindo para a promoção da agricultura familiar e da sustentabilidade. Essa feira não apenas oferece produtos agrícolas saudáveis, mas também promove a troca de mudas, sementes e cultura, criando uma comunidade em torno da agroecologia. Durante todo o processo, que incluía a participação ativa e a colaboração em oficinas e técnicas, limpezas e educação em grupo em parceria com outras universidades, tivemos a oportunidade de trocar experiências em sítios, congressos agroecológicos e semanas sobre meio ambiente. Exemplos disso são nossos encontros com o Projeto MUDA da UFRJ, que possui uma área experimental chamada Laboratório Vivo de Agroecologia e Permacultura (LAVAPER - UFRJ). Associamos essa ajuda mútua com o Mutirão de Agroecologia (MUDA) UFRJ que foi pioneiro neste tipo de projeto, surgido em 2009 por iniciativa dos estudantes de Engenharia Ambiental da UFRJ. O MUDA esteve presente em nossas oficinas e mutirões, trazendo sua experiência e vivências por diversas vezes. Também fazem parte da pesquisa: o Projeto Capim Limão, rede de Agroecologia também da UFRJ; GABU - Grupo de Agroecologia Bondinho da Urca e Agrofloresta da Urca; Espaços Verde ESDI, campus da UERJ, na Lapa; Horta Comunitária do Grajaú; Planta na Rua RJ, Feira Agroecológica na UERJ; mercado Fundação Sustentável; MST - Movimento dos Sem Terra; Hortinha da PV, na Praia Vermelha; Associação Indígena Aldeia Maracanã - AIAM; Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro - AARJ; Rede Carioca de Agricultura Urbana;

Articulação Nacional de Agroecologia - ANA; ocupa UERJ; UERJ Resiste; Coletivo Zarabatana; Horta do Vinil; todos colaboraram com a construção do projeto em diferentes vertentes.

Para guiar o leitor nesta travessia entre o asfalto e a terra, esta tese organiza-se como um caminho percorrido em três grandes momentos: introdução, desenvolvimento e conclusão. Iniciamos com a Contextualização da pesquisa, onde os espaços de aprendizagem viva são apresentados em sua relevância temática, delineando nossos objetivos e os procedimentos metodológicos que sustentam o olhar cartográfico. No desenvolvimento, mergulhamos nos fundamentos históricos e na dimensão sensível do fazer coletivo, transitando 'entre o eu e o nós' para compreender os jardins acadêmicos como territórios de resistência e produção de vida. Investigamos as estratégias públicas de ocupação e, finalmente, chegamos aos resultados e discussões, onde 'a voz do chão' — manifesta nos relatos das lideranças — revela a força das redes tecidas. O percurso encerra-se na conclusão, reafirmando a universidade como solo fértil para a justiça alimentar e a emancipação social.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA: AGROECOLOGIA, UNIVERSIDADES E O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.

Minha caminhada até estes jardins não se deu por um caminho linear, mas por um processo de enraizamento que atravessa diferentes campos do saber e do sentir. Como artista e cientista, compreendo que a pesquisa acadêmica não é um ato isolado de observação, mas um entrelaçamento profundo entre a vida de quem pesquisa e o território pesquisado. Minha formação inicial em Artes Visuais e o Mestrado em Arte e Cultura Contemporânea me deram as lentes para enxergar o espaço público não apenas como geografia, mas como estética relacional e campo de possibilidades simbólicas. Foi através desse olhar que percebi que o ato de plantar em uma universidade de concreto é, antes de tudo, uma performance de resistência e uma reescrita da paisagem urbana.

Simultaneamente, o percurso pelas Ciências da Performance Humana e a especialização em Yoga e Medicina Ayurveda trouxeram a dimensão do corpo como o primeiro território que habitamos. Compreendi que a saúde humana é indissociável da saúde do solo; que o manejo de uma horta é uma prática terapêutica e a soberania alimentar é a base para qualquer autonomia individual ou coletiva.

Este doutorado em Meio Ambiente, portanto, é o ponto de convergência dessas águas. Ao coordenar o projeto Manga Rosa na UERJ, não estive apenas ocupando um cargo de gestão ou pesquisa; estive vivenciando a agroecologia como uma "guerrilha botânica" que une o rigor acadêmico à sensibilidade artística e ao cuidado integral com a vida. Esta tese é escrita, portanto, por uma pesquisadora que tem as mãos sujas de terra e o olhar atento às subjetividades que florescem entre os canteiros, movida pela convicção de que os jardins acadêmicos são laboratórios de novos mundos possíveis.

Nesses anos que se passaram (2012-2025), participamos e organizamos diversos eventos como: Oficina de verão de Jardinagem na Coordenadoria de Artes e Oficinas de Criação da Uerj (COART); calourada nas Semanas de Biologia UERJ e UFRJ; Oficina de sabão artesanal; participação na organização do Encontro Regional dos Grupos de Agroecologia (ERGA) e do Congresso Intercultural de

Resistência dos Povos Indígenas e Tradicionais do Maraka'nà (COIREM); Oficina de tijolos ecológicos na aldeia Maraka'nà; Festival de Agroecologia Metropolitana do Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ); mutirão agroecológico na Escola Superior de Desenho Industrial da UERJ (ESDI); mutirão agroecológico na UFRJ; vivências em sítios de Agroecologia familiar em Santa Rita - Teresópolis (Figura 1); reuniões de planejamento de atividades; mutirão de outono das Hortaliças; mutirão Manga Rosa permacultura é resistência; mutirão Ara Pyaú, A primavera chegou no Sumá; mutirão de preparação de canteiros; mutirão do espaço Caramujo; feira do Festival de Agroecologia Metropolitana; grupo de estudos Manga Rosa UERJ compostagem; mutirão revitalizante; aula prática de coleta de solo para análise; troca de mudas; mutirão das artes; UERJ na Praça; apresentação de trabalhos no semana de ocupação ambiental da COART (ECOAR UERJ); oficina de horta em garrafa pet; V Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária; oficina com alunos da Escola Municipal República Argentina; Cine-debates com os filmes: “As Sementes, mulheres na Agroecologia”, “Ilha das Flores”, “O veneno está na mesa” (Figura 2), “O veneno está na mesa II”, publicações de artigos, etc.

Figura 1 - Boletim Informativo UERJ em Dia n.º 810 (2017), destacando o programa de extensão TURVIDA e a consciência socioambiental.

UERJ *em dia*

BOLETIM SEMANAL
16 a 22 de outubro de 2017
Ano XX • Nº 810

Programa de extensão de turismo solidário promove formação interdisciplinar e humanizada para os estudantes da UERJ

Criado em 2012, o projeto de turismo solidário do programa de extensão TURVIDA é uma iniciativa do Departamento de Turismo (DTur), dentro do Instituto de Geografia (IGEOG). Seu objetivo é contribuir com o desenvolvimento das localidades visitadas, ressaltando seu potencial turístico e despertando uma consciência socioambiental. “Primeiro buscamos formar, como pessoas e comunidades, os moradores que vivem em lugares onde é possível desenvolver atividade turística. E, depois, nós pretendemos levar os turistas até esses lugares”, explicou Rafael Ângelo Fortunato, professor do IGEOG e coordenador do projeto. “Geralmente, nós trabalhamos com comunidades que têm certa dificuldade econô-



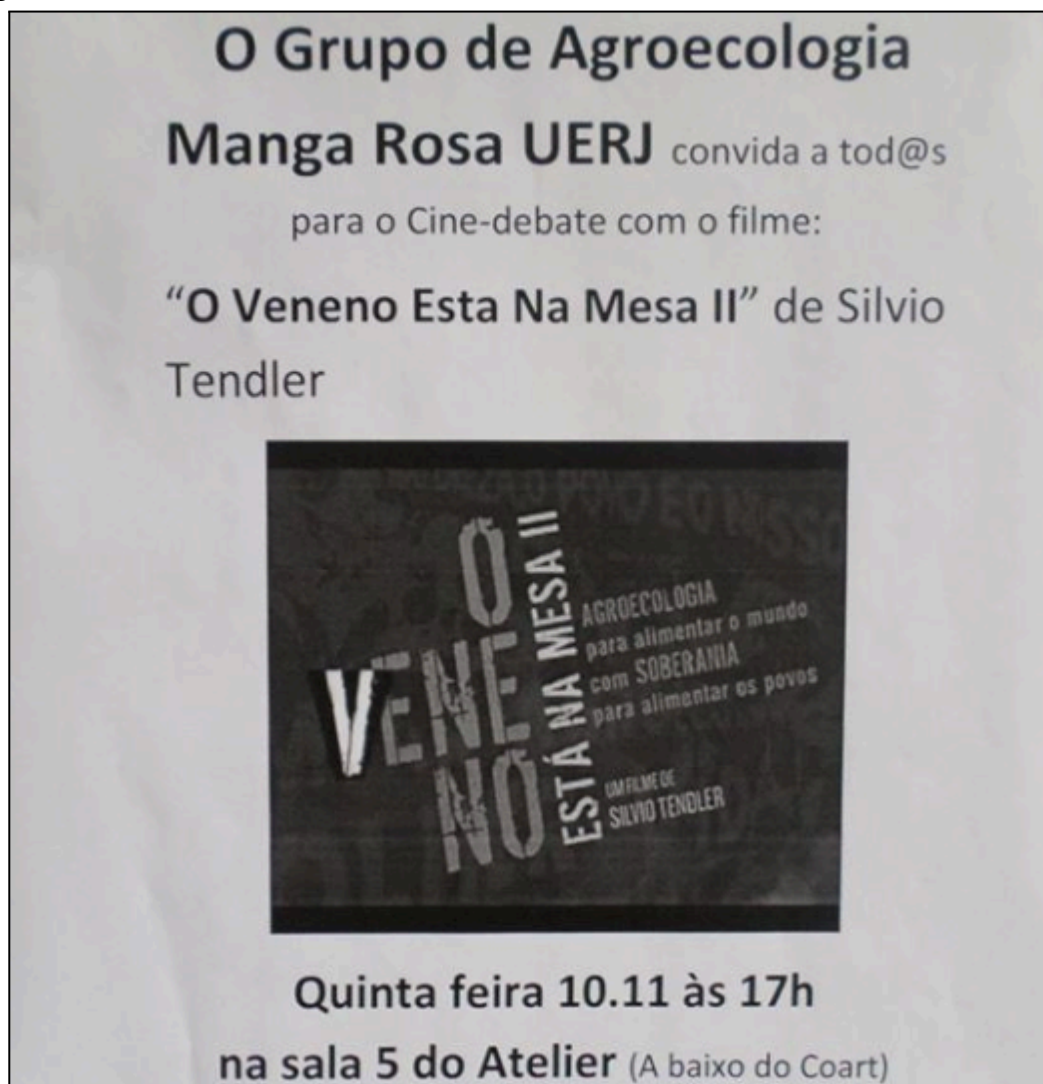
Grupo de agroecologia Manga Rosa visita projeto de turismo solidário em Santa Rita, Teresópolis

aqui. Eles se chamam grupo Manga Rosa. Foi a realização de uma espécie de sonho que eu tinha com o projeto, porque é um trabalho multidis-

outro. Aí você beneficia toda uma comunidade em torno dessa atividade turística”, acrescentou. Segundo o coordenador do projeto, o

Fonte: UERJ, 2017.

Figura 2 – Cartaz de divulgação do Cine-debate (10/11/2016): exibição do filme "O Veneno Está na Mesa II", de Silvio Tandler, organizada pelo Grupo de Agroecologia Manga Rosa UERJ.



Fonte: Arquivo de pesquisa da autora, 2016.

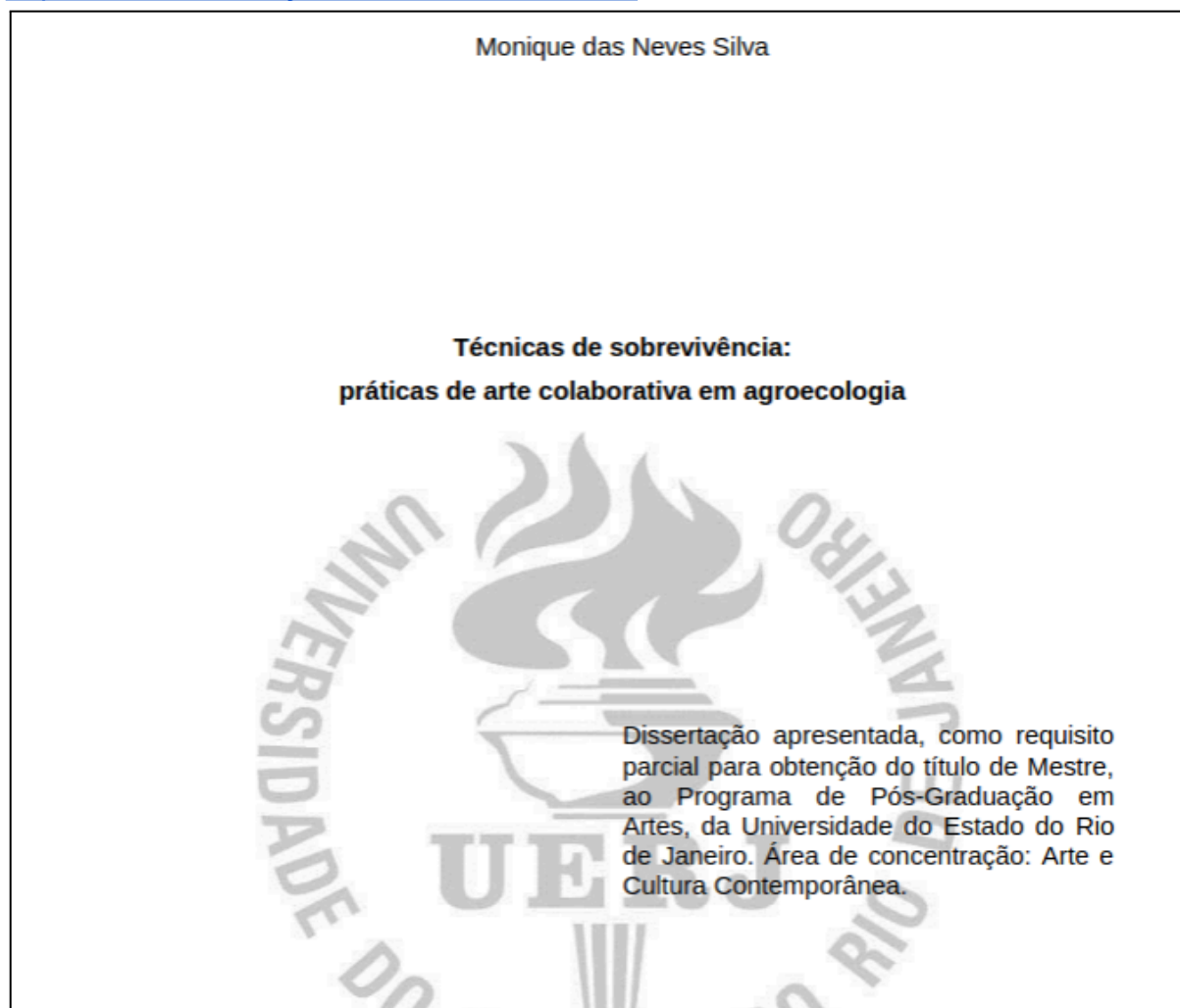
A participação ativa do grupo de Agroecologia Manga Rosa em eventos nacionais, como o 1º Encontro Nacional de Agricultura Urbana (ENAU) em 2015, demonstra o impacto e o alcance das iniciativas do grupo. A utilização de canteiros no campus da UERJ para aulas práticas e oficinas nesse evento, envolvendo mais de 250 representantes de organizações e agricultores de todo o país, é um testemunho do comprometimento do grupo com a promoção da agroecologia. A colaboração com várias entidades, incluindo a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana e o Fórum Brasileiro de Soberania

Alimentar e Nutricional (FBSSAN), destaca como as iniciativas do grupo estão conectadas a uma rede mais ampla de organizações comprometidas com a agricultura urbana e a soberania alimentar. A participação de grupos de agroecologia de outras faculdades no Rio de Janeiro, bem como a formação de novos grupos como resultado desses encontros, demonstra o impacto inspirador do trabalho do Manga Rosa. A colaboração intra- e interuniversitária é valiosa para compartilhar conhecimento e promover a agroecologia. A colaboração com professores de diversos departamentos, como o Instituto de Artes, Geografia, Nutrição e Biologia, destaca a interdisciplinaridade do grupo. Essa colaboração permite uma abordagem abrangente que combina arte, ciência e pesquisa, proporcionando uma riqueza de perspectivas.

A articulação entre as oficinas, as performances e a produção acadêmica revela como o coletivo tece fios entre a arte e a pesquisa de campo, transformando o espaço em um laboratório vivo. Mais do que simples registros, o uso de mídias físicas e digitais funciona como uma memória ativa do grupo, capturando as metamorfoses e os impactos das nossas ações ao longo do tempo. Essa presença multifacetada — que transita das redes sociais aos periódicos universitários — não busca apenas a divulgação, mas sim a construção de uma esfera pública de diálogo, onde o saber agroecológico transborda os muros da universidade e ganha eco em diferentes públicos.

É impressionante a quantidade de eventos, atividades e iniciativas que foram organizados ao longo dos anos. Isso demonstra um comprometimento notável com a agroecologia, a sustentabilidade e a conscientização ambiental na UERJ e nas comunidades circundantes. Além disso, essa lista de atividades reflete um amplo alcance e diversidade de esforços, desde oficinas práticas, mutirões e palestras até festivais, debates, artigos, capítulos de livros, participações em congressos, seminários, encontros, trabalhos finais de curso, dissertação (Figura 3) e tese.

Figura 3 – Folha de rosto da dissertação "Técnicas de sobrevivência: práticas de arte colaborativa em agroecologia". Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/18247>. Acesso em: 24 mar. 2026.



Fonte: Silva, 2021.

A fundamentação desta tese encontra sustentação em uma série de eventos e publicações anteriores que consolidam o amadurecimento das reflexões aqui apresentadas. Esse percurso acadêmico é marcado por investigações que transitam entre a teoria e a intervenção prática, como as análises sobre o 'jardim antropofágico' e os espaços relacionais iniciadas em 2019 (SILVA, 2019). Mais recentemente, a organização de seminários no âmbito do PPGMA (SILVA, 2023) e a contribuição em capítulos de livros sobre as territorialidades socioambientais no Rio de Janeiro (FORTUNATO et al., 2025) serviram como laboratórios fundamentais para o refinamento do meu objeto de estudo. Além da produção escrita, a

participação em conferências de políticas públicas (SILVA, 2024) e a circulação de saberes em mídias universitárias (SILVA; MARTINS, 2019) (Figura 4) reforçam o caráter extensionista e a solidez desta pesquisa.

Figura 4 - Informativo UERJ em Dia n.º 759 (2016): Registro das atividades do Coletivo Manga Rosa na IV Semana de Meio Ambiente da UERJ. Disponível em: https://antigo.uerj.br/publicacoes/uerj_emdia/759/ARTE_UERJemDia_ed759.pdf. Acesso em: 23 mar. 2026.

Estudantes da UERJ criam grupo de agroecologia

A busca por hábitos de vida cada vez mais saudáveis vem sendo almejada, atualmente, por pessoas de diferentes faixas etárias e classes sociais. E, quando se fala em alimentação, essa realidade não poderia ser diferente. Embora cada vez mais presente nas feiras livres e nos supermercados, o consumo de frutas, legumes, verduras e carnes livres de agroquímicos ainda não atingiu plenamente todos os lares brasileiros. A produção de alimentos saudáveis, de modo sustentável e integrado ao ecossistema, é o objetivo da agroecologia.

Desde outubro do ano passado, um grupo de estudantes, oriundos de diferentes unidades acadêmicas, começou a ter uma preocupação especial com a saúde dos sistemas produtivos. A proposta era criar um espaço onde fosse possível fazer experimentações e, simultaneamente, promover discussões teóricas sobre agricultura orgânica, reforma agrária, questão indígena, entre outros assuntos correlatos. Para isso, o local escolhido foi o Pomar UERJ, uma área de cerca de 400 m² vizinha ao portão 1 e ao estacionamento do Teatro Odylo Costa, filho, criado pela Prefeitura dos campi há oito anos. Rebatizado de Espaço Sumá, em referência à deusa da agricultura na mitologia tupi-guarani, a troca simbólica teve como objetivo marcar o início das atividades do grupo no local.



Renato Martins (à esq.) e Pedro Cooper fazem parte do grupo comunitário que atua junto às unidades e aos centros acadêmicos da UERJ

para manutenção do espaço, além de novos plantios, colheita e transplante de mudas adquiridas pelos próprios voluntários.

Pedro Pagliaro Cooper, aluno do 3º período de Licenciatura em Educação Física, é um dos membros mais antigos do grupo que hoje atua no Espaço Sumá. A experiência numa rede de consumo de produtos de base agroecológica estimulou o estudante a mobilizar colegas e outros voluntários para a construção de uma iniciativa coletiva e ecologicamente viável. “As pessoas hoje são muito afastadas de uma coisa que é vital para a gente que é a alimentação. Elas vão para o mercado, não têm também nenhum tempo pra pensar de onde vem aquela comida. É como se a produção nascesse no mercado”, explicou. Já Renato Martins, do 7º período do Bacharelado em Biologia, conta que o cur-

Infelizmente, a gente meio que naturalizou uma série de coisas absurdas na forma de ser e agir”, disse.

Há pouco mais de seis meses, os discentes decidiram buscar assistência na própria UERJ. O apoio técnico inicial veio do Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes (IBRAG) e, mais recentemente, do Departamento de Turismo, vinculado ao Instituto de Geografia (IGEOG). Já a cessão definitiva do espaço está em processo de negociação junto à Prefeitura dos campi.

O engenheiro agrônomo Sebastião Neto, do Departamento de Biologia Vegetal do IBRAG, é um dos professores que vem dando suporte ao grupo de agroecologia. Segundo ele, existe a proposta de formalizar a criação de um grupo de estudos sobre agroecologia na UERJ, além da oferta futura de uma disciplina eletiva universal sobre o tema. “A agroecologia sempre existiu. É uma prática milenar. O desafio é usar essas iniciativas para transformar as realidades. Aqui na UERJ, por exemplo, temos como vizinha uma comunidade extremamente carente de recursos. A partir do momento em que você desenvolve modelos de baixo custo será possível exportar isso para fora dos muros. E, dependendo também do objetivo, até atender uma realidade interna nossa, ou seja, através do Restaurante Universitário”, analisou o docente,

Fonte: UERJ, 2016.

Assim, as discussões sobre as reapropriações cotidianas e as disputas territoriais no ambiente universitário (SILVA, 2025) não partem de uma premissa isolada, mas de um corpo de trabalho contínuo, testado e legitimado por pares acadêmicos e pela vivência direta nos territórios estudados. Minha produção escrita e a participação em fóruns científicos não são apenas etapas burocráticas, mas sim o exercício de compartilhar e testar as hipóteses que fundamentam esta tese. Ao publicizar os resultados parciais sobre as práticas agroecológicas, busco alimentar um ciclo de troca de conhecimentos que valida a solidez e a relevância social da

pesquisa que venho desenvolvendo. Essas iniciativas contribuem para uma educação significativa e para o engajamento da comunidade em questões de agricultura sustentável, meio ambiente e conscientização cultural. As atividades realizadas, como aulas práticas, mutirões agroecológicos e cine-debates, têm um impacto direto na promoção de práticas ecológicas e na disseminação de informações importantes. Através desse amplo leque de atividades, foi criado um ambiente de aprendizado dinâmico e enriquecedor na universidade, além disso, o que é fundamental para a promoção da sustentabilidade e da consciência ambiental. A lista de eventos e iniciativas abrange uma variedade impressionante de atividades relacionadas à agroecologia, educação ambiental e promoção da sustentabilidade. Essas ações demonstram um engajamento ativo em questões socioambientais, bem como um desejo de compartilhar conhecimento e práticas com a comunidade acadêmica e além. Desde oficinas práticas de jardinagem e sabão artesanal, eventos acadêmicos, cine-debates, aulas práticas de coleta de solo, a diversidade de esforços destaca o compromisso do grupo com a conscientização, a educação e a mudança cultural. Também é importante notar a colaboração com outras instituições e a participação em eventos regionais e interculturais. Essas parcerias ampliam o impacto do trabalho do Manga Rosa. A sistematização de textos e a contribuição ativa para o campo da agroecologia reafirmam meu compromisso com a ciência aberta e colaborativa. Esse corpo de publicações serve como lastro para o debate aqui proposto, garantindo que a tese esteja em constante diálogo com as urgências e as transformações do território.

Compreender que a formação de grupos na área da agroecologia se desenvolve de maneiras diversas, influenciadas pelos tipos de espaços disponíveis, é uma observação importante. A relação entre o indivíduo e o alimento desempenha um papel central nesse processo. Diferentes tipos de espaços, sejam eles pequenos jardins urbanos, terrenos rurais ou áreas numa instituição acadêmica como a UERJ, oferecem oportunidades diversas para o cultivo de alimentos. Essa diversidade de espaços impacta como os grupos agroecológicos se organizam e operam. O relacionamento do indivíduo com o alimento é uma parte fundamental da agroecologia que, para além de um método produtivo, estabelece um processo de alfabetização ecológica que nos permite compreender a origem do que nos nutre e os ciclos que sustentam a vida. Essa aproximação com o alimento não é meramente técnica; ela fundamenta um elo sensível com os bens comuns e posiciona os grupos

agroecológicos como autênticos agentes de mudança política. Ao reivindicarem sistemas alimentares justos e o acesso equitativo à terra e à saúde, esses coletivos subvertem a lógica da degradação ambiental e do uso indiscriminado de agrotóxicos, alinhando-se a uma urgência global de regeneração dos recursos naturais. Nesse cenário, a diversidade de grupos e projetos que compõem esta investigação revela a força de uma colaboração que transborda os muros institucionais. Cada entidade aqui articulada aporta vivências e perspectivas que enriquecem a compreensão das territorialidades socioambientais, transformando a rede de cooperação em um motor para mudanças efetivas na nossa relação com o meio. Esta abordagem coletiva é a prova de que a pesquisa e a ação em agroecologia são esforços indissociáveis, que integram o saber acadêmico ao pulsar da sociedade civil. Assim, a lista que se segue compõe um mosaico da agroecologia urbana no Rio de Janeiro — um mapa onde a técnica se funde ao movimento político e pedagógico.

Abaixo, apresento a dinâmica de colaboração entre os grupos:

A. Grupos Universitários (Extensão e Pesquisa)

Esses grupos operam dentro das universidades (**UERJ**, **UFRJ**, **UFF**, **UFRRJ**, **UNIRIO**). Sua função principal é a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, servindo como laboratórios vivos (mapas e localizações no APÊNDICE 1).

UERJ: Manga Rosa, FAU (Feira Agroecológica), Espaços Verdes ESDI.

UFRJ: Projeto MUDA, REDE de Agroecologia, Projeto Capim-limão, Hortinha da PV, Feira Agroecológica da UFRJ.

UFF: MÃE (Mutirão de Agricultura Ecológica).

UFRRJ: GAE (Grupo de Agricultura Ecológica).

UNIRIO: GABU (Urca).

Interinstitucionais/Laboratórios: LaVaPer (focado em permacultura e design sustentável).

B. Grupos Não Universitários (Sociedade Civil e Movimentos)

Aqui estão os movimentos sociais, coletivos de bairro, associações de agricultores e órgãos de incidência política.

Movimentos Sociais e Territoriais: MST, Associação Indígena Maracanã, Muda Maré, Horta Comunitária Grajaú, Horta do Vinil, AFU (Agrofloresta da Urca), Planta na Rua.

Articulação e Política: ANA (Articulação Nacional), AARJ (Articulação Estadual), Rede Carioca de Agricultura Urbana, CNA, FBSSAN.

Comercialização e Cultura: Mercado Fundação Sustentável, Coletivo Zarabatana.

Como eles se conectam em rede? A conexão acontece mediante um fluxo de troca de saberes, sementes e apoio político. Não é uma hierarquia, mas uma teia (Figura 5) :

A "Ajuda" Mútua:

Universitários → Não Universitários: As universidades oferecem o suporte técnico, a sistematização da experiência (pesquisa clínica e social) e o espaço físico para feiras (como a FAU ou a Feira da UFRJ). O Projeto MUDA ou o Manga Rosa, por exemplo, levam estudantes para mutirões em hortas comunitárias, oxigenando o movimento com mão de obra e conhecimento científico.

Não Universitários → Universitários: Movimentos como o MST ou a Rede Carioca fornecem a base prática e a "realidade do campo". Eles ensinam aos acadêmicos que a agroecologia é ancestral e política, não apenas biológica. A Associação Indígena Maracanã traz a perspectiva da retomada territorial e sementes crioulas.

As Grandes Redes de Sustentação: As conexões mais amplas ocorrem em instâncias de articulação.

AARJ e ANA: Funcionam como o "guarda-chuva" político. Se o governo tenta retirar uma horta urbana, é através da AARJ que os grupos universitários e os coletivos de bairro se unem para protestar e criar leis de proteção.

FBSSAN: Conecta a produção dessas hortas com a pauta da Soberania Alimentar, garantindo que o que se planta no Grajaú ou na Maré seja discutido como política de combate à fome.

Rede Carioca de Agricultura Urbana: É o elo logístico e afetivo de quem planta na capital, unindo a Horta do Vinil à Agrofloresta da Urca.

Quadro 1- Categorias e funções de redes catalogadas

Figura 5 - Tipologia da Rede Agroecológica Carioca: Matrizes e Fluxos de Articulação.

Categoria	Função na Rede	Exemplos Catalogados
Matriz Universitária	Produção de conhecimento, extensão e formação de quadros técnicos.	Manga Rosa (UERJ), Projeto MUDA (UFRJ), GAE (UFRRJ).
Matriz Territorial	Resistência política, soberania alimentar e gestão direta do solo.	Muda Maré, Horta do Vinil, Associação Indígena Maracanã.
Articulação e Incidência	Conexão entre polos, logística de sementes e pressão política.	ANA, AARJ, Rede Carioca de Agricultura Urbana.

Fonte: Elaborado pela autora com base no mapeamento da pesquisa, 2016.

É importante destacar que este mapeamento, embora mostre a força da agroecologia no Rio de Janeiro, não pretende esgotar o assunto. As redes sociais e territoriais da cidade são muito vivas e complexas, por isso, reconheço que podem existir diversos coletivos, hortas e grupos de afinidade que não foram catalogados nesta etapa. Essa ausência pode ocorrer por diversos fatores, incluindo:

Assimetrias de Informação: A dificuldade de acesso a determinados fluxos de comunicação ou a falta de presença digital de grupos estritamente locais.

Caráter Informal: Iniciativas que operam de forma espontânea nos territórios e que nem sempre se autodeclaram como "grupos" ou "coletivos" dentro das esferas institucionais pesquisadas.

Limitações do Recorte: As fronteiras da desinformação ou do isolamento geográfico e social de certas periferias, que podem manter experiências valiosas fora do radar acadêmico tradicional.

Portanto, este registro deve ser compreendido como uma fotografia processual, aberta a futuras atualizações e reconhecendo a legitimidade das experiências que, porventura, não figuram nesta listagem formal.

1.2 Territórios De Resistência: A Agroecologia Nas Universidades Públicas Do Rio De Janeiro

Este percurso investigativo não se inicia entre quatro paredes, mas com o pé no chão e no contato sensível com a terra. É essa experiência direta com o cultivo e com as comunidades que fundamenta o olhar crítico e afetivo que lanço sobre a agroecologia nesta tese. Ao observar o cenário das universidades públicas do Rio de Janeiro entre 2012 e 2025, percebi que os campi não são apenas locais de circulação de teorias, mas campos de disputa territorial e resistência socioambiental. Como bem aponta Milton Santos (2002), o espaço é formado por um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Nas nossas universidades, esses "objetos" — as hortas e os jardins — ganham vida e significado através das "ações" coletivas, com os mutirões e as trocas de saberes. Criar o grupo Manga Rosa na UERJ e fazer parte do Projeto MUDA na UFRJ me permitiu compreender que o plantio urbano em solo acadêmico é uma resposta direta à crise civilizatória contemporânea. Não se trata meramente de plantar comida; trata-se de semear o "direito à cidade universitária" e de reivindicar um espaço que é, por definição, público e transformador.

A compreensão da práxis agroecológica no ambiente universitário exige o reconhecimento de que as cidades modernas operam sob uma lógica de isolamento

em relação aos ciclos naturais. Este fenômeno, que a teoria ecológica crítica denomina como fratura metabólica (FOSTER, 2005), descreve o rompimento do intercâmbio material entre a sociedade e o solo: extraímos nutrientes da terra, consumimos nos centros urbanos e descartamos os resíduos como poluição, quebrando a circularidade da vida. No asfalto da UERJ, essa fratura é visível na impermeabilização do solo e na desconexão entre o que se estuda e o que se consome.

Nesse sentido, as territorialidades socioambientais construídas pelo projeto Manga Rosa atuam como potentes mecanismos de reconexão metabólica. Ao transformar o campus em um espaço de cultivo e ciclagem de nutrientes, a universidade deixa de ser um mero depósito de asfalto e concreto para se tornar um organismo vivo. Como sustenta Altieri (2002), a agroecologia permite que os agroecossistemas urbanos recuperem sua funcionalidade ecológica, em que o manejo do solo e a produção de biomassa restabelecem fluxos de energia que haviam sido silenciados pela urbanização extensiva.

Essa retomada dos fluxos não é apenas biológica, mas profundamente política. Segundo a perspectiva de Martínez-Alier (2011), a reconexão com o metabolismo da terra é uma forma de resistência contra a invisibilidade dos processos produtivos. Ao cultivar espécies tradicionais e PANC dentro da UERJ, o projeto convoca a comunidade acadêmica a participar ativamente do ciclo da vida, transformando a "segurança alimentar" passiva em uma soberania alimentar atuante. Portanto, a agroecologia urbana na UERJ não produz apenas alimentos; ela cura a fissura entre o saber científico e a terra, tecendo diálogos que sustentam a vida em sua plenitude metabólica.

A discussão sobre a soberania alimentar no contexto urbano contemporâneo exige a superação do que a agroecologia denomina "erosão genética e cultural". Nesse cenário, o trabalho de Kinupp e Lorenzi (2014) sobre as Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) assume uma centralidade política e científica. Ao catalogar espécies que foram marginalizadas pelo sistema agroindustrial, os autores oferecem o arcabouço técnico necessário para a reabilitação de saberes ancestrais. A meta teórica aqui é demonstrar que a monocultura do paladar é um reflexo da monocultura do saber; portanto, integrar as PANC no território da UERJ é um ato de descolonização alimentar. Como sustenta Vandana Shiva (2020), a diversidade é a maior resistência contra o controle corporativo da vida. Ao fundamentar o Manga

Rosa sob a ótica das PANC, a tese defende que a universidade deve ser um espaço de preservação e difusão dessa biodiversidade. Assim, o campus deixa de ser apenas um jardim e se torna um acervo vivo de sementes e mudas, funcionando como um centro de saber sobre a flora brasileira que costuma ser negligenciada.

As universidades públicas fluminenses enfrentaram, na última década, desafios estruturais e crises políticas severas. No entanto, é justamente na escassez que a agroecologia floresce como uma estratégia vital de permanência estudantil e saúde mental. Ao transformar espaços ociosos ou jardins puramente ornamentais em áreas produtivas, os coletivos desafiam a lógica do concreto e do distanciamento entre homem e natureza. Aqui, a agroecologia é compreendida sob a ótica de Altieri (2002) e Gliessman (2001): não apenas como uma técnica agrícola eficiente, mas como um paradigma que integra ecologia, cultura e política. Esses jardins acadêmicos são o que chamamos de territorialidades socioambientais, onde o saber popular das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) dialoga horizontalmente com o saber científico. Cria-se, assim, uma verdadeira ecologia de saberes, conceito fundamental proposto por Boaventura de Sousa Santos (2010), onde a diversidade de conhecimentos é reconhecida como riqueza.

1.3 Trajetórias E Memórias: A Construção Da Rede Agroecológica

Minha imersão nos diálogos agroecológicos não foi linear, mas sim um processo de contágio pelos afetos e pela prática, o que se observa também na construção deste trabalho. O marco inicial dessa caminhada remonta a 2012, quando o Grupo de Agroecologia Manga Rosa UERJ começou a ganhar corpo nos vãos e canteiros da UERJ Maracanã. Naquele momento, o que parecia apenas uma ocupação estudantil revelou-se uma potente ferramenta de ressignificação do espaço público. Ao longo dos anos, essa rede expandiu-se para além dos muros do Maracanã, revelando que a universidade pública tem sido o berço de uma nova forma de habitar a cidade. A legitimidade das ações do grupo Manga Rosa e a consolidação da agroecologia na UERJ foram construídas, em grande medida, através da circulação de saberes e da memória institucional. A percepção de que a agroecologia universitária no Rio de Janeiro operava como um sistema vivo e

conectado consolidou-se em 2013. O mapeamento realizado para esta pesquisa (Figura 6) sistematiza essa trajetória, demonstrando que as sementes lançadas pelo Projeto MUDA no Fundão em 2009 deram início a um florescimento de coletivos que transformam o campus em um acervo vivo de sementes e saberes. Esta cronologia não apenas registra datas, mas evidencia a construção de uma teia de resistências que se espalha por diferentes territórios cariocas.

Quadro 2 - Cronologia da Rede Agroecológica Universitária e Comunitária (RJ).

Figura 6 - Linha do tempo da expansão agroecológica no contexto universitário e urbano do Rio de Janeiro. O quadro destaca o papel das universidades públicas (UFRJ, UERJ, UFF, UFRRJ, UNIRIO) como polos de irradiação de práticas sustentáveis e formação de redes territoriais.

Ano de Início	Nome do Grupo / Projeto	Instituição / Localização
1983	GAE – Grupo de Agricultura Ecológica	UFRRJ (Seropédica)
2006	Projeto Capim Limão	UFRJ (Praia Vermelha)
2007	MÃE – Mutirão de Agricultura Ecológica	UFF (Niterói)
2009	Projeto MUDA – Mutirão de Agroecologia	UFRJ (Fundão)
2009	LaVaPer – Lab. Vivo de Agroecologia e Permacultura	UFRJ (Fundão)
2010	Feira Agroecológica da UFRJ	UFRJ (Fundão)
2011	Muda Maré	Complexo da Maré
2012	Manga Rosa UERJ	UERJ (Maracanã)
2015	REDE de Agroecologia UFRJ	UFRJ (Fundão)
2015	Vivência Agroecológica Geomata	UFRJ (Fundão)
2016	FAU – Feira Agroecológica da UERJ	UERJ (Maracanã)
2016	Horta Comunitária Grajaú	Praça Edmundo Rego
2017	Espaços Verdes ESDI	UERJ (Centro)
2017	GABU – Grupo de Agroecologia Boldinho	UNIRIO (Urca)
2017	Horta do Vinil	Barra da Tijuca
2017	AFU – Agrofloresta da Urca	UNIRIO (Urca)
2018	Horta Govz ao Pé de Letras	UFRJ (Letras - Fundão)
2018	Hortinha da PV – Praia Vermelha	UFRJ (Urca)

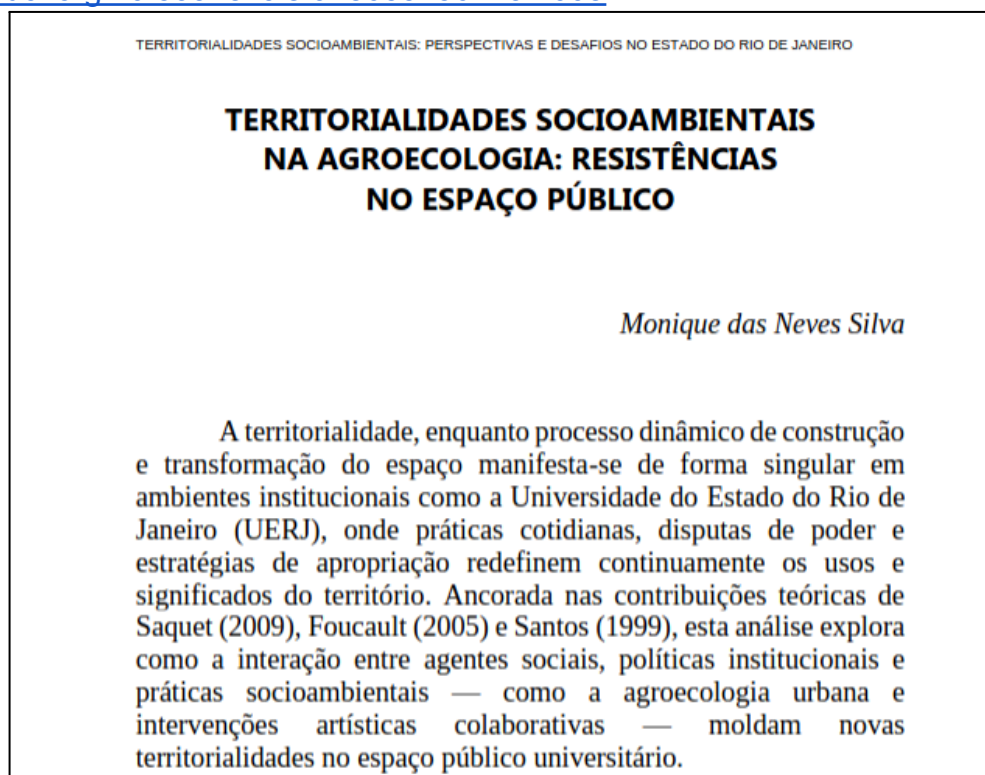
Fonte: Elaboração da autora adaptada de registros institucionais e levantamento de campo, 2026.

1.4 Diálogos Institucionais e Visibilidade: O Papel da Comunicação

A legitimidade das ações do grupo Manga Rosa e a consolidação da agroecologia na UERJ foram construídas, na maioria, através da circulação de saberes e da memória institucional. Minha produção acadêmica e as publicações em informativos oficiais não são apenas registros documentais; elas representam uma análise de como a universidade passou a reconhecer e divulgar a agroecologia como uma de suas potências de extensão e pesquisa. Este percurso, desenhado entre a prática no solo e a sistematização teórica, revela que a força dos jardins acadêmicos reside nas interações sociais que eles geram. Como demonstram as entrevistas realizadas nesta pesquisa, cada relato sobre o aprendizado de uma PANC ou sobre as disputas por espaços de concreto reflete o desejo de uma educação que seja, de fato, transformadora e territorializada.

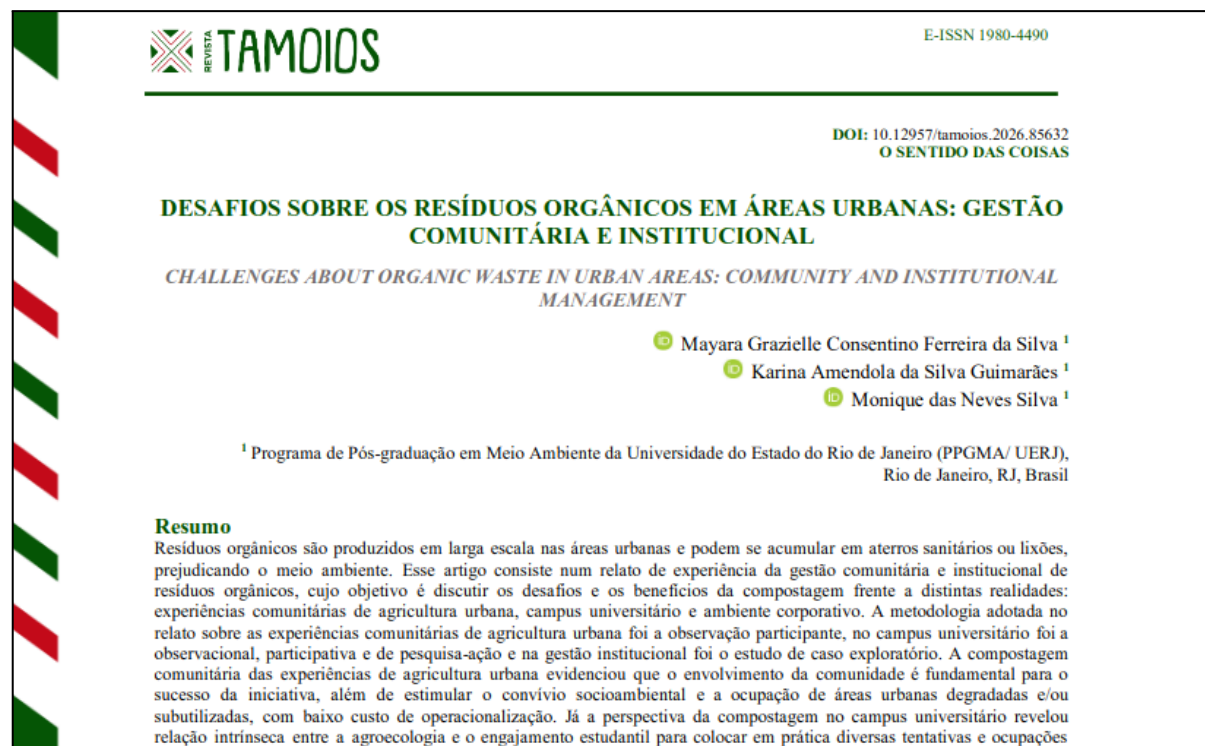
Essa construção identitária e pedagógica não se deu de forma isolada, mas foi sendo tecida ao longo de uma trajetória de pesquisa-ação que hoje se materializa em diversos registros e comunicações científicas. Esse amadurecimento é a minha contribuição na obra *Territorialidades Socioambientais: Perspectivas e Desafios no Estado do Rio de Janeiro*, onde analiso as dinâmicas territoriais que fundamentam esta tese (Figura 7); na dissertação de mestrado (2019), aprofundi a teoria sobre o 'jardim antropofágico' como espaço de afeto e subversão do concreto (Figura 8); e, recentemente, sistematizei essas redes de solidariedade em um artigo para a *Revista Tamoios* (Figura 9). Embora existam outros inúmeros trabalhos e participações em congressos que compõem este percurso, estes recortes visuais ajudam a narrar como a prática no solo foi, gradualmente, ganhando corpo teórico e reconhecimento institucional.

Figura 7 - Página inicial do capítulo de livro publicado na obra Territorialidades Socioambientais: Perspectivas e Desafios no Estado do Rio de Janeiro. DOI: <https://doi.org/10.53328/iole.9786554561234.008>.



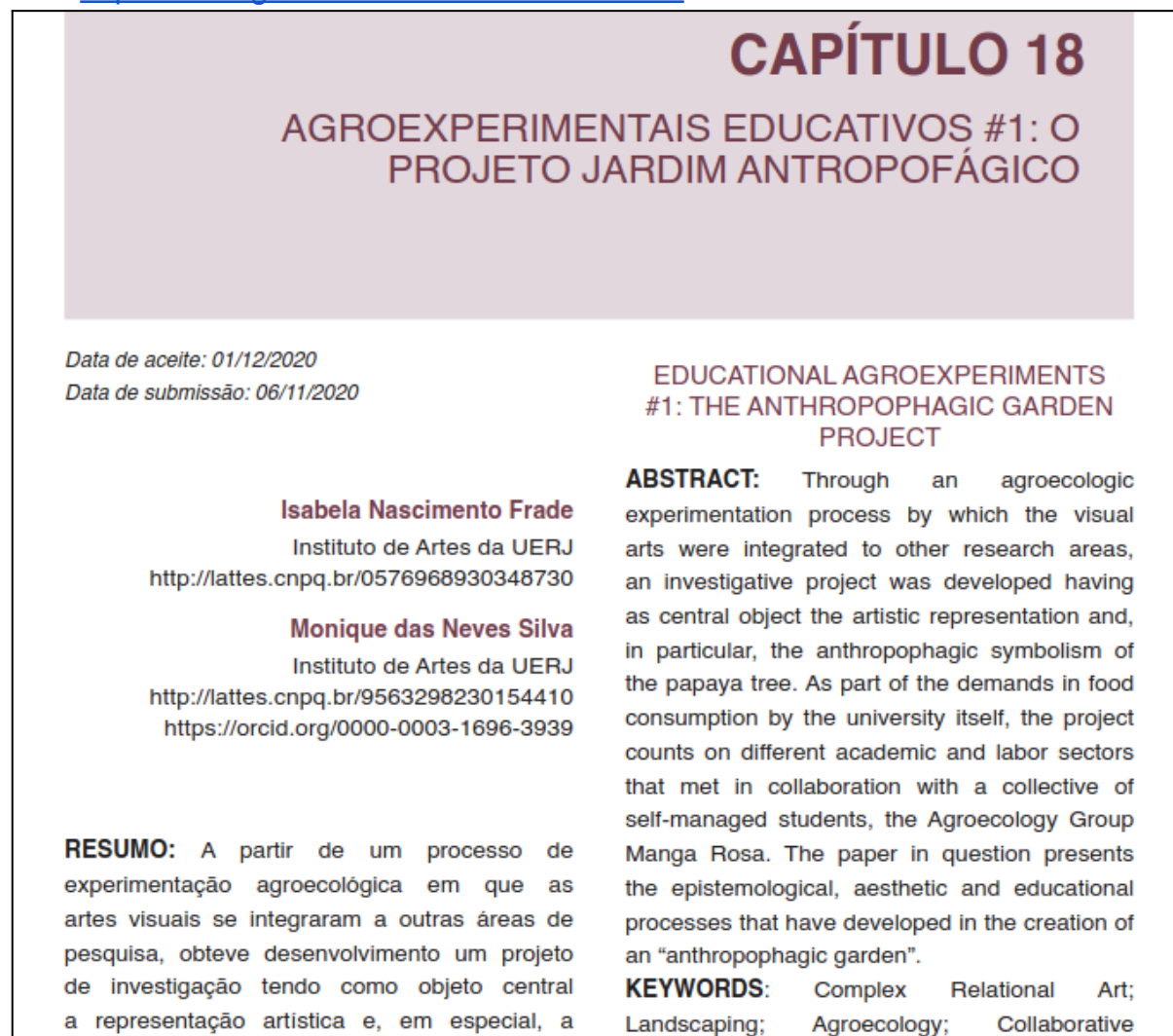
Fonte: Silva, Ed. IOLE, 2025.

Figura 8 - Capa e resumo do artigo "Desafios sobre os resíduos orgânicos em áreas urbanas: gestão comunitária e institucional". Revista Tamoios. DOI: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2026.85632>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/85632/57073>.



Fonte: Silva, Guimarães & Silva, 2026.

Figura 9 - Página de abertura do capítulo “Agroexperimentais Educativos #1: o projeto Jardim Antropofágico”. Fonte: FRADE, Isabela Nascimento; SILVA, Monique das Neves. *Linguística, Letras e Artes e as Novas Perspectivas dos Saberes Científicos*, v. 3. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020, p. 225–237. Disponível em: <https://share.google/uRQQG5g3rIKHd62Xe>. DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.64520071218>.



Fonte: acervo da autora, 2026.

2. ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM VIVA: A MATERIALIDADE DOS JARDINS ACADÊMICOS

2.1 A Geografia dos Quintais Universitários

A análise dos espaços físicos onde os grupos agroecológicos se estabelecem revela uma cartografia de ocupação criativa. Na UERJ Maracanã, o Manga Rosa ressignificou canteiros antes áridos em zonas de biodiversidade, enquanto na ESDI (Lapa), o Espaço Verde demonstra como o design e a agroecologia podem caminhar juntos em solo urbano impermeabilizado. Na UFRJ, a vastidão do campus do Fundão permitiu ao Projeto MUDA criar uma área experimental de referência no LAVAPER, enquanto a Hortinha da PV (Praia Vermelha) se tornou um refúgio de ervas medicinais e bem-estar em meio à agitação da Zona Sul. Descrever esses espaços é, acima de tudo, falar de resistência física. São territórios que enfrentam o controle rígido da arquitetura institucional, propondo o que Leff (2001) denomina "racionalidade ambiental". Cada canteiro é uma unidade de paisagismo produtivo que desafia a estética meramente ornamental, trazendo para o centro do campus a presença de espécies como a palma (*Opuntia cochenillifera*), a erva-cidreira (*Melissa officinalis*), a moringa (*Moringa oleifera*), mamoeiro (*Carica papaya*), a taioba (*Xanthosoma sagittifolium*), o ora-pro-nóbis (*Pereskia aculeata*), boldo (*Coleus barbatus*), beldroega (*Portulaca oleracea*) e o manjerição (*Ocimum basilicum*), que alimentam tanto o corpo quanto o imaginário estudantil.

Estes jardins não são apenas locais de cultivo, mas laboratórios interdisciplinares ao ar livre. O potencial para a prática pedagógica é imenso: a Geografia analisa a territorialidade; a Biologia estuda os ciclos dos nutrientes e a entomologia; a Nutrição debate a soberania alimentar; e as Artes encontram pigmentos naturais, paisagismo e inspiração estética. Como afirma Paulo Freire (1996), a educação exige a convicção de que a mudança é possível, e a agroecologia universitária corporifica essa mudança ao permitir que o estudante aprenda fazendo (o "saber-fazer"). As oficinas de sabão artesanal e a produção de tinturas naturais, frequentemente citadas nos nossos mapeamentos, são exemplos práticos dessa pedagogia da práxis. Elas conectam a teoria química e ecológica

com a autonomia financeira e o cuidado com o meio ambiente. Aqui, o currículo se torna vivo, rompendo com a fragmentação do conhecimento e promovendo uma interação social que fortalece os laços comunitários.

2.2 Interações Sociais e a Força do Coletivo

O que as respostas aos nossos questionários e as histórias de vida coletadas revelam é que o maior "produto" desses jardins não é o alimento físico, mas a rede de afetos. A agroecologia nas universidades atua como um potente catalisador de saúde mental e pertencimento. Em um cenário de pressão acadêmica, o mutirão surge como um espaço de descompressão e acolhimento.

Essa interação social transborda para a comunidade externa quando as universidades abrem suas portas para as Feiras Agroecológicas. Nesse momento, a tríade Ensino-Pesquisa-Extensão se concretiza. O potencial dessas territorialidades socioambientais reside justamente na sua capacidade de transformar o "não-lugar" burocrático em um território de vida, onde a interdisciplinaridade deixa de ser um conceito abstrato para se tornar uma prática cotidiana de cuidado com o futuro.

2.3 Vozes e Saberes: As Histórias de Vida: A Narrativa como Dado: Histórias que Brotam da Terra

A ciência que propomos aqui não é muda; ela é feita de vozes e trajetórias. Ao coletar as histórias de vida dos participantes dos coletivos, percebemos que a escolha pelo plantio na universidade muitas vezes se confunde com a própria história de resiliência desses indivíduos. Como nos ensina Ferrarotti (2014), a narrativa não é apenas um relato individual, mas um reflexo das dinâmicas sociais de uma época.

Nas entrelinhas dos relatos, lemos a busca por saúde mental, a memória afetiva de avós agricultores e o desejo de transformar a angústia da crise climática em ação prática. Esses sujeitos, que transitam entre a biblioteca e o canteiro, são os verdadeiros tecedores da rede que sustenta o Manga Rosa, o MUDA e tantos outros grupos mapeados.

2.4 O Diagnóstico da Práxis: Análise dos Questionários

Os dados colhidos através dos nossos questionários (anexo 1) oferecem um diagnóstico preciso das territorialidades socioambientais em construção. Um ponto que se destaca é o conhecimento e o uso das PANC. A maioria dos colaboradores identifica nessas plantas não apenas um recurso nutricional, mas um símbolo de resistência cultural e soberania alimentar.

Entretanto, as respostas também apontam para as tensões inerentes a esse processo. A "resistência institucional" e a falta de recursos financeiros aparecem como as principais barreiras para a manutenção dos jardins. Por outro lado, o "apoio da comunidade acadêmica" e a "troca horizontal de saberes" são citados como o combustível que mantém os mutirões vivos. Essa dualidade revela que, embora a universidade ainda tenha dificuldades burocráticas para lidar com o "vivo", existe uma demanda pulsante por espaços de educação não formal e interdisciplinar.

2.5 Um Convite ao Diálogo

Encerrar esta introdução com as vozes dos participantes é reafirmar o compromisso desta tese com uma ciência aberta e democrática. As interações sociais observadas e relatadas ao longo desta pesquisa-ação confirmam que a agroecologia nas universidades públicas do Rio de Janeiro é mais do que um projeto de extensão; é uma proposta de reencantamento do mundo e de reconstrução dos laços sociais.

Ao passar por estas páginas iniciais, o leitor já não verá apenas "hortas e jardins", mas sim territórios em disputa, laboratórios de vida e, acima de tudo, diálogos possíveis entre a academia e o chão da terra.

3. RELEVÂNCIAS DO TEMA

A prática agroecológica em espaços urbanos verdes constitui um campo estratégico para a construção de sociedades mais sustentáveis, ao promover sistemas produtivos que respeitam a vida em suas múltiplas expressões e dispensam o uso de agrotóxicos ou insumos químicos prejudiciais à saúde humana e aos ecossistemas. De acordo com Altieri (2017), a agroecologia não se limita a um conjunto de técnicas, mas representa um paradigma científico, político e cultural que busca harmonizar processos ecológicos e práticas sociais, sendo especialmente relevante em territórios urbanos marcados por desigualdades socioambientais.

No contexto brasileiro, a agroecologia urbana articula-se a agendas de justiça ambiental, segurança alimentar e direito à cidade, contribuindo para ampliar o acesso a alimentos saudáveis e fortalecer vínculos comunitários. Primavesi (2002) destaca que solos vivos e manejos ecológicos constituem a base de qualquer sistema agrícola sustentável, premissa que se estende à realidade dos jardins urbanos e universitários, onde o cultivo consciente de hortaliças, plantas medicinais e PANC favorece a biodiversidade e a saúde coletiva.

Os avanços das últimas décadas no campo das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agroecologia têm sido fundamentais, embora enfrentem desafios estruturais. A implementação de políticas depende da mediação entre interesses diversos — incluindo agricultura familiar, movimentos sociais e grandes cadeias do agronegócio — que nem sempre convergem em torno de modelos sustentáveis de produção. A institucionalização da agroecologia, entretanto, consolidou marcos importantes, como a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), instituída pelo Decreto n.º 7.794/2012, e operacionalizada por seus Planos Nacionais (PLANAPO), mais recentemente articulados ao 3º Planapo, que orienta ações de fomento, pesquisa, financiamento e transição agroecológica (BRASIL, 2012).

Além disso, o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan), previsto na Lei n.º 11.346/2006, que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), reforça a soberania e o direito humano à alimentação adequada como princípios centrais das políticas públicas. Essas normativas convergem com estratégias de agroecologia urbana ao promoverem

sistemas alimentares sustentáveis, equitativos e territorializados. No campo institucional mais recente, destaca-se também o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar “Alimento no Prato” (Planaab), aprovado em 2024, com vigência prevista para 2025–2028. Ele busca estruturar sistemas de abastecimento eficientes e sustentáveis, priorizando populações vulneráveis, fortalecendo a agricultura familiar e incentivando a oferta de alimentos saudáveis em equipamentos públicos (BRASIL, 2024). Tal plano dialoga diretamente com iniciativas de agricultura comunitária, hortas urbanas e jardins universitários, que integram produção, educação e ação coletiva.

Esses marcos legais e normativos contribuem para potencializar ações, movimentos e redes agroecológicas urbanas, que promovem soberania alimentar, saúde coletiva, economia solidária e justiça ambiental. Segundo Sevilla Guzmán (2002), a agroecologia se funda em processos sociais e culturais de resistência e inovação, nos quais comunidades constroem alternativas ao modelo dominante baseado na agricultura industrial e na mercantilização dos alimentos. Nessa perspectiva, experiências urbanas — como hortas comunitárias, quintais produtivos e jardins universitários — emergem como territórios pedagógicos e ecossociais, fortalecendo práticas cotidianas de cuidado, autonomia e reapropriação do espaço público.

Assim, a relevância do tema para esta tese de doutorado reside na articulação entre políticas públicas, conhecimentos técnico-científicos, saberes populares, territorialidades e práticas comunitárias, configurando um campo de estudo que transcende o cultivo de alimentos e adentra debates contemporâneos sobre democracia ambiental, produção do comum, ecologia política, saúde coletiva e espaços ociosos. Ao reconhecer as hortas e jardins urbanos como dispositivos de transformação social, amplia-se o entendimento da agroecologia como prática que integra sociedade, ambiente e cultura — reafirmando, como afirma Sachs (2004), que sustentabilidade é sempre uma construção socioecológica situada, relacional e histórica.

3.1 A Relevância da Práxis: Dimensões de Análise e Impacto

A relevância desta pesquisa reside na compreensão de que a ocupação agroecológica dos espaços universitários não é um evento isolado, mas um processo complexo que tensiona as fronteiras entre a academia e a sociedade. Para desvelar a importância desse fenômeno, este estudo debruça-se sobre dimensões fundamentais que justificam a urgência do tema:

A Gênese e a Intencionalidade: A gênese de um projeto agroecológico no seio de uma universidade metropolitana como a UERJ não pode ser compreendida apenas como um evento paisagístico; ela nasce de uma intencionalidade política que questiona a função social do espaço público. Historicamente, os jardins universitários foram concebidos sob a égide da estética da modernidade, que privilegia o "espaço abstrato" descrito por Henri Lefebvre (1991). Nesta lógica, o jardim é uma natureza-quadro: um objeto de contemplação passiva, pautado por uma geometria rígida e eurocêntrica que serve para higienizar visualmente o concreto. Essa referência estética busca o isolamento e a ordem, transformando a natureza em um cenário inerte que não permite a interação metabólica ou produtiva. Ao propormos a conversão desses jardins ornamentais em jardins produtivos, operamos uma ruptura paradigmática: a transição de uma estética da separação para uma estética da existência e da resistência, onde a beleza não reside na simetria das flores exóticas, mas na vitalidade ética de um solo que alimenta.

Minha trajetória, que se entrelaça a este projeto desde os primeiros passos na graduação até este doutorado, permite-me observar que o grupo de Agroecologia Manga Rosa UERJ subverteu o "não-lugar" institucional. Investigar como surgiu essa ideia é, em última análise, mapear o despertar de uma consciência que enxerga na terra nua do campus um campo de possibilidades para a emancipação social. Subverter a estética tradicional do campus significa reivindicar o papel da universidade como produtora de vida. Como sustenta Miguel Altieri (2002), a agroecologia exige a reorganização do sistema com base na diversidade biológica. Na UERJ, essa reorganização começa no canteiro, desafiando a hegemonia do asfalto e propondo uma nova gramática urbana, onde a

planta não é apenas um enfeite, mas um sujeito político que sustenta o metabolismo da comunidade acadêmica.

Esta tese estabelece como meta analítica identificar de que forma essa intencionalidade inicial se choca com o ordenamento institucional. A transformação do jardim em território produtivo é um ato de insurgência simbólica. Sob a ótica de Juan Martínez-Alier (2011), estamos diante de um conflito distributivo e ecológico, onde a disputa não é apenas pelo uso do solo, mas pelos sentidos atribuídos ao meio ambiente urbano. O jardim produtivo retira o alimento da condição de mercadoria invisível e o coloca no centro do debate acadêmico, forçando a instituição a lidar com o metabolismo da sua própria existência. A meta é demonstrar que essa mudança estética é, na verdade, uma reterritorialização: passamos de um espaço que apenas "se vê" para um território que "se vive" e "se come".

Dessa forma, a investigação dedica-se a documentar como essa transição altera a percepção dos sujeitos. Ao investigar a gênese desta iniciativa, busco evidenciar que o projeto não é um "anexo", mas uma tentativa de cura para a fratura metabólica (FOSTER, 2005) que separa o conhecimento científico da terra. A meta é demonstrar que a intencionalidade por trás dos grupos independentes universitários de agroecologias é a construção de uma territorialidade socioambiental que reconhece a universidade como parte integrante do ecossistema urbano. Assim, a gênese do projeto é o ponto de partida para um diálogo agroecológico que redefine o que significa, no século XXI, ocupar e habitar uma universidade pública no Rio de Janeiro, transformando a estética do "vazio ornamental" na ética do "pleno produtivo".

A Trama da Participação Acadêmica: A legitimidade de um projeto agroecológico em solo universitário não é uma concessão administrativa ou algo que se outorgue por decreto; ela é, fundamentalmente, uma construção social tecida na dinâmica cotidiana do envolvimento comunitário. Esta pesquisa assume como meta analítica desvelar a complexa teia de relações que sustenta o Manga Rosa, investigando como estudantes, técnicos e docentes se apropriam — ou, por vezes, se distanciam — dessa proposta. Analisar as resistências e os apoios encontrados nos corredores da UERJ permite compreender o papel da instituição pública não apenas como um cenário passivo, mas como um ente político pulsante, cujas

estruturas ora facilitam, ora impõem barreiras burocráticas e simbólicas aos movimentos que buscam a autonomia alimentar e a sustentabilidade prática.

Nesse sentido, a participação acadêmica é interpretada nesta tese como um exercício pleno de cidadania territorial. Ao ocupar o campus com o plantio e o manejo agroecológico, os sujeitos deixam de ser meros usuários do espaço para se tornarem produtores de território. Como bem aponta Boaventura de Sousa Santos (2010), a universidade do século XXI vive uma tensão profunda entre o conhecimento científico isolado — a chamada "ciência fria" — e a urgência de uma ecologia de saberes que responda às demandas socioambientais contemporâneas. A meta aqui é mapear quem efetivamente ocupa este espaço e quem o questiona, identificando os limites da abertura institucional frente a práticas que rompem com a lógica do produtivismo acadêmico tradicional e da burocracia desumanizada. Essa investigação revela que a participação não é um dado homogêneo, mas um campo de forças onde o "saber acadêmico" é convidado a dialogar, de forma horizontal, com o "saber da terra".

Dessa forma, a pesquisa busca evidenciar como o engajamento coletivo no campus funciona como um antídoto à alienação urbana característica das metrópoles. A meta é demonstrar que o apoio entusiasta ou a resistência velada à produção de alimentos nos campus são reflexos diretos de visões de mundo em disputa. De um lado, subsiste a visão da universidade como um local estrito de técnica e contemplação estética; de outro, emerge a universidade como um território vivo de experimentação socioambiental e política. Sob a lente de Martínez-Alier (2011), essa trama de participação revela um "ecologismo de base" que se manifesta na ocupação física e afetiva do espaço. Ao colocar as mãos na terra, a comunidade acadêmica não apenas produz alimentos, mas transforma a instituição em um laboratório de democracia e soberania.

A participação, portanto, é o que garante a densidade política do projeto. Investigar essa trama significa entender como a agroecologia dentro das universidades consegue subverter a "monocultura do saber" para dar lugar a uma biodiversidade de pensamentos e práticas. A meta final desta seção é provar que os grupos só sobrevivem porque são sustentados por uma rede de afetos e compromissos que desafia o isolamento individualista da vida universitária moderna. É na fricção entre o apoio e a resistência que se forja a verdadeira autonomia,

consolidando o campus como um espaço onde a vida é valorizada em todas as suas dimensões — da biológica à pedagógica.

Transbordamento Territorial: A relevância desta pesquisa ancora-se na premissa fundamental de que a universidade pública não deve encerrar-se em si, sob o risco de converter-se em uma estrutura anacrônica e isolada das urgências do seu tempo. Ao contrário, ela deve atuar como um nó vital em uma rede de solidariedade territorial, onde o conhecimento flui bidirecionalmente. O conceito de transbordamento territorial é aqui proposto como a meta central para analisar o alcance das ações agroecológicas para além dos muros institucionais. Ao investigar como a agroecologia atua como uma ponte entre o rigor do saber acadêmico e a sabedoria das comunidades vizinhas em situação de vulnerabilidade, esta tese busca mapear a transformação dos campus em polos irradiadores de práticas voltadas à segurança e, fundamentalmente, à soberania alimentar no coração da metrópole.

Neste cenário, a colaboração interinstitucional entre as universidades públicas do Rio de Janeiro deixa de ser percebida como um mero acordo burocrático ou protocolo de intenções e passa a ser entendida como uma estratégia robusta de resiliência metropolitana. A meta é identificar como essas conexões fortalecem os circuitos curtos de abastecimento — reduzindo a pegada ecológica e o distanciamento entre produtores e consumidores — e fomentam a troca horizontal de saberes ancestrais e técnicos. Como sustenta Milton Santos (1996), o território não é apenas um suporte físico, mas um campo de forças e um lugar de pertencimento carregado de afetos e tensões. Quando a universidade se abre ao entorno através da prática agroecológica, ela altera a "rugosidade" do espaço urbano, criando novas formas de uso do tempo e do solo que permitem que a vida e o alimento circulem por caminhos menos excludentes e mais democráticos.

Essa irradiação para o entorno configura-se como um exercício prático da ecologia política discutida por Martínez-Alier (2011). Ao estender o impacto do projeto Manga Rosa para as franjas do campus e para os territórios adjacentes, a pesquisa demonstra que a disputa pelo sentido da terra urbana é, intrinsecamente, uma disputa pela dignidade das comunidades vizinhas. A meta desta investigação é desvelar de que maneira esses diálogos agroecológicos rompem definitivamente com a lógica da "universidade-ilha", aquela que observa o entorno com distanciamento ou assistencialismo. Em seu lugar, consolida-se uma territorialidade

socioambiental que reconhece no alimento um direito coletivo inalienável e no espaço público um local de partilha, emancipação social e resistência contra a gentrificação e a invisibilização das periferias urbanas.

Portanto, o transbordamento aqui analisado não é apenas físico, mas epistemológico. A meta é provar que a produção agroecológica gera um "efeito de vizinhança" positivo, em que os campus se tornam laboratórios vivos de soberania alimentar. Ao integrar as comunidades vizinhas no processo de produção e consumo, as universidades cumprem sua função social de forma expandida, promovendo uma justiça espacial que confronta o deserto alimentar urbano. O transbordamento territorial é, em última análise, a prova de que a agroecologia possui a plasticidade necessária para reconfigurar as relações cidade-universidade, transformando o conhecimento em semente e a pesquisa em ferramenta de transformação social concreta.

Resiliência e Disputa de Espaços: A ocupação dos jardins acadêmicos pela agroecologia não é um processo isento de conflitos; ao contrário, ela se configura como uma arena de disputas simbólicas e materiais de alta intensidade. Esta pesquisa estabelece como meta analítica investigar de que maneira o projeto Manga Rosa navega entre os entraves burocráticos e as resistências normativas para consolidar uma nova territorialidade dentro do campus. Entender a ocupação desses espaços como um gesto de resiliência permite-nos enxergar muito além do simples ato do cultivo; trata-se de identificar as estratégias políticas e sociais que possibilitam ressignificar o uso do solo em uma instituição pública que, historicamente, é marcada por lógicas de controle, hierarquia e um ordenamento espacial rígido.

A meta central aqui é sistematizar os mecanismos de superação que permitiram transformar obstáculos institucionais — muitas vezes traduzidos em regulamentos impessoais e proibições — em oportunidades de diálogo e pactuação coletiva. Como bem discute Juan Martínez-Alier (2011), os conflitos distributivos e ecológicos não ocorrem no vácuo; eles se manifestam em disputas concretas sobre quem detém o direito legítimo de gerir o território e decidir seus usos. Na UERJ, a transição radical de um "jardim de contemplação", estático e passivo, para um "jardim de produção", dinâmico e interventor, desafiou não apenas a estética institucional, mas a própria burocracia vigente. Essa mudança de paradigma exige uma resiliência que é, ao mesmo tempo, técnica — no manejo do solo urbano

degradado — e profundamente política, na sustentação de um espaço que "desobedece" à ordem cinza do concreto.

Dessa forma, a investigação propõe-se a oferecer um modelo de análise robusto para outros contextos urbanos que busquem a apropriação do solo sob a ótica da sustentabilidade radical. A meta é demonstrar que o sucesso de iniciativas como os grupos de agroecologia universitários não deve ser medido apenas pela sobrevivência biológica das plantas, mas sim pela capacidade de permanência e conquista de legitimidade em um campo de forças em constante disputa. Sob a ótica de Miguel Altieri (2002), a resiliência de um sistema agroecológico urbano está intrinsecamente ligada à sua integração social; é o "tecido humano" que protege a horta das ameaças externas. Portanto, ao superar o "não" burocrático através da articulação e da presença física, esses grupos constroem uma territorialidade socioambiental que funciona como um farol pedagógico.

Essa resiliência institucionalizada aponta para a meta de provar que os jardins universitários podem se tornar ferramentas de planejamento urbano insurgentes. Ao transformar o jardim ocioso em território vivo, a comunidade acadêmica pratica o que esta tese define como "pedagogia do conflito": o aprendizado de que o espaço público é algo que se conquista e se mantém através do diálogo agroecológico constante. A meta final desta seção é consolidar a ideia de que a resiliência agroecológica é a capacidade de um grupo de manter sua identidade e sua produção de vida mesmo sob as pressões de um sistema que privilegia a inércia burocrática e a esterilidade urbana.

A Transformação da Percepção Alimentar: A relevância desta investigação aprofunda-se na premissa de que a agroecologia nos campus opera uma mudança radical na subjetividade e na percepção dos indivíduos. Mais do que o simples fornecimento de nutrientes ou o combate à insegurança alimentar — fundamentada na Lei n.º 11.346/2006 (LOSAN) —, as iniciativas do projeto do grupo de agroecologia Manga Rosa UERJ promovem uma ruptura com a "cegueira metabólica" imposta pelo sistema agroindustrial. Como venho discutindo desde minha monografia (SILVA, 2017) e mestrado (SILVA, 2021), a prática agroecológica é uma técnica de sobrevivência que ressignifica o cotidiano. A meta estabelecida aqui é mensurar como esse despertar para a origem, a sazonalidade e a pureza do alimento impacta a saúde coletiva e a organização social, transformando o "comer"

em um ato de antropofagia cultural (ANDRADE, 1928), em que devoramos o conhecimento hegemônico para criar uma prática libertadora.

Essa transformação da percepção é o que Miguel Altieri (2002; 2017) identifica como a base para uma transição agroecológica sustentável: não basta mudar o manejo do solo se não houver a transição das mentes. Ao tocar a terra, o sujeito deixa de ser o consumidor passivo de uma "sociedade sem relato" (CANCLINI, 2015) e torna-se um agente de soberania alimentar. A meta da tese é identificar como essa nova consciência altera as escolhas cotidianas, combatendo a alienação descrita por Marc Augé (1994). Onde antes havia um "não-lugar" — um jardim ornamental de passagem, inerte e sem identidade —, a agroecologia estabelece um lugar, carregado de topofilia (TUAN, 1980), ou seja, um elo afetivo e de valor entre a pessoa e o ambiente físico. O alimento deixa de ser uma mercadoria anônima e passa a ser o elo de uma estética relacional (BOURRIAUD, 2009), onde o encontro em torno da colheita é a própria obra de arte.

Nesse sentido, a pesquisa busca demonstrar que o impacto social dessas hortas universitárias reside na capacidade de gerar uma "alfabetização ecológica" que resgata o legado de Ana Maria Primavesi (2002), focando na saúde do solo como extensão da saúde humana. A meta analítica é documentar como o conhecimento sobre a qualidade do que se come reconfigura os laços comunitários e a identidade territorial, alinhando-se às diretrizes da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Como sugere Martínez-Alier (2011), ao valorizar a produção local e as linguagens de valoração que fogem ao preço de mercado, estamos combatendo a invisibilidade social. Esses jardins produtivos tornam-se, então, uma cartografia social viva (ACSELRAD, 2008), onde desenhamos novas relações de poder e de cuidado.

Ao integrar essa percepção no ambiente universitário, a investigação estabelece como meta desvelar como o alimento se torna um instrumento de convivencialidade (ILLICH, 1976). A transformação da percepção alimentar não é apenas pedagógica; ela é política e estética. Ela exige que reconheçamos, como propõe Vandana Shiva (2020), que quem realmente alimenta o mundo são as redes de biodiversidade e não as monoculturas industriais. Assim, a meta final desta seção é provar que a percepção do alimento como direito e como símbolo de resistência na UERJ é o que permite a "partilha do sensível" (RANCIÈRE, 2009), onde todos os corpos — acadêmicos ou vizinhos — têm o direito de participar da

mesa e do saber, consolidando o campus como um território de emancipação e vida.

Sustentabilidade e Continuidade: Esta análise debruça-se sobre a temporalidade das ações agroecológicas, transcendendo o caráter imediato e, por vezes, episódico das intervenções para interrogar o futuro dessas territorialidades no ambiente universitário. A pesquisa estabelece como meta fundamental investigar os mecanismos de manutenção e as possibilidades de expansão das redes tecidas pelo projeto Manga Rosa, compreendendo que a sustentabilidade de tais iniciativas depende, intrinsecamente, de sua transição de um "projeto de extensão" isolado para uma política institucional permanente. O desafio reside em garantir que as conquistas atuais não se tornem episódios efêmeros na história da UERJ, mas sim sementes de uma cultura organizacional pautada pelo cuidado e pela regeneração socioambiental.

A meta analítica aqui é identificar as estratégias que conferem longevidade a esses coletivos, analisando como a autonomia alimentar e o manejo do solo podem ser blindados frente às alternâncias de gestão e às crônicas crises orçamentárias. Como sustenta Miguel Altieri (2002), a sustentabilidade agroecológica só se concretiza plenamente quando há um enraizamento social e institucional que suporte as variações do sistema. Na universidade, isso implica transformar a prática do cultivo em um pilar indissociável do tripé ensino-pesquisa-extensão, amparado pela Lei n.º 10.831/2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e oferece a base jurídica para a certificação e validação desses processos. A continuidade das redes agroecológicas é, portanto, apresentada nesta tese como um indicador de resiliência institucional, em que a universidade assume seu papel no Plano Nacional de Abastecimento Alimentar "Alimento no Prato" (2024c).

Dessa forma, a investigação busca sistematizar diretrizes que possam balizar a expansão dessas práticas para outras unidades e territórios, utilizando a Pesquisa-Ação proposta por Thiollent (1996) e Brandão (1984) como método de engajamento e transformação. Sob a ótica de Martínez-Alier (2011), a permanência de iniciativas de base é um ato de resistência contra a desterritorialização e o esquecimento. Ao interrogar o futuro, esta tese propõe que a sustentabilidade do Manga Rosa e de suas redes colaborativas seja o alicerce para uma nova ética universitária: uma que reconhece a responsabilidade da instituição pública na produção de espaços de vida e no combate ao "não-lugar" (AUGÉ, 1994). A meta é

consolidar o campus como um laboratório permanente de soberania alimentar, integrando as métricas de sucesso não apenas à produtividade biológica, mas à capacidade de manter vivos os espaços relacionais (SILVA, 2019) e os diálogos interinstitucionais.

Ao final, a meta é provar que a continuidade da agroecologia na UERJ é um exercício de cidadania planetária e justiça ambiental para as próximas gerações. Através do diálogo com o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (2024a), a pesquisa demonstra que a universidade pública é o local de excelência para a superação da fratura metabólica urbana. A sustentabilidade, portanto, deixa de ser um conceito abstrato e torna-se uma prática de convivencialidade (ILLICH, 1976), em que a manutenção desses espaços é a manutenção da própria democracia acadêmica. Assim, o Manga Rosa transborda o tempo do agora para se projetar como uma política de Estado dentro da universidade, garantindo que o direito ao alimento e ao saber agroecológico seja um patrimônio perene de toda a comunidade.

4. OBJETIVOS: A PRÁXIS INVESTIGATIVA E A CONSTRUÇÃO DO SABER

O objetivo desta tese é analisar e interpretar a construção de novas territorialidades socioambientais emergentes das ações de grupos de agroecologia nas universidades públicas do município do Rio de Janeiro. Esta meta não se encerra na mera descrição fenomênica, mas busca desvelar como a agroecologia atua como um vetor de reterritorialização no espaço acadêmico. Isso implica investigar o papel desses coletivos na subversão da lógica do "não-lugar" (AUGÉ, 1994), transformando espaços ociosos ou puramente ornamentais em territórios de vida, política e soberania alimentar. A pesquisa assume como meta central compreender a transição do campus universitário de um cenário de contemplação para um território de experimentação ética e prática.

O objeto de investigação, portanto, não é apenas a horta em si, mas a integração de saberes e as dimensões afetivas e epistêmicas que emergem dos desafios cotidianos. Como sustenta Boaventura de Sousa Santos (2010), trata-se de exercitar uma ecologia de saberes onde a universidade se permite ser fertilizada por conhecimentos práticos e ancestrais. Em termos específicos, a investigação busca compreender como a agroecologia urbana, ao ser operada dentro de instituições públicas, influencia a reconfiguração das relações entre os atores e o ambiente. Dessa forma, o objetivo geral desdobra-se na meta de oferecer uma cartografia sensível (ACSELRAD, 2008) dessas redes. Ao analisar o transbordamento das ações da UERJ para outras instituições e comunidades vizinhas, a tese busca provar que a universidade pública, quando mediada pela agroecologia, deixa de ser uma "ilha de saber" para se tornar um polo irradiador de justiça ambiental.

4.1 Objetivo Geral

O objetivo geral da pesquisa é "Descrever a construção de novas territorialidades socioambientais a partir de ações de grupos de agroecologia nas universidades no Rio de Janeiro." Isso implica analisar como os grupos de agroecologia nas universidades públicas do município do Rio de Janeiro estão

contribuindo para a formação de novas territorialidades socioambientais. Para descrever essa construção, a estratégia metodológica adotada envolve uma estreita interação entre os pesquisadores e as pessoas envolvidas nas ações investigadas. Essa interação é fundamental para determinar quais são os problemas a serem pesquisados e como encontrar soluções concretas para esses problemas. O objeto de investigação inclui a integração de diversas áreas de conhecimento e pessoas envolvidas, bem como as dimensões epistêmicas e afetivas relacionadas aos desafios encontrados.

4.2 Objetivos Específicos: A Arquitetura da Investigação

Para os Objetivos Específicos, a estrutura precisa ser ainda mais assertiva. Transformei seus pontos em metas de investigação profunda, utilizando o seu referencial teórico para justificar cada passo. Os objetivos específicos desta tese foram desenhados para operacionalizar a análise das territorialidades socioambientais, partindo da escala micro (as dificuldades cotidianas) para a escala macro (a formulação de políticas públicas). Cada meta aqui descrita representa um degrau na construção da práxis agroecológica dentro e fora dos muros universitários.

Mapear a gênese e a consolidação das territorialidades agroecológicas urbanas:

A primeira meta busca examinar como os grupos vinculados ao Manga Rosa e coletivos parceiros desenvolvem sua identidade e conexão afetiva com o solo universitário. Este objetivo não se limita a um histórico cronológico, mas sim a uma análise das "histórias de vida" (FERRAROTTI, 2014) e das práticas que convertem o espaço abstrato em lugar de pertencimento. Através da toponímia (TUAN, 1980), pretendo descrever como o manejo da terra cria uma cartografia social (ACSELRAD, 2008) própria, onde a resistência se manifesta na continuidade do cultivo frente à pressão urbana e institucional. Trata-se de entender a agroecologia como uma linguagem de valoração que desafia a métrica puramente econômica do espaço (MARTÍNEZ-ALIER, 2011).

4.3 Diagnosticar os entraves institucionais e a "fratura metabólica" na gestão do campus:

Este objetivo foca na identificação e documentação dos obstáculos estruturais que dificultam a viabilização dos trabalhos agroecológicos nas universidades. A meta é descrever os principais problemas, desde a precariedade de infraestrutura até as resistências normativas e a oposição de setores que ainda enxergam a agroecologia como uma atividade "externa" ou "menor" à academia. Sob a lente de Henri Lefebvre (1991), analisaremos como a burocracia institucional tenta impor um ordenamento rígido que entra em conflito com o tempo orgânico e a imprevisibilidade da natureza. Documentar esses desafios é essencial para compreender as "rugosidades" do espaço público universitário (SANTOS, 1996) e os limites da autonomia universitária frente à sustentabilidade prática.

4.4 Investigar os mecanismos de mobilização e a construção da força política coletiva:

A terceira meta visa compreender como esses grupos conseguem superar os desafios identificados através da mobilização de capital político e simbólico. Analisaremos as estratégias de articulação interinstitucional — como as redes formadas entre UERJ, UFRJ e UFRRJ — e de que maneira o engajamento comunitário gera uma resiliência política capaz de influenciar tomadores de decisão. Como sustenta Michel Foucault (2005) sobre a microfísica do poder, investigaremos as táticas de resistência que operam "por baixo", transformando o cultivo em um instrumento de pressão por políticas institucionais permanentes. O objetivo é desvelar como o coletivo se torna um ator político relevante, capaz de pautar a sustentabilidade no centro da agenda acadêmica.

4.5 Sistematizar subsídios para a formulação de políticas públicas de agroecologia urbana:

Por fim, a pesquisa pretende reunir noções fundamentais que sirvam de base para a criação e o fortalecimento de políticas governamentais e institucionais, como o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (2024a). Através da síntese dos dados coletados, pretende-se oferecer um arcabouço de conhecimentos que contribuam para a segurança e soberania alimentar em contextos urbanos. Este

objetivo culmina na proposição de diretrizes que garantam que a agroecologia não seja apenas uma ação efêmera, mas uma política de Estado pautada no direito à cidade (HARVEY, 2014) e na ética do cuidado. Ao final, a pesquisa busca traduzir a vivência prática em propostas concretas que assegurem a sustentabilidade e o abastecimento alimentar no Rio de Janeiro (conforme o plano "Alimento no Prato", 2024c).

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente investigação adota a Pesquisa-Ação como eixo condutor, fundamentada na premissa de que o conhecimento é construído na interface entre a reflexão teórica e a intervenção prática (THIOLLENT, 1996). Esta abordagem estabelece uma interação dialógica onde a fronteira entre pesquisador e sujeitos torna-se porosa, permitindo identificar problemas reais do território e vislumbrar soluções coletivas (BRANDÃO, 1984). Complementarmente, utiliza-se a Observação Participante para captar a "ecologia de saberes" manifesta nos mutirões e no manejo cotidiano, permitindo um relacionamento de longo prazo com os grupos estudados (ALTIERI, 1995). A articulação entre essas bases teóricas e as dimensões práticas da pesquisa está detalhada na Figura 10.

Figura 10 – Matriz de integração metodológica: relação entre dimensões da pesquisa, técnicas de coleta de dados e fundamentação teórica aplicada ao estudo da agroecologia universitária.

Dimensão Metodológica	Técnica / Instrumento	Autores de Referência (Base)
Sócio-Antropológica	Observação Participante e Etnografia	Malinowski; Spradley; May.
Dialógica	Entrevistas Semiestruturadas e Histórias de Vida	Triviños; Manzini; Bertaux.
Intervencionista	Pesquisa-Ação e Experimentação Participativa	Thiollent; Brandão; Fisher.
Espacial e Material	Cartografia Social e Análise da Materialidade	Acseirad; Saquet; Miller.

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

Como estratégia de coleta de dados, serão realizadas entrevistas etnográficas semiestruturadas. Esta técnica privilegia o diálogo natural, permitindo que as narrativas desvelem as estratégias de colaboração mútua que surgem

quando o saber acadêmico se dispõe a aprender com o saber popular (SILVA, 2021). O foco recai sobre as histórias de vida e a construção de identidades coletivas, onde os espaços deixam de ser apenas áreas públicas e passam a ser reconhecidos como territórios de resistência e produção de vida (SANTOS, 1999).

Para compreender a dimensão espacial e técnica da pesquisa, utiliza-se a Cartografia Social e territorial, mapeando as redes de colaboração entre algumas universidades públicas do Rio de Janeiro (UERJ, UFF, UFRRJ, Unirio e UFRJ), compreendendo o território como uma materialidade perceptível e uma forma política e econômica que molda o espaço (SAQUET; SPOSITO, 2009; SACK, 1986). Além disso, a experimentação participativa agrega espaços externos como colaboradores e agregados, transformando espaços ociosos em territórios de soberania alimentar e cuidado coletivo (LEFF; VIEIRA, 2001). A observação participante desenvolve o movimento em que a pesquisadora estabelece um relacionamento de longo prazo com vários lados e diferentes partes a partir de um convívio em campo (MALINOWSKI, 2018). May (2001) define a observação participante como “o processo no qual um investigador estabelece um relacionamento multilateral e de prazo relativamente longo com uma associação humana, em sua situação natural, com o propósito de desenvolver um entendimento científico daquele grupo” (MAY, 2001). Um tipo de coleta de dados em que, assim como na pesquisa-ação, a pesquisadora participa das atividades do grupo em pesquisa de campo fazendo uso dos sentidos para obter determinados aspectos de cunho teórico. Com uma investigação baseada em uma autorreflexão coletiva, onde o agir, planejar, descrever e investigar consistem em resolver ou pelo menos esclarecer e melhorar a racionalidade e os problemas das situações observadas nestes grupos (THIOLLENT, 1996), a pesquisa-ação analisa e anuncia o objetivo de forma colaborativa criando novos saberes.

A característica da entrevista semiestruturada traz questionamentos básicos de teorias e hipóteses que se relacionam com o tema da pesquisa, onde esses questionamentos trazem novas hipóteses que surgem a partir das respostas dos participantes (TRIVIÑOS, 1987). O foco deste tipo de entrevista, além do determinado assunto e do roteiro com as perguntas principais, outras questões podem ser agregadas durante a entrevista, complementando e trazendo uma forma mais livre onde as respostas não estão condicionadas a um padrão. Existe a necessidade das perguntas principais e básicas de atingir o objetivo da pesquisa,

em que o roteiro serve apenas para organizar o processo de interação com o público (MANZINI, 2003). Essas perguntas podem indicar uma consequência, podem ser avaliativas, hipotéticas, separadas por categorias, essas que, se observando a resposta, abrem perspectivas de análises e interpretações de ideias.

Com a abordagem etnográfica serão estudados a estrutura organizacional e o comportamento dos grupos que se reúnem para desenvolverem processos de agroecologia e quais são suas interações relacionais, observando ações de todos os envolvidos na proposta. Por ser a metodologia etnográfica valorizada em ambientes educacionais, trazendo análises, relatórios, estudos e investigações, assim como afirma António Pedro et al. no artigo: “Abordagem Etnográfica: Uma Metodologia, Muitas Possibilidades De Uso Em Pesquisas” (2018), a etnografia vem ganhando espaço com suas análises qualitativas, com objetivos de buscar compreender, descrever, explicar os fenômenos sociais e culturais a que os indivíduos e grupos estão sujeitos.

A relação entre o conhecimento e a ação traz a estrutura do “conhecer” para o “agir”. O estudo de caso é um método qualitativo que consiste em aprofundar unidades respondendo a questionamentos sobre o fenômeno estudado sobre o qual o pesquisador não tem muito controle. Este método é útil por ser amplo e complexo e ocorre naturalmente. Um estudo baseado na experiência e na observação metódica ou não busca determinar ou testar teorias com fontes de informações como entrevistas, fotografias, vídeos, resumos acadêmicos, partindo de um contexto real utilizando múltiplas fontes de evidências: explorando, descrevendo e analisando.

Há necessidade de pensarmos alternativas para produção de alimentos em áreas urbanas. Elaborar documentos que sirvam de memória marcando ações dos grupos envolvidos, integrando o sujeito e o grupo em campo de troca de conhecimentos e práticas. Observando a reorganização desses espaços tendo em consideração a sua utilidade, englobando sustentabilidade, reciclagem, práticas culturais e sociais. A abordagem descrita, centrada na aprendizagem autônoma e colaborativa, destaca a importância de capacitar os participantes a assumir um papel ativo em sua própria educação. Eles são incentivados a desenvolver o pensamento crítico, o que os leva a questionar e avaliar ativamente as informações, conceitos e ideias. Além disso, a ênfase em destacar características culturais e promover um sentimento de pertencimento local e sustentabilidade é fundamental

para envolver os participantes em questões significativas e relevantes para suas comunidades e seu ambiente.

Ao tornar os indivíduos autores do estudo, eles não apenas aprendem, mas também contribuem para a construção do conhecimento. Essa abordagem também promove a autonomia, a responsabilidade e a participação ativa na formação de soluções para desafios locais e questões relacionadas à sustentabilidade. Em resumo, essa metodologia favorece a aprendizagem significativa, capacitando os indivíduos a serem agentes de mudança e a contribuir para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades, enquanto reforça seu sentimento de pertencimento e identidade cultural.

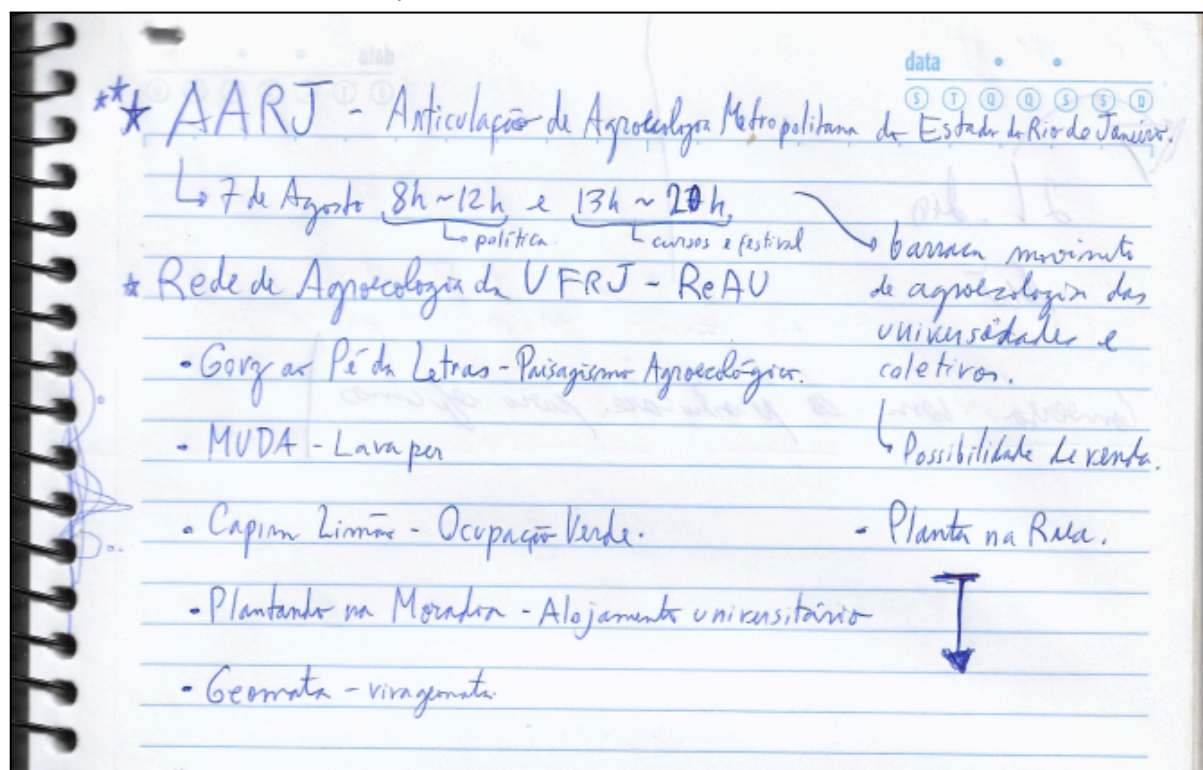
O uso de metodologias etnográficas, observação participante, pesquisa-ação e pesquisa semi-estruturada na agroecologia pode oferecer uma abordagem abrangente para entender, documentar e promover práticas agroecológicas sustentáveis e as comunidades que as apoiam.

Para compreender as dinâmicas socioprodutivas e culturais dos grupos agroecológicos atuantes em territórios urbanos e periurbanos, adotou-se um conjunto de metodologias etnográficas complementares. A observação participante, conforme Spradley (1980), constituiu o eixo central da pesquisa, permitindo a imersão do pesquisador nas atividades cotidianas dos grupos. Essa convivência possibilitou acompanhar mutirões, manejo do solo, uso de PANC, criação de arranjos produtivos site-specific e interações que configuram territorialidades híbridas, tal como discutido por Canclini (2000).

Complementarmente, foram realizadas entrevistas etnográficas semiestruturadas, orientadas por Bernard (2011), que permitiram acessar narrativas sobre práticas agrícolas, desafios enfrentados, relações de pertencimento e percepções sobre a transformação dos espaços urbanos através da agroecologia. As entrevistas também revelaram trajetórias de vida marcadas por saberes rurais, experiências de migração ou formas de adaptação ao contexto urbano, revelando camadas de memória e identidade que atravessam a prática agrícola.

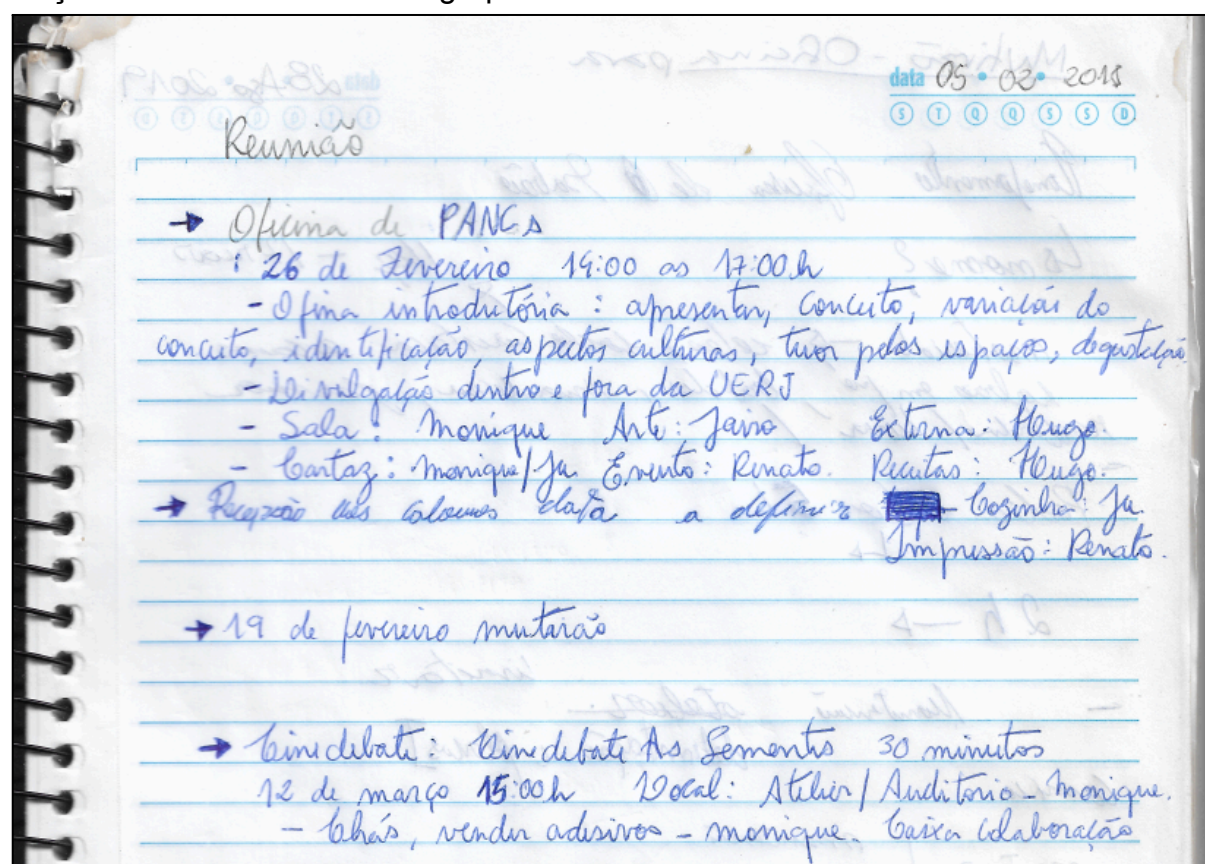
Todo o processo de inserção foi sistematicamente registrado em diários de campo, conforme Emerson, Fretz e Shaw (2011). Essas anotações, que incluem o mapeamento de coletivos parceiros e o cronograma político do movimento (Figuras 11 e 12), possibilitaram documentar observações, diálogos, tensões e momentos-chave de aprendizagem nos espaços utilizados para plantações.

Figura 11 – Página do caderno de campo com anotações sobre cronograma político, festivais e mapeamento de coletivos parceiros (MUDA, Capim Limão, Planta na Rua, entre outros).



Fonte: Acervo da autora, 2018.

Figura 12 – Anotações de reunião (05/02/2018) sobre o planejamento da Oficina de PANC e Cine-debate "As Sementes", evidenciando a autogestão e divisão de funções entre os membros do grupo.



Fonte: Acervo da autora, 2018.

Além disso, integrou-se à investigação a pesquisa-ação, entendida como processo colaborativo entre pesquisador e agricultores (THIOLLENT, 1996), visando

construir soluções para manejo do solo, irrigação, compostagem, uso de PANC, organização comunitária e resolução de conflitos territoriais, especialmente relevantes em áreas urbanas. No âmbito da Pesquisa-Ação, a utilização das PANC como ferramenta de mediação pedagógica foi fundamental para a construção de uma "alfabetização ecológica" entre os participantes. A estratégia metodológica envolveu o uso sistemático do guia de Kinupp e Lorenzi (2014) como base técnica para as oficinas de identificação botânica e manejo agroecológico. A meta foi transitar da teoria para a prática, utilizando o livro não como um manual estático, mas como um disparador de diálogos sobre o território. Mediante caminhadas etnográficas pelo campus, os sujeitos da pesquisa foram convidados a reconhecer o potencial nutritivo de plantas frequentemente rotuladas como "ervas daninhas". Essa abordagem permitiu capturar, através da observação participante (SPRADLEY, 1980), o momento exato da mudança de percepção: o instante em que o olhar técnico-acadêmico se encontra com a curiosidade popular, gerando uma síntese de saberes que é o cerne da ecologia de saberes defendida nesta investigação.

A pesquisa incluiu ainda a análise de elementos materiais e espaços produtivos, conforme Miller (2005), observando ferramentas, sistemas de irrigação, casas de sementes, composteiras e a disposição espacial dos canteiros, elementos fundamentais para entender a materialidade da agroecologia. Paralelamente, realizou-se cartografia social (ACSELRAD, 2008), que permitiu mapear territorialidades, fluxos, áreas produtivas e conflitos socioambientais. Em ambientes virtuais, a etnografia digital (KOZINETTS, 2010) possibilitou acompanhar a circulação de saberes agroecológicos em redes sociais, a organização de feiras e as trocas de sementes.

Para aprofundar dimensões biográficas e subjetivas, utilizaram-se histórias de vida, inspiradas em Bertaux (2005), que permitiram compreender as trajetórias que levaram os agricultores à agroecologia urbana, suas motivações e formas de aprendizagem. A dinâmica coletiva foi também analisada por meio de grupos focais (MORGAN, 1997), nos quais emergiram percepções compartilhadas, divergências internas, estratégias produtivas e modos de circulação do conhecimento.

Por fim, desenvolveu-se experimentação participativa, fundamentada nos princípios clássicos da experimentação científica (FISHER, 1971), mobilizando agricultores e pesquisadores na realização de testes de cultivos, manejo, adubação verde e controle biológico, gerando conhecimento aplicado estruturado pelas

condições locais. A articulação dessas metodologias proporcionou uma compreensão abrangente, situada e multidimensional da agroecologia urbana e periurbana como prática técnica, sociocultural e territorial dentro e fora das universidades.

A integração dessas metodologias na pesquisa agroecológica pode fornecer uma compreensão mais completa das dinâmicas sociais, ambientais e práticas que moldam a agroecologia. Essas abordagens não apenas ajudam a documentar o conhecimento local e as estratégias de adaptação, mas também podem catalisar ações práticas para a promoção da sustentabilidade. Além disso, promovemos a colaboração ativa entre pesquisadores e membros da comunidade, contribuindo para a construção de soluções baseadas no conhecimento e nas necessidades locais.

Assim, estudando outros processos e percebendo por outros exemplos que, por meio de técnicas simples e acessíveis, qualquer pessoa pode explorar espaços em áreas urbanas, assim, trazemos essas experiências para dentro da universidade. A ênfase na compreensão da função social do autocuidado, tanto pessoal quanto em relação aos espaços de convívio, é uma ideia louvável. Promover a conscientização sobre como nossas ações individuais afetam não apenas a nós mesmos, mas também os ambientes que compartilhamos é um passo importante para a construção de comunidades mais saudáveis e sustentáveis.

Serão analisados os grupos agroecológicos formados nas universidades públicas do estado e município do Rio de Janeiro que possuem uma ligação com a agroecologia urbana e a ocupação de espaços públicos e terrenos baldios (UERJ, UFF, UFRRJ, Unirio e UFRJ). Todos esses grupos que serão aqui citados já possuem afinidade e relação com a pesquisa, facilitando assim o processo de entrevista e observação das ações.

A pesquisa-ação é cada vez mais utilizada por professores-pesquisadores por ser uma forma de condução de pesquisa orientada e aplicada com elaboração de diálogos para busca de soluções, estabelecendo uma rede de comunicação com as captações de informações e também de divulgação (THIOLLENT, 1996). Primeiramente descobrimos o campo de pesquisa e os interessados, formulamos as perguntas para descobrirmos os problemas, definimos as hipóteses e objetivos, obtivemos as autorizações, começamos o levantamento de dados, organizamos os diálogos, planejamos as mudanças e analisamos e interpretamos os resultados.

Esta pesquisa não se limita apenas a uma forma de ação pessoal, mas sim também à observação de toda a atividade intencional dos participantes, pretendendo aglutinar o conhecimento dos pesquisadores, das pessoas e dos grupos considerados.

5.1 Viabilidade de Execução: A Inserção da Pesquisadora e a Práxis Investigativa

A exequibilidade desta pesquisa ancora-se na minha trajetória como pesquisadora inserida e agente ativa nos processos de territorialização agroecológica na UERJ. Minha participação no grupo Manga Rosa estende-se de 2012 até a presente fase de doutoramento, o que me confere uma perspectiva longitudinal e privilegiada sobre o objeto de estudo. Como sustenta Minayo (1992), a inserção do pesquisador no campo é um fator determinante para a apreensão das subjetividades e dos significados ocultos nas relações sociais. Esta vivência não é apenas cronológica; ela é política, tendo sido forjada em meio a ocupações e movimentos estudantis que culminaram na formação de um coletivo multidisciplinar focado na subversão estética e produtiva do campus.

Iniciativas como o Manga Rosa e suas redes interinstitucionais (UFRJ, UFRRJ, UNIRIO) representam respostas criativas e insurgentes a problemas estruturais, como a insegurança alimentar. A viabilidade técnica desta tese sustenta-se na robustez desta rede de colaboração já consolidada. A abordagem metodológica adota a Pesquisa-Ação (THIOLLENT, 1996; BRANDÃO, 1984), onde a colaboração multidisciplinar e a abordagem experimental — que remete ao rigor do design de experimentos de Fisher (1971) — permitem que a investigação científica caminhe par e passo com a transformação social. O fato de já integrar esses grupos minimiza as barreiras de entrada e facilita o acesso a memórias, documentos e histórias de vida (FERRAROTTI, 2014) que seriam inacessíveis a um observador externo.

A viabilidade logística e financeira, por sua vez, foi garantida pela estrutura institucional e pelo fomento à pesquisa de pós-graduação. A complexidade de um

trabalho que exige deslocamentos entre diferentes campi e territórios, além da participação em congressos e da aquisição de materiais para o registro etnográfico, requer um suporte econômico que permita a dedicação exclusiva da pesquisadora. Nesse sentido, o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, garantindo que as metas estabelecidas nos objetivos específicos fossem cumpridas integralmente, respeitando os prazos e o rigor acadêmico exigido pelo PPGMA/UERJ.

Portanto, a viabilidade desta tese transcende a disponibilidade de recursos; ela reside na fusão entre a competência técnica, o arcabouço bibliográfico acumulado e a legitimidade política construída ao longo de mais de dez anos de atuação direta no campo da agroecologia urbana. Essa posição de "insider" permite que a pesquisa não seja apenas um relato sobre o outro, mas uma cartografia social (ACSELRAD, 2008) construída a partir de dentro, onde a teoria se alimenta da prática e a prática é iluminada pela reflexão científica crítica.

5.2 Agroecologias em transição: do convencional ao alternativo

O termo "agroecologia" deriva da combinação das palavras "agro", que se relaciona com a terra cultivada, e "ecologia", que é o estudo das relações entre os seres vivos e o ambiente (GLIESSMAN, 2001). A agroecologia, como seu nome sugere, concentra-se na prática de uma agricultura que está em harmonia com os princípios ecológicos, considerando a terra, os ecossistemas e os impactos ambientais. Altieri (1995) argumenta que a agroecologia integra conhecimentos tradicionais e científicos para criar sistemas agrícolas sustentáveis que preservem a saúde dos ecossistemas. A agroecologia é a ciência que estuda os princípios ecológicos aplicados à agricultura, buscando tornar a produção agrícola mais sustentável, respeitando os ecossistemas e a biodiversidade. Segundo Gliessman (2001), a agroecologia não é apenas uma técnica agrícola, mas uma abordagem sistêmica que promove práticas produtivas harmonizadas com o meio ambiente. Primavesi (2002) enfatiza que a agroecologia deve considerar a interação entre ecosfera, tecnosfera e práticas agrícolas, buscando sempre a sustentabilidade

ambiental e social. Ela busca promover a produção de alimentos de maneira sustentável, preservando o meio ambiente e promovendo a saúde dos ecossistemas e das comunidades rurais. Caporal e Costabeber (2004) destacam que os princípios agroecológicos visam minimizar impactos ambientais negativos e fortalecer a resiliência dos sistemas produtivos. Agroecologia é um conjunto de princípios que orientam a produção agrícola sustentável, considerando aspectos ecológicos, sociais e econômicos (CAPORAL; COSTABEBER, 2004)

O que dizer sobre a ciência que traz sustentabilidade e saúde para as famílias que a utilizam? A agroecologia é uma matriz disciplinar com base epistemológica, é um conjunto de princípios aplicáveis ao sistema sustentável. Pode ser descrita como uma ciência como objeto holístico dos agrossistemas e emprega o manejo de recursos naturais para condições específicas de produção material e, por outro lado, tem, em sua essência e simplicidade, a harmonia com a natureza e um sistema cultural emergente. A preocupação do verde dentro do urbano está crescente, pois o jardim representa um vínculo concreto de diminuição de estresse, permitindo uma pausa para um momento de distração com efeito tranquilizante e benéfico tão necessário aos seres humanos atualmente.

A trajetória de Vandana Shiva (2020) oferece um suporte teórico fundamental para a compreensão dos conflitos entre a agricultura industrial e a soberania alimentar. Ao defender a agricultura tradicional e a preservação da biodiversidade agrícola, a autora posiciona a semente não apenas como um insumo, mas como um elemento de autonomia das comunidades rurais e indígenas. Seu ativismo — exemplificado no movimento das 'Sementes Livres' — denuncia a dependência gerada por sementes patenteadas e as consequências das grandes corporações agrícolas, como a degradação ambiental e a perda da autonomia camponesa. Mais do que uma crítica técnica, Shiva articula uma perspectiva ética que entrelaça justiça social e preservação ecológica, influenciando movimentos globais que buscam em práticas ancestrais e agroecológicas um caminho para sistemas alimentares mais justos e sustentáveis.

A agroecologia é um campo da ciência com princípios multidisciplinares de base ecológica que contribuem para produções em ecossistemas preservados de recursos naturais, culturalmente sensíveis, socialmente justos, economicamente viáveis, proporcionando um agroecossistema sustentável. Com elaboração de estratégias de desenvolvimento rural em uma perspectiva multidimensional onde os

conceitos apresentados apresentam uma série de princípios, conceitos e metodologias com propósito de desenvolvimento e implantação de estilos sustentáveis com bases científicas (ALTIERI, 1995). O enfoque agroecológico corresponde à aplicação dos conceitos e princípios da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis (GLIESSMAN, 2001). O manejo dos recursos agroecológicos é uma área do conhecimento que se desenvolve por meio de ações coletivas que buscam apresentar uma solução em termos de produção para a atual crise ecológica e social (SEVILLA, 2002).

A agroecologia é realmente uma abordagem promissora para a agricultura, pois coloca ênfase na sustentabilidade, na integração da produção com os ecossistemas naturais e no bem-estar das comunidades rurais. Ela busca um equilíbrio entre a produção de alimentos, a proteção do meio ambiente e o respeito pelos direitos e culturas das pessoas envolvidas. Ao contrário dos métodos industriais que têm muitas vezes um impacto negativo no meio ambiente e nas comunidades rurais, a agroecologia busca criar sistemas agrícolas mais resilientes e autossustentáveis. Isso não apenas contribui para a produção de alimentos saudáveis, mas também para a conservação dos recursos naturais e para a promoção de comunidades rurais fortes e autônomas.

A utilização de espaços ociosos para a prática da agroecologia é uma maneira eficaz de transformar áreas urbanas em ambientes mais sustentáveis. Esses espaços podem ser transformados em jardins comunitários, hortas ou locais de experimentação agrícola, promovendo o uso significativo dessas áreas urbanas. Valorizar o uso da terra em vez do simples valor de troca é uma parte fundamental da agroecologia. Isso significa que a terra é vista como um recurso para a produção de alimentos e para atender às necessidades da comunidade, em vez de ser apenas um bem para ser comercializado. A agroecologia frequentemente incorpora práticas tradicionais de cultivo, passadas de geração em geração. Esses saberes incluem métodos de plantio, seleção de sementes e práticas de cultivo que estão enraizadas nas culturas locais e têm se mostrado sustentáveis ao longo do tempo. A colaboração entre a comunidade e o conhecimento acadêmico é uma parte crucial da agroecologia. Os princípios da agroecologia podem ser fortalecidos e aprimorados através da combinação de saberes tradicionais com pesquisas acadêmicas, resultando em práticas agrícolas mais eficazes e sustentáveis. O resgate de práticas ancestrais e o cultivo da terra oferecem às pessoas uma

oportunidade de se reconectar com o ambiente natural. Isso pode aumentar a conscientização sobre a importância de cuidar da terra e promover uma relação mais harmoniosa com a natureza.

A ocupação de novos espaços reivindicou melhoria de qualidade do ambiente e melhoria de vida, como também espaço de autonomia cultural e autogestão produtiva, ressignificando o discurso da sustentabilidade dentro dos valores e interesses que orientam um processo de reapropriação social da natureza (LEFF; VIEIRA, 2001). Essa abordagem é fundamental para lidar com os desafios globais da segurança alimentar, da degradação ambiental e das mudanças climáticas. A agroecologia oferece um caminho para uma agricultura mais justa, sustentável e equitativa. A agroecologia não se trata apenas de práticas agrícolas, mas também de uma filosofia que promove o uso responsável da terra e a valorização das tradições agrícolas, ao mesmo tempo em que incorpora conhecimentos acadêmicos para aprimorar essas práticas. Essa abordagem holística tem o potencial de criar comunidades mais sustentáveis e saudáveis.

Para dar suporte à cartografia social e à pesquisa-ação, a investigação utilizou um conjunto de instrumentos complementares, aplicados entre os anos de 2021 e 2025. Esta etapa foi fundamental para captar as nuances das redes agroecológicas universitárias e o surgimento das territorialidades socioambientais.

5.2.1. Observação Participante e Diários de Campo

A imersão nos territórios deu-se através da coordenação e participação ativa no projeto Manga Rosa (UERJ) e em mutirões nos demais coletivos citados. Conforme orientado por Emerson, Fretz e Shaw (2011), foram utilizados diários de campo para o registro minucioso das dinâmicas cotidianas, das tensões espaciais e das percepções sensoriais durante o manejo dos canteiros. Essas observações ocorreram de forma sistemática durante os períodos letivos, com registros de encontros interinstitucionais e atividades de extensão.

5.2.2. Entrevistas Semiestruturadas

A fim de aprofundar a compreensão sobre as redes de colaboração, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 14 lideranças e participantes de

coletivos agroecológicos. Os entrevistados foram selecionados por seu papel central na articulação dos grupos (sejam acadêmicos ou comunitários), garantindo uma representatividade das diferentes "manchas" territoriais do Rio de Janeiro.

Aplicação: As entrevistas ocorreram presencialmente e online entre as datas de março de 2025 e janeiro de 2026. Tratamento de Dados: Todas as conversas foram gravadas mediante consentimento e submetidas a um processo de transcrição integral. Para garantir a ética na pesquisa e o sigilo dos participantes, foram adotados pseudônimos na apresentação dos resultados.

5.2.3. Mapeamento Participativo e Sistematização Visual

Complementando os relatos, utilizou-se o mapeamento participativo para representar as territorialidades e as práticas produtivas. Os dados coletados foram sistematizados mediante fluxogramas, tabelas e organogramas, ferramentas estas que permitiram visualizar a complexidade das interações interinstitucionais e a evolução cronológica dos projetos.

5.2.4. Análise de Dados

A análise não buscou apenas a descrição dos fatos, mas a interpretação das "vozes do chão". O material transcrito e os registros fotográficos foram cruzados com o referencial teórico de Territorialidades Socioambientais, buscando identificar padrões de resistência, descolonização alimentar e construção do bem viver nos espaços públicos universitários.

6. FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TRANSFORMAÇÕES DA AGROECOLOGIA

Inicialmente, as sociedades eram compostas principalmente por caçadores e coletores, que dependiam da caça de animais e da coleta de alimentos na natureza. Com o tempo, os grupos que experimentaram com práticas agrícolas perceberam que podiam cultivar seus próprios alimentos, o que proporciona maior segurança alimentar e a capacidade de sustentar populações maiores. Esse avanço na agricultura levou ao desenvolvimento de sociedades agrárias, onde a terra e a domesticação de animais desempenhavam papéis centrais. Essas sociedades agrárias formaram a base para o surgimento de civilizações mais complexas e eventualmente deram origem a sociedades urbanas e industriais à medida que a tecnologia e a organização social evoluíam. Essa transição é um dos marcos mais importantes na história da humanidade, e os vestígios arqueológicos e a pesquisa histórica continuam a nos fornecer informações valiosas sobre como ocorreu essa transformação.

São importâncias históricas com discussões em torno do evolucionismo com uma perspectiva temporal e espacial arqueológica e pré-histórica do tipo macro (CARDOSO, 1997). Paulo Seda (2010) justifica a história da humanidade e da civilização com tudo o que ela representa, passando por longo processo de criação de cidades, comércios, transportes, ciências, escrita por consequência da invenção da agricultura. Há mais ou menos 5 milhões de anos, a confecção de instrumentos pelo *Homo habilis*, juntamente com a domesticação de vegetais, criou uma conquista espacial, de ocupação de espaço propriamente dito. Cada cultura avançou em sua adaptação integrativa entre cultura e natureza.

Após as guerras mundiais, houve um grande aumento na produção agrícola, impulsionado pelo uso de fertilizantes químicos, pesticidas e técnicas intensivas de cultivo. Isso resultou em maior produtividade, mas também em preocupações crescentes sobre a degradação do solo, a poluição da água, a perda de biodiversidade e os efeitos na saúde humana devido a resíduos químicos.

A agricultura ecológica começou a ser usada para descrever uma abordagem agrícola que leva em conta aspectos sociais, culturais, éticos e ambientais na utilização dos recursos naturais. Durante o século XX aumentou a produção de grande número de variedades de grãos e sementes, trazendo

estabilidade das colheitas e rendimento agrícola. O aumento da produtividade, do manejo da cultura, o preparo do solo, o uso da água, a fertilização, controle de pragas e ervas daninhas, o melhoramento genético das culturas alimentares não foram nem são suficientes para atender às necessidades de pessoas projetadas para estar neste planeta. A batalha para garantir a segurança alimentar de centenas de pessoas miseravelmente pobres está longe de vencer.

Com a promessa de acabar com a fome no mundo, a Revolução Verde criou um modelo de desenvolvimento agrícola baseado em tecnologia, com o avanço da industrialização na década de 1960, após a Segunda Guerra Mundial e durante o regime militar no Brasil. A modernização agrícola de larga escala na produção de alimentos trouxe um conjunto de novidades tecnológicas agrícolas, trouxe também fertilizantes, seleção de sementes, agrotóxicos, entre outros (BORLAUG, 2000). Esse progresso tecnológico trouxe vantagens e desvantagens. O uso de agrotóxicos agrícolas, que são compostos químicos tóxicos, contribuiu para o aumento de mortes e doenças crônicas. Assim, não eliminando e até agravando o problema da fome nesses países mais pobres em desenvolvimento que se tornavam subdesenvolvidos. A Revolução Verde gerou problemas significativos, como a degradação ambiental, a dependência de agroquímicos e a concentração de terras. Ela não conseguiu resolver o problema da fome global e criou novos desafios. Apesar disso, também como ponto negativo, o uso incessante dessa tecnologia resultou em desmatamento dos solos, erosão, poluição dos rios e assoreamentos, resultando em consequências extremamente prejudiciais ao meio ambiente, contaminando e desequilibrando animais e plantas. A Revolução Verde é uma denominação enganosa de um modelo agrícola baseado em aplicação de produtos químicos e ao terminar a Segunda Guerra Mundial, as empresas começaram a buscar por novos mercados de fertilizantes sintéticos que eram produzidos onde se produziam explosivos durante a guerra (SHIVA, 2020).

O Brasil viveu uma forte industrialização com esse aumento da população e do poder aquisitivo, tendo um crescimento e um maior deslocamento desse grupo rural para o urbano. O governo instituiu políticas públicas específicas que incluíam investimentos em extensão rural, com desenvolvimentos em pesquisas e crédito farto. Mesmo sendo o Movimento Verde um movimento agrícola expressivo, os produtos plantados em seus determinados países eram importados de países em subdesenvolvimento (Brasil, México, Índia, China, Indonésia, etc.) para países mais

ricos, geralmente grãos como arroz, cevada, milho, soja e trigo (EMBRAPA, 2018).

O modelo da Revolução Verde, consolidado sob a influência de Norman Borlaug (2000), tornou-se alvo de intensas críticas acadêmicas e sociais ao longo das décadas. Ao priorizar o cultivo em larga escala de variedades de alto rendimento, esse paradigma promoveu uma homogeneização biológica que resultou em monoculturas vulneráveis a patógenos e instabilidades climáticas. A dependência estrutural de insumos químicos sintéticos — como fertilizantes e pesticidas — não apenas exacerbou os impactos ambientais negativos, mas também aprofundou a desigualdade no campo. Como aponta a literatura crítica, os benefícios desse avanço tecnológico foram distribuídos de forma assimétrica, favorecendo grandes proprietários capitalizados em detrimento da agricultura familiar e de subsistência. Essa modernização compulsória desarticulou sistemas agrícolas tradicionais, impactando severamente comunidades rurais e povos indígenas, o que frequentemente culminou em êxodos rurais e desequilíbrios socioeconômicos urbanos. A introdução de sementes híbridas e transgênicas consolidou uma relação de dependência em relação a patentes corporativas, retirando a autonomia dos agricultores sobre seu próprio material genético. Diante desse cenário de vulnerabilidade e exclusão, as críticas contemporâneas reafirmam a urgência de abordagens fundamentadas na agroecologia, capazes de fomentar sistemas alimentares que sejam, simultaneamente, resilientes, socialmente justos e ecologicamente integrados.

A contracultura e a agricultura alternativa são duas correntes de pensamento e práticas que emergiram em diferentes momentos da história, mas compartilham uma crítica ao sistema cultural e econômico predominante, bem como uma ênfase na busca por alternativas mais sustentáveis e significativas. A contracultura refere-se a um movimento cultural que surgiu nas décadas de 1950, 1960 e 1970, principalmente nos Estados Unidos e em outros países ocidentais (MOREIRA, 2022). Ela representou uma rejeição da cultura convencional, da conformidade social e das normas predominantes. A contracultura questionou a autoridade estabelecida, incluindo o governo, as instituições religiosas e as empresas. Ela promoveu a autenticidade e a liberdade individual em oposição ao consumismo e à busca de bens materiais. O movimento antiguerra foi um componente importante da contracultura. A busca pela paz, igualdade racial e de gênero eram ideais centrais.

A agricultura alternativa, conforme discutido por Lutzenberger (1980), surge

como um movimento de resistência às práticas convencionais, focando em sistemas sustentáveis e socialmente justos. Nesse sentido, a agroecologia, definida por Altieri (2001) como uma ciência que integra princípios ecológicos à produção, promove a conservação do solo e a biodiversidade. Esse modelo valoriza a pequena propriedade e o saber local, garantindo, como aponta Primavesi (2002), que a sustentabilidade ambiental caminhe com o apoio à agricultura familiar e à justiça comercial.

Embora a contracultura e a agricultura alternativa se manifestem como movimentos distintos, ambos convergem no desafio ao status quo e na busca por existências mais sustentáveis e dotadas de significado. Historicamente, as décadas de 1960 e 1970 testemunharam uma intersecção profunda, onde atores da contracultura engajaram-se em iniciativas agrícolas alternativas, consolidando uma abordagem holística para a transformação social e cultural (MOREIRA, 2022). Essa sinergia foi o terreno fértil para mudanças estruturais nas práticas agrícolas contemporâneas. Nesse cenário de transição, destaca-se a figura de Ana Maria Primavesi (nascida Conrad, em 1920, na Áustria). Radicada no Brasil, a engenheira agrônoma e pesquisadora tornou-se a referência máxima da agroecologia e da agricultura orgânica no país, sendo frequentemente reverenciada como a 'mãe da agroecologia'. Sua trajetória na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) foi marcada pelo pioneirismo nas ciências do solo, especialmente no desenvolvimento do conceito de manejo ecológico. Primavesi — carinhosamente apelidada de 'Jatobá' por sua resiliência e nobreza intelectual (FILHO, 2022) — defendeu uma agricultura em equilíbrio sistêmico, priorizando a saúde biológica da terra e o controle biológico de pragas. Seu legado transcende a academia; suas obras tornaram-se guias universais que continuam a inspirar pesquisadores e agricultores na construção de sistemas alimentares em harmonia com os ciclos vitais da natureza.

7. ENTRE O EU E O NÓS: PERSPECTIVAS SOBRE A VIDA EM GRUPO

A dinâmica grupal não é estática; ela se constitui por meio de laços fluidos, frequentemente ambivalentes e sujeitos a constantes reconfigurações (LATOURE, 2012). No território de pesquisa, observa-se a emergência de coletivos heterogêneos que se articulam conforme as demandas e as orientações políticas do movimento agroecológico. Essa rede é composta por uma pluralidade de sujeitos agricultores, docentes, discentes de diversas áreas, produtores e consumidores cujas ações convergem em espaços de disputa e cooperação. Nesse processo, a figura do mediador torna-se central: ele não apenas coordena, mas atua como um catalisador de transformações no espaço social. Diferente do 'intermediário', que apenas reproduz fluxos existentes, o mediador — seja um agente humano ou um artefato técnico — altera a própria natureza das interações, fomentando a aprendizagem em rede. Sob a ótica da teoria histórico-cultural de Vygotsky (1984), essa mediação é o que impulsiona o desenvolvimento de processos cognitivos e práticos que, sem o auxílio de pares mais experientes, seriam inacessíveis ao indivíduo. É no exercício dessa reciprocidade — marcada por trocas de saberes, mutirão de soluções e vivência direta com o ambiente — que se consolida a práxis agroecológica. Assim, o suporte oferecido no coletivo atua como uma 'andaime' educacional, preparando o terreno para que, futuramente, cada participante possa operar com autonomia, aplicando os conhecimentos adquiridos na construção de novas realidades territoriais.

De acordo com Michel Maffesoli (1998), as relações de hoje em dia se dão muito mais por questão de proximidade, pela busca do entendimento do seu eu e por laços de questões de afinidades, proximidades, uma espécie de coletividade afetiva que enxerga os outros como iguais. Em sua ideia de grupo como tribo, ele coloca que ela vem para substituir a ideia de individualismo, importante na concepção da modernidade e na ideia de nacionalismo, importante na ideia de sociedade. A ideia de indivíduo é quando se pensa na liberdade, no direito de expressão, ter suas convicções, vivenciar o seu eu da forma que bem entender. A sociedade é composta por indivíduos que buscam resolver suas necessidades, seus anseios, que trabalham, indivíduos que se manifestam. Pensando em pessoas e suas diversas características, a sociedade precisou estabelecer o indivíduo como algo importante. Pensar o indivíduo também como a pessoa que está ligada pelos

seus laços com a terra em que nasceu e sua socialização com o resto do mundo. Na pós-modernidade não é mais apenas o indivíduo nem as questões individuais que vão sustentar as relações, e sim todo um laço de relações (MAFFESOLI, 1998). As ideias de Maffesoli são muito apropriadas para iluminar o desenvolvimento dessa pesquisa. Fundamenta o olhar para o coletivo, as relações interpessoais e a produção do conhecimento e autoconhecimento que essas relações favorecem. Atualmente, a forma de se socializar ganha novos contornos através dessa coletividade afetiva, nessa busca do reconhecimento no outro. Maffesoli também fala que a ideia de nacionalização pode acabar daqui a algum tempo, porque como as pessoas estão se relacionando umas com as outras, criaram uma socialização que não sustentaria mais a própria ideia de nação. Podemos ver com bastante clareza, hoje em dia, que os jovens que se unem para plantar e compor grupos de agroecologia já têm acesso à tecnologia, acabam criando laços com pessoas distantes, com o mesmo ideal agroecológico. Essas novas formas de socialização que estão surgindo estão derrubando as formas anteriores, novas formas de relacionamento. Estudamos, aqui, também essas novas maneiras de avaliar os reagrupamentos sociais, observando suas territorialidades, características atribuídas, organização ou ausência dela em agrupamentos agroecológicos que iniciaram dentro da universidade.

Compreender as redes que estruturam os coletivos exige um exercício reflexivo que ultrapassa a busca por unidades fechadas. Em vez de tentarmos fixar identidades estáveis, a proposta é mapear o entrelaçamento de processos associativos — os 'fios' que conectam humanos e não-humanos em uma trama multiforme. Como adverte Latour (2012), o erro metodológico recorrente nas ciências sociais é a precipitação em categorizar atores em grupos predefinidos, negligenciando a fluidez das associações que, de fato, conferem estabilidade a um movimento. A estabilidade de uma ideia não reside na individualidade do sujeito, mas na rede densa e interdependente que sustenta e legitima o discurso coletivo.

Esse entendimento é urgente quando confrontamos a hegemonia do paradigma industrial. O modo de vida camponês, frequentemente estigmatizado sob a ótica de um 'moderno' excludente, encontra resistência em núcleos familiares — rurais e, crescentemente, urbanos — que reivindicam a soberania alimentar e a conexão direta com o solo (CANCLINI, 2000). A migração rural-urbana, forjada por imperativos econômicos e pela busca por ascensão, não resulta apenas em perda

cultural, mas em processos de hibridização. Nesse cenário, o alimento transcende a função fisiológica; ele atua como um marcador identitário que traduz as tensões entre o campo e a cidade, revelando como as práticas de consumo refletem a resistência regional e a diferenciação cultural diante da padronização imposta pela modernidade.

Os coletivos agroecológicos não são estruturas estáticas, mas formações dinâmicas que deixam rastros passíveis de um rastreamento cartográfico. A existência de um grupo é performada por aqueles que o narram, definindo suas fronteiras territoriais e as formas que a prática agrícola deve assumir no espaço acadêmico ou urbano. Esse processo de composição e dissolução revela que as trajetórias identitárias dos atores — sejam eles estudantes, agricultores ou pesquisadores — são inerentemente fluidas; a identidade agroecológica não é um dado fixo, mas um efeito de associações temporárias e engajamentos políticos. Assim, um grupo constituído em determinado marco temporal está sujeito a metamorfoses contínuas, alterando seus espaços de cultivo, composições humanas, fluxos ideológicos e afirmações culturais, podendo inclusive hibernar e emergir em novas configurações após períodos de paralisia institucional. A natureza heterogênea dos laços que estruturam a ação em rede na agroecologia deve ser compreendida como um 'nó' — uma convergência de funções e actantes humanos e não humanos (como as sementes, o solo e as ferramentas). Na perspectiva de Latour (2012), a agência não emana de uma liderança isolada, mas é distribuída por um conjunto de entidades que induzem ao fazer. O ator não é a origem da ação, mas o ponto de passagem de uma rede de influências e saberes tradicionais. Embora as motivações individuais possam ser variadas, os argumentos que sustentam o coletivo — como a limpeza de um terreno baldio, a ocupação de canteiros universitários ou a promoção da soberania alimentar — tornam-se visíveis e rastreáveis. Ao aceitar que a práxis agroecológica é mediada por controvérsias e argumentos sólidos, o pesquisador pode seguir os atores em suas disposições para criar novas conexões sociais, estabelecendo alianças com redes pré-existentes de sementes e mudas ou desviando-se de rotas convencionais em busca de novos arranjos territoriais e ancestrais.

A percepção das associações entre humanos e não humanos exige a compreensão de que ambos são igualmente capazes de produzir significados e orientar fluxos de ação. Nesse sentido, os não humanos — sejam terrenos em

processo de ocupação, espécimes vegetais, insetos, ou mesmo as ferramentas mobilizadas nos mutirões — não são meros objetos passivos, mas actantes que modificam o curso dos eventos e participam ativamente da construção territorial. Diferente dos 'intermediários', que transmitem informações de forma transparente e invisível, os 'mediadores' são aqueles cuja presença altera a configuração da rede, tornando-se visíveis por meio dos traços que deixam no processo de transformação social (LATOUR, 2012).

Quando um canteiro é cultivado, por exemplo, a PANC, o solo e a enxada deixam de ser simples extensões da vontade humana para se tornarem sujeitos que provocam novas conexões. Ao incluí-los na análise, expandimos o escopo da ação coletiva, reconhecendo que o vínculo social na agroecologia é uma construção híbrida. Se, no senso comum, os objetos são frequentemente negligenciados pelo pensamento social, na práxis agroecológica eles emergem como componentes fundamentais da resistência. Eles materializam a história da ocupação, consolidando os laços de um coletivo que, ao reconhecer a agência do 'não humano', reconfigura a própria ideia de convivência entre a sociedade e a terra.

Não reduzir fatos à natureza torna o pesquisador sensível a outras dimensões de explicação: científica, moral, política, etc. e observar questões de interesse na construção dos fatos. Com a promessa de simetria generalizada do mundo da ciência e da tecnologia, as questões de fato contra as questões de interesse abrem uma caixa de ferramentas dos modelos de realidade fabricados pelos próprios cientistas onde o feito ao invés de fatos é também uma construção ou modelo de realidade. A construção do grupo se equivale a uma associação de entidades humanas e não humanas que conectam questões de interesse. As unidades explicativas tanto de um lado como do outro se esterilizam, conferindo validade às explicações concedidas em uma casualidade de fatos. Descrever os processos em qualquer perspectiva implica dizer que ali não houve uma casualidade previsível, e sim uma indução ou mobilização de mediação onde a ação é assumida e transformada por pessoas do grupo.

Trazer para o primeiro plano o ato de compor relatos implica reconhecer que o texto não é um receptáculo passivo de informações, mas um mediador que performa a própria rede. A escrita, nesse sentido, revela a precariedade do objeto estudado; ele não é um dado do que vem antes, mas o resultado provisório dos rastros deixados pelos atores em suas interações. Existe uma complexidade

inerente a transformar a prática agroecológica em narrativa, evitando que o texto se torne um mediador artificial de verdades ou um reflexo subjetivo e isolado do pesquisador. Como bem pontua Latour (2012), um 'bom texto' é aquele que tece a rede ao permitir que o escritor estabeleça conexões simétricas entre todos os envolvidos — humanos, plantas, solos e instituições.

Para que o relato não se limite a uma manipulação unilateral, é preciso operar movimentos que rompam com binarismos rígidos. Isso envolve abrir conexões entre o local e o global, delineando um plano que siga os acontecimentos em seus deslocamentos geográficos e simbólicos sem recorrer a entidades invisíveis ou explicações transcendentais. Na perspectiva latouriana, a dualidade local-global é uma construção conceitual que não dá conta da capilaridade das tramas sociais; o que existe são redes que se estendem e se conectam. Assim, a universidade, embora se manifeste como uma presença generosa e produtiva — quase maternal — para os que a habitam, não deve ser vista como um cenário fixo, mas como um organismo vivo e interdependente que demanda cuidado, manutenção e uma atenção constante às suas próprias redes de sustentação.

É imperativo reconhecer que a constituição do 'eu' é indissociável da existência do 'outro'; a subjetividade, portanto, emerge de relações de afeto plurais e entrelaçamentos frequentemente ambíguos. Para que um coletivo se materialize e ganhe escala, ele demanda a figura do porta-voz — aquele que, na perspectiva de Latour (2012), sintetiza a multiplicidade de opiniões, regras e processos de recrutamento que definem o grupo. No caso do projeto de agroecologia Manga Rosa UERJ, o horizonte de atuação era pautado pela horizontalidade, em que a ausência de uma liderança centralizada permitia que as decisões fossem frutos de uma construção conjunta e deliberativa. Contudo, a estabilidade desse coletivo mostrou-se dependente da constante renovação de seus fluxos. Ao longo dos anos, o fluxo natural de graduações e o consequente afastamento de membros veteranos exigiram sucessivos ciclos de redistribuição de tarefas e redefinições de metas. O impacto disruptivo da pandemia de COVID-19, entretanto, operou uma desarticulação profunda nessa rede: o distanciamento físico e institucional levou à dissolução dos laços que conferiam coesão ao grupo. O que restou foram fragmentos de uma estrutura antes robusta, agora composta por indivíduos isolados, sem a força de trabalho coletiva necessária para sustentar a intervenção agroecológica no território universitário.

Nesse panorama de fluxos e refluxos, torna-se produtivo observar a distinção estabelecida por Latour (2012) em sua obra *Reagregando o Social*, onde o autor diferencia os grupos que demandam um esforço de manutenção constante daqueles dotados de certa inércia. Grupos do primeiro tipo — como comunidades de prática, movimentos sociais e projetos colaborativos de agroecologia — exigem um engajamento ativo e contínuo para sustentar sua existência; sua coesão é um efeito direto do trabalho incessante de seus membros. Quando esse investimento de energia arrefece, o coletivo tende à fragmentação ou à perda de eficácia política. Em contrapartida, os grupos caracterizados pela inércia possuem uma estabilidade interna que lhes permite persistir mesmo sob esforços mínimos, frequentemente ancorados em tradições consolidadas, estruturas organizacionais rígidas ou valores simbólicos compartilhados. No entanto, Latour adverte que essa inércia não garante a sobrevivência eterna: sem eventos ou mediadores que reativem periodicamente o grupo, ele corre o risco de obsolescência ou declínio. Essa dualidade é fundamental para compreender a ecologia dos coletivos agroecológicos ao longo do tempo. Ela demonstra que a sobrevivência de iniciativas como o Manga Rosa ou as hortas comunitárias não depende apenas de uma estrutura fixa, mas da capacidade de manutenção e reativação constante de seus laços, transformando a inércia em movimento toda vez que novos atores e argumentos entram na rede.

O mapeamento documental realizado revela que o Projeto Manga Rosa não opera no vácuo institucional, mas está inserido em uma densa malha de colaboração que atravessa diferentes territórios do Rio de Janeiro. Esta rede é caracterizada por uma pluralidade de atores que vão desde coletivos autônomos e hortas comunitárias até grandes articulações nacionais, consolidando o que se pode chamar de um ecossistema de resistência agroecológica. A análise dos registros demonstra que a longevidade de alguns desses grupos, com fundações que remontam a 2008, confere à rede uma memória institucional e uma maturidade técnica fundamentais para a continuidade das ações no campus da UERJ. A fluidez desta rede manifesta-se na capacidade de transbordar os limites geográficos e acadêmicos. Enquanto o Manga Rosa se territorializa em espaços como o estacionamento e o horto da universidade, sua rede de apoio alcança a Zona Oeste, o Centro e a Zona Norte, integrando saberes de grupos como a Coletiva As Caboclas, o MST e a Associação Indígena Maracanã. Essa interconexão materializa o conceito de ecologia de saberes, uma vez que a circulação de sementes, mudas e

metodologias entre esses grupos permite que a universidade absorva práticas ancestrais e comunitárias, ao mesmo tempo em que oferece suporte acadêmico e visibilidade a esses movimentos. Portanto, o mapeamento não é apenas um inventário de nomes, mas a comprovação de uma estética relacional em movimento. A rede funciona como um sistema de suporte mútuo: quando um coletivo enfrenta dificuldades burocráticas ou territoriais, a malha de contatos — que inclui fóruns como o FBSSAN e articulações como a AARJ — atua na defesa e na legitimação dessas ocupações produtivas. Essa narrativa descreve uma jornada inspiradora de como um grupo diversificado de estudantes universitários se uniu por um propósito comum: criar um espaço que promovesse o autocuidado, a sustentabilidade e o senso de comunidade. Esses alunos compartilhavam valores e preocupações semelhantes em relação à falta de espaços públicos que atendessem a essas necessidades (SILVA, 2021).

Mesmo sem se conhecerem inicialmente, compartilhavam a visão de que a universidade carece de espaços para ações práticas relacionadas à natureza, reciclagem e autocuidado. A descoberta e a união ocorreram em momentos de interação, como nos centros acadêmicos, onde a troca de ideias revelou que muitos compartilham valores semelhantes. Essa união resultou em um propósito comum: aprender a cuidar de si, dos outros e dos espaços que ocupam, promovendo um sentimento de integração na universidade. A oportunidade de um espaço cedido pela prefeitura (Figura 13) proporcionou um ponto de partida para a realização dessa visão.

Figura 13 – Circular CL 01 IGEOG/2016 (29/08/2016): solicitação formal de uso do solo para implementação da horta agroecológica no Campus Maracanã.

	IGEOG Instituto de Geografia	CIRCULAR	Identificação	Data	Folha
			CL 01 IGEOG / 2016	29/08/2016	01/01

DE: DIREÇÃO DO INSTITUTO DE GEOGRAFIA

PARA: PREFEITURA

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE USO DO ESPAÇO NO CAMPUS MARACANÃ PARA CONSTRUÇÃO DE UMA HORTA AGROECOLÓGICA

O Grupo de Agroecologia da UERJ, uma ação independente dos estudantes, e o Programa de Extensão Universitária TURVIDA (AE 061/2014), vinculado à administração central da UERJ e ao Instituto de Geografia e ao Instituto de Nutrição, propomos a criação de uma horta agroecológica no campus Maracanã.

Fonte: Arquivo da autora, 2016.

À medida que o grupo se envolveu, ocorreram descobertas, conexões afetivas e uma série de ações colaborativas. A história do projeto de agroecologia da UERJ destaca a importância de comunidades acadêmicas ativas, onde os estudantes têm a capacidade de iniciar mudanças significativas e enriquecedoras que vão além da sala de aula. É uma demonstração de como a ação coletiva e a união em torno de um propósito comum podem levar a experiências enriquecedoras e ao desenvolvimento de um ambiente universitário mais inclusivo e sustentável, a importância da união e da colaboração em um ambiente universitário, onde ideias e ações podem florescer. A oportunidade de utilizar um espaço cedido pela prefeitura se tornou o ponto de partida para uma série de descobertas e realizações, onde se valorizou não apenas o autocuidado, mas também a diversidade de culturas e histórias que enriqueceram o projeto.

Essa iniciativa mostra como a universidade pode ser um terreno fértil para a formação de comunidades engajadas em questões sociais, ambientais e de bem-estar, e como a ação coletiva pode levar a mudanças positivas tanto no

campus quanto na vida dos estudantes. É inspirador ver como estudantes de diferentes cursos se uniram com o propósito de aprender a cuidar do próximo, de si e do ambiente que os cerca. A ideia de estender esses cuidados ao espaço de convivência universitária é crucial para criar um ambiente mais inclusivo.

A transição entre o esforço ativo e a inércia dos coletivos é profundamente influenciada pela infraestrutura material e política da instituição. Nesse sentido, a percepção de que a universidade carece de espaços para interações práticas — como o manejo direto da terra, a gestão de resíduos e a promoção de trocas culturais — revela uma lacuna na própria função social do ensino superior. Essas atividades não são meros complementos acadêmicos; elas atuam como mediadoras que promovem a conscientização ambiental e a diversidade, fundamentais para uma educação holística. A ação coletiva dos estudantes, ao reivindicar esses espaços, performa uma tentativa de transformar a universidade em um nó de inovação e responsabilidade social. Entretanto, essa potência de agir enfrenta a realidade da precariedade institucional, fruto de desinvestimentos sucessivos que fragilizam as redes de ensino e pesquisa. A falta de financiamento adequado não afeta apenas a qualidade técnica, mas atua como um 'antagonista' que desarticula os grupos, impondo barreiras materiais que forçam os coletivos à inércia ou à dissolução. Essa precariedade se manifesta também na negligência em relação aos espaços verdes dentro do campus: áreas que poderiam ser laboratórios vivos de agroecologia e bem-estar acabam subutilizadas por falta de uma conscientização coletiva. Sem a manutenção desses espaços e sem o aporte de recursos, os laços que unem a comunidade acadêmica à terra tornam-se frágeis, evidenciando que a saúde mental e a qualidade de vida no ambiente universitário são dependentes da vitalidade das redes sociotécnicas que sustentam o campus.

A deterioração desses ambientes, quando exacerbada por seus próprios usuários, evidencia uma falha na rede de significados que deveria sustentar o cuidado comum. É neste cenário de descaso que iniciativas como o Grupo de Agroecologia Manga Rosa, na UERJ, operam como actantes de revitalização. Ao reivindicar e promover o uso sustentável dos canteiros, esse coletivo não apenas preserva a flora, mas reconfigura a percepção da comunidade sobre a importância dos espaços verdes, provando que a ação coletiva é o que mantém a rede ativa diante da inércia institucional.

É instigante observar a trajetória do Manga Rosa, que, a partir de origens modestas — um pequeno canteiro cedido sob concessão — expandiu-se para um projeto estruturado de produção de plantas alimentícias, medicinais e aromáticas. Essa trajetória demonstra como a agroecologia atua como um mediador capaz de converter espaços negligenciados em laboratórios vivos. Mesmo quando o aparato paisagístico sofreu com o abandono, a persistência do grupo transformou obstáculos em matéria-prima para a criatividade e a resistência. Assim, a experiência do Manga Rosa valida a tese de que pequenos deslocamentos na ocupação do solo, quando articulados em rede, possuem a força necessária para desafiar o descaso e devolver à universidade sua função social como produtora de vida e conhecimento.

A compreensão desses jardins como espaços de resistência converge para o conceito de Territorialidades Socioambientais (TSA), proposto por Fortunato (2024). Para o autor, o território transborda a métrica física para se tornar um campo de forças e significados, onde a legitimidade de grupos e movimentos sociais imprime no espaço uma marca própria. Ao contrário da lógica hegemônica que trata o ambiente como recurso, as TSA são forjadas na inseparabilidade entre o saber e o fazer, estruturando-se em redes de solidariedade e no fortalecimento do capital político dos atores envolvidos. Nos canteiros universitários, essa teoria se materializa no manejo cotidiano, onde a construção de 'manchas' de agrobiodiversidade sinaliza a retomada do espaço público e a consolidação de um 'bem viver' situado e participativo.

7.1 Mapeamento dos grupos

O mapeamento dos grupos agroecológicos no município do Rio de Janeiro não se restringe a uma identificação espacial das iniciativas existentes. Trata-se de compreender os processos sociais, políticos e simbólicos que sustentam sua formação, permanência ou descontinuidade. A cartografia proposta assume caráter analítico, buscando identificar motivações, atores envolvidos, vínculos institucionais e formas de organização coletiva. A noção de território adotada nesta pesquisa

dialoga com a perspectiva desenvolvida por Milton Santos (2002), para quem o território deve ser compreendido como “território usado”, ou seja, resultado da interação entre sistemas técnicos e práticas sociais. Nessa perspectiva, cada horta agroecológica urbana constitui mais que um espaço produtivo: trata-se de uma forma específica de apropriação social do espaço urbano. Ao mapear esses grupos, pretende-se evidenciar como a agroecologia opera como prática de reterritorialização, convertendo áreas subutilizadas, fragmentadas ou invisibilizadas em espaços de produção alimentar, convivência e ação política. Essa dinâmica revela disputas sobre o uso da terra e sobre os sentidos atribuídos ao espaço urbano. A consolidação dos grupos agroecológicos ocorre raramente de forma isolada. Sua permanência está associada à capacidade de articulação com universidades, movimentos sociais, organizações não governamentais e políticas públicas. A análise dessas conexões dialoga com a concepção de sociedade em rede proposta por Manuel Castells (2005), segundo a qual as redes constituem a forma organizacional predominante na contemporaneidade. No contexto da agroecologia urbana, as redes viabilizam trocas de sementes, circulação de conhecimentos, apoio técnico e mobilização política. Além disso, fortalecem o capital social dos participantes e ampliam a visibilidade das iniciativas. Do ponto de vista agroecológico, tais articulações são fundamentais para processos de transição sustentável, conforme argumenta Miguel Altieri (2002), ao destacar que a agroecologia depende da integração entre conhecimento científico e saberes locais. Assim, a formação de redes não é apenas estratégia organizativa, mas componente estrutural da própria prática agroecológica. Espera-se, portanto, que a pesquisa demonstre que os grupos agroecológicos não apenas produzem alimentos, mas também constroem pertencimento, fortalecem vínculos comunitários e tensionam modelos urbanos baseados na separação entre produção e consumo.

Espera-se que a pesquisa analise como os grupos constroem legitimidade institucional, negociam com gestores públicos e mobilizam apoio social para garantir permanência e reconhecimento. A investigação poderá revelar tensões, conflitos e também processos de institucionalização dessas práticas dentro da universidade. Espera-se, portanto, que a pesquisa identifique elementos estruturais que sustentam a permanência dos grupos agroecológicos no ambiente urbano universitário, contribuindo para a formulação de estratégias de fortalecimento institucional e comunitário.

8. JARDINS ACADÊMICOS COMO TERRITÓRIOS DE CONHECIMENTO E SUSTENTABILIDADE

A experiência recente vivenciada na UERJ entre os anos de 2012 e 2025 — marcada por greves prolongadas, ocupações estudantis, crises orçamentárias e os efeitos da pandemia de COVID-19 — evidenciou a vulnerabilidade alimentar e estrutural da instituição. Diante desse cenário, a produção de alimentos dentro dos próprios jardins da universidade emergiu como estratégia de resistência, cuidado e sustentação da comunidade que ali permanecia. Como aponta Silva (2017, p. 88), “a agricultura urbana se torna um instrumento de autonomia diante da precariedade institucional, permitindo às comunidades universitárias reorganizar suas práticas de sobrevivência e cuidado”. Nesse contexto, hortas, canteiros e pequenos sistemas de cultivo foram criados como resposta direta às condições materiais e políticas vivenciadas no período. É nesse ambiente que se fortalece a atuação do grupo agroecológico Manga Rosa UERJ, fundado em 2012, que transforma espaços ajardinados em laboratórios vivos de experimentação social, ambiental e pedagógica. Os jardins universitários, muitas vezes vistos apenas como áreas de circulação ou ornamentação, passam a ser reinterpretados enquanto territórios socioambientais — espaços de afetividade, produção e aprendizagem. Haesbaert (2011, p. 36) argumenta que “os territórios não são apenas recortes espaciais, mas construções simbólicas e práticas resultantes de vínculos afetivos, políticos e culturais”. Assim, a ocupação agroecológica dos jardins da UERJ constitui uma territorialidade emergente, híbrida e multiescalar, que articula diferentes temporalidades e saberes.

Essa dinâmica se ancora em uma relação ancestral com a terra, ao mesmo tempo, em que dialoga com necessidades contemporâneas de sustentabilidade, segurança alimentar e regeneração ambiental. Ao cultivar hortaliças, plantas medicinais, espécies nativas e PANC, o grupo mobiliza saberes tradicionais e ancestrais, articulando-os com conhecimentos científicos, tecnologias sociais e práticas colaborativas. Essa perspectiva dialoga com o princípio da antropofagia cultural proposto por Oswald de Andrade (1928), segundo o qual o Brasil cria a partir da síntese crítica de diversas referências culturais, reinventando modos de

existir. Nos jardins universitários, essa “antropofagia agroecológica” manifesta-se em práticas híbridas que unem ancestralidade e urbanidade, ciência e espiritualidade, experiência e técnica. O trabalho coletivo desenvolvido nesses espaços revela um processo de autogestão e horizontalidade que desestabiliza formas tradicionais de produção do conhecimento. Cada participante é convidado a se responsabilizar por parte do cultivo, da manutenção e das decisões coletivas, promovendo práticas de cuidado compartilhado. Desse modo, os jardins transformam-se em ambientes onde conhecimentos acadêmicos e populares se encontram. Como afirmou Freire (1996, p. 39), “ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Aqui, a terra é o mediador dessa aprendizagem recíproca.

Os jardins acadêmicos ganham ainda relevância ao promoverem ambientes de cuidado, saúde e bem-estar. Diversos estudos apontam os benefícios fisiológicos e psicológicos associados à interação com áreas verdes. Kaplan e Kaplan (1989, p. 78) defendem que “os ambientes naturais favorecem a restauração cognitiva e a redução do estresse”, fenômeno especialmente importante em espaços universitários caracterizados por alta pressão acadêmica e emocional. Nesse sentido, a presença de jardins produtivos na UERJ cria oportunidades de pausa, contemplação e reconexão com ciclos naturais, contribuindo para a qualidade de vida de estudantes, técnicos e docentes.

Além do bem-estar, a prática agroecológica em espaços urbanos representa uma alternativa sustentável para enfrentamento da crise ambiental. A agroecologia, conforme Altieri (2002), “propõe um manejo ecológico dos recursos naturais, baseado na biodiversidade, no conhecimento local e na cooperação social”. Assim, cultivar em jardins urbanos não significa apenas produzir alimentos, mas regenerar solos, ampliar a biodiversidade, promover ciclos de nutrientes por meio da compostagem e fortalecer a consciência ecológica. A recusa ao uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos ancora-se em princípios éticos e ambientais: busca-se “produzir sem destruir” e “cuidar da terra para que ela cuide de nós”, como afirmam os movimentos agroecológicos latino-americanos.

A dimensão estética também se torna elemento estruturante desse processo. Os jardins, ao integrarem práticas artísticas, intervenções visuais e experiências sensoriais, ampliam seu papel simbólico e político. Tais espaços se tornam, conforme explica Canclini (2015, p. 42), “lugares de hibridização cultural, onde

diferentes práticas sociais se entrelaçam, desestabilizando fronteiras rígidas entre arte, ciência e cotidiano”. Nesse sentido, os jardins acadêmicos configuram-se como arenas experimentais de criação coletiva, incorporando pintura, escultura, poesia, performances e ações pedagógicas. Outro aspecto relevante é o potencial dos jardins universitários como ferramentas de transformação urbana. A agroecologia, quando enquadrada das cidades, atua como instrumento de resistência às lógicas hegemônicas de privatização dos espaços, especulação imobiliária e mercantilização da vida. Girardi (2016, p. 121) destaca que “as hortas urbanas configuram-se como contra-usos do território, revalorizando áreas negligenciadas e promovendo novas formas de apropriação coletiva do espaço urbano”. Na UERJ, essa apropriação simbólica e material dos jardins desafia a fragmentação socioespacial e contribui para uma universidade mais permeável à cidade e às comunidades do entorno.

Os jardins acadêmicos atuam também como dispositivos pedagógicos que articulam ensino, pesquisa e extensão universitária. Servem como sala de aula aberta, espaço para experimentos científicos, prática extensionista e laboratório vivo para disciplinas relacionadas à biologia, geografia, artes, arquitetura, serviço social e ciências ambientais. Como observa Leff (2002, p. 50), “o conhecimento ambiental emerge da articulação entre diferentes racionalidades, das experiências concretas e do diálogo de saberes”. Assim, os jardins ampliam a capacidade formativa da universidade, reconhecendo que a aprendizagem transborda as salas fechadas e a produção de conhecimento se dá também na terra, no vínculo, na experimentação e na coletividade. Além disso, esses espaços contribuem para a construção de territorialidades afetivas, permitindo que estudantes e trabalhadores criem laços emocionais com o campus. Tuan (1980, p. 4) caracteriza esse sentimento como topofilia, “o vínculo afetivo entre pessoa e lugar”. A presença de jardins cultivados coletivamente transforma a universidade em um território de pertencimento, cuidado e memória, especialmente relevante em contextos de vulnerabilidade institucional como o vivido pela UERJ.

9. ESPAÇOS PÚBLICOS COMO TERRITÓRIOS AGROECOLÓGICOS

A partir da compreensão de territorialidade proposta por Saquet (2009), permite-se avançar na análise dos espaços públicos como territórios em construção, atravessados por práticas sociais, disputas simbólicas e processos cotidianos de apropriação. Nesse sentido, ao considerar os espaços públicos sob a perspectiva da agroecologia, amplia-se a leitura desses territórios para além de sua materialidade física, incorporando dimensões políticas, educativas e ecológicas. Os espaços públicos, quando apropriados por práticas agroecológicas, passam a constituir territórios vivos, nos quais se articulam relações sociais, produção de alimentos, construção de saberes e experiências coletivas. Essa transformação não ocorre de forma neutra, mas resulta de processos de mobilização e engajamento que reconfiguram o uso e o significado desses espaços. Assim, a territorialidade, conforme discutida anteriormente, manifesta-se de maneira concreta na forma como esses espaços são ocupados, cuidados e ressignificados.

As relações sociais estabelecidas nesses territórios assumem centralidade, uma vez que a agroecologia se fundamenta em práticas coletivas e colaborativas. Ao contrário de uma lógica individualizada de uso do espaço, observa-se a construção de redes de cooperação, nas quais o trabalho compartilhado e a troca de conhecimentos fortalecem vínculos comunitários. Esse aspecto dialoga com a perspectiva da agroecologia como prática social, conforme destacado por Miguel Altieri, ao enfatizar que os sistemas agroecológicos estão intrinsecamente relacionados às dinâmicas sociais e culturais dos territórios. No âmbito das atividades cotidianas, os espaços públicos agroecológicos passam a integrar o cotidiano dos sujeitos de maneira ativa. Plantar, regar, colher, participar de mutirões ou de atividades formativas são práticas que reorganizam o uso do tempo e do espaço, incorporando novas formas de interação com o ambiente urbano. Essa reorganização da vida cotidiana evidencia que a territorialidade não se limita à ocupação física, mas envolve práticas que produzem sentido e pertencimento.

A construção da identidade territorial também se intensifica nesses contextos. À medida que os sujeitos se envolvem com os espaços agroecológicos, desenvolvem vínculos afetivos e simbólicos que contribuem para a consolidação de uma identidade coletiva. Esses espaços deixam de ser apenas áreas públicas e passam a ser reconhecidos como territórios de resistência, aprendizagem e

produção de vida. Tal processo pode ser compreendido à luz da noção de pertencimento territorial, que articula espaço, cultura e identidade. Além disso, a agroecologia introduz uma dimensão crítica à forma como os espaços urbanos são tradicionalmente organizados. Ao propor o cultivo de alimentos, a recuperação de áreas degradadas e a valorização da biodiversidade, esses territórios desafiam modelos hegemônicos de urbanização, marcados pela impermeabilização do solo e pela desconexão entre sociedade e natureza. Nesse sentido, dialoga-se com a perspectiva de Enrique Leff (2001), ao compreender a agroecologia como parte de uma racionalidade ambiental que busca reconfigurar as relações entre sociedade e natureza. A territorialidade, enquanto processo em constante evolução, torna-se particularmente evidente nesses espaços. As transformações não ocorrem de forma linear, mas são resultados de disputas, negociações e adaptações contínuas. Mudanças institucionais, participação de novos sujeitos e variações nas dinâmicas dos grupos influenciam diretamente a configuração desses territórios, exigindo constante reorganização das práticas e estratégias.

Relações Sociais: Ao aprofundar a dimensão das relações sociais na constituição da territorialidade, é possível compreender que o espaço não apenas abriga interações, mas é continuamente produzido por elas. Nesse sentido, as práticas sociais não se limitam a ocorrer no território, mas são constitutivas de sua própria existência, operando como mediações entre sujeitos, instituições e materialidades. Nos contextos agroecológicos, essas relações assumem características específicas, marcadas por formas de organização que tendem a romper com hierarquias rígidas e modelos centralizados de gestão do espaço. Observa-se a emergência de dinâmicas horizontais, nas quais decisões sobre uso, manejo e permanência nos espaços são construídas coletivamente. Esse processo evidencia que o controle do território deixa de ser exclusivamente normativo ou institucional e passa a ser também relacional, conflitos e pactos cotidianos.

A noção de apropriação, nesse contexto, ultrapassa o entendimento jurídico de posse e se aproxima de uma dimensão vivida e experiencial do espaço. Apropriar-se de um território implica participar ativamente de sua construção, inscrevendo nele práticas, memórias e significados. Essa perspectiva dialoga com a compreensão de território como espaço vivido, onde as relações sociais produzem sentidos que não podem ser reduzidos a categorias formais.

Além disso, as interações sociais nesses territórios revelam a coexistência de múltiplas racionalidades. Diferentes formas de compreender o uso do espaço — produtiva, educativa, ambiental, afetiva — se articulam e, por vezes, entram em tensão. Essas tensões não devem ser entendidas apenas como obstáculos, mas como elementos constitutivos da dinâmica territorial, visto que impulsionam processos de negociação e redefinição das práticas. Outro aspecto relevante diz respeito à circulação de sujeitos entre diferentes espaços e territórios. A mobilidade dos participantes amplia as redes e favorece a troca de experiências entre grupos, contribuindo para a construção de uma territorialidade que não é fixa, mas relacional e em rede. Essa circulação permite que práticas desenvolvidas em um contexto sejam reinterpretadas e adaptadas em outros, fortalecendo a dimensão coletiva da agroecologia.

As relações sociais também se expressam por meio do cuidado — com o espaço, com os outros e com os processos. O cuidado, nesse sentido, pode ser compreendido como uma prática política, que orienta as formas de permanência e continuidade das ações no território. Ele se manifesta tanto nas atividades concretas quanto na atenção às relações interpessoais, sendo fundamental para a sustentação dos grupos ao longo do tempo. É importante destacar que essas relações não ocorrem em um vazio institucional. Elas se estabelecem em diálogo, e por vezes em tensão, com normas, regulamentações e estruturas formais das instituições nas quais esses espaços estão inseridos. Essa interface entre o formal e o informal evidencia a complexidade da territorialidade, que se constrói na intersecção entre diferentes escalas de poder e organização. Dessa forma, ao considerar as relações sociais como elemento central da territorialidade, evidencia-se que o território agroecológico é resultado de processos coletivos dinâmicos, nos quais interações, conflitos, cooperações e negociações constituem, continuamente, o espaço vivido.

Atividades Diárias: A análise das atividades diárias permite compreender a territorialidade a partir de sua dimensão mais concreta e incorporada, aquela que se materializa nos gestos, nos deslocamentos e nas rotinas que estruturam o cotidiano. Nesse sentido, o território deixa de ser apenas uma categoria analítica abstrata e passa a ser entendido como um espaço praticado, continuamente produzido pelas ações dos sujeitos ao longo do tempo. No contexto dos espaços agroecológicos, as

atividades cotidianas assumem um papel estruturante na organização do território. Práticas como o manejo do solo, o plantio, a irrigação, a manutenção dos canteiros e a participação em encontros coletivos não apenas ocupam o espaço, mas definem ritmos, temporalidades e formas de permanência. Essas atividades introduzem uma lógica própria de organização do cotidiano, frequentemente distinta da racionalidade acelerada e fragmentada que caracteriza os espaços urbanos.

A dimensão temporal é particularmente relevante nesse processo. As atividades agroecológicas estão diretamente vinculadas aos ciclos naturais, como o crescimento das plantas, as variações climáticas e os períodos de cultivo e colheita. Essa relação com o tempo da natureza reconfigura a experiência cotidiana, promovendo uma reorganização das práticas que passa a considerar não apenas demandas sociais e institucionais, mas também dinâmicas ecológicas. Assim, o território é vivido simultaneamente como espaço e como tempo, articulando diferentes temporalidades. Além disso, a inserção dessas práticas no cotidiano implica a construção de rotinas coletivas. A realização de mutirões, reuniões e atividades formativas estabelece uma cadência compartilhada entre os participantes, contribuindo para a consolidação de vínculos e para a continuidade das ações no território. Essas rotinas não são rígidas, mas flexíveis e adaptáveis, refletindo a própria dinâmica dos grupos e as condições específicas de cada contexto. A mobilidade também se apresenta como um elemento importante na organização das atividades diárias. O deslocamento entre diferentes espaços — seja dentro da própria universidade, seja entre instituições distintas — evidencia que a territorialidade se constrói em múltiplas escalas. Os trajetos percorridos pelos sujeitos conectam territórios, ampliando o alcance das práticas agroecológicas e favorecendo a circulação de saberes e experiências.

Outro aspecto a ser considerado é a articulação entre diferentes esferas da vida cotidiana. As atividades desenvolvidas nos espaços agroecológicos frequentemente atravessam fronteiras entre trabalho, militância e lazer, desafiando separações tradicionais. Essa interpenetração de esferas contribui para a construção de uma experiência territorial mais integrada, na qual o envolvimento com o espaço não se limita a uma função específica, mas se desdobra em múltiplas dimensões da vida social. Nesse contexto, as atividades diárias também operam como práticas pedagógicas. Ao realizar tarefas concretas, os sujeitos aprendem por meio da experiência, desenvolvendo conhecimentos que emergem da prática e da

interação com o ambiente. Essa aprendizagem situada reforça o caráter formativo dos territórios agroecológicos, evidenciando que o cotidiano é também um espaço de produção de conhecimento. Por fim, é importante destacar que a organização dessas atividades não ocorre de forma isolada, mas em diálogo com condicionantes institucionais, materiais e sociais. Limitações de tempo, acesso a recursos e disponibilidade dos participantes influenciam diretamente a configuração das rotinas, exigindo constantes adaptações e negociações. Dessa forma, ao observar as atividades diárias, permite-se identificar como a territorialidade se manifesta de maneira concreta, estruturando o uso do espaço e do tempo e contribuindo para a construção de territórios agroecológicos dinâmicos, nos quais o cotidiano é simultaneamente prática, experiência e processo formativo.

Identidade Territorial: A construção da identidade territorial, no contexto das práticas agroecológicas, pode ser compreendida como um processo relacional e contínuo, no qual sujeitos e coletividades se constituem simultaneamente ao espaço que habitam e transformam. Trata-se de uma dinâmica em que o território não apenas influencia a identidade, mas é também produzido por ela, em uma relação de emergência entre práticas, significados e pertencimentos. Nesse sentido, a identidade territorial não se reduz a uma dimensão simbólica abstrata, mas se materializa nas práticas concretas que vinculam os sujeitos ao espaço. O envolvimento recorrente com atividades agroecológicas — como o cultivo, o cuidado com o solo e a participação em ações coletivas — produz um enraizamento progressivo, no qual o território passa a ser reconhecido como extensão das próprias experiências e trajetórias individuais e coletivas. Esse processo envolve a incorporação de valores, saberes e modos de fazer que se consolidam ao longo do tempo. A agroecologia, ao articular dimensões ecológicas, sociais e culturais, contribui para a formação de identidades que se orientam por princípios como o cuidado, a cooperação e a sustentabilidade. Essas identidades não são homogêneas, mas plurais, refletindo a diversidade de experiências e perspectivas presentes nos grupos.

A dimensão do pertencimento emerge, assim, como elemento central. Pertencer a um território agroecológico implica reconhecer-se como parte de um coletivo e de um processo em construção. Esse pertencimento é fortalecido por experiências compartilhadas, pela participação em decisões e pela vivência de

práticas que produzem sentido comum. Ao mesmo tempo, ele não é dado, mas construído, podendo se intensificar ou se fragilizar conforme as dinâmicas do grupo e as condições de permanência no território. Outro aspecto relevante refere-se à produção de narrativas sobre o território. Os sujeitos constroem histórias, memórias e significados que conferem identidade aos espaços, transformando-os em referências simbólicas. Essas narrativas contribuem para a consolidação de uma memória coletiva, que não apenas registra experiências passadas, mas orienta práticas presentes e expectativas futuras. Além disso, a identidade territorial nos espaços agroecológicos se constitui em diálogo com contextos mais amplos. As experiências locais se articulam com debates sobre meio ambiente, alimentação, justiça social e formas alternativas de organização da vida. Essa articulação amplia o alcance das identidades construídas, conectando o território a redes e movimentos que extrapolam sua escala imediata.

É importante considerar também que esse processo não ocorre de forma linear ou isenta de tensões. Diferentes formas de se relacionar com o território podem coexistir, gerando disputas de sentido e desafios para a construção de uma identidade compartilhada. Essas tensões, no entanto, são parte constitutiva da dinâmica territorial, contribuindo para a sua constante redefinição. Dessa forma, a identidade territorial, no âmbito da agroecologia, configura-se como um processo vivo, no qual pertencimento, prática e significado se entrelaçam. Ao mesmo tempo, em que os sujeitos constroem o território, são por ele transformados, em um movimento contínuo de produção de sentidos e de reconfiguração das formas de estar e agir no espaço.

Reorganização da Vida Cotidiana: A reorganização da vida cotidiana, no contexto das transformações territoriais, pode ser compreendida como um processo de reconfiguração prática e simbólica das formas de viver, agir e se relacionar com o espaço. Essas mudanças não se limitam a ajustes pontuais, mas implicam deslocamentos mais amplos nas rotinas, nas prioridades e nas formas de organização da vida social. Quando novos usos e significados são atribuídos aos territórios — como ocorre nos espaços apropriados por práticas agroecológicas —, observa-se a emergência de outras lógicas de organização do cotidiano. Essas lógicas não substituem integralmente as anteriores, mas passam a coexistir com elas, exigindo dos sujeitos a capacidade de transitar entre diferentes racionalidades

e modos de vida. Esse trânsito evidencia que a reorganização cotidiana é marcada por negociações constantes entre o que já está instituído e o que se encontra em construção. Nesse processo, a adaptação às novas condições territoriais envolve tanto dimensões materiais quanto imateriais. Do ponto de vista prático, os sujeitos ajustam seus tempos, deslocamentos e formas de participação para incorporar as atividades desenvolvidas no território. Por outro lado, há também uma reconfiguração de percepções e valores, visto que novas experiências passam a orientar como o espaço é compreendido e vivenciado. A redefinição de práticas cotidianas é, portanto, um elemento central dessa reorganização. Atividades que antes não faziam parte do cotidiano passam a ser incorporadas, enquanto outras são ressignificadas. Esse movimento não ocorre de maneira homogênea entre os participantes, refletindo diferentes níveis de envolvimento, disponibilidade e interesse. Ainda assim, contribui para a constituição de novas formas de habitar o espaço, nas quais o território se torna parte ativa da vida cotidiana.

Outro aspecto relevante refere-se à dimensão coletiva desse processo. A reorganização da vida cotidiana não se dá apenas no plano individual, mas é construída de forma compartilhada, a partir das dinâmicas dos grupos. Decisões sobre horários, atividades e prioridades são frequentemente negociadas coletivamente, evidenciando que o cotidiano também é um espaço de construção política. Nesse sentido, o território se configura como um campo de experimentação de novas formas de organização social. As transformações territoriais também colocam desafios que demandam respostas criativas por parte dos sujeitos. Limitações estruturais, mudanças institucionais e conflitos de uso do espaço exigem a elaboração de estratégias que possibilitem a continuidade das práticas. Essa capacidade de resposta evidencia a dimensão adaptativa da territorialidade, que se constrói a partir da interação entre condições dadas e ações dos sujeitos.

Além disso, a reorganização da vida cotidiana pode ser compreendida como um processo formativo. Ao lidar com novas demandas e desafios, os sujeitos desenvolvem competências, conhecimentos e sensibilidades que influenciam sua forma de agir no mundo. Esse aprendizado não se restringe ao espaço específico em que ocorre, podendo se desdobrar em outras esferas da vida. Por fim, é importante destacar que esse processo é instável ou definitivo. A vida cotidiana permanece em constante transformação, acompanhando as mudanças nos territórios e nas relações sociais. Assim, a reorganização não deve ser entendida

como um estado final, mas como um movimento contínuo de ajuste, reinvenção e construção de novas possibilidades de existência no espaço.

Processo em Evolução: A compreensão da territorialidade como processo em evolução permite deslocar a análise de uma perspectiva estática para uma leitura centrada nas transformações contínuas que constituem o território. Nesse sentido, o território não se apresenta como uma realidade acabada, mas como um campo em permanente construção, atravessado por fluxos, discontinuidades e reconfigurações que refletem as mudanças nas práticas sociais e nas condições históricas. Essa dimensão processual evidencia que as relações estabelecidas com o espaço são continuamente atualizadas. À medida que novos sujeitos se inserem, que práticas são incorporadas ou abandonadas e que contextos institucionais se modificam, o território passa por reinterpretações que alteram seus usos, significados e formas de organização. Assim, a territorialidade se configura como um movimento aberto, no qual passado, presente e projeções de futuro se entrelaçam. Nos contextos agroecológicos, essa característica torna-se particularmente evidente, uma vez que os territórios são constantemente moldados por experiências em curso. As práticas desenvolvidas não seguem modelos rígidos, mas são ajustadas conforme as necessidades, os aprendizados acumulados e as condições específicas de cada momento. Esse caráter experimental contribui para a construção de territórios flexíveis, capazes de responder às mudanças sem perder sua coerência interna.

A noção de evolução, nesse caso, não deve ser entendida como um processo linear ou progressivo. Ao contrário, envolve avanços, recuos, rupturas e recomeços, refletindo a complexidade das dinâmicas sociais. Mudanças institucionais, variações na participação dos sujeitos e transformações no próprio espaço físico podem alterar significativamente a configuração do território, exigindo constante rearticulação das práticas e das relações. Outro aspecto relevante diz respeito à capacidade de incorporação de novas referências e influências. A territorialidade, enquanto processo aberto, permite a entrada de diferentes saberes, experiências e perspectivas, que passam a compor o repertório coletivo. Essa incorporação não ocorre de forma automática, mas por meio de processos de mediação, nos quais os grupos avaliam, adaptam e ressignificam os elementos que passam a integrar o território.

Além disso, a dimensão evolutiva da territorialidade evidencia a importância da memória. As experiências passadas, os aprendizados acumulados e as trajetórias dos sujeitos influenciam diretamente as formas atuais de organização do território. Ao mesmo tempo, essas memórias não são fixas, sendo continuamente reinterpretadas à luz das demandas presentes. Dessa forma, o território se constrói como um espaço onde permanências e mudanças coexistem. A adaptação às transformações sociais e comunitárias também implica a construção de estratégias que garantam a continuidade das práticas. Frente a desafios e instabilidades, os sujeitos mobilizam recursos, reorganizam ações e redefinem prioridades, demonstrando que a territorialidade é sustentada por uma capacidade constante de reinvenção.

Por fim, compreender a territorialidade como processo em evolução permite reconhecer que o território está sempre em disputa e em construção. Diferentes projetos, interesses e visões de mundo se cruzam, influenciando suas configurações. Nesse cenário, a permanência de práticas agroecológicas depende não apenas de sua implementação, mas da capacidade de se adaptar, dialogar e se transformar ao longo do tempo. Dessa forma, a territorialidade se revela como um processo vivo, marcado pela continuidade na mudança, no qual o território é permanentemente recriado a partir das relações que o constituem.

Interdisciplinaridade: A abordagem interdisciplinar na compreensão da territorialidade se apresenta não apenas como uma escolha metodológica, mas como uma exigência analítica diante da complexidade dos processos que constituem o território. Considerando que a territorialidade envolve dimensões materiais e simbólicas, práticas e representações, estruturas e experiências, torna-se insuficiente a leitura a partir de um único campo disciplinar. Nesse sentido, a articulação entre diferentes áreas do conhecimento permite apreender o território em sua multidimensionalidade. A geografia contribui com a compreensão das espacialidades, das escalas e das dinâmicas de uso e organização do espaço; a sociologia possibilita analisar as relações sociais, os conflitos e as formas de organização coletiva; as dimensões culturais evidenciam os significados, valores e identidades associados ao território; enquanto os aspectos econômicos revelam as condições materiais, as formas de produção e as relações de poder que atravessam esses espaços.

No contexto da agroecologia, essa integração de saberes torna-se ainda mais relevante, uma vez que o próprio campo se constitui a partir da convergência entre diferentes áreas, como as ciências agrárias, sociais e ambientais. A territorialidade, nesse caso, não pode ser compreendida apenas como suporte físico das práticas, mas como resultado de interações complexas entre sistemas ecológicos, dinâmicas sociais e processos culturais. A interdisciplinaridade também se expressa na articulação entre diferentes formas de conhecimento. Para além dos saberes acadêmicos, os territórios agroecológicos incorporam conhecimentos construídos na prática, experiências acumuladas pelos sujeitos e saberes locais que emergem da relação direta com o ambiente. Essa interação amplia as possibilidades de interpretação e intervenção no território, ao reconhecer a legitimidade de múltiplas formas de produzir conhecimento.

Outro aspecto importante refere-se à capacidade da abordagem interdisciplinar de evidenciar conexões que não seriam percebidas em análises fragmentadas. Ao integrar diferentes perspectivas, permite-se compreender, por exemplo, como decisões econômicas impactam práticas sociais, como valores culturais influenciam o uso do espaço ou como transformações ambientais reconfiguram relações territoriais. Essa leitura integrada contribui para uma compreensão mais consistente dos processos em curso.

Além disso, a interdisciplinaridade favorece a construção de análises mais sensíveis às especificidades dos contextos. Ao mobilizar diferentes referenciais teóricos e metodológicos, amplia-se a capacidade de interpretar as singularidades dos territórios, evitando generalizações simplificadoras. Essa atenção às particularidades é fundamental para compreender a diversidade de experiências agroecológicas e suas distintas formas de territorialização. No plano metodológico, essa abordagem implica a utilização de estratégias que permitam articular diferentes dimensões de análise, como observação participante, análise documental e escuta dos sujeitos envolvidos. A combinação dessas ferramentas possibilita uma leitura mais abrangente do território, contemplando tanto suas dimensões estruturais quanto as experiências vividas. Por fim, a interdisciplinaridade contribui para a construção de perspectivas críticas sobre o território, ao evidenciar as múltiplas relações de poder e as disputas que o constituem. Ao integrar diferentes campos do conhecimento, amplia-se a capacidade de questionar modelos hegemônicos e de propor alternativas que considerem a complexidade das relações entre sociedade e

espaço. Dessa forma, compreender a territorialidade a partir de uma abordagem interdisciplinar permite não apenas ampliar o escopo analítico, mas também aprofundar a leitura dos processos que configuram os territórios agroecológicos, reconhecendo-os como espaços complexos, dinâmicos e atravessados por múltiplas dimensões.

A primeira ocupação do espaço físico na UERJ foi um passo importante e parece ter desencadeado uma série de discussões sobre ocupações em outros espaços dentro do campus. A escolha do local para a ocupação, ao lado da entrada do ateliê de artes e em frente ao ginásio de Educação Física, foi motivada por problemas relacionados à higiene e à infestação de pragas urbanas, como ratos, baratas, pombos e caramujos. Essa ocupação, que transformou os canteiros em espaços de produção de insumos e afetos, demonstra como a colaboração entre unidades distintas da universidade pode resultar em uma aliança construtiva. O envolvimento do artista que ouve as necessidades do território e convida um grupo para participar ativamente do projeto é uma abordagem que reflete os interesses reais dos envolvidos. Para Ratzel (1983), o território é uma porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano, e essa apropriação atribui identidade ao grupo. Isso implica que a relação entre um grupo humano e seu território é fundamental para a compreensão da identidade e da história desse grupo. Além disso, a citação faz referência ao conceito de "espaço vital", que expressa a necessidade de um território por parte de uma sociedade. Ratzel (1983) via o espaço vital como uma necessidade vital para o desenvolvimento de uma sociedade, e ele argumentava que a defesa desse território era um imperativo histórico.

A compreensão do território como instância fundamental na construção de identidades e na condução das trajetórias sociais exige um olhar atento às interações entre o sujeito e a espacialidade geográfica. A apropriação e o manejo de jardins acadêmicos, especialmente em edificações tombadas, não representam apenas uma intervenção estética, mas um ato de resistência e significação política. Quando a comunidade acadêmica se mobiliza para converter áreas de concreto negligenciadas em espaços produtivos, ela não apenas atende a necessidades práticas, mas exerce uma pedagogia do território, transformando a universidade em um laboratório vivo de engajamento social.

Essa dinâmica dialoga intrinsecamente com o conceito de Ecopaisagismo desenvolvido por Fernando Chacel (2001). Ao herdar e expandir a tradição do paisagismo moderno brasileiro — iniciada por Burle Marx —, Chacel propôs uma ruptura com a rigidez do concreto em favor de intervenções que estabelecem um diálogo dialético entre o ambiente urbano e a matriz ecológica local. Os jardins do campus, ao serem reinterpretados pela ação agroecológica, deixam de ser estruturas estáticas para se tornarem sistemas dinâmicos. A obra de Chacel nos ensina que a estética do paisagismo deve servir ao bem-estar e ao equilíbrio ambiental; assim, ao integrar a agroecologia aos espaços projetados pelo ecopaisagista, o coletivo acadêmico atua na restauração da função social e ecológica da arquitetura, consolidando o campus como um território de coexistência entre a natureza e a cultura.

Essa definição enfatiza como a territorialidade é um conceito central para a compreensão das interações entre sociedade e espaço, e como essas interações agroecológicas ajudam a moldar a identidade, a cultura e a vida cotidiana das pessoas em diferentes contextos territoriais. Ela tem implicações significativas em várias disciplinas, incluindo a geografia, a sociologia, a antropologia e o planejamento urbano. É interessante notar que nos últimos anos houve um aumento significativo no interesse e na pesquisa sobre os conceitos de território e territorialidade em diversas disciplinas. Esse aumento no interesse levou a debates, pesquisas e publicações substanciais sobre o tema, não apenas no Brasil, mas também em outros países (SAQUET, 2009). Esse tipo de pesquisa é essencial para a construção do conhecimento acadêmico e para o aprofundamento da compreensão de conceitos-chave que desempenham um papel crucial em várias disciplinas.

O conceito de territórios, frequentemente associado ao geógrafo Milton Santos e outros pensadores da Geografia, é central para a compreensão de como diferentes espaços são apropriados, organizados e têm significados. Antonio Carlos de Moraes Saquet, também geógrafo, é conhecido por suas contribuições ao estudo dos territórios. Ele aborda a dinâmica dos territórios rurais e urbanos e como as relações sociais, econômicas e políticas influenciam a produção do espaço.

Saquet tem um interesse particular na agricultura e nas questões agrárias, buscando compreender como os territórios rurais são moldados pelas práticas agrícolas, apropriação de recursos naturais e transformações socioeconômicas. Sua

pesquisa examina frequentemente a interação entre agricultura, espaço e sociedade. A abordagem de Foucault (2005) à "microfísica do poder" sugere que o poder não é apenas exercido por instituições governamentais, mas também se manifesta nas interações cotidianas e nos espaços urbanos. Na agroecologia urbana, o poder pode ser exercido mediante regulamentações, políticas urbanas e práticas de controle do uso da terra, afetando diretamente a capacidade das comunidades de se envolverem em práticas agroecológicas. Embora Michel Foucault (2005) não tenha se envolvido diretamente com o campo da agroecologia urbana, suas teorias sobre o poder e o espaço podem ser aplicadas para entender as relações entre território e poder nesse contexto específico. Ao considerar a agroecologia urbana, que envolve práticas agrícolas sustentáveis nas cidades.

A agroecologia urbana envolve a produção de alimentos em áreas urbanas, afetando a disponibilidade de alimentos frescos e saudáveis nas cidades. Foucault explorou o conceito de "biopoder", que se relaciona com o controle dos corpos e da saúde das populações. As políticas urbanas relacionadas à agroecologia podem afetar o acesso a alimentos saudáveis nas cidades, tornando o tema um campo de interesse para a análise do poder no contexto urbano. As práticas de agroecologia urbana muitas vezes envolvem a criação de espaços alternativos, como hortas comunitárias, jardins urbanos e mercados de agricultores. Esses espaços podem ser considerados "heterotopias" de resistência, onde as comunidades desafiam as normas e os poderes estabelecidos, criando alternativas para a produção e distribuição de alimentos. A implementação de projetos de agroecologia urbana pode desencadear conflitos territoriais entre comunidades locais e atores políticos ou econômicos interessados nos espaços urbanos. Foucault (2005) explorou a dinâmica do poder em contextos de conflito, o que pode ser relevante para a análise de disputas territoriais na agroecologia urbana. Embora as teorias de Foucault não tenham sido originalmente desenvolvidas para o estudo da agroecologia urbana, elas oferecem um arcabouço teórico valioso para a compreensão das relações entre território e poder nesse contexto. A análise das políticas urbanas, das práticas de controle do uso da terra e das dinâmicas de resistência pode ser enriquecida por meio de uma lente foucaultiana, permitindo uma compreensão mais profunda das complexas interações entre poder, espaço e agroecologia urbana.

Na agroecologia urbana, o território pode ser compreendido como uma materialidade viva, onde o pesquisador atua em um campo real de biodiversidade,

observando e aplicando práticas e experimentos agroecológicos (ALTIERI, 1995). Os espaços de cultivo — como hortas comunitárias, jardins urbanos e áreas agrícolas integradas à cidade — constituem a paisagem urbana. A percepção sensorial e intersubjetiva desses lugares, marcada pelas plantas, pelos cultivos e pelas interações humanas, revela o território como uma paisagem construída e vivenciada. A visão de Milton Santos (1999) sobre o território é profundamente influente no campo da geografia e nos estudos do espaço. Ele aborda o território de várias maneiras, destacando sua riqueza e complexidade. Milton Santos (2002) destaca a ideia de que o território pode ser apreendido pelos sentidos, tornando-o uma materialidade perceptível. Em outras palavras, o território não é apenas uma abstração, mas algo observável e sentido por meio das características geográficas e visuais que o compõem. Reconhece que o território não é apenas uma extensão geográfica, mas também uma forma política e econômica que molda o espaço. O território é uma categoria que abrange aspectos sociais, políticos e econômicos, e sua compreensão vai além de sua configuração física.

O território da agroecologia urbana é, ao mesmo tempo, uma forma política e econômica. Envolve políticas públicas que promovem práticas agrícolas sustentáveis nas cidades e também a economia local baseada na produção de alimentos. A agroecologia urbana aborda questões sociais, políticas e econômicas, como acesso a alimentos saudáveis, segurança alimentar e uso do espaço urbano. O território contém subespaços que ele define como regiões. Cada região pode ter suas próprias características, dinâmicas e relações com o território mais amplo. Essas regiões não são homogêneas, e essa heterogeneidade é parte integrante da compreensão do território. Milton Santos (1999) vê o território como parte de uma totalidade social, onde os elementos geográficos, políticos, econômicos e sociais estão interligados. Essa abordagem holística permite uma compreensão mais abrangente das complexas interações que ocorrem em diferentes territórios.

Dentro do contexto da agroecologia urbana, os subespaços podem ser identificados em bairros, comunidades e espaços específicos onde ocorrem práticas de cultivo. Cada área pode ter suas próprias características, necessidades e desafios, tornando-as regiões específicas de atuação da agroecologia urbana. A aplicação das concepções de Milton Santos (1999) sobre território à agroecologia urbana ajuda a destacar a interseção entre o espaço urbano, a produção de alimentos sustentáveis e as dimensões sociais e políticas envolvidas. Isso possibilita

uma análise mais holística das complexas relações entre território, poder e práticas agroecológicas em ambientes urbanos.

Nas obras de Robert Sack (1986), ele se aprofunda na relação entre a geografia e o modernismo, explorando como as mudanças no espaço geográfico estão intrinsecamente ligadas às mudanças sociais e culturais na era moderna. Isso envolve uma análise crítica das transformações espaciais que ocorreram durante o período modernista, que abrangeu o século XX. Nesse contexto, Sack (1986) examina como as inovações geográficas, como o desenvolvimento de infraestruturas, a urbanização, a globalização e as mudanças nas formas de apropriação do espaço, estão relacionadas a mudanças profundas nas estruturas sociais e culturais. Relacionado aos espaços urbanos e à urbanização, pode-se investigar como as mudanças na organização espacial das cidades modernas refletem e influenciam a vida urbana, o crescimento da população e as dinâmicas socioeconômicas. Pode-se analisar como as mudanças nas representações culturais do espaço geográfico se relacionam com a evolução das ideias culturais, artísticas e filosóficas na era moderna. Também se pode considerar que as mudanças nas políticas territoriais, a definição de fronteiras e a gestão do espaço geográfico foram influenciadas por fatores modernistas. Durante o período moderno, houve mudanças significativas na organização do espaço geográfico, incluindo urbanização, industrialização e globalização. Essas transformações impactam as áreas rurais, onde a agroecologia é frequentemente praticada. A expansão urbana, o desenvolvimento de infraestruturas e a fragmentação do campo são questões que afetam as práticas agroecológicas. A agroecologia também incorpora conceitos espaciais, como a diversificação de cultivos, o uso eficiente do espaço, a conectividade e a valorização da biodiversidade.

Essa abordagem multidisciplinar e de planejamento pensado nos detalhes é fundamental para criar um ambiente universitário que inspire não apenas o aprendizado acadêmico, mas também uma apreciação mais ampla da estética, da natureza e da convivência em harmonia com o ambiente construído. É uma abordagem que valoriza a integração de aspectos culturais e ecológicos no espaço urbano. A integração de arte, arquitetura e paisagismo é uma abordagem rica que transforma o espaço da universidade em algo mais do que um mero local de estudo. Isso também reflete uma mudança na percepção dos espaços públicos, que

deixaram de ser exclusivos das elites para se tornarem mais acessíveis e acolhedores para a comunidade em geral.

A abordagem da "Partilha do Sensível" de Rancière (2009) é uma lente interessante para analisar a transformação dos espaços na universidade, especificamente no contexto do canteiro que se tornou um campo de experiências. Essa ideia enfatiza a distribuição das maneiras de ser e ocupar um espaço, destacando as questões relacionadas ao trabalho cotidiano e à excepcionalidade artística. A decisão de resgatar práticas tradicionais em aliança com conhecimentos acadêmicos e abrir o espaço para o trabalho colaborativo é uma manifestação concreta dessa ideia. Isso destaca a importância de incorporar aspectos culturais e sociais no processo de pesquisa, mostrando como o desuso de práticas culturais e sociais pode ser um problema a ser investigado. A conexão com práticas ancestrais e esquecidas de manejo da terra é um aspecto importante, que combina aspectos biológicos, geográficos, nutricionais e artísticos. A terra se torna um meio de expressão, as plantas desempenham papéis em performances e a troca de saberes é uma parte integrante desse processo. Essa abordagem ampla, que incorpora arte, ciência e cultura, demonstra como a pesquisa e a ação podem se entrelaçar para criar uma abordagem interdisciplinar com um impacto transformador nos espaços e nas pessoas envolvidas.

A transformação dos espaços universitários em campos de experimentação para uma agricultura natura demonstra como a agroecologia evoluiu de uma prática ambientalmente consciente para algo mais profundamente político. Essa mudança está em consonância com os movimentos descolonizadores que têm ocorrido nas universidades, levando a uma maior valorização de saberes diversos e à necessidade de construir novas territorialidades socioambientais. A interação com diversas fontes, incluindo fontes urbanísticas, artísticas e científicas globais, enriquece o campo de atuação da agroecologia e o torna altamente participativo e autogestionado. Reconhecer os saberes de todos os envolvidos nesse processo, sejam eles da comunidade acadêmica ou da sociedade em geral, é fundamental para a construção de um conhecimento verdadeiramente abrangente.

A citação "Se é o Espaço quem detém o valor, o objetivo do artista será, antes de tudo, sua ocupação" (MAMMI, 2012) ressalta a importância da ocupação e da intervenção artística nos espaços da universidade. Essas intervenções podem não apenas despertar a consciência sobre esses espaços muitas vezes

negligenciados, mas também abordar questões de espacialidade, efemeridade e, em última instância, questionar a própria relação das pessoas com o ambiente e a natureza. Isso demonstra como a agroecologia transcende os limites da produção de alimentos e se torna um veículo para questionar e transformar como percebemos e interagimos com o mundo ao nosso redor. O estudo de abordagens conceituais ao longo do tempo permite rastrear as mudanças nas perspectivas e teorias e avaliar como essas mudanças impactaram a compreensão e a análise de questões relacionadas ao território e à territorialidade. Além disso, a participação em eventos científicos e intercâmbios ajuda a promover a colaboração e o diálogo entre acadêmicos e pesquisadores, enriquecendo ainda mais o campo de estudo. Essa abordagem interdisciplinar é fundamental para avançar na compreensão de questões complexas relacionadas ao território e à territorialidade. Essa pesquisa pode fornecer percepções valiosas sobre como a compreensão do território e da territorialidade evoluiu ao longo do tempo e como esses conceitos são fundamentais para a análise das questões contemporâneas relacionadas ao espaço, à sociedade e à economia. Ela contribui para o avanço das ciências sociais e humanas e para o enriquecimento do debate acadêmico.

A ocupação de novos espaços reivindicou melhoria de qualidade do ambiente e melhoria de vida, como também espaço de autonomia cultural e autogestão produtiva, ressignificando o discurso da sustentabilidade dentro dos valores e interesses que orientam um processo de reapropriação social da natureza (LEFF; VIEIRA, 2001). Como uma forma de se apropriar dos espaços onde a agroecologia pode ter um poder transformador, o espaço de troca e convívio é um valor de uso e de troca. (SILVA, 2021). Essa forma de expressar, utilizando a terra, remete a uma ancestralidade muito arraigada e deveras esquecida pela urbanização/industrialização.

10. ESTRATÉGIAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGROECOLOGIA URBANA CARIOCA

A consolidação do 3º Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), instituído inicialmente pelo Decreto n.º 7.794/2012, representa a continuidade de um esforço governamental para estruturar políticas públicas voltadas à promoção da agroecologia e à democratização do acesso a alimentos saudáveis no Brasil. Em sua terceira edição, o Planapo reafirma o compromisso estatal com a ampliação da produção orgânica e de base agroecológica, bem como com o fortalecimento das cadeias produtivas sustentáveis, por meio de ações de incentivo financeiro, assistência técnica, pesquisa e inclusão socioproductiva (BRASIL, 2024a).

A orientação geral do Planapo dialoga diretamente com marcos legais posteriores, como a Lei n.º 10.831/2003, que define a agricultura orgânica no país, e com o Decreto n.º 6.323/2007, que regulamenta o sistema orgânico de produção. Esses dispositivos formam a base normativa que legitima as práticas agroecológicas como campo técnico e político. Além disso, vinculam-se ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), instituído pela Lei n.º 11.346/2006, que estabelece o direito humano à alimentação adequada como responsabilidade do Estado brasileiro. Os princípios do Planapo convergem com referenciais clássicos da agroecologia internacional. Altieri (2002), por exemplo, afirma que “a agroecologia deve ser entendida como ciência, prática e movimento”, enfatizando que sua força reside na articulação entre saberes populares, conhecimentos técnico-científicos e lutas por autonomia. Do mesmo modo, Gliessman (2001) destaca que sistemas agroecológicos são construídos a partir de uma “transição progressiva que integra dimensões ecológicas, sociais e culturais”. Essas perspectivas auxiliam no entendimento da agroecologia não apenas como tecnologia de cultivo, mas como projeto civilizatório, alinhado ao que Sevilla Guzmán (2002) denomina “mudança sociocultural de base territorial”.

Esse arcabouço teórico encontra expressão concreta em experiências de agroecologia urbana e, de modo particular, nos jardins universitários, que emergem como espaços híbridos entre extensão, ensino, pesquisa e convivência comunitária. A presença de áreas produtivas dentro das universidades tensiona o uso tradicional

do campus e contribui para transformar esses territórios em laboratórios vivos de práticas sustentáveis. A pesquisa de campo realizada ao longo deste trabalho evidencia que esses espaços transcendem a função pedagógica, configurando-se como lugares de resistência, de cuidado coletivo e de produção de subjetividades. Durante observações sistemáticas entre 2012 e 2025, foi possível identificar que estudantes e trabalhadores técnico-administrativos utilizavam os jardins não apenas para o cultivo de alimentos, mas também como espaços de descanso, diálogo e recomposição emocional. Em uma das oficinas registradas, uma participante relatou: “Quando estou aqui plantando, sinto que meu corpo finalmente desacelera; parece que encontro um ritmo diferente do resto da universidade”. Essa percepção empírica converge com o que Porto-Gonçalves (2006) analisa como “territorialidade do cuidado”, característica de práticas agroecológicas que reconfiguram a relação entre corpo, espaço e coletividade.

A presença de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) nos jardins universitários estudados também demonstra uma busca por diversidade alimentar e resgate de saberes tradicionais. A introdução de espécies como ora-pro-nóbis (*Pereskia aculeata*), taioba (*Xanthosoma sagittifolium*), mastruz (*Dysphania ambrosioides*), bertalha (*Basella alba*) e araruta (*Maranta arundinacea*) constitui estratégia pedagógica e política, visto que desafia a homogeneização alimentar e reafirma a importância do conhecimento tradicional. Segundo Altieri e Nicholls (2017), a diversificação biológica é “um elemento-chave para a resiliência dos sistemas alimentares”, especialmente em contextos urbanos sujeitos a pressões ambientais e logísticas. Esse movimento é potencializado pelas políticas públicas nacionais. O lançamento do Plano Nacional de Abastecimento Alimentar “Alimento no Prato” (Planaab), aprovado pela Caisan para vigência entre 2025 e 2028, representa um marco significativo ao estruturar ações integradas de abastecimento voltado prioritariamente às populações vulneráveis (BRASIL, 2024c). Embora o plano enfatize equipamentos públicos como sacolões populares e centrais de abastecimento, suas diretrizes dialogam com as práticas agroecológicas urbanas observadas no campo, especialmente ao promover circuitos curtos de produção e consumo e ao reconhecer a agricultura familiar como base estratégica de segurança alimentar. O Planaab organiza suas 29 iniciativas e 92 ações estratégicas com foco na oferta ampliada de alimentos frescos, in natura e minimamente processados, reforçando o compromisso do Estado com a qualidade da alimentação

disponibilizada à população (BRASIL, 2024). Em sua concepção, aproxima-se do conceito de soberania alimentar formulado por La Via Campesina, no qual “os povos têm o direito de definir seus próprios sistemas alimentares”. No contexto dos jardins universitários analisados, esse princípio aparece materializado em pequenas escalas, quando grupos se organizam para decidir coletivamente o que plantar, como manejar o solo, quando colher e como distribuir os alimentos produzidos.

Os dados de campo demonstram que os cultivos realizados nesses espaços contribuem para a autonomia alimentar de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Em um dos registros, um aluno afirmou: “Aqui aprendi a plantar a comida que como; isso muda tudo”. Ainda que esses volumes de produção não sejam suficientes para suprir integralmente a alimentação de todos os participantes, representam um passo significativo na construção de redes de solidariedade e na ampliação da soberania alimentar universitária. Assim, a articulação entre Planapo, Planaab e práticas agroecológicas desenvolvidas em universidades evidencia que a agroecologia urbana não é mero complemento às políticas rurais, mas parte constitutiva de um projeto mais amplo de transformação social. Esses territórios de cultivo, sustentados por pessoas e coletivos, configuram-se como lugares de futuro, onde novas formas de relação com a terra, com o alimento e com o outro são experimentadas e compartilhadas.

A análise desenvolvida nesta tese demonstra que as práticas agroecológicas realizadas em universidades constituem importantes vetores para a construção de territorialidades socioambientais no contexto urbano. Como destaca Leff (2002, p. 45), “a agroecologia emerge como um campo de saber ambiental capaz de reorientar práticas, territórios e racionalidades”. No caso das universidades do Rio de Janeiro, os grupos agroecológicos não apenas produzem alimentos, mas também transformam espaços, relações e significados, elaborando territorialidades alternativas num ambiente tradicionalmente marcado pela fragmentação urbana.

Nesse sentido, torna-se evidente a necessidade de políticas públicas que reconheçam a agroecologia universitária como prática estratégica para a sustentabilidade urbana. Silva (2020, p. 112) argumenta que “a presença de hortas em instituições de ensino superior amplia a capacidade das cidades de promover educação ambiental, segurança alimentar e inovação social”, reforçando a importância de programas públicos estruturados. Uma das políticas essenciais envolve a institucionalização das hortas universitárias em parceria com o poder

público. A criação de um Programa Municipal de Hortas Universitárias permitiria disponibilizar infraestrutura, insumos e assistência técnica, garantindo continuidade às iniciativas. De acordo com Altieri e Nichols (2017, p. 89), “sem apoio institucional, a agroecologia urbana permanece vulnerável aos ciclos de financiamento e às mudanças políticas”, o que evidencia a necessidade de políticas permanentes. Outra frente necessária diz respeito ao fortalecimento acadêmico da agroecologia. Incentivar atividades de extensão, pesquisa e ensino vinculadas às práticas agroecológicas permite legitimar o tema dentro das universidades e consolidar a produção de conhecimento. Freire (1996, p. 67) defende que “o conhecimento se constrói na prática transformadora”, o que se alinha profundamente às ações dos coletivos agroecológicos universitários, nos quais a aprendizagem é vivida de forma prática, colaborativa e territorializada.

É igualmente relevante a criação de núcleos integrados de pesquisa sobre territorialidades e agroecologia urbana. Como afirma Haesbaert (2011, p. 32), “todo território é sempre múltiplo, híbrido e atravessado por relações de poder”, e compreender essa complexidade exige abordagens científicas contínuas. A institucionalização de tais núcleos contribuiria para monitorar políticas públicas, desenvolver tecnologias sociais e dialogar com gestores públicos. No âmbito da governança, torna-se fundamental criar espaços participativos que integrem os coletivos universitários às decisões sobre políticas urbanas. A formação de um Conselho Municipal de Agroecologia Urbana e Periurbana permitiria o diálogo entre agricultores, pesquisadores e Estado. Como lembra Canclini (2015, p. 28), “as cidades são espaços disputados onde múltiplos atores negociam significados e formas de uso”, e políticas eficazes devem considerar essas negociações. Além disso, um Sistema Participativo de Garantia, adaptado ao contexto urbano, poderia reconhecer formalmente práticas agroecológicas e fortalecer redes de confiança.

O financiamento também constitui elemento crucial. A criação de um Fundo Municipal de Agroecologia e Territórios garantiria recursos contínuos para manutenção de hortas, viveiros, feiras universitárias e tecnologias sustentáveis. Segundo Sachs (2004, p. 76), “sem recursos permanentes e mecanismos institucionais de apoio, a sustentabilidade não se efetiva como política de Estado”. Esse fundo poderia apoiar igualmente práticas de compostagem, captação de água da chuva e cultivo de PANC, alinhando inovação, sustentabilidade e participação comunitária. Por fim, políticas de compras públicas voltadas para a produção

agroecológica das universidades contribuiriam para fechar ciclos locais de economia, sustentabilidade e formação cidadã. Schmitt (2015, p. 94) argumenta que “as compras públicas são ferramentas estratégicas para estimular mercados locais e fortalecer sistemas agroalimentares sustentáveis”, e sua incorporação no contexto universitário ampliaria a relevância social dessas iniciativas.

Assim, as políticas propostas aqui não são apenas instrumentos administrativos, mas expressões concretas da territorialidade agroecológica identificada ao longo desta pesquisa. Elas transformam a potência observada nos grupos universitários em diretrizes capazes de sustentar a agroecologia urbana como política pública e como prática civilizatória que produz cuidado, pertencimento e sustentabilidade. Ao reconhecer a agroecologia universitária como um campo estratégico, possibilita-se fortalecer o direito à cidade, a justiça socioambiental e a construção de novas territorialidades, mais inclusivas e ecológicas, no Rio de Janeiro.

11. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A colaboração entre universidades públicas no desenvolvimento de grupos agroecológicos pode ser uma estratégia poderosa para promover práticas sustentáveis de agricultura e segurança alimentar em uma escala mais ampla. Ela destaca a importância da agroecologia não apenas como uma disciplina acadêmica, mas também como uma força transformadora na sociedade. Esse trabalho coletivo, onde cada um deve fazer sua parte e, ao mesmo tempo, incentivar os demais a uma melhor utilização dos espaços acadêmicos, transpõe um problema que se manifesta na realidade atual, que poderá trazer relevância e impacto, tratando de saberes advindos de sociedades remanescentes, distantes da ordem econômica, política, cultural e hegemônica. Um caminho de coexistência com o equilíbrio dos aspectos ambiental, econômico e social por um viés afetivo, onde memórias revisitam práticas esquecidas. Buscamos, além desses afetos, raízes estéticas, interagindo com fontes urbanísticas, artísticas e científicas globais, deglutindo tudo em um campo de atuação participativa e autogestionada dentro da universidade, reconhecendo os saberes dos demais e modos de atuar nesse universo de produção de conhecimentos.

11.1 Perfil e Identidade dos Coletivos: A Trama Humana: Quem tece a agroecologia nas universidades?

A partir das informações colhidas nas entrevistas realizadas com os integrantes dos grupos, observa-se que a agroecologia no contexto universitário do Rio de Janeiro é composta por uma trama humana heterogênea. Esta rede não se limita aos muros da academia, mas se conecta profundamente com as instituições cariocas de agroecologia, como a Rede Carioca de Agricultura Urbana (RECAU) e a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), que funcionam como redes externas de suporte e intercâmbio de saberes. A análise das entrevistas revela que a presença de estudantes de graduação e pós-graduação, aliada à participação de técnicos-administrativos, garante o que Milton Santos (2000) define como o uso do

território pela solidariedade. Esta ocupação coletiva demonstra que a universidade pública torna-se um ponto de encontro geracional e social, rompendo com o isolamento institucional e dialogando com movimentos como o AS-PTA (Agricultura Familiar e Agroecologia) na construção de uma soberania alimentar urbana.

Os dados das entrevistas destacam que a agroecologia universitária é um laboratório de interdisciplinaridade aplicada. A diversidade de cursos envolvida — que transita entre a Biologia, Geografia, Nutrição, Artes e Engenharias — reflete o que Boaventura de Sousa Santos (2007) chama de ecologia de saberes. A agroecologia universitária no Rio de Janeiro revela-se como um verdadeiro laboratório de interdisciplinaridade aplicada.

Ciências da Natureza (Biologia e Geografia): Estes participantes trazem o olhar técnico sobre o solo, a biodiversidade e o clima. Para eles, a horta é a extensão do laboratório, onde a teoria da sucessão ecológica e da cartografia social ganha vida e cheiro. Saúde e Nutrição: A forte presença de integrantes destas áreas destaca a preocupação com a soberania alimentar. O cultivo no campus é visto como uma estratégia de promoção da saúde pública e de reeducação sobre o que significa comer em uma metrópole. Artes e Humanidades: A participação de alunos das Artes e da Pedagogia insere a dimensão estética e educativa nos coletivos. Nestes grupos, o canteiro é também uma instalação artística e um espaço de alfabetização ecológica. Como discuti em minha trajetória sobre o "Jardim Antropofágico" (SILVA, 2019a), a arte é o que permite "devorar" a frieza do concreto e devolver sensibilidade ao espaço público. Essa convergência de olhares prova que a agroecologia não é apenas sobre "plantar comida", mas sobre cultivar novas formas de pensar o mundo a partir de múltiplas lentes científicas e afetivas.

Ao analisar a identidade dos grupos, nota-se que muitos se definem não apenas pelo vínculo com a universidade, mas por sua atuação em rede. A participação de funcionários técnicos-administrativos, por exemplo, é um achado significativo, pois revela que o cuidado com o ambiente universitário transborda as obrigações do cargo, tornando-se uma prática de cidadania institucional.

A análise das perguntas (Anexo 1) indica que essa identidade coletiva é fortalecida por rituais de compartilhamento: o mutirão, a troca de sementes e o "lanche coletivo" são citados como momentos fundamentais de coesão. Portanto, a identidade destes coletivos é híbrida e relacional; eles são, ao mesmo tempo, acadêmicos em formação e agricultores urbanos em resistência, construindo o que

defino como "Espaços Relacionais" (SILVA, 2019c) dentro da estrutura burocrática das universidades.

11.2 A Flora da Resistência: Saberes sobre PANC e o Manejo do Comum

Ao esquadrihar os relatos colhidos nas entrevistas, emerge uma cartografia de saberes botânicos que desafia a padronização alimentar das metrópoles. O conhecimento sobre as Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) revela-se como um dos pilares de identidade dos coletivos. Depreende-se das falas que o reconhecimento de espécies como a ora-pro-nóbis (*Pereskia aculeata*), a beldroega (*Portulaca oleracea*) e o peixinho-da-horta (*Stachys byzantina*) não é apenas um exercício de taxonomia, mas um resgate de memórias ancestrais e uma ferramenta de soberania. Para muitos integrantes, identificar uma PANC no meio do concreto universitário é um ato de desvelar a vida onde o olhar urbano comum enxerga apenas "mato". As entrevistas evidenciam que o processo de plantio dessas espécies ocorre em locais de grande carga simbólica: desde canteiros centrais da UERJ até áreas recuperadas em mutirões com instituições parceiras, como o CACC (Centro de Agricultura Comunitária de Campo Grande). Esse movimento de ocupar e plantar demonstra uma estratégia de "guerrilha botânica", onde a escolha da espécie é orientada pela resiliência e pelo valor nutricional. Atesta-se, no entanto, que esse caminho não é isento de fricções. Os relatos expõem que a resistência inicial da comunidade muitas vezes nasce do desconhecimento; o estranhamento diante de uma planta comestível que não está nas prateleiras dos supermercados reflete a desconexão profunda entre o cidadão carioca e a terra. O ato político de semear biodiversidade (especialmente PANC) em frestas urbanas e espaços universitários subutilizados subverte a lógica da 'cidade cinza' e da monocultura do paladar, transformando o cultivo em um instrumento de ativismo que reivindica o direito à cidade e à soberania alimentar no cotidiano metropolitano (NAGIB, 2020).

No que tange aos desafios técnicos, o exame minucioso das narrativas revela que a rega e o manejo do solo em centros urbanos são exercícios de criatividade e persistência. A escassez de pontos de água e a compactação do solo são correlacionadas nas entrevistas como barreiras que exigem soluções coletivas. É

nesse ponto que a rede externa se torna vital: o diálogo com coletivos como o Muda UFRJ e a RECAU permite a troca de tecnologias sociais de irrigação e compostagem urbana. Essa cooperação sugere que o sucesso desses espaços não depende de recursos financeiros abundantes, mas da robustez dos vínculos e da capacidade de transformar a adversidade em aprendizado compartilhado. Ao interpretar as percepções sobre o impacto nas comunidades vizinhas, os entrevistados sublinham que a horta funciona como um "dispositivo de vizinhança". O gesto de oferecer uma mudança ou explicar o uso de uma PANC rompe a impessoalidade acadêmica e consolida o que defini como "Espaços Relacionais" (SILVA, 2019c). Em última análise, a investigação aponta que cultivar PANC nas universidades do Rio de Janeiro é uma forma de insurgência estética e política: é o plantio da diversidade contra a monocultura da mente, provando que a segurança alimentar se constrói, semente a semente, no cotidiano do mutirão.

11.3 Perfil Sociodemográfico e Motivações: Mosaico de Identidades: Faixa Etária, Gênero e Escolaridade

A investigação permitiu desvelar um perfil de participantes marcado pela pluralidade. Embora o ambiente universitário concentre majoritariamente jovens em formação, as entrevistas apontam para a presença de uma amplitude etária que vai além dos estudantes de graduação, incluindo pós-graduandos, técnicos e professores. No que tange ao gênero, nota-se uma participação feminina expressiva e liderante, o que dialoga com o papel histórico das mulheres na preservação da agrobiodiversidade e no cuidado com a segurança alimentar.

Quanto à escolaridade, a agroecologia acadêmica produz um fenômeno interessante: o encontro de diferentes níveis de formação em torno do solo. O exame dos relatos demonstra que alunos de cursos tão distintos quanto Biologia, Nutrição, Geografia, Artes e Engenharias compartilham o mesmo canteiro. Essa convivência evidencia que o "jardim acadêmico" atua como uma zona de contato interdisciplinar, onde o saber científico de alta especialização se dobra à sabedoria prática e ancestral do cultivo, criando o que defino como "Espaços Relacionais"

(SILVA, 2019c). Ao esquadrinhar as motivações descritas pelos participantes, observa-se que o engajamento não é meramente técnico, mas profundamente político e afetivo. Os principais vetores de motivação identificados são:

Questões de Saúde e Bem-estar: muitos integrantes relatam que a horta universitária funciona como um refúgio para a saúde mental frente à rigidez e ao estresse acadêmico. O ato de "botar a mão na terra" é descrito como uma prática terapêutica e de autocuidado.

Ativismo e Resistência Política: A agroecologia é sentida como uma ferramenta de ocupação produtiva de espaços antes ociosos ou puramente ornamentais. Plantar no campus é, para muitos, uma forma de denunciar modelos excludentes de urbanização e reivindicar o direito à cidade e ao território.

Segurança e Soberania Alimentar: A carência de acesso a alimentos saudáveis e o controle sobre o próprio sustento aparecem como motivações urgentes, especialmente em contextos de crise. Como mencionei anteriormente, o cultivo de PANC surge como uma estratégia vital para diversificar a dieta e garantir a soberania alimentar no "asfalto".

A agroecologia universitária possui uma capacidade singular de atrair perfis que, em outros contextos acadêmicos, raramente se encontrariam. Depreende-se das trajetórias narradas que o mutirão é o grande catalisador dessa diversidade. Ao promover diálogos entre a ciência e a experiência cotidiana, os grupos conseguem dialogar com a comunidade vizinha e com redes externas, como a RECAU (Rede Carioca de Agricultura Urbana) e o MUDA UFRJ.

Desta forma, os resultados atestam que a motivação dos grupos transcende o desejo de colher; trata-se de um desejo de pertencer. A identidade desses coletivos é forjada na combinação entre o ativismo socioambiental e a necessidade material de sustento, transformando o campus em um lugar onde a vida — em toda a sua complexidade sociodemográfica — brota com vigor. Manter uma horta na universidade é um exercício diário de paciência e persistência. Embora o discurso oficial das instituições muitas vezes exalte a sustentabilidade, a prática revela um cenário de contrastes. O que os grupos sentem no dia a dia é que a agroecologia ainda ocupa um lugar de "tensão" dentro da estrutura administrativa.

11.4 O Peso da Burocracia e a Falta de Suporte Técnico

Um dos pontos mais tocados é a dificuldade em institucionalizar as ações. Depreende-se das falas que o apoio das universidades, quando existe, é pontual e quase sempre depende da boa vontade de alguns professores ou técnicos específicos, e não de uma política real da instituição. As dificuldades citadas vão desde a falta de acesso a pontos de água para a rega até o entrave para conseguir materiais básicos, como adubo ou ferramentas. Muitos relatam que a burocracia trata esses espaços como um "problema de manutenção" ou um "uso irregular do espaço", ignorando o valor educativo e social que o plantio carrega. Essa barreira faz com que o grupo precise gastar mais energia em reuniões e processos do que em cuidar da terra propriamente dita.

Outro aspecto é a "resistência inicial". Como a estética da agroecologia foge do padrão de jardim ornamental (com grama aparada e plantas sem função alimentícia), o mato e as PANC são vistos por muitos como sinal de descuido. Expondo esses relatos, percebemos que o grupo precisa fazer um trabalho constante de comunicação. No entanto, é gratificante notar nas respostas que esse estranhamento costuma se transformar em apoio à medida que as pessoas entendem o projeto. O mutirão e a oferta de uma muda ou de um chá funcionam como pontes. Onde antes havia crítica, passam a existir curiosidade e, por fim, participação. Esse movimento confirma que a horta não apenas ocupa o espaço, mas educa quem passa por ele. Já que o apoio interno é incerto, os grupos buscam fôlego nas instituições cariocas de agroecologia. As parcerias com redes como a RECAU, o Muda UFRJ e o CACC são o que mantém os coletivos vivos nos momentos de crise. É nessas redes que acontece a troca de sementes, o empréstimo de ferramentas e, principalmente, o compartilhamento de estratégias para lidar com a universidade. Fica evidente que essa "solidariedade entre grupos" cria um ecossistema que protege as hortas. Quando a UERJ ou a UFRJ dificulta o acesso a um recurso, o grupo recorre aos parceiros externos para não deixar o canteiro morrer. Esse intercâmbio prova que a agroecologia acadêmica só sobrevive porque está conectada com o movimento social da cidade.

11.5 Estratégias para Superar os Obstáculos

Ao sistematizar as respostas sobre como o sucesso é medido, os entrevistados não falam em lucros ou grandes colheitas, mas na permanência do grupo e na mudança de consciência. A principal estratégia de sucesso citada é a coletividade. O mutirão não serve apenas para carregar terra; ele serve para renovar os ânimos de quem está cansado da luta institucional. O "sucesso", para esses grupos, é ver uma PANC resistindo ao sol do Rio de Janeiro ou um funcionário da limpeza parando para pedir uma muda. Essas pequenas vitórias são o que sustenta a tese de que a agroecologia é um caminho sem volta para humanizar as nossas universidades e cidades. Ao investigar as dificuldades, percebe-se que o plantio nas universidades não é um processo pacífico. Quando os grupos decidem ocupar um terreno ocioso ou transformar um gramado ornamental em horta, eles dão início a uma disputa simbólica. As respostas sobre "resistência da comunidade" e "dificuldades em ocupações" revelam que o maior obstáculo não é o solo, mas a visão que a própria universidade tem de si mesma. Muitos entrevistados mencionam a burocracia como uma barreira quase intransponível. Relacionando isso ao pensamento de Max Weber, podemos notar a presença de uma "racionalidade instrumental". Para a burocracia universitária, o espaço deve ser útil, funcional e, acima de tudo, previsível. Uma horta, com seu crescimento espontâneo, suas PANC que parecem "mato" e seus mutirões horizontais, quebra essa previsibilidade.

Os relatos mostram que as instituições muitas vezes preferem um cimento limpo ou um jardim sem vida, mas que seja "fácil de manter", do que um espaço produtivo que exige uma lógica de cuidado contínuo. Assim, a burocracia não é apenas um conjunto de regras, mas uma forma de controle que tenta enquadrar a vida orgânica dentro de processos rígidos. A partir das ideias de Henri Lefebvre sobre a "Produção do Espaço", fica claro que os grupos agroecológicos estão propondo um "espaço vivido" contra um "espaço concebido" pelos planejadores. Enquanto a reitoria ou as prefeituras dos campi concebem o espaço como algo estático (onde se caminha, onde se estaciona), os coletivos o vivem como um território de experiências. As entrevistas trazem histórias de resistência onde a comunidade acadêmica — às vezes por puro desconhecimento — reclama da

aparência da horta ou do cheiro do adubo e da composteira. Essa resistência mostra que a horta subverte a lógica funcionalista. Ela não serve apenas para "passar", mas para "ficar". Ao plantar, os grupos mudam a função do campus: ele deixa de ser apenas um lugar de salas de aula e se torna um lugar de convivência e soberania alimentar. Os relatos sobre as dificuldades enfrentadas durante as ocupações de espaços públicos dentro da universidade expõem a fragilidade do apoio institucional. A falta de acesso a pontos de água e a ausência de um suporte técnico fixo são formas silenciosas de resistência da instituição.

No entanto, é justamente nessa disputa que os grupos se fortalecem. A estratégia para superar esses desafios é a articulação com redes externas, como a RECAU e o Muda UFRJ. Essa união prova que a horta universitária é um território insurgente. Ela não pede licença para existir; ela se impõe como uma necessidade pedagógica e ambiental, forçando a universidade a repensar seu papel no século XXI.

11.6 A Vivência como Dado: A Fundação do Manga Rosa e a Realidade do Campo

Ao analisar os resultados desta pesquisa, é impossível separar os dados coletados da minha própria trajetória como cofundadora do Manga Rosa UERJ em 2012. Essa posição de "pesquisadora-militante" permitiu que o olhar sobre os coletivos fosse muito mais profundo, pois as dores e vitórias relatadas nas entrevistas são, em grande medida, as mesmas que atravessaram a minha história com o grupo. A fundação do coletivo e a sua manutenção por mais de uma década funcionam como uma prova real da pesquisa-ação em movimento. Como aponta Thiollent (1996), os resultados nesse tipo de pesquisa não são apenas números, mas a própria transformação da realidade e o conhecimento gerado durante a ação. O fato de o Manga Rosa ainda reexistir e ter servido de base para este estudo demonstra que a agroecologia dentro da UERJ conseguiu criar uma territorialidade própria, que resiste ao tempo e às trocas de gestão acadêmica. As etapas que estruturam o amadurecimento desta investigação, desde a fundação do coletivo até a sistematização final dos dados, estão detalhadas no quadro a seguir:

Quadro 3 – Cronograma das etapas do percurso metodológico (2012–2026).

Etapas	Período	Atividades Principais
I. Imersão e Fundação	2012 – 2015	Fundação do Coletivo Manga Rosa UERJ; Primeiros mutirões; Identificação de conflitos territoriais.
II. Consolidação da Rede	2016 – 2019	Participação em ERGAs e ENAUs; Articulação com MUDA UFRJ e RECAU; Escrita do Mestrado (Espaços Relacionais).
III. Investigação Profunda	2020 – 2023	Mapeamento dos coletivos cariocas; Adaptação das hortas na pandemia; Elaboração do formulário de pesquisa.
IV. Coleta e Análise	2024 – 2025	Realização das entrevistas; Transcrição e análise qualitativa sob a lente da Ecologia Política Urbana.
V. Escrita e Finalização	2025 – 2026	Redação final da tese; Sistematização dos resultados e defesa.

Fonte: Elaboração da autora, 2026.

11.7 A Ecologia Política Urbana no Cotidiano: Água e Poder no Campus

Os resultados das entrevistas ganham uma dimensão política muito maior quando utilizamos as lentes de Erik Swyngedouw (2001) sobre a Ecologia Política Urbana. Ao cruzar as reclamações dos grupos sobre a falta de água e de apoio técnico com a teoria, fica nítido que estamos lidando com um "metabolismo urbano" em disputa. A escassez de pontos de rega relatada por quase todos os grupos não são um simples problema de manutenção, mas uma barreira política. Para Swyngedouw (2001), a distribuição de recursos na cidade (ou no campus) revela quem tem o poder de decidir o que deve prosperar. Quando a administração dificulta o acesso à água para uma horta, mas mantém o asfalto e o concreto impecáveis, ela está fazendo uma escolha política sobre qual "natureza" é permitida dentro da universidade. Minha vivência no Manga Rosa confirma esse diagnóstico: a água nunca foi apenas um recurso hídrico, mas um território de negociação e resistência constante. Um resultado fundamental que emerge desta investigação é que o sucesso de um grupo agroecológico universitário depende mais de suas redes externas do que do apoio institucional interno. Nas entrevistas, fica claro que o sentimento de "não estar sozinho" vem do diálogo com instituições como a RECAU, o CACC e o Muda UFRJ. Essa geografia da solidariedade subverte a lógica da escassez. Enquanto a universidade muitas vezes nega o suporte básico, a rede de agroecologia carioca oferece a semente, o conhecimento e o apoio emocional. Esse dado é vital para entender que a agroecologia urbana no Rio de Janeiro funciona como um organismo vivo: se um ponto (como a UERJ) enfraquece, a rede o sustenta. Esse resultado prova que a nossa tese de "territorialidades socioambientais" é real: o território da agroecologia não para no muro da faculdade; ele se estende por toda a cidade através do afeto e da troca técnica. Ao sistematizar os resultados das entrevistas, percebe-se que a agroecologia nas universidades do Rio de Janeiro se sustenta por uma malha invisível de colaboração. Essa rede, que conecta a UERJ, a UFRJ e coletivos externos, é o que garante a sobrevivência das hortas quando o apoio institucional falha.

11.8 A Circulação de Sementes e Saberes: O Fluxo entre UERJ, UFRJ e Cidade

Os dados revelam que existe um fluxo constante de "tecnologias sociais" — que são soluções simples e replicáveis construídas coletivamente. Grupos parceiros como o MUDA UFRJ, o GABU, o Capim Limão (UFF) e o coletivo Planta na Rua aparecem como peças-chave dessa engrenagem.

Observo que esse intercâmbio acontece de três formas principais:

Troca de Germoplasma (Sementes e Mudas): Muitas das PANC que hoje habitam o canteiro da UERJ vieram de mutirões na UFRJ ou em comunidades parceiras. Esse trânsito biológico é, na verdade, um trânsito de confiança e amizade.

Partilha de Ferramentas e Insumos: Como a burocracia universitária dificulta a compra de materiais básicos, os grupos criaram uma rede de empréstimos. Se um grupo consegue uma doação de terra orgânica, ela é rapidamente redistribuída para os outros nós da rede.

Conhecimento Técnico e Popular: O saber sobre como lidar com uma praga ou como fazer um sistema de irrigação de baixo custo circula via grupos de mensagens e visitas presenciais. Essa "tecnologia do afeto" é o que mantém os grupos ativos.

Os resultados também apontam para a grande importância de eventos como o ENAU (Encontro Nacional de Agroecologia Universitária), o ERGA (Encontro Regional de Grupos de Agroecologia) e o COIREM (Congresso Intercultural da Resistência dos Povos Indígenas e Tradicionais do Maraká'nà). Nas entrevistas, esses momentos são descritos como o "combustível" para a militância. Analisando esses eventos à luz da Educação Popular de Paulo Freire, compreendemos que eles funcionam como espaços de "leitura do mundo". Não são apenas palestras técnicas; são momentos onde estudantes e técnicos se reconhecem como sujeitos políticos.

Diálogo e Horizontalidade: Seguindo Freire, esses encontros rompem com a ideia de que só o professor detém o saber. No ERGA ou no ENAU, o saber de quem maneja a enxada todo dia tem o mesmo peso do saber acadêmico.

Consciência Crítica: A participação nesses eventos ajuda a formar uma consciência de que esses espaços no campus são um ato de resistência contra a "educação bancária" e a favor de uma universidade que dialoga com a realidade. Os entrevistados relatam que voltam desses encontros mais fortalecidos para enfrentar a burocracia local.

A rede não para nos muros da universidade. Os relatos mostram que o Manga Rosa e seus parceiros impactam o entorno ao servirem de modelo e fonte de mudas para moradores vizinhos. O sucesso de um mutirão aberto atrai quem passa na rua, transformando o "espaço da academia" em um "espaço comum". Essa territorialidade, que se estende por toda a capital carioca, prova que a agroecologia urbana é uma rede de segurança. Se a universidade tenta fechar uma torneira, a rede externa abre um caminho; se o suporte institucional some, a solidariedade entre os grupos aparece. Essa é a verdadeira tecnologia social que os resultados desta tese evidenciam: o poder de se organizar em rede para cultivar a vida no concreto. Um dos resultados mais expressivos desta investigação é a visualização de que o Manga Rosa UERJ não opera no vácuo. Desde sua fundação em 2012, o coletivo se tornou um nó central em uma rede de apoio mútuo. Para ilustrar essa dinâmica, apresento a seguir a análise do fluxo de trocas entre os principais grupos mapeados.

11.9 Mapeando as Conexões: O Fluxograma em Movimento

Ao observar a rede, percebemos que o que circula entre os grupos vai muito além de insumos físicos; circulam afetos, estratégias de sobrevivência e conhecimentos ancestrais. Abaixo, detalho o que compõe as setas desse esquema:

Manga Rosa (UERJ) ↔ MUDA (UFRJ): Esta é uma das conexões mais fortes da rede. A troca é constante, especialmente no que diz respeito a mudas de PANC e sementes crioulas. Quando a UERJ enfrenta períodos de seca ou falta de

braços no mutirão, o MUDA atua como um suporte técnico e político, compartilhando experiências sobre como lidar com a burocracia universitária.

Manga Rosa ↔ GABU (Grupo de Agricultura Biológica Urbana): O fluxo aqui é marcado pela troca de metodologias de manejo de solo e compostagem em pequenos espaços. O GABU traz o olhar da prática biológica que fortalece a saúde dos canteiros na UERJ.

Manga Rosa ↔ Planta na Rua: Essa ligação representa a saída da universidade para a cidade. O Manga Rosa fornece mudas e apoio logístico para ações de plantio em espaços públicos (praças e calçadas), enquanto o Planta na Rua traz para dentro da academia o fôlego da militância urbana direta.

Manga Rosa ↔ CACC e RECAU: Essas redes externas funcionam como o "porto seguro" para o fornecimento de adubo orgânico e ferramentas quando os recursos institucionais da universidade são cortados.

Essa circulação, que aparece nas entrevistas como algo natural, é, na verdade, uma tecnologia social de resistência. Nas respostas dos participantes, fica claro que a "semente que caminha" entre os grupos é o que garante que uma espécie não se perca. Se uma horta é desativada ou sofre vandalismo, a rede possui a "cópia de segurança" daquela biodiversidade em outro território. Essa dinâmica revela que a territorialidade da agroecologia carioca é móvel. O território não é apenas o pedaço de terra na UERJ; é a própria rede de pessoas e sementes em movimento. Como cofundadora, pude observar que essa solidariedade orgânica substitui a falta de políticas públicas e de apoio técnico oficial, criando um sistema de autogestão que mantém os jardins vivos. Os resultados mostram que as trocas registradas no fluxograma não são apenas transações; elas são o que chamo de sociobiodiversidade afetiva. Nas entrevistas, quando alguém menciona que "ganhou uma muda do Manga Rosa", há um brilho no relato que demonstra que aquela planta carrega a história do grupo. Portanto, o fluxograma das trocas é o mapa de uma rede de cuidados que protege os grupos da solidão institucional. Essa rede é o que permite que a agroecologia urbana no Rio de Janeiro seja resiliente: ela se dobra, mas não quebra, porque está ancorada em múltiplos nós que se sustentam reciprocamente.

Para compreender como essa rede se materializa no cotidiano, vale observar o percurso de uma semente ou uma muda que atravessa a Ponte Rio-Niterói ou a Linha Vermelha para ganhar um novo chão. Um exemplo marcante que ilustra esse "nó" específico entre o Manga Rosa e o MUDA UFRJ é a circulação da ora-pro-nóbis (*Pereskia aculeata*) ou de sementes crioulas de milho (*Zea mays*). Muitas vezes, uma muda que começou sua vida em um canteiro no Fundão, cuidada por estudantes que também enfrentam o sol forte e a falta de mangueiras, viaja numa mochila ou em um carro emprestado até chegar aos nossos canteiros na UERJ. Essa planta não chega sozinha; ela traz consigo o saber de quem a cultivou lá, a orientação sobre como ela gosta de ser regada e a promessa de que, se ela prosperar conosco, suas futuras mudas serão doadas para um vizinho do Maracanã ou para um novo grupo que esteja começando.

Nas entrevistas, esse movimento é descrito com carinho: não se trata de uma "entrega de insumos", mas de um presente entre companheiros de luta. Quando plantamos uma semente vinda do MUDA, estamos plantando também a certeza de que a agroecologia acadêmica no Rio de Janeiro é um organismo único. Se a UERJ passa por uma crise e o nosso canteiro sofre, sabemos que a "memória genética" do nosso trabalho está protegida lá com eles, e vice-versa. Esse intercâmbio humaniza o dado técnico do mapeamento, pois revela que a nossa Geografia da Solidariedade é feita de encontros, abraços em mutirões e o cuidado compartilhado com a vida que insiste em brotar no asfalto, unindo as maiores universidades públicas do estado em um mesmo propósito.

Para ilustrar o que os dados das entrevistas apontam sobre a resiliência dos grupos, vale narrar a trajetória de uma muda de Ora-pro-nóbis (*Pereskia aculeata*) que viajou do MUDA UFRJ para o solo da UERJ. Lembro-me bem do dia dessa troca: era um final de tarde ensolarado durante um ERGA (Encontro Regional de Grupos de Agroecologia). O cenário era de efervescência; jovens de várias instituições ocupavam o espaço com lonas, sementes e ferramentas. A muda nos foi entregue pelas mãos de um estudante da UFRJ, protegida em um saquinho de leite reaproveitado — uma tecnologia social de baixo custo que é marca registrada dos nossos coletivos. Aquele gesto, simples em aparência, carregava a responsabilidade de manter viva uma linhagem de cultivo que já havia prosperado em outro campus. Ao chegar na UERJ, a adaptação dessa planta nos serviu como um laboratório vivo de Ecologia Política Urbana. Diferente do solo da Ilha do

Fundão, mais aberto e ventilado, o solo do Maracanã enfrenta o que Erik Swyngedouw (2001) descreve como um metabolismo urbano severamente impactado pela poluição e pelo calor das massas de concreto e asfalto que cercam a universidade. Nos primeiros meses, a muda sentiu o peso da cidade: suas folhas ficaram cobertas pela fuligem acinzentada que emana do tráfego intenso da Avenida Radial Oeste. Ela parecia lutar contra a toxicidade do ar e a compactação de um solo que, por décadas, foi tratado como mero suporte para o cimento, e não como um organismo vivo. No entanto, a planta demonstrou uma resiliência surpreendente. Observamos que, após o período de "choque" inicial, ela começou a lançar brotos com uma força inesperada. Foi como se as raízes tivessem encontrado, por baixo da camada de entulho e burocracia, os nutrientes deixados por mutirões anteriores. Ela não apenas cresceu; ela se tornou a "planta-mãe" do nosso canteiro, fornecendo estacas para dezenas de outros interessados. Sua adaptação rápida provou que as PANC possuem uma inteligência biológica capaz de metabolizar as adversidades da metrópole, transformando poluição em biomassa e resistência. Esse encontro e o sucesso do plantio revelam que a semente é muito mais que um insumo técnico. Como cofundadora e pesquisadora, percebo que essa planta se tornou o que Milton Santos chamaria de um "vetor de solidariedade". Em um campus dominado pela pressa dos corredores e pela frieza das normas institucionais, a presença daquela ora-pro-nóbis (*Pereskia aculeata*) obriga o transeunte a parar, a olhar e, muitas vezes, a perguntar. Ela rompe a lógica do espaço funcional e impõe a lógica do espaço vivido. A planta que viajou entre as universidades é o elo físico que prova: enquanto houver troca de saberes e sementes, o metabolismo da agroecologia continuará pulsando contra a monocultura da mente e do asfalto.

A oportunidade de consolidar este projeto de pesquisa ao nível de pós-graduação está intrinsecamente vinculada ao desejo de conferir uma nova ênfase ao modo de atuação do Manga Rosa (UERJ), constituindo-o não apenas como uma iniciativa de extensão, mas como uma obra-dispositivo em constante movimento. Espera-se que a trajetória da pesquisa permita aprofundar os diálogos, encontros e mutirões com o coletivo de colaboradores, redesenhando o imaginário institucional onde se criam laços de pertencimento e solidariedade. Conforme a perspectiva de Bourriaud (2009), busca-se que essas interações transcendam o espaço físico do plantio para se desenvolverem em redes de relações colaborativas

infinitas, onde o ato de plantar na universidade se torna um campo de experimentação social e estética.

A sistematização das ações compartilha didaticamente, por meio de registros de tempo e espaço, as técnicas agroecológicas aprendidas e replicadas, fomentando uma mobilização que vá além do engajamento técnico e atinja a consciência socioambiental dos participantes. Tendo em vista o significado múltiplo e complexo da agroecologia, que atravessa territórios de ideias, símbolos e formas, este projeto projeta-se como uma obra aberta, sempre receptiva a novas adições e transformações que emergem a cada mutirão ou desafio territorial enfrentado. Dessa forma, entende-se a pesquisa em sua totalidade — desde o levantamento documental dos grupos mapeados até a prática cotidiana na terra — como a própria obra, cujo resultado principal é a regeneração dos laços comunitários e a consolidação de uma práxis contracolonial capaz de ressignificar a presença da natureza no espaço urbano e acadêmico.

Espera-se que esta pesquisa não apenas catalogue dados, mas forneça um mapeamento vivo e detalhado da formação dos grupos de agroecologia nas universidades públicas e no município do Rio de Janeiro. Mais do que identificar pontos em um mapa, o objetivo é compreender as motivações subjetivas e os atores que tecem essas redes. Como nos instiga Milton Santos (2002), o território é o lugar onde a vida acontece em toda a sua complexidade; portanto, este mapeamento revelará como espaços antes "vazios" de significado institucional foram transformados em territórios de resistência e produção de vida. Ao cruzar os dados coletados nas planilhas de campo com os relatos de mutirões, espera-se sistematizar a lógica de surgimento desses coletivos — muitas vezes nascidos da carência de espaços de convivência e da necessidade de segurança alimentar. A intenção é demonstrar que a formação de grupos como o Manga Rosa (UERJ) e o MUDA (UFRJ) não é um fenômeno isolado, mas parte de um movimento de "transição agroecológica" urbana, conforme descrito por Gliessman (2001).

Este resultado será um subsídio para políticas públicas e institucionais, provando que a agroecologia é uma estratégia viável de ocupação urbana e de educação interdisciplinar. O que se espera, em última análise, é que este diagnóstico sirva de espelho para que os próprios coletivos se reconheçam como parte de uma força política e social capaz de pautar o futuro das nossas

universidades e da nossa cidade, sob a luz da ecologia de saberes de Boaventura de Sousa Santos (2010).

Compreensão das Barreiras e Dinâmicas de Existência dos Grupos

Mais do que um inventário de sucessos, espera-se que esta pesquisa ilumine as fragilidades e os nós críticos que permeiam a prática agroecológica no asfalto e no campus. A compreensão das dificuldades enfrentadas pelos grupos é vital para tirar a agroecologia do campo da utopia e trazê-la para a realidade da gestão de recursos e da sobrevivência política. Como aponta Enrique Leff (2001), o saber ambiental enfrenta a barreira de uma racionalidade econômica e burocrática que, muitas vezes, não compreende o tempo da natureza ou a autogestão dos bens comuns. A partir da análise das respostas e das vivências em mutirões, identificam-se as causas da inatividade de alguns grupos e a resiliência de outros. Espera-se diagnosticar como a descontinuidade de recursos — sejam eles financeiros ou de espaço físico — impacta diretamente na manutenção dos jardins. Há uma expectativa de revelar que os maiores desafios não são técnicos (o plantio em si), mas sim sociais e políticos: a resistência institucional, a rotatividade dos membros (estudantes que se formam e deixam os projetos) e a necessidade de legitimação acadêmica. Este diagnóstico buscará oferecer caminhos para que os grupos possam medir o seu sucesso não apenas pela quantidade de colheita, mas pela capacidade de superação desses obstáculos. Como defende Paulo Freire (1996), é na consciência das nossas limitações que nasce a motivação para a transformação. Identificar quem está ativo ou inativo, e por quais motivos, permitirá que a rede ligada ao Manga Rosa e às universidades públicas do Rio de Janeiro se fortaleça, criando estratégias de permanência que sobrevivem às gestões administrativas e às crises externas.

Mais do que a produção de alimentos, espera-se que os resultados desta pesquisa evidenciem a consolidação de uma força política que emana dos canteiros universitários. A criação de novas territorialidades socioambientais não se limita à ocupação do solo, mas expande-se para a ocupação do debate público e institucional. Como argumenta Milton Santos (2002), o território é o lugar onde a "geografia do cotidiano" se manifesta como resistência. Espera-se demonstrar que, ao plantar em uma universidade pública no Rio de Janeiro, esses grupos estão, na

verdade, pautando uma nova agenda política para a cidade. A análise buscará revelar como essa força coletiva consegue influenciar, ainda que de forma latente, a formulação de políticas acadêmicas e urbanas. A expectativa é que a pesquisa mostre que a criação de alternativas alimentares sustentáveis e a proteção das PANC funcionam como atos de insubordinação contra o sistema agroalimentar hegemônico. Ao ocupar espaços antes destinados ao "vazio" ou ao "controle", grupos como o Manga Rosa e o MUDA instituem o que Boaventura de Sousa Santos (2010) descreve como uma sociologia das emergências: dar visibilidade a práticas que já existem, mas que o poder oficial muitas vezes tenta invisibilizar. Espera-se que este trabalho valide a hipótese de que a agroecologia universitária é um embrião de novas formas de governança urbana. O resultado esperado é a compreensão de que cada mutirão é um exercício de cidadania ativa. Através da ocupação consciente e do diálogo interdisciplinar, esses grupos não apenas "estão" no espaço; eles "são" o espaço transformado. A força política aqui esperada não é a dos gabinetes, mas a da práxis — aquela que, no dizer de Paulo Freire (1996), une reflexão e ação para transformar o mundo, criando territórios de esperança onde antes havia apenas concreto e burocracia.

Impacto na Segurança Alimentar e Nutricional

Espera-se que esta pesquisa revele como a produção de alimentos e o cultivo de ervas medicinais pelos grupos de agroecologia funcionam como uma estratégia real de enfrentamento à insegurança alimentar dentro da comunidade acadêmica da UERJ e nas suas adjacências. Mais do que a contagem de quilos colhidos, a expectativa é demonstrar que o acesso a alimentos frescos e livres de agrotóxicos em pleno campus universitário altera a relação do estudante com o seu sustento. Conforme discutido por Guzmán (2001), a agroecologia permite uma reterritorialização do sistema alimentar, devolvendo aos sujeitos o controle sobre o que consomem. Através da análise das práticas do Manga Rosa e da Feira Agroecológica da UERJ, pretende-se evidenciar que a presença de canteiros produtivos atua como um suporte simbólico e material, especialmente em períodos de crise econômica. Espera-se que os resultados mostrem que a "fome" combatida

por esses grupos não é apenas a física, mas também a "fome de saberes" sobre a origem do alimento. A pesquisa busca confirmar que a disseminação do conhecimento sobre as PANC amplia o repertório alimentar das comunidades vizinhas e acadêmicas, promovendo o que Milton Santos (2002) chamaria de uma "geografia da solidariedade". A análise evidencia que os dados comprovam que os jardins acadêmicos não são apenas decorativos, mas sim espaços vitais de soberania alimentar. O impacto esperado é a validação de que a universidade pública, ao acolher o plantio, assume um papel ativo na saúde pública e na segurança nutricional de seu corpo social, transformando a prática agroecológica em um pilar de permanência estudantil e dignidade humana, em consonância com a ética do cuidado e o direito humano à alimentação adequada.

Os dados demonstram que a pesquisa fornece percepções profundas sobre como a conversão de áreas residuais ou meramente ornamentais das universidades em espaços de reunião e ação coletiva altera a dinâmica social e a paisagem institucional. A transformação de um "não-lugar" — termo de Marc Augé (1994) para espaços de passagem sem identidade — em um jardim agroecológico pulsante gera novas formas de habitar a universidade. Como nos ensina Milton Santos (2010), quando o espaço é humanizado pela ação coletiva, ele deixa de ser apenas um cenário para se tornar um território de afetos e trocas. Pretende-se revelar que a mudança na paisagem física — a substituição do concreto ou do gramado monótono pela diversidade de cores e formas das ervas e hortaliças — promove uma mudança equivalente nas relações humanas. Ficou nítido o papel da agroecologia que os resultados apontem para um fortalecimento dos laços entre estudantes, técnicos e professores que, no rito do mutirão, desconstróem as hierarquias acadêmicas tradicionais. A pesquisa busca evidenciar que esses espaços de "convivialidade", conceito explorado por Ivan Illich (1976), funcionam como zonas de refúgio e acolhimento, combatendo o isolamento social comum no ambiente acadêmico. A agroecologia urbana atua como uma "acupuntura territorial", onde uma intervenção em um pequeno canteiro irradia bem-estar e senso de comunidade para todo o entorno. A interação entre os atores revela que a estética da horta acadêmica não é apenas visual, mas ética e política, pois redefine o modo como as pessoas se relacionam entre si e com o meio ambiente universitário, transformando a universidade em um ecossistema mais humano, solidário e interconectado. Espera-se que os resultados desta pesquisa consolidem a

percepção de que a colaboração interdisciplinar entre coletivos de agroecologia, universidades públicas e atores da sociedade civil é o verdadeiro motor para a viabilidade de iniciativas sustentáveis. Esta tese pretende demonstrar que a agroecologia não se restringe a uma técnica agrícola, mas constitui um campo de saber híbrido. Como discutido anteriormente no II Seminário de Meio Ambiente do PPGMA (SILVA, 2023), a produção acadêmico-científica ganha impacto social quando transborda os limites de uma única disciplina para oferecer respostas reais à sustentabilidade. Pretende-se evidenciar que essa colaboração gera o que chamamos de "Territorialidades Socioambientais" (FORTUNATO et al., 2025), onde a resistência no espaço público é alimentada pela troca entre diferentes áreas do conhecimento. Espera-se que a pesquisa revele como o diálogo entre a Geografia, a Ecologia e a Educação — já explorado na análise dos "Espaços Relacionais" (SILVA, 2019c) — permite que grupos como o Manga Rosa e o MUDA transcendam o isolamento institucional. A expectativa é comprovar que a universidade, ao atuar como um polo de convergência interdisciplinar, fortalece a governança de redes pautadas inclusive em instâncias de decisão política, como a 3ª CMMA Rio (SILVA, 2024). Os resultados devem apontar que a eficácia das iniciativas sustentáveis no Rio de Janeiro depende dessa "inteligência coletiva" cultivada no ambiente universitário. Conforme defendido em minhas reapropriações cotidianas apresentadas no XII ENANPPAS (SILVA, 2025), a força política desses grupos reside justamente na sua capacidade de unir saberes diversos em torno do bem comum. O impacto esperado é a validação de um modelo de ciência aberta e colaborativa que transforma a interdisciplinaridade em uma prática de cidadania, tornando a universidade pública um pilar essencial para a soberania alimentar e a justiça socioambiental urbana. Espera-se que a pesquisa elucide as complexas disputas simbólicas que orbitam os processos de produção, consumo e significação no contexto da agroecologia urbana. A expectativa é identificar como as questões estritamente ambientais — como a conservação da biodiversidade e a recuperação do solo — estão profundamente entrelaçadas com interesses sociais diversos e tensões territoriais. Conforme discuti ao analisar o "Cultivo no Jardim Antropofágico" (SILVA, 2019a), o ato de plantar na universidade funciona como uma metáfora de resistência, onde a estética e a produção de alimentos são usadas para "devorar" e ressignificar as lógicas de controle institucional.

Pretende-se revelar que o jardim acadêmico é, na verdade, um campo de "Territorialidades em Disputa" (SILVA, 2025), onde as reapropriações cotidianas desafiam a visão da universidade apenas como um espaço de concreto e burocracia. Espera-se que os resultados demonstrem que a agroecologia atua como um catalisador de conflitos simbólicos: de um lado, a racionalidade técnica que vê o espaço como ornamental; do outro, a prática coletiva que o vê como território de vida e soberania. Essa dinâmica reforça a análise de "Territorialidades Socioambientais" (FORTUNATO et al., 2025), evidenciando que a resistência no espaço público é alimentada pela capacidade dos grupos de conferir novos sentidos ao ambiente universitário. Os resultados devem apontar que a resolução dessas questões ambientais passa, necessariamente, pelo reconhecimento dos interesses sociais envolvidos. A tese busca confirmar que a agroecologia nas universidades públicas do Rio de Janeiro não é um evento isolado, mas uma resposta política às crises contemporâneas. O impacto esperado, como debatido na 3ª CMMA Rio (SILVA, 2024), é o fortalecimento de uma consciência socioambiental que reconhece esses espaços não apenas como canteiro, mas como um símbolo de luta pelo direito à cidade e pela construção de um futuro sustentável onde o "ser" e o "plantar" sejam indissociáveis. Espera-se que os resultados desta pesquisa forneçam informações valiosas e dados empíricos que possam ser utilizados como base para a tomada de decisões estratégicas relacionadas a políticas alimentares, práticas de agroecologia urbana e gestão de espaços públicos. A intenção é que o diagnóstico gerado por esta tese transcenda a teoria e se torne um instrumento de governança. Como discutido no âmbito do PPGMA (SILVA, 2023), o conhecimento acadêmico deve atuar como um catalisador de impactos positivos para uma sociedade sustentável, oferecendo caminhos técnicos e sociais para gestores universitários e municipais.

Pretende-se demonstrar que a experiência acumulada nos "Espaços Relacionais" (SILVA, 2019) e a compreensão das "Territorialidades Socioambientais" (FORTUNATO et al., 2025) são fundamentais para desenhar políticas de ocupação urbana que sejam, de fato, inclusivas. Espera-se que a sistematização das dificuldades enfrentadas pelos grupos sirva de guia para evitar a descontinuidade de projetos, conforme debatido em minha participação na 3ª CMMA Rio (SILVA, 2024). Nesta perspectiva, a pesquisa busca influenciar a criação de protocolos de gestão

que reconheçam o jardim acadêmico não como um problema paisagístico, mas como uma solução para a segurança alimentar e a saúde coletiva.

A expectativa é que este trabalho se consolide como um documento de referência para que instâncias de decisão — seja na UERJ, na UFRJ ou no poder executivo local — possam fundamentar suas ações em evidências que unem o rigor científico à sensibilidade das vozes dos mutirões. O impacto esperado é a transição de uma gestão de espaços para uma gestão de territórios vivos, onde a tomada de decisão seja pautada pela soberania alimentar e pela sustentabilidade socioambiental. Espera-se que a pesquisa atue como um agente catalisador na promoção de práticas agroecológicas sustentáveis e na ampliação da conscientização sobre a segurança alimentar e a participação ativa em comunidades. A expectativa é que este trabalho forneça as bases para uma pedagogia do cultivo que transcenda o ambiente acadêmico. Como discutido em minha análise sobre o "Cultivo no Jardim Antropofágico" (SILVA, 2019), a prática de plantar no campus é um ato educativo de "Educação em Disputa", que desafia a passividade e convida a comunidade a ser protagonista da gestão ambiental do seu próprio território. Pretende-se demonstrar que a conscientização não ocorre apenas por vias teóricas, mas através da vivência nos "Espaços Relacionais" (SILVA, 2019c) criados pelos coletivos. Espera-se que os resultados comprovem que a colaboração e a participação ativa, quando mediadas por práticas como os mutirões e as trocas de sementes, geram uma nova ética do cuidado. Esse potencial de mobilização já foi evidenciado em diálogos públicos, como na entrevista para o 'UERJ em Dia n.º 957' (Figura 14) (SILVA; MARTINS, 2019b), onde a comunicação institucional serviu para dar escala à importância da agroecologia urbana como ferramenta de transformação social e soberania popular.

Figura 14 - Informativo Institucional "UERJ em Questão": Ocupação e Uso do Solo no Campus Maracanã. Disponível em: <https://www.uerj.br/wp-content/uploads/2019/04/957.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2026.

PROJETO QUE VISA DIMINUIR O LIXO ORGÂNICO TRAZ POMAR E HORTA PARA A UNIVERSIDADE

Iniciativa de alunos e professores incentiva a criação de área de cultivo com a produção de plantas alimentícias e de uso farmacêutico

O Manga Rosa é um projeto de espaço urbano com princípio de agroflorestais, que tem o propósito de diminuir o lixo, substituir plantas e combater os caramujos africanos na UERJ. Criado em 2012 pela estudante do Instituto de Artes Visuais (ART) Monique das Neves Silva e pelo vice-diretor do Instituto de Geografia (IGEOP), Rafael Fortunato, o canteiro fica localizado perto do Restaurante Universitário e atualmente recebe ajuda de alunos de diversos cursos. O trabalho é voluntário, com uma alta rotatividade de pessoas e muitos mutirões de encontro para troca de experiências, plantio e colheita.

Apesar de reunir estudantes de diferentes áreas, os alunos de biologia são presença necessária, pois seus conhecimentos são importantes para a preparação do solo que foi intermediado inicialmente pelo professor Sebastião Neto, do instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes (IBRAG). Com o objetivo de tornar

Presente na ocupação do Restaurante Universitário, o projeto agora tem a produção de plantas alimentícias, de uso farmacêutico e frutíferas. Toda a produção é distribuída para os trabalhadores terceirizados da Universidade, integrantes do projeto e para aqueles que participam dos mutirões. Além disso, o Manga Rosa confere certificados de participação a seus colaboradores.

Para Ricardo Martins, aluno do IBRAG e um dos colaboradores do Manga Rosa, apesar da dificuldade com as ferramentas, a iniciativa é capaz de atrair público, criar uma coletividade e quebrar barreiras na forma como as pessoas olham a UERJ, passando a ter cuidado com a Universidade.

Para o futuro, a fundadora revela que pretende abastecer o Restaurante Universitário com os produtos cultivados. Também é objetivo, no Manga Rosa, utilizar sua composteira para reaproveitar alimentos descartados pelo bandeirão.

Fonte: UERJ, 2019.

O impacto esperado é que o conhecimento aqui sistematizado — e já partilhado em fóruns como o XII ENANPPAS (SILVA, 2025) — sirva de inspiração para que outras comunidades, acadêmicas ou vizinhas reconheçam a potência da participação coletiva. Espera-se que esta tese não seja apenas um documento de consulta, mas um manifesto prático que reafirme a agroecologia como uma força vital para a regeneração da vida urbana e para o exercício pleno da cidadania ativa e solidária. O mapeamento das redes ratifica que a pesquisa revele como a introdução de espécies alimentícias no tecido urbano — e especificamente no cotidiano acadêmico — desencadeia um despertar crítico sobre os hábitos alimentares e seus impactos profundos no meio ambiente, na paisagem e no clima. Mais do que uma atividade técnica, o ato de priorizar a alimentação e a diversidade do reino vegetal promove uma transição entre universos culturais distintos, onde o saber acadêmico e o saber da terra se encontram. Como discuti ao analisar o "Cultivo no Jardim Antropofágico" (SILVA, 2019a), essa ocupação funciona como

uma forma de devorar a monotonia urbana e assumir as escolhas e consequências do nosso modo de vida no espaço público.

Pretende-se demonstrar que a ênfase na diversidade da formação dos grupos agroecológicos, moldada pelos tipos de espaços disponíveis (canteiros, pátios ou áreas residuais), é o fator crítico para compreender como essas iniciativas se desenvolvem e prosperam. Ao mapear essas dinâmicas, a pesquisa busca confirmar que os grupos não apenas ocupam o solo, mas criam "Espaços Relacionais" (SILVA, 2019c) que transformam a percepção da vida na cidade. A investigação deve evidenciar que o sucesso desses coletivos depende de uma gestão que considere as "Territorialidades em Disputa" (SILVA, 2025) e o envolvimento ativo da comunidade. A expectativa é que este trabalho valide a agroecologia urbana como uma ferramenta de conscientização e tomada de decisão, capaz de influenciar políticas públicas reais, conforme discutido na 3ª CMMA Rio (SILVA, 2024). O que se projeta é um campus — e uma cidade — onde a utilização da terra seja pautada pela soberania alimentar e pela valorização da vida em todas as suas formas de interação cultural e biológica.

A diversidade na produção agroecológica da UERJ não deve ser lida apenas como uma variedade de cultivos, mas como a base material de uma nova racionalidade ambiental. No projeto Manga Rosa, essa multiplicidade se manifesta em três dimensões indissociáveis:

Primeiramente, a biodiversidade funcional rompe com a lógica do monocultivo urbano. Ao introduzir policultivos e Espécies Vegetais Não Convencionais (PANC), o projeto emula a complexidade dos ecossistemas naturais, reduzindo a necessidade de intervenções externas e fortalecendo a resiliência do território acadêmico. Como propõe Altieri (2002), essa diversidade é o que garante a estabilidade do sistema frente às pressões do entorno metropolitano. A análise dos dados coletados revela que o contato direto com as PANC operou uma profunda reconfiguração na topofilia (TUAN, 1980) dos frequentadores desses espaços. Nos relatos colhidos, a transição da percepção do "mato" para o "alimento" surge como o principal indicador de sucesso da intervenção agroecológica. Ao citarem o guia de Kinupp e Lorenzi (2014), os interlocutores demonstram a apropriação de um conhecimento que lhes devolve a autonomia: a capacidade de colher sua própria comida em frestas de asfalto ou jardins institucionais. Esta mudança de subjetividade é analisada aqui como uma cura para a fratura metabólica (FOSTER,

2005). A discussão evidencia que o projeto Manga Rosa, ao validar espécies como a ora-pro-nóbis (*Pereskia aculeata*) e a beldroega (*Portulaca oleracea*), transcende a mera produção de biomassa para converter-se em um gerador de significados. A análise dos dados demonstra que a integração dessas espécies ao cardápio do Restaurante Universitário (RU) consolida um ciclo de soberania alimentar plenamente integrado ao cotidiano acadêmico. Esse fluxo estabelece uma metabologia circular — onde o cultivo, o consumo e a gestão de resíduos operam em um sistema fechado: o que se planta no jardim acadêmico nutre a comunidade no RU, e os resíduos orgânicos gerados retornam ao solo através da compostagem, fechando o ciclo vital de 'plantar, comer e reutilizar'. O resultado é uma territorialidade onde a segurança alimentar deixa de ser um conceito abstrato de política pública para tornar-se uma prática vivida, tangível e sistêmica. Ao transformar o RU e as áreas de compostagem em mediadores ativos, o projeto não apenas reduz a pegada ecológica do campus, mas educa pelo exemplo, demonstrando que a autonomia alimentar é indissociável do manejo consciente da matéria orgânica.

Em segundo lugar, emerge a diversidade de saberes. O diálogo entre o conhecimento científico produzido nos laboratórios da UERJ e as práticas tradicionais de manejo cria uma ecologia de saberes. Essa troca é o que consolida a "territorialidade socioambiental": o espaço da universidade deixa de ser um mero local de ensino técnico para se tornar um campo de experimentação social, onde a ancestralidade das sementes encontra a inovação da pesquisa pública. Essa diversidade reflete diretamente na soberania alimentar. Ao oferecer uma gama variada de alimentos sazonais e tradicionais, o projeto Manga Rosa desafia a monotonia alimentar imposta pelo mercado globalizado. Segundo a lógica de Martínez-Alier (2011), diversificar o que se planta no campus é um ato de resistência política, permitindo que a comunidade universitária retome o controle sobre sua própria nutrição e sobre os sentidos do que é produzir em harmonia com o Meio Ambiente. Longe de ser apenas uma variedade biológica, a diversidade observada no campus carrega consigo histórias e significados que transformam o espaço acadêmico. Algumas reflexões fundamentais nos ajudam a entender como essa riqueza se traduz na prática:

Espaços Urbanos vs. Rurais: A dicotomia entre os espaços urbanos e rurais impõe dinâmicas distintas aos coletivos agroecológicos, exigindo uma reconfiguração das estratégias de resistência. Enquanto no meio rural a disputa territorial frequentemente gravita em torno da escala de produção e do acesso à terra extensiva, na malha urbana o desafio é a reconquista de espaços residuais — frestas de terra entre o concreto que precisam ser legitimadas como áreas produtivas. A escassez de recursos hídricos e a contaminação potencial de solos antropizados em grandes metrópoles, como o Rio de Janeiro, obrigam os grupos urbanos a desenvolverem tecnologias sociais de manejo criativo, como a captação de água de chuva e a recuperação de solos via compostagem acelerada. Além disso, a proximidade com o mercado consumidor nas cidades altera a lógica do escoamento: o foco deixa de ser a logística de longa distância para tornar-se uma economia da proximidade, onde o alimento é mediador de relações sociais diretas. Assim, a agroecologia urbana não é uma mera transposição do saber rural para a cidade, mas uma reinvenção da agricultura que precisa negociar, a todo instante, com a especulação imobiliária, o aparato urbanístico e as novas formas de sociabilidade urbana.

Tamanho e Escala: A dimensão escalar de um coletivo agroecológico não é uma variável passiva, mas um determinante fundamental que modula sua capacidade de agência e intervenção no território. A transição entre o cultivo em microescala — como canteiros comunitários e hortas experimentais — e o manejo de áreas extensivas impõe transformações profundas na organização sociotécnica do grupo. Enquanto a pequena escala privilegia a intensidade do manejo e a proximidade interpessoal, permitindo uma experimentação pedagógica mais resiliente e menos dependente de grandes insumos, a escala ampliada exige uma infraestrutura de governança mais sofisticada, onde o planejamento logístico e a gestão de fluxos de recursos ganham protagonismo. Contudo, é preciso evitar a armadilha de valorar a escala produtiva apenas pelo volume de biomassa gerada. No contexto agroecológico, a potência do grupo reside na intensidade das associações que ele promove, e não necessariamente na extensão territorial sob sua custódia. Pequenos jardins, quando articulados em rede, possuem a capacidade de produzir impactos sistêmicos que superam áreas extensivas isoladas. Portanto, o tamanho do espaço dita a variedade de espécies e as técnicas de cultivo, mas é a densidade das redes de trocas — entre humanos, sementes,

resíduos e conhecimentos — que define a eficácia política e a resiliência produtiva do coletivo diante dos desafios impostos pelo meio urbano.

Parcerias e Colaborações: A eficácia e a sustentabilidade de coletivos agroecológicos estão intrinsecamente ligadas à sua capacidade de articular parcerias estratégicas, que transcendem o mero acesso a recursos financeiros ou insumos. Na Teoria Ator-Rede, essas colaborações não são apenas aditivos externos, mas sim nós de estabilização que conferem legitimidade e resiliência à rede. A integração com instituições acadêmicas, organizações da sociedade civil ou até mesmo setores produtivos permite que o grupo converta capital social em suporte técnico, jurídico e político, essencial para a viabilidade do cultivo em áreas urbanas ou universitárias. É necessário observar, contudo, que a natureza dessas parcerias molda profundamente a autonomia do grupo. Colaborações horizontais — pautadas na troca de saberes e no fortalecimento de redes ancestrais — tendem a reforçar a soberania do coletivo sobre seu próprio território e práticas de manejo. Em contraste, parcerias que operam sob a lógica da subordinação institucional ou da dependência tecnológica podem gerar fragilidades, tornando a continuidade das ações refém de agendas alheias aos interesses da comunidade. Portanto, o exercício de compor parcerias é, em essência, uma prática diplomática: trata-se de alinhar objetivos com diferentes actantes, garantindo que o apoio recebido fortaleça a identidade do projeto, em vez de diluí-la nos trâmites burocráticos ou nos interesses produtivistas do mercado.

Envolvimento da Comunidade: A gênese e a longevidade de qualquer coletivo agroecológico não se sustentam apenas pela viabilidade técnica do manejo, mas pela solidez do tecido relacional que se estabelece com a comunidade local. O envolvimento comunitário deve ser compreendido, sob a lente da Teoria Ator-Rede, como uma performance contínua: os membros do grupo não são apenas usuários de um espaço, mas coautores de uma territorialidade. A participação ativa, portanto, manifesta-se mediante diferentes níveis de engajamento, que variam desde o mutirão de plantio — onde a troca de saberes ancestrais e gestos técnicos é física e direta — até instâncias de decisão política e articulação com atores externos. É crucial reconhecer que esse envolvimento é sempre condicionado pelas circunstâncias sociopolíticas do território. Em espaços institucionais como a universidade, o engajamento comunitário precisa ser constantemente renegociado frente à rotatividade dos discentes e à rigidez administrativa. Quando a comunidade

encontra na agroecologia um sentido de pertencimento e de resistência ao descaso urbano, a participação deixa de ser uma tarefa laboral para se tornar uma prática de cidadania. O sucesso dessa articulação depende, em última instância, da capacidade do grupo em converter a necessidade individual em um bem comum, onde cada membro, ao contribuir com suas habilidades e tempo, não apenas sustenta o jardim, mas é, por ele, sustentado.

Estratégias de Uso do Espaço: A heterogeneidade das estratégias de ocupação territorial revela a capacidade inventiva dos coletivos agroecológicos ao adaptarem suas práxis às contingências do espaço disponível. Tais estratégias não se limitam à gestão da produtividade; elas performam uma nova cartografia da ocupação, manifestando-se através da diversificação de culturas, da rotação de variedades, da criação de zonas de convivência e, notadamente, da implementação de Sistemas Agroflorestais (SAF), conforme ilustrado na Figura 15. O SAF, como dispositivo sociotécnico, atua como um mediador central nessa rede, ao reconfigurar a sucessão ecológica de forma planejada, permitindo que diferentes estratos vegetais coexistam em uma estrutura que mimetiza a complexidade das florestas. A escolha pelo SAF transcende a mera alocação de mudas; trata-se de uma estratégia de longo prazo que altera o microclima, retém umidade e estabelece uma 'memória' ecológica no território. Ao incorporar tais sistemas, os grupos expandem sua agência sobre o espaço, convertendo áreas outrora subutilizadas em estratos de produção multifuncional. Essa prática evidencia que o desenho do espaço — seja ele um jardim acadêmico ou um canteiro urbano — é um ato político. Ao optar por um SAF, o coletivo não apenas produz alimentos; ele estabelece um compromisso de resiliência e perenidade com o lugar, desafiando a lógica da obsolescência e do descaso que frequentemente caracteriza os espaços públicos negligenciados.

Figura 15 – Infográfico representativo da dinâmica funcional de um Sistema Agroflorestal (SAF): evidenciando a sucessão natural, a ocupação de estratos e a ajuda mútua entre espécies como alternativas à dependência de insumos químicos e agrotóxicos. Disponível em: <https://agroadvance.com.br/blog-agrofloresta-sistema-agroflorestal-ou-saf/>

Acesso em: 29 mar. 2026.



Fonte: Agroadvance, 2026.

Legislação e Regulamentações: A arquitetura normativa do território constitui um dos filtros mais decisivos para a viabilidade dos coletivos agroecológicos. A legislação e as regulamentações locais, longe de serem neutras, atuam como actantes que podem conferir legitimidade ou impor barreiras intransponíveis à ocupação produtiva do solo. Para grupos que buscam ocupar áreas públicas ou espaços institucionais negligenciados, o arcabouço legal frequentemente surge como um campo de disputas — o que a norma descreve como 'proibição' ou 'uso indevido', o coletivo reinterpreta como 'direito à cidade' ou 'função social da terra'. Essa fricção entre a rigidez do ordenamento jurídico e a agência do coletivo obriga os grupos a desenvolverem estratégias de diplomacia institucional, traduzindo sua práxis agroecológica em termos que o aparato burocrático possa, ao menos, tolerar. Por outro lado, a existência de políticas públicas de apoio — quando articuladas com o movimento social — transforma a regulação em um dispositivo de suporte. Nesses casos, o aparato legal deixa de ser um antagonista para tornar-se uma ferramenta de formalização de conquistas territoriais. O desafio central, contudo, permanece: como ocupar e manejar o espaço público sem que a institucionalização do grupo resulte na perda de sua autonomia política? A resposta a esse dilema reside na capacidade do coletivo de transitar pelas 'frestas' da norma, utilizando os instrumentos jurídicos disponíveis para assegurar a perenidade do grupo, sem abdicar da sua natureza transformadora e de

sua resistência frente às lógicas de desinvestimento e exclusão que, muitas vezes, fundamentam a própria legislação vigente.

Objetivos e Missões Diferenciados: A teleologia de um coletivo agroecológico — seus objetivos e missões fundamentais — atua como o 'norte' que orienta a sua composição e define a natureza de suas alianças. Embora a agroecologia sirva como um manto comum, a tradução desse princípio em ações práticas varia drasticamente conforme a intencionalidade do grupo. Para coletivos voltados à soberania alimentar, o foco recai na produtividade e na distribuição equitativa do alimento; para aqueles ancorados na educação e na práxis pedagógica, a prioridade é a criação de espaços de troca de saberes; enquanto grupos focados no ativismo político ou na conservação ambiental mobilizam a rede para a resistência e a restauração de ecossistemas degradados. Essa diversidade de propósitos molda diretamente as estratégias de atuação e a estrutura interna dos grupos. A missão não é um dado estático, mas um mediador que filtra quais recursos e parcerias fazem sentido para a rede. Um grupo que prioriza a conservação, por exemplo, recrutará actantes não humanos — como sementes nativas e polinizadores — com uma ênfase que difere de um coletivo cujo foco é a segurança alimentar urbana. Portanto, a missão funciona como uma gramática de ação: ela dita a maneira como o grupo se organiza, como interpreta seus desafios no território e como negocia com o aparato institucional. Compreender essa diferenciação é essencial para analisar por que, sob o mesmo paradigma agroecológico, diferentes coletivos produzem territorialidades tão distintas e, muitas vezes, complementares.

A investigação dedica-se a escrutinar as práticas cotidianas de manejo — plantio, rega e colheita — não como operações técnicas isoladas, mas como momentos de performatividade da rede. Cada gesto de cultivo é uma intervenção política no território universitário, onde o cuidado com o vegetal é, simultaneamente, um exercício de manutenção dos laços humanos. A análise dessas práticas no contexto urbano revela como o grupo Manga Rosa articula o saber tradicional e a experimentação científica, transformando o campus em um laboratório de agroecologia. O compartilhamento de conhecimentos, nesse cenário, opera por contágio: as técnicas aprendidas no mutirão não são apenas transmitidas por manuais, mas incorporadas pelos sujeitos através da experiência direta com o solo.

Esta pesquisa, portanto, investiga de que maneira essa ecologia de práticas reconfigura a identidade do estudante, que deixa de ser um espectador passivo do ambiente acadêmico para se tornar um agente do ecossistema. O que se pretende observar — e aqui os resultados já demonstram — é como o compartilhamento desses saberes desestabiliza a hierarquia tradicional do conhecimento, estabelecendo um sistema descentralizado onde a planta, o estudante e o terreno colaboram na produção da realidade agroecológica. A seguir, detalham-se as dimensões operacionais e simbólicas que compõem essa rotina de cuidado e resistência no campus:

Práticas de Plantio: A investigação das práticas de plantio em contextos urbanos revela uma gramática de resistência técnica, onde o cultivo precisa negociar constantemente com a infraestrutura cinza. Estas práticas não são meras escolhas estéticas, mas respostas adaptativas às restrições de espaço, qualidade do solo e microclima das cidades:

- A) Sistemas de Canteiros Elevados e "Caminhas": em áreas onde o solo original pode estar contaminado por metais pesados ou excessivamente compactado pelo tráfego histórico, o uso de canteiros elevados (ou raised beds, figura 16) atua como um mediador de segurança alimentar. Essa técnica permite o controle total do substrato e da drenagem, criando uma "ilha de fertilidade" isolada das patologias urbanas do solo. No contexto agroecológico, esses canteiros são frequentemente construídos com materiais de reuso (madeira de demolição, bambu), reforçando a economia circular.

Figura 16 – Exemplo de canteiros elevados (raised beds) como tecnologia social para agricultura urbana.



Fonte: Pesquisa em Google Imagens, 2023.

- B) Cultivo em Contêineres e Vasos Móveis: A mobilidade é uma estratégia política na cidade. O uso de contêineres permite que o jardim ocupe áreas impermeabilizadas (lajes, pátios de cimento) e que as plantas "se desloquem" caso o uso do espaço seja reivindicado pela administração institucional. Essa técnica exige um manejo refinado da rega e da nutrição, dado o volume limitado de terra, transformando o vaso em um microecossistema controlado.
- C) Verticalização e Ocupação de Fachadas: Diante da escassez de solo horizontal, a agroecologia urbana "escala" as paredes. Sistemas de plantio vertical, treliças para espécies trepadeiras como o feijão-guandu (*Cajanus cajan*) ou a ora-pro-nóbis (*Pereskia aculeata*) e o uso de estruturas suspensas maximizam a captura de luz solar em cânions urbanos sombreados por edifícios. Essa estratégia não apenas produz alimento, mas atua no resfriamento termodinâmico das edificações.

- D) Técnicas de Manejo e Regeneração do Solo (Solo Vivo): Diferente da agricultura convencional, o plantio urbano agroecológico foca na pedogênese (criação de solo). Isso envolve o uso intensivo de cobertura morta (mulching) para proteger a microbiota, o plantio consorciado para evitar a exaustão de nutrientes e a incorporação de biofertilizantes produzidos no próprio local. O objetivo é transformar o "entulho" ou a "terra morta" em um organismo vivo e produtivo.
- E) Plantio em Fendas e Guerrilha Verde: Uma prática autoral e insurgente que consiste em aproveitar as frestas do asfalto ou pequenos quadrados de terra ao redor de árvores de rua. É o plantio que "vaza" dos limites do jardim oficial para ocupar a calçada, subvertendo a ordem urbana e convidando o passante ao reconhecimento de espécies comestíveis (PANC) onde antes só havia "mato".
- F) Sistemas de Sucessão e Consórcio Agroflorestal: Mesmo em pequenos espaços, a aplicação de princípios de sucessão ecológica permite que espécies de ciclo curto (alface, rabanete) convivam com espécies de ciclo longo ou arbóreas. Essa estratégia otimiza o uso do espaço tridimensional e garante colheitas escalonadas, mimetizando a resiliência de uma floresta dentro da rigidez urbana.

Rega Sustentável: Em cenários urbanos, a água é um recurso disputado. A estratégia do Manga Rosa e de coletivos congêneres envolve transitar de um modelo de "consumidor dependente" para um de "gestor hídrico":

- A) Captação de Água Pluvial: O uso de cisternas conectadas às calhas dos prédios da universidade transforma a arquitetura em um sistema de captação. A água de chuva, quando bem gerida, reduz a pressão sobre o sistema de água tratada e devolve ao solo uma água livre de cloro, mais amigável à microbiota.

B) Irrigação por Gotejamento de Baixo Custo: A implementação de sistemas de gotejamento artesanais (utilizando garrafas PET perfuradas ou mangueiras microperfuradas, Figura 17) permite uma distribuição lenta e profunda. Essa técnica minimiza a evapotranspiração, mantendo a umidade do solo constante — um fator crítico em ilhas de calor urbanas.

Figura 17 – Esquema técnico de diferentes sistemas de rega por gotejamento e automação.



Fonte: Arquivo de pesquisa Google, 2026.

- C) Cobertura Morta (Mulching) como Mediador: A camada de palha, folhas secas ou serragem não é apenas decoração; ela é uma tecnologia de retenção. Ao proteger o solo da insolação direta, reduz-se a frequência de rega em até 50%, protegendo a biodiversidade do solo contra o choque térmico.
- D) Reuso de Águas Cinzas (Tratadas): Em projetos avançados, a utilização de jardins filtrantes (bacias de evapotranspiração) permite tratar águas provenientes de pias ou lavagens de utensílios, convertendo um resíduo líquido em um insumo para o jardim, fechando o ciclo metabólico.
- E) Mineração Hídrica no Ambiente Construído: Em cidades de clima tropical e alta umidade, como o Rio de Janeiro, o dreno dos aparelhos de ar-condicionado atua como uma fonte contínua de água destilada por condensação. A coleta desse volume — que pode atingir dezenas de litros diários por unidade — representa uma forma de soberania hídrica, reduzindo a dependência da rede pública e mitigando o desperdício de um recurso que, ordinariamente, seria descartado nas galerias pluviais.

Colheita e Colaboração: O processo de colheita transcende a simples extração de biomassa; ele se configura como a ativação de um fluxo de distribuição que prioriza o bem-estar coletivo e a eficiência sistêmica. Para que essa etapa seja coerente com os princípios agroecológicos, a investigação aponta para estratégias que integram o rigor técnico à responsabilidade social:

- A) Colheita Regenerativa e de Precisão: A técnica de manejo é desenhada para garantir a perenidade do jardim. Adota-se a colheita escalonada, especialmente em PANC como ora-pro-nóbis (*Pereskia aculeata*) e beldroega (*Portulaca oleracea*), retirando apenas as partes aéreas ou folhas maduras. Isso permite que a planta continue sua função ecossistêmica no campus enquanto fornece nutrientes,

transformando a colheita em um ato de manutenção biológica, e não de esgotamento.

B) Logística de Ciclo Curto e Desperdício Zero: Em ambientes urbanos, a eficiência é medida pela distância entre o solo e o prato. A estratégia adotada é a circulação de proximidade, onde o alimento colhido é imediatamente direcionado para o Restaurante Universitário (RU) ou para os colaboradores da rede. Ao eliminar intermediários e longos períodos de armazenamento, preserva-se o valor nutricional e elimina-se o desperdício pós-colheita típico das cadeias industriais.

C) Sistemas de Distribuição em Rede Solidária: A partilha dos alimentos segue critérios de justiça socioambiental, estruturando-se mediante:

1. Integração Institucional: O direcionamento de excedentes para o Restaurante Universitário, fechando o ciclo metabólico do campus.
2. Atendimento a Grupos de Vulnerabilidade: Priorização da distribuição para estudantes e trabalhadores terceirizados que compõem a base da comunidade acadêmica.
3. Fortalecimento de Vínculos: O alimento atua como um mediador político, em que a entrega de uma espécie é acompanhada pela explicação de seu valor nutricional e cultural, combatendo a insegurança alimentar de forma pedagógica.

D) O Alimento como Vetor de Alfabetização Agroecológica: A distribuição não é um ato passivo; ela é informativa. Ao receber o produto do jardim acadêmico, o membro da comunidade recebe também o "rastros" desse alimento: quem plantou, como foi manejado e como prepará-lo. Isso transforma o ato de comer em um ato político e consciente, fortalecendo a identificação da comunidade com o território do Manga Rosa.

- E) Rastreabilidade e Transparência Territorial: Diferente da opacidade do mercado convencional, o sistema de distribuição no campus oferece transparência absoluta. A comunidade pode verificar a procedência e a pureza do que consome (especialmente a ausência de agrotóxicos e o uso de águas limpas ou de condensação), gerando um laço de confiança que é a base da Soberania Alimentar no contexto urbano.

Compartilhamento de Conhecimento: A disseminação do conhecimento no Manga Rosa não ocorre mediante fluxos verticais ou unidirecionais; ela se estrutura como uma rede de aprendizagem reticular, onde o saber agroecológico é produzido, testado e socializado na prática cotidiana. A investigação das práticas educativas revela como o grupo estabelece um ecossistema de disseminação de informações que prioriza a autonomia e a cultura alimentar:

- A) Pedagogias do Fazer e Mutirões Formativos: A educação não formal, conduzida por mutirões de plantio, manejo e colheita, atua como o principal dispositivo de transmissão de conhecimento. Ao tocar a terra e manipular espécies, o participante não apenas recebe informações técnicas, mas desenvolve uma memória procedimental que manuais ou aulas expositivas não conseguem replicar. O erro e o acerto no canteiro tornam-se, assim, as principais fontes de ensino.
- B) Workshops e Oficinas Temáticas: A realização de atividades estruturadas — sobre compostagem, manejo de resíduos ou processamento de alimentos — organiza o saber disperso em um corpo de conhecimento sistemático (Figura 18). Essas oficinas funcionam como nós de estabilização, onde a técnica agroecológica é traduzida para diferentes públicos: desde estudantes da graduação até funcionários e moradores das redondezas do campus, promovendo a democratização do acesso ao saber ambiental.

Figura 18 – Registro de atividade pedagógica (26/02/2018): Hugo Moleiro conduzindo um debate sobre "Onde estão as PANC?" em um espaço de arte colaborativa na UERJ.



Fonte: Arquivo da autora, 2018.

- C) A sinalização como Mediador Educativo: A instalação de placas informativas, QR codes e a identificação de espécies dentro do jardim atuam como uma pedagogia silenciosa. Esse sistema permite que o conhecimento "permaneça no território", educando o passante de forma autônoma e incentivando o reconhecimento de PANC e práticas sustentáveis mesmo nos momentos em que o coletivo não está reunido fisicamente.
- D) O Jardim como Laboratório Vivo: A universidade, ao acolher o jardim, é provocada a rever seus espaços de ensino. O compartilhamento de conhecimento extrapola os limites da horta e alcança pesquisadores, professores e gestores, que passam a enxergar o Manga Rosa como um laboratório de experimentação socioambiental. O projeto promove, assim, uma conscientização que transita entre a prática técnica da agroecologia e a reflexão política sobre a soberania alimentar e o uso do solo urbano.

- E) **Redes de Disseminação e Diálogos de Saberes:** A conscientização sobre a agroecologia é ampliada pela articulação com outros grupos e coletivos (como o MUDA UFRJ e GABU). Esse intercâmbio de experiências permite que o conhecimento flua através das fronteiras das instituições, consolidando uma identidade agroecológica regional que fortalece a resistência contra o modelo de desenvolvimento predatório e valoriza a agrobiodiversidade local.

Desafios Urbanos: A prática agroecológica em contextos urbanos, como o campus da UERJ, não se desenvolve em terrenos neutros, mas em zonas de alta tensão infraestrutural. A investigação sobre os desafios urbanos revela que a agroecologia atua, na verdade, como um mecanismo de reapropriação territorial, onde cada canteiro é uma resposta técnica às pressões do ambiente construído:

- A) **A Gestão da Qualidade do Ar e a Fitorremediação:** A poluição atmosférica urbana, marcada pela presença de material particulado e gases tóxicos, impõe um desafio direto à sanidade das culturas. O coletivo investiga e aplica técnicas de barreiras vegetais e o uso de espécies mais resilientes, que, além de fornecer alimento, atuam na filtragem do ar. A agroecologia urbana, portanto, não apenas consome, mas também limpa o ar ao seu redor, exercendo um papel de agente purificador dentro da "ilha de calor" do campus.
- B) **Compactação e Antropização do Solo:** Em áreas onde o solo foi historicamente negligenciado ou compactado pelo tráfego e pela construção civil, a prática agroecológica foca na pedogênese acelerada. Através da compostagem massiva — que converte resíduos do próprio RU em húmus rico em vida —, o grupo desafia a "morte do solo" urbano. O manejo não tenta "trabalhar" o solo compactado, mas sobrepõe a ele camadas de vida (cobertura morta, matéria orgânica e biomassa), devolvendo ao solo sua função de organismo vivo.

- C) A Competição por Espaço e a Diplomacia do Uso: A disputa por cada metro quadrado de terra em uma universidade densamente povoada exige que o grupo desenvolva uma estratégia de ocupação multifuncional. Quando o espaço é limitado, o grupo responde com o desenho vertical, a mobilidade dos contêineres e a integração do verde em áreas de convivência (como as áreas de estudo ou o entorno do RU). A agroecologia não pede licença ao concreto; ela o coloniza com plantas, provando que o espaço urbano é, antes de tudo, um espaço de possibilidades políticas.
- D) Microclimas de Concreto e Estresse Térmico: A elevada inércia térmica do asfalto e das estruturas prediais altera o ciclo de vida das plantas. A resposta dos coletivos agroecológicos é a criação de microclimas controlados por meio do sombreamento planejado e do uso eficiente da água. Ao consorciar diferentes estratos vegetais, o grupo cria zonas de umidade e frescor que contrastam com o calor intenso do ambiente pavimentado, demonstrando que a agroecologia urbana é, em última análise, um sistema de climatização natural.
- E) Institucionalidade e o "Direito à Ocupação": além dos desafios físicos, há o desafio da regulação. A pesquisa demonstra que o enfrentamento desses desafios urbanos é inseparável da negociação institucional. Cada canteiro mantido, cada área de compostagem protegida é o resultado de uma diplomacia constante com a burocracia universitária, que muitas vezes enxerga o jardim como um obstáculo, enquanto o grupo o sustenta como uma necessidade vital para a saúde pública e a soberania alimentar da comunidade.

Inclusão e Participação: A investigação sobre a inclusão nos coletivos agroecológicos urbanos revela que a democratização do acesso à terra e ao saber não é um processo espontâneo, mas um compromisso político deliberado. Em contextos universitários e urbanos, a agroecologia funciona como uma ferramenta

de equidade, em que a participação é fomentada para romper com as barreiras que historicamente segregam o acesso a alimentos saudáveis e ao manejo do solo.

- A) Acesso e Equidade como Eixo Estruturante: A exclusão nas metrópoles é frequentemente espacial e econômica. O Manga Rosa, ao atuar na UERJ, promove um modelo de inclusão ativa que prioriza a participação de estudantes em situação de vulnerabilidade, trabalhadores terceirizados e membros da comunidade local. O jardim não é apenas um espaço de cultivo, é um território comum onde a hierarquia acadêmica é suspensa, permitindo que o saber prático e a vivência de cada participante sejam valorizados com a mesma equidade.
- B) Desconstrução de Barreiras Simbólicas: A participação social exige mais do que a abertura dos portões; requer a desconstrução de barreiras simbólicas. Muitas vezes, a agroecologia urbana é vista erroneamente como uma prática de "classe média" ou "elitizada". O grupo combate essa percepção através da pedagogia da acolhida, onde a linguagem técnica é substituída por diálogos horizontais e o trabalho braçal é integrado a vivências culturais e festivas. O objetivo é tornar o espaço do jardim um ambiente de pertencimento para todos os corpos, independentemente de sua formação ou estrato social.
- C) A Participação como Direito à Cidade: A agroecologia urbana, quando inclusiva, funciona como um exercício concreto de "Direito à Cidade". Ao permitir que comunidades de baixa renda e trabalhadores participem ativamente do manejo e da colheita, o projeto devolve a esses sujeitos o controle sobre o que consomem. Isso inverte a lógica da "segurança alimentar assistencialista", transformando o beneficiário passivo em um agente de gestão territorial que detém o poder de decisão sobre os recursos locais.
- D) Conflitos de Acesso e Diplomacia do Cuidado: A inclusão também passa por gerenciar os tempos de participação. Em uma universidade,

os estudantes têm jornadas exaustivas e os funcionários terceirizados possuem horários rígidos. A agroecologia inclusiva adapta suas práticas a essas realidades, criando janelas de participação flexíveis (mutirões aos fins de semana, colheitas compartilhadas no horário de almoço) que respeitam as necessidades de quem constrói o jardim. A inclusão, portanto, manifesta-se no respeito à diversidade de tempos e realidades sociais dos participantes.

E) O Jardim como Espaço de Diálogo Intercultural: A agroecologia urbana permite a convergência de saberes tradicionais, ancestrais e acadêmicos. Essa mistura é, por si só, um mecanismo de inclusão: ao validar o conhecimento trazido pelos sujeitos de diferentes trajetórias, o projeto reforça que todos possuem algo a ensinar. A rede torna-se mais resiliente e rica precisamente pela diversidade de visões de mundo que a compõem, provando que a agroecologia é o espaço onde a diferença se transforma em força produtiva.

Ao refletir sobre a complexidade das práticas agroecológicas adaptadas ao concreto, espera-se que esta pesquisa forneça percepções valiosas sobre como promover sistemas alimentares mais resilientes e acessíveis no tecido urbano. A investigação pretende demonstrar que a transição para cidades mais sustentáveis não depende apenas de infraestrutura, mas de um despertar de consciências mediado pela arte e pela criatividade. Como defendido em minha abordagem sobre o "Cultivo no Jardim Antropofágico" (SILVA, 2019a), o manejo da terra na universidade é uma performance política e criativa que tem o poder de inspirar a ação direta e a ressignificação do cotidiano.

Pretende-se evidenciar que os resultados desta iniciativa extrapolam a produção material, incidindo diretamente na promoção do autocuidado e na saúde mental da comunidade. Espera-se que a transformação dos espaços — antes áridos e burocráticos — em áreas de convivência biodiversas resulte em um campus mais inclusivo e acolhedor. Esse impacto no bem-estar coletivo reafirma o conceito de "Espaços Relacionais" (SILVA, 2019c), onde o indivíduo se sente parte intrínseca de uma comunidade que zela pelo comum. A pesquisa busca confirmar que pequenas ações de plantio e mudanças culturais profundas geram um impacto significativo no

microambiente local, criando o que Milton Santos (2006) chamaria de uma "geografia da solidariedade". Ao final, espera-se que esta tese valide a ideia de que a ocupação agroecológica dos espaços públicos é uma estratégia de sobrevivência e afeto. O conhecimento aqui gerado, fundamentado nas "Territorialidades Socioambientais" (FORTUNATO et al., 2025) e pautado em instâncias como a 3ª CMMA Rio (SILVA, 2024), projeta um mundo onde a escala local é o ponto de partida para transformações globais. O resultado esperado, portanto, é a prova de que um campus universitário sustentável e humanizado é o embrião de uma cidade mais justa, onde o cuidado com a terra e o cuidado com o outro se fundem em uma única práxis libertadora.

11.10 Territorialização da Agroecologia no Espaço Urbano

A presença da agroecologia no espaço urbano pode ser compreendida como produção de novas territorialidades. Ao introduzir práticas de cultivo, cuidado com o solo e manejo ecológico em áreas urbanas, esses grupos reconfiguram material e simbolicamente o espaço. Essa transformação pode ser analisada à luz da teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre (1991), para quem o espaço é socialmente produzido e carrega marcas das relações de poder que o atravessam. A implantação de hortas em universidades ou bairros urbanos desloca o espaço de sua função meramente circulatória ou ornamental para uma função produtiva e coletiva. Além disso, a noção de direito à cidade, desenvolvida por David Harvey (2020), permite interpretar essas experiências como reivindicações concretas de uso social do território. Produzir alimentos na cidade não se limita a uma prática agrícola: trata-se de afirmar o direito de participar ativamente da configuração dos espaços urbanos.

11.11 Dinâmicas Organizativas e Desafios Estruturais

A consolidação de iniciativas agroecológicas em contexto urbano envolve uma série de desafios técnicos que extrapolam o domínio do cultivo propriamente dito. Em áreas urbanas, limitações relacionadas à qualidade do solo, contaminação por metais pesados, restrição de espaço, disponibilidade hídrica e infraestrutura inadequada impactam diretamente a produtividade e a sustentabilidade das hortas. A literatura agroecológica aponta que a transição para sistemas sustentáveis exige adaptação ecológica ao contexto específico de cada território. Segundo Miguel Altieri (2017), a agroecologia baseia-se na diversificação produtiva, no manejo ecológico do solo e na redução da dependência de insumos externos, princípios que precisam ser reinterpretados quando inseridos em ambientes densamente urbanizados. Da mesma forma, Stephen Gliessman (2001) argumenta que a sustentabilidade agroecológica depende da reorganização sistêmica das práticas agrícolas, o que inclui gestão eficiente de recursos naturais e fortalecimento da autonomia produtiva. Em contextos urbanos, essa reorganização implica criatividade técnica: uso de canteiros elevados, compostagem de resíduos orgânicos locais (Figura 19), captação de água da chuva e sistemas de irrigação de baixo consumo.

Figura 19 – Composteira estruturada com paletes de madeira, projeto Manga Rosa (2016). A estrutura utiliza materiais reaproveitados para a decomposição de resíduos orgânicos do campus, integrando-se ao ciclo de nutrientes do jardim acadêmico.

Fonte: Acervo autoral, 2016.

Assim, espera-se que a pesquisa identifique como os grupos analisados enfrentam e solucionam essas limitações, revelando estratégias técnicas desenvolvidas coletivamente e adaptadas às condições específicas do espaço universitário e de seu entorno.

Para além das questões técnicas, os grupos agroecológicos urbanos enfrentam desafios de ordem política e institucional. A disputa pelo uso do espaço urbano, a burocracia administrativa e a ausência ou fragilidade de políticas públicas de apoio à agroecologia podem comprometer a continuidade das iniciativas. A produção do espaço, conforme argumenta Henri Lefebvre (2014), está intrinsecamente ligada a relações de poder. Nesse sentido, a implantação de hortas em universidades públicas ou em áreas urbanas consolidadas pode tensionar

normas institucionais, interesses imobiliários e concepções tradicionais sobre a função dos espaços urbanos. Além disso, a agroecologia possui dimensão política explícita. Miguel Altieri (2002) destaca que ela não se limita a um conjunto de técnicas agrícolas, mas constitui proposta de transformação dos sistemas alimentares dominantes. Nesse contexto, práticas agroecológicas urbanas podem confrontar modelos baseados em cadeias longas de abastecimento e concentração corporativa da produção alimentar.

Um aspecto central das dinâmicas organizativas refere-se à permanência dos grupos ao longo do tempo. Iniciativas agroecológicas dependem frequentemente de engajamento voluntário, rotatividade de participantes e apoio institucional variável, fatores que influenciam diretamente sua estabilidade. A análise das condições de continuidade dialoga com a compreensão das redes sociais como estruturas fundamentais para sustentação coletiva. Conforme argumenta Manuel Castells (2005), redes fortalecem a capacidade de ação ao articular recursos simbólicos e materiais. A ausência dessas articulações pode resultar em fragilidade organizativa e eventual desmobilização. Além disso, processos de descontinuidade não devem ser interpretados apenas como fracasso, mas como expressão de condicionantes estruturais mais amplos, incluindo mudanças políticas, cortes orçamentários ou transformações institucionais. A análise dessas dinâmicas permitirá compreender quais fatores favorecem a resiliência organizativa e quais contribuem para o enfraquecimento das iniciativas.

No cenário das metrópoles contemporâneas, a produção agroecológica em solo urbano precisa ser lida sob uma lente que ultrapassa o canteiro e alcança a política. Quando olhamos para as hortas universitárias, como o caso do projeto Manga Rosa na UERJ, percebemos que a métrica do sucesso não está na produtividade extensiva que caracteriza o agronegócio, mas na potência dos encontros que ali ocorrem. Trata-se da construção de uma territorialidade socioambiental dentro da universidade pública, onde o ato de plantar se torna um gesto de resistência ao isolamento urbano e à padronização do consumo. Essa perspectiva se sustenta na ciência de Miguel Altieri (2002), para quem a agroecologia é o alicerce de uma reorganização profunda dos sistemas alimentares. Ao valorizar o saber local e a biodiversidade, a agroecologia no campus atua como um mecanismo de "reconexão metabólica": ela encurta a distância entre o conhecimento acadêmico e a terra, transformando espaços de passagem em

lugares de pertencimento. É o que a FAO (2018) define como o caminho essencial para a transição sustentável, destacando que a produção local não apenas mitiga impactos ambientais, mas regenera o tecido social mediante circuitos curtos de comercialização e convivência.

Entretanto, para que esses diálogos agroecológicos sejam plenos, é preciso invocar a soberania alimentar. Como bem aponta Juan Martínez-Alier (2011) na seara da ecologia política, a discussão deve migrar da oferta calórica para o direito de decisão. Quem decide o que a universidade produz? Quem tem acesso a esses alimentos? Ao transformar o campus em um microterritório de experimentação, o Manga Rosa permite que a comunidade acadêmica exercite a soberania, na prática, decidindo sobre cultivos que respeitam a ancestralidade e o bioma local, longe das imposições do mercado globalizado. Portanto, esta tese se debruça sobre a ideia de que a produção desses grupos não é um evento isolado, mas uma estratégia de diversificação alimentar e valorização de espécies tradicionais. Mais do que fornecer alimento, esses espaços germinam novas formas de habitar a universidade, consolidando práticas sustentáveis que, ao florescerem no ambiente acadêmico, irradiam novas possibilidades de futuro para as cidades.

A segurança alimentar, conforme definição adotada pela Organização das Nações Unidas (1996), ocorre quando todas as pessoas têm acesso físico e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para satisfazer suas necessidades alimentares. No Brasil, essa concepção foi ampliada pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), incorporando dimensões culturais e de sustentabilidade. No contexto universitário, especialmente em instituições públicas, a vulnerabilidade socioeconômica de parte do corpo discente torna a discussão sobre segurança alimentar particularmente relevante. A produção agroecológica pode contribuir tanto materialmente — por meio da oferta direta de alimentos — quanto pedagogicamente, ao estimular reflexão crítica sobre hábitos alimentares, origem dos alimentos e impactos ambientais do consumo.

Além disso, a inserção de práticas agroecológicas no campus pode produzir efeitos no entorno urbano imediato, seja por meio da circulação de conhecimento, da realização de oficinas e atividades formativas ou da articulação com comunidades vizinhas. A perspectiva de direito à cidade, conforme discutida por David Harvey (2020), permite compreender essas iniciativas como formas de democratização do espaço urbano e de ampliação da participação social na

construção de sistemas alimentares mais justos. Espera-se que a pesquisa evidencie que o impacto do projeto não se limita à produção de alimentos, mas inclui transformações nas percepções sobre alimentação, meio ambiente e responsabilidade coletiva. Ao promover diversidade vegetal, práticas sustentáveis e convivência comunitária, a agroecologia universitária pode contribuir para a construção de uma cultura alimentar mais consciente e ambientalmente comprometida.

A inserção de práticas agroecológicas no espaço universitário implica uma transformação que ultrapassa a dimensão funcional do território. Ao converter áreas antes destinadas exclusivamente à circulação, ao paisagismo ornamental ou à ociosidade em espaços produtivos e coletivos, ocorre uma reconfiguração simbólica do campus. A compreensão dessa transformação pode ser fundamentada na teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre (1991), para quem o espaço é simultaneamente concebido, percebido e vivido. O campus universitário, enquanto espaço concebido institucionalmente para ensino e circulação, passa a incorporar práticas que o ressignificam como território de cultivo, encontro e experimentação política. Essa mudança altera a paisagem e, sobretudo, os significados atribuídos ao lugar. A horta deixa de ser apenas um equipamento complementar e passa a funcionar como dispositivo pedagógico e político. Nesse sentido, a pesquisa busca analisar como a presença da agroecologia no campus da UERJ tensiona a lógica tradicional de organização espacial e amplia as possibilidades de uso social do território. A noção de “território usado”, desenvolvida por Milton Santos (2010), contribui para compreender essa dinâmica. O espaço universitário deixa de ser apenas infraestrutura física e passa a expressar práticas sociais que redefinem sua função e sua identidade. A reconfiguração simbólica emerge, portanto, da ação coletiva que produz novos sentidos para o lugar.

Para além da dimensão produtiva, a agroecologia no campus pode ser interpretada como prática relacional. O espaço cultivado se constitui como lugar de convivência, troca de saberes e construção de vínculos. A perspectiva da estética relacional, proposta por Nicolas Bourriaud (2009), oferece um referencial importante para essa análise. Segundo o autor, a obra contemporânea pode se manifestar como um conjunto de relações sociais produzidas em determinado contexto. Nesse sentido, a horta universitária não se limita ao resultado material do cultivo, mas se configura como processo coletivo em permanente construção. O projeto Manga

Rosa UERJ, ao articular arte, agroecologia e mobilização comunitária, pode ser compreendido como obra-processo. O ato de plantar, regar e colher assume dimensão estética e política, pois produz experiências compartilhadas e promove novas formas de interação no espaço universitário. Além disso, a convivência no espaço cultivado pode fortalecer o sentimento de pertencimento e corresponsabilidade. A literatura sobre direito à cidade, conforme discutida por David Harvey (2020), aponta que a participação ativa na produção do espaço urbano constitui exercício concreto de cidadania. Ao transformar o campus em território de ação coletiva, os participantes não apenas ocupam o espaço, mas contribuem para sua redefinição simbólica e prática. Espera-se que a pesquisa evidencie que as transformações socioespaciais decorrentes da agroecologia universitária não se restringem à paisagem física. Elas se manifestam nas relações interpessoais, na ampliação do diálogo interdisciplinar e na consolidação de práticas colaborativas que atravessam ensino, extensão e pesquisa.

As práticas de plantio, rega e colheita, quando enquadradas no urbano universitário, não se reduzem a operações técnicas. Elas constituem experiências situadas, que articulam saber ecológico, sensibilidade ambiental e construção coletiva de conhecimento. A agroecologia, conforme sistematizada por Stephen Gliessman (2001), compreende os sistemas agrícolas como ecossistemas integrados, nos quais solo, água, biodiversidade e ação humana interagem de maneira dinâmica. Nesse sentido, o plantio em ambiente urbano exige leitura atenta das condições locais — incidência solar, qualidade do solo, drenagem, sazonalidade — e adaptação constante das técnicas.

De acordo com Miguel Altieri (2002), a diversificação de culturas, o manejo ecológico do solo e a integração de espécies são princípios centrais da agroecologia. Em contexto urbano, essas práticas frequentemente assumem forma de canteiros elevados, consórcios de culturas, compostagem de resíduos orgânicos e captação alternativa de água. Assim, cada etapa — do preparo da terra à colheita — torna-se momento de experimentação e aprendizado coletivo. Espera-se que a pesquisa analise como essas práticas são adaptadas às condições específicas do campus da UERJ, evidenciando a dimensão pedagógica incorporada ao cotidiano do cultivo.

A agroecologia urbana frequentemente mobiliza tecnologias sociais — entendidas como soluções desenvolvidas coletivamente para enfrentar problemas

concretos, com base na participação comunitária e na sustentabilidade. No contexto da agroecologia, exemplos incluem sistemas de compostagem comunitária, bancos de sementes crioulas, hortas pedagógicas e manejo participativo da irrigação. Essas práticas articulam conhecimento técnico e saber popular, promovendo autonomia e reduzindo dependência de insumos externos. Além disso, a perspectiva da agroecologia como ciência, prática e movimento social — conforme defendido por Miguel Altieri (2002) — reforça que a inovação não se limita ao campo tecnológico convencional, mas inclui reorganização das relações sociais e produtivas. Espera-se que a pesquisa identifique quais tecnologias sociais são mobilizadas no projeto Manga Rosa UERJ e como elas contribuem para a sustentabilidade da iniciativa.

A produção de conhecimento na agroecologia urbana ocorre de maneira horizontalizada, valorizando tanto o saber acadêmico quanto os conhecimentos tradicionais e experiências cotidianas. A pedagogia dialógica proposta por Paulo Freire (1996) oferece referencial importante para compreender esse processo. Para Freire, o conhecimento se constrói na interação entre sujeitos, por meio do diálogo e da problematização da realidade. Aplicada ao contexto da horta universitária, essa perspectiva sugere que oficinas, mutirões e encontros formativos são espaços de aprendizagem mútua. Além disso, a agroecologia reconhece o papel central do intercâmbio de saberes na consolidação de sistemas sustentáveis (GLIESSMAN, 2007). O compartilhamento de experiências sobre manejo do solo, controle biológico de pragas e conservação de sementes fortalece a autonomia coletiva e amplia o repertório técnico dos participantes. Espera-se que a pesquisa evidencie como o projeto contribui para a formação interdisciplinar dos envolvidos, integrando estudantes, professores, técnicos e comunidade externa.

A compreensão do projeto Manga Rosa UERJ como obra-processo desloca a análise da materialidade final para o conjunto de relações, práticas e experiências que se constroem ao longo do tempo. Nesse sentido, a obra não se encerra em um objeto delimitado, mas se manifesta como processo contínuo de criação coletiva. A noção de estética relacional, formulada por Nicolas Bourriaud (2009), oferece base conceitual para essa interpretação. Para o autor, determinadas práticas artísticas contemporâneas têm como horizonte teórico a esfera das interações humanas e de seus contextos sociais, produzindo situações de encontro e convivência. A obra passa a ser entendida como dispositivo relacional. Aplicada ao contexto da agroecologia universitária, essa perspectiva permite interpretar o cultivo como

prática estética expandida. Plantar, cuidar e colher deixam de ser apenas ações técnicas e passam a constituir gestos que produzem vínculos, mobilizam afetos e reorganizam percepções sobre natureza e cidade. Espera-se que a pesquisa demonstre que o projeto não se limita à produção agrícola, mas opera como campo de experimentação sensível, no qual arte e ecologia se entrelaçam na construção de experiências compartilhadas.

A articulação entre arte e agroecologia pode ser compreendida como prática de ecologia relacional. Se a agroecologia propõe a integração entre solo, plantas, água e seres humanos, a estética relacional amplia essa integração para o campo simbólico e social. De acordo com Nicolas Bourriaud (2009), a arte relacional cria “micro-utopias” temporárias, espaços de sociabilidade alternativa que tensionam a lógica individualista dominante. No contexto universitário, a horta pode funcionar como esse espaço outro, onde hierarquias são atenuadas e a cooperação se torna eixo organizador. Além disso, a perspectiva da produção social do espaço, desenvolvida por Henri Lefebvre (2014), contribui para compreender como práticas artísticas e ecológicas transformam o espaço vivido. A ecologia relacional, nesse sentido, não se limita à dimensão ambiental, mas envolve reconfiguração das relações entre sujeitos, instituições e território. A sensibilidade cultivada no contato com a terra, com o tempo das plantas e com o cuidado coletivo pode produzir deslocamentos subjetivos significativos. Espera-se que a pesquisa analise como essas experiências influenciam a percepção dos participantes sobre consumo, alimentação, sustentabilidade e responsabilidade coletiva.

A agroecologia, quando articulada à arte e à educação, pode contribuir para processos de transformação cultural. Não se trata apenas de alterar práticas produtivas, mas de questionar imaginários associados ao progresso, à urbanização e à relação sociedade-natureza. A crítica aos modelos hegemônicos de desenvolvimento, presente na ecologia política latino-americana — como discutido por Juan Martínez-Alier (2011) — aponta que conflitos ambientais expressam disputas de valores e modos de vida. A introdução de espécies alimentícias no espaço urbano universitário pode, portanto, operar como gesto simbólico de reaproximação com a terra e com ciclos ecológicos. Ao estimular a diversidade vegetal, o cultivo coletivo e o compartilhamento de saberes, o projeto contribui para a construção de novos referenciais culturais baseados em interdependência, cuidado e cooperação. Espera-se que a pesquisa evidencie como pequenas

intervenções no cotidiano do campus podem produzir transformações perceptivas e culturais de maior alcance. A arte, nesse contexto, atua como catalisadora de consciência. Ao tornar visível o processo produtivo e ao envolver os participantes em experiências sensoriais e coletivas, a agroecologia relacional pode ampliar o debate sobre sustentabilidade e responsabilidade social, integrando estética, política e ecologia em uma prática indissociável.

12. A VOZ DO CHÃO: NARRATIVAS, PERCEPÇÕES E A TRAMA DOS AFETOS NA AGROECOLOGIA UNIVERSITÁRIA. DIÁLOGOS DE CAMPO: AS VOZES DAS ENTREVISTAS SOB A ÓTICA DA CARTOGRAFIA SENSÍVEL

Perfil das Lideranças: Maturidade, Gênero e a Gestão da Resistência

A análise dos dados empíricos inicia-se com a caracterização dos sujeitos que exercem o protagonismo na condução das redes agroecológicas universitárias no Rio de Janeiro. É imperativo destacar que o grupo amostral não é composto por participantes periféricos, mas pelas lideranças ativas que coordenam e sustentam as ações investigadas. Este perfil confere à pesquisa uma densidade analítica singular, pois acessa as estratégias de gestão e a memória institucional de quem, como eu, vivencia o cotidiano desses grupos desde sua gênese.

A Pluralidade Geracional no Comando

A distribuição etária das lideranças (entre 18 e 80 anos) revela que a coordenação agroecológica no campus não é um fenômeno juvenil isolado, mas uma construção geracional densa. Predominam líderes nas faixas de 30 a 49 anos, indicando que a condução desses projetos exige uma maturidade capaz de negociar com a burocracia universitária e mediar conflitos internos. Sob a ótica de Franco Ferrarotti (2014), essas lideranças trazem "histórias de vida" que cruzam a formação acadêmica com a militância social, permitindo que a horta universitária seja gerida com uma visão de longo prazo. A presença de líderes na senioridade (60-80 anos) é um dado de alta relevância, evidenciando que a sapiência e a memória territorial são pilares de sustentação política contra as tentativas de desterritorialização (HAESBAERT, 2011).

A Paridade de Gênero na Liderança Territorial

No que tange ao gênero, a rede apresenta um equilíbrio dinâmico (8 mulheres e 6 homens), o que aponta para uma democratização das instâncias de decisão. No entanto, o protagonismo feminino (57%) na liderança desses grupos é sintomático de uma ética do cuidado que se transmuta em ação política. Essas mulheres líderes são as principais articuladoras do resgate de saberes sobre as PANC (KINUPP; LORENZI, 2014) e da implementação de práticas que visam à soberania alimentar. Como sustenta Bourdieu (1996), ao ocuparem o centro do campo de disputas institucionais, essas lideranças femininas e masculinas desafiam as estruturas de poder tradicionais da academia, substituindo a hierarquia rígida por uma estética relacional (BOURRIAUD, 2009) e colaborativa. Essa configuração sociodemográfica prova que o projeto Manga Rosa e seus parceiros são geridos por um corpo diversificado de sujeitos que utilizam sua pluralidade como força de resistência. A meta desta seção é demonstrar que a legitimidade desses grupos não reside apenas na técnica agrícola, mas na capacidade dessas lideranças de mobilizar diferentes gerações e gêneros em torno de uma causa comum: a construção de uma universidade ecologicamente ativa e socialmente justa. Como pesquisadora inserida nesse grupo de líderes, observo que esta paridade e diversidade são o que permitem ao projeto transbordar do "jardim" para a política institucional.

A Matriz Étnico-Racial: Diversidade e Territórios de Identidade

A análise da composição étnico-racial das lideranças dos grupos agroecológicos revela uma configuração predominantemente branca (9), acompanhada por uma presença significativa de pessoas pardas (3) e pretas (2). Este dado, quando lido à luz da realidade social brasileira e fluminense, exige uma interpretação cuidadosa sobre o acesso aos espaços de tomada de decisão e as "linguagens de valoração" (MARTÍNEZ-ALIER, 2011) que operam dentro da universidade. A predominância de lideranças brancas nos coletivos universitários pode ser compreendida como um reflexo das desigualdades históricas de acesso e permanência no ensino superior, mas também aponta para o papel da agroecologia como uma ponte de reparação simbólica. Como sustenta Boaventura de Sousa

Santos (2010), a ecologia de saberes deve estar atenta às "ausências" e às "emergências". A presença de lideranças pretas e pardas no comando de redes como o Manga Rosa sinaliza uma apropriação do território universitário por corpos que, historicamente, foram marginalizados dos processos de planejamento urbano e gestão ambiental.

Sob a ótica de Henri Acselrad (2008), a construção de cartografias sociais por essas lideranças negras e pardas é um ato de resistência contra o racismo ambiental. Ao ocuparem o centro da disputa pelo uso do solo na UERJ e em outras instituições, esses sujeitos ressignificam a agroecologia não apenas como técnica, mas como um resgate de identidades e saberes ancestrais que remetem à relação africana e indígena com a terra, combatendo a lógica da "globalização da natureza" discutida por Porto-Gonçalves (2006). A diversidade presente nesta amostra reforça a ideia de que a territorialidade socioambiental em construção é um campo híbrido. Embora a maioria das lideranças seja branca, a presença de sujeitos negros e pardos em postos de coordenação garante que as pautas de justiça ambiental e soberania alimentar não sejam desassociadas da luta antirracista. Como pesquisadora inserida, observo que essa composição plural é o que permite ao projeto Manga Rosa dialogar com as periferias e comunidades do entorno, transformando a horta acadêmica em um território de encontro entre diferentes trajetórias raciais e sociais, pautado pela convivencialidade (ILLICH, 1976) e pelo reconhecimento mútuo.

Escolaridade e o Capital Cultural: A Horizontalidade do Saber

A análise do nível de instrução das lideranças revela um cenário de alta qualificação, mas também de profunda diversidade pedagógica. Entre as 14 lideranças, observamos uma predominância de sujeitos com Pós-graduação completa (6) e Superior incompleto (5), além de graduados e um representante com Ensino fundamental completo. Essa configuração é a prova empírica da Ecologia de Saberes proposta por Boaventura de Sousa Santos (2010): a universidade deixa de ser um lugar de transmissão unilateral para se tornar um território onde o título acadêmico não anula o saber prático. A presença majoritária de pós-graduados e

graduados indica que o projeto Manga Rosa e suas redes possuem um sólido capital cultural, capaz de traduzir as práticas de campo em linguagem científica e disputar espaços em editais e conselhos universitários. Sob a ótica de Pierre Bourdieu (1996), esses líderes utilizam seu "capital simbólico" para conferir legitimidade a uma prática — a agroecologia — que muitas vezes é marginalizada pelo saber acadêmico ortodoxo. Por outro lado, o expressivo número de líderes com Superior incompleto demonstra que a horta é um espaço de formação ativa, onde o estudante não apenas aprende, mas lidera processos de construção territorial antes mesmo de concluir sua graduação.

Um dado de extrema relevância é a participação de liderança com ensino fundamental completo. Este fato rompe com o elitismo acadêmico e confirma a viabilidade da Pesquisa-Ação (THIOLLENT, 1996). Aqui, o saber da experiência e a lida com a terra são valorizados tanto quanto o título de doutor. Como sustenta Paulo Freire (1996), ninguém educa ninguém, ninguém educa a si, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo — e, neste caso, mediatizados pelo solo da UERJ. Essa amplitude educacional é o que garante a resiliência técnica e política do grupo. Enquanto os pós-graduados articulam a fundamentação teórica e a busca por recursos (como o apoio da CAPES citado na sua viabilidade), os estudantes e os membros com saberes práticos garantem a manutenção cotidiana e a conexão com a realidade social fora dos muros da academia. Esta mistura de saberes é essencial para enfrentar a complexidade da soberania alimentar e para a identificação das PANC (KINUPP; LORENZI, 2014), unindo a precisão botânica ao uso popular e tradicional.

Territórios de Atuação e a Rede de Solidariedade Agroecológica

Ao investigarmos a origem e o campo de atuação das lideranças, percebemos que a agroecologia universitária no Rio de Janeiro transborda os limites geográficos dos campi. As respostas revelam uma teia que conecta as grandes instituições públicas (UERJ, UFRJ, UNIRIO, UFRRJ) às comunidades e territórios de resistência histórica, como a Zona Oeste do Rio de Janeiro, o Caju (Mata

Machado) e até zonas rurais como Lumiar (Nova Friburgo) e espaços de espiritualidade como o Santo Daime. Um dos pontos mais críticos e potentes desta análise reside na fala da liderança da Zona Oeste. Ao afirmar que a região é um polo de produção sem agrotóxicos que resiste a um Plano Diretor que insiste na invisibilização, o sujeito confirma a tese de Henri Acselrad (2008) sobre a disputa de projetos de cidade. A agroecologia aqui não é apenas cultivo; é uma contracartografia. Enquanto o planejamento oficial vê o solo urbano apenas como valor de troca (especulação imobiliária), esses grupos reivindicam o solo como valor de uso e território de vida, combatendo a "desterritorialização" discutida por Rogério Haesbaert (2011).

A presença de servidores da UERJ que participam da rede mesmo sem vínculo acadêmico estrito com a agronomia reforça a ideia de convivencialidade de Ivan Illich (1976). A rede do Manga Rosa atua como um "amálgama" social, onde a universidade se torna o ponto de encontro entre o saber acadêmico das federais e estaduais e a prática ancestral das associações de agricultores e comunidades tradicionais. Essa integração entre capital e interior (Nova Friburgo) e entre o público e o espiritual (Santo Daime) exemplifica a Estética Relacional (BOURRIAUD, 2009), onde a horta é o pretexto para a criação de novos modos de vida em comum. Esta multiterritorialidade prova que a meta do Manga Rosa de "fortalecimento de vínculos" foi atingida. A agroecologia na universidade funciona como um laboratório de resistência urbana, onde se aprende a produzir comida e política simultaneamente. Sob a ótica de Milton Santos (1999), esses grupos representam o "saber local" que desafia a lógica globalizante, provando que a soberania alimentar no Rio de Janeiro depende dessa simbiose entre o ambiente acadêmico e os territórios de produção que o Plano Diretor tenta apagar.

Motivações e Engajamento: A Gênese do "Nós" Agroecológico

Ao analisarmos os motivos que levaram as lideranças a compor essa rede, emerge uma distinção clara entre a curiosidade técnica e a necessidade existencial de coletividade. Uma das falas mais potentes desta tese afirma: "Não entrei, fui levada. De forma horizontal nos unimos e fomos denominados grupos

posteriormente". Este relato corrobora a teoria da Estética Relacional de Nicolas Bourriaud (2009), onde a formação do grupo não precede o encontro, mas é o resultado de uma convivência em torno do "fazer". A agroecologia na UERJ, portanto, nasce como um espaço de possibilidades para sonhos coletivos, desafiando o isolamento acadêmico.

As motivações podem ser agrupadas em três eixos centrais:

A Transmissão e Intercâmbio de Saberes: Muitos líderes entraram movidos pela "vontade de aprender", "interagir" e "se aprofundar" em agroecologia e permacultura. Aqui, a universidade recupera sua função original de *universitas* — o lugar do saber universal que se constrói na troca. Sob a ótica de Paulo Freire (1996), o desejo de mudança através da educação ambiental é o motor que transforma a "curiosidade própria" em compromisso social.

O Combate ao Individualismo e a Incidência Coletiva: A percepção de que "não há resistência no individualismo" e que a "incidência é coletiva" reflete a compreensão de Michel Maffesoli (1998) sobre o declínio do individualismo moderno e o surgimento de novas "tribos" com objetivos comuns. O Manga Rosa torna-se um território onde se planta para viver e resistir, partindo do lugar onde se mora e se vive.

A Regeneração Socioambiental e Política: O desejo de causar "impactos positivos ao meio socioambiental" e preservar o "bioma Mata Atlântica" conecta a horta universitária à escala global da crise ecológica. Como sustenta Enrique Leff (2002), o saber ambiental não é apenas cognitivo, é ético. Colaborar com "conhecimentos botânicos" e fortalecer redes de cooperação são táticas para enfrentar o que Milton Santos (2002) descreve como a "razão cega" da técnica desumanizada, substituindo-a por uma técnica permeada pela emoção e pelo cuidado.

A menção à Rede Ecológica (consumo por trabalho) demonstra que a motivação também é pragmática: trata-se de garantir o acesso a produtos orgânicos e saudáveis em uma cidade marcada pela precariedade alimentar. Esse engajamento prova que a viabilidade dessas redes reside na capacidade de fortalecer a comunidade e promover o bem-estar geral. Ao fim, as lideranças revelam que entraram no grupo não apenas para "estudar a planta", mas para

construir uma nova ética universitária que reconhece a universidade como um organismo vivo, capaz de regenerar tanto o bioma quanto o tecido social.

Ecossistemas de Resistência: Escalas e Redes de Articulação

A listagem dos coletivos citados pelas lideranças revela uma densa e complexa geografia da adesão. O projeto Manga Rosa (UERJ) surge como o nó central de convergência, mas a pesquisa identifica um transbordamento vital para outras instituições e unidades. A menção ao MUDA (UFRJ) e ao LAvaPer (UFRJ) demonstra a força da agroecologia na maior universidade federal do país, enquanto o grupo Espaços Verdes da ESDI (UERJ) aponta para a intersecção entre o design e a ecologia, provando que a construção de territorialidades socioambientais também passa pela estética e pelo planejamento de espaços de convivência urbana. Ao integrar o GAE (UFRRJ) e o Capim Limão (UNIRIO), a rede se consolida como uma frente interuniversitária de agroecologia no Rio de Janeiro. Esta articulação prova que a agroecologia não é apenas uma prática técnica, mas uma estratégia de cidadania territorial (HAESBAERT, 2011) que conecta diferentes saberes acadêmicos. No entanto, o dado mais impactante desta seção é a conexão da universidade com movimentos sociais de base e a esfera política. A participação de lideranças na Teia de Solidariedade da Zona Oeste, na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e no MST (através da assessoria parlamentar) demonstra que esses grupos atuam como um "corredor ecológico-político". Como sustenta Boaventura de Sousa Santos (2010), trata-se de uma "universidade fora de portas", onde o conhecimento produzido no campus — seja na agronomia da Rural ou no design da ESDI — alimenta políticas públicas e movimentos de luta pela terra e pela cidade.

A presença de organizações como o Instituto Teçaya e a Rede Ecológica (consumo ético) aponta para a diversidade de frentes de atuação: arte-educação, economia solidária e preservação ambiental. Já a citação da Articulação de Agroecologia do RJ (Regional Serrana Leste) e de grupos de espiritualidade como o Santo Daime confirma a meta de interiorização e expansão dessa rede, que alcança áreas rurais e dimensões afetivas e transcendentais. Sob a ótica de Henri Acselrad

(2008), esses nomes não são apenas siglas; são territórios de identidade. Eles formam uma rede de proteção mútua que permite aos grupos enfrentar a invisibilidade institucional. A atuação de uma das lideranças no legislativo municipal exemplifica como a agroecologia urbana ganha "força política" para disputar o Plano Diretor e o orçamento público. Assim, a territorialidade socioambiental descrita nesta tese é uma trama multiescalar, onde a horta da UERJ é, simultaneamente, um jardim universitário e um bastião da agroecologia nacional.

Temporalidade e Memória: A Longa Duração da Resistência Agroecológica

Ao analisarmos o tempo de inserção das lideranças nos coletivos, emerge um dado de profunda relevância para a narrativa (FERRAROTTI, 2014) desses movimentos: a agroecologia no Rio de Janeiro possui raízes profundas que desafiam o imediatismo urbano. Enquanto alguns líderes ingressaram recentemente (2021-2022), outros remontam à década de 1990 (1992) ou ao início dos anos 2000, evidenciando uma continuidade que atravessa gerações e crises institucionais. Um ponto de destaque absoluto é a menção à Ocupação Urbana Bosque dos Caboclos, com 30 anos de existência, e à Coletiva As Caboclas, com uma década de atuação. Esses marcos temporais comprovam que a territorialidade socioambiental que investigamos não se restringe ao calendário acadêmico; ela se sobrepõe à própria história da cidade. Sob a lente de Milton Santos (1996), esses grupos representam "rugosidades" no espaço urbano — formas e funções de períodos passados que persistem e se ressignificam, servindo de alicerce para as ações presentes do Manga Rosa (desde 2012) e parceiros como o MUDA e o GAE.

As datas citadas (2009, 2015, 2016) coincidem com um período de efervescência das políticas públicas de agroecologia no Brasil e de intensificação dos movimentos de ocupação e resistência nas universidades públicas do Rio. Para as lideranças que estão na rede há 14 anos ou desde a década de 2010, o engajamento na agroecologia tornou-se uma "carreira de vida", onde o saber acumulado permite enfrentar a burocracia com a paciência de quem entende o tempo da natureza. Como sustenta Boaventura de Sousa Santos (2010), a "sociologia das ausências" é combatida aqui pela afirmação de uma temporalidade

própria. O fato de termos líderes com décadas de atuação ao lado de novos integrantes (3 meses) garante a transmissão de saberes e a renovação da força política. A meta analítica desta seção é demonstrar que a exequibilidade e a força dos grupos universitários (como a rede do Manga Rosa na UERJ) derivam dessa simbiose entre a memória das lutas históricas (como as das Caboclas) e a inovação das novas gerações que chegam aos campi. A agroecologia é apresentada, portanto, como um processo de longa duração, essencial para a construção de políticas públicas que não sejam apenas paliativas, mas estruturantes para o território fluminense.

Funções e Práxis: A Multidimensionalidade do Fazer Agroecológico

Ao analisarmos as funções desempenhadas pelas lideranças, percebemos que a construção das territorialidades socioambientais na universidade não se atribui mediante cargos estáticos, mas a uma dinâmica de papéis rotativos e complementares. As respostas revelam que o "liderar" na agroecologia urbana funde-se com o "fazer": a mesma pessoa que atua na coordenação e criação do Manga Rosa ou na coordenação da Coletiva As Caboclas (em processo de autodeclaração quilombola) também atua no manejo direto do solo, na sementeira e na organização de mutirões. Essa polivalência é o que Nicolas Bourriaud (2009) identifica como uma prática de interatividade e vizinhança. As funções descritas podem ser agrupadas em três pilares fundamentais da práxis agroecológica:

Gestão e Mobilização Política: As funções de "Coordenadora", "Criadora" e "Organizador" indicam a responsabilidade de manter a coesão do grupo e a interlocução institucional. A menção à Coletiva As Caboclas e sua autodeclaração quilombola elevam a função de coordenação a um patamar de luta étnico-territorial, onde a horta é o palco da afirmação de identidades ancestrais e da resistência contra a invisibilidade urbana.

Manejo e Saber Técnico-Científico: as funções voltadas para "coletar, semear e identificar espécies", bem como os "tratos culturais" e a "identificação de especificidades para cultivo" demonstram a aplicação prática do conhecimento botânico. Aqui, o uso do guia de PANC de Kinupp e Lorenzi (2014) torna-se uma

ferramenta de trabalho cotidiano. O líder é também um guardião da biodiversidade, transformando o campus em um centro de conservação no seu lugar original.

A Ética do Cuidado e o Trabalho Manual: Relatos sobre "cozinhar o almoço", "manusear canteiros" e participar de "mutirões de limpeza" revelam a importância do trabalho reprodutivo e afetivo. Cozinhar o almoço para o mutirão não é uma tarefa menor; sob a ótica da Ecologia Política (MARTÍNEZ-ALIER, 2011), é a função que garante a reprodução da vida e a celebração da colheita, combatendo a "fratura metabólica" através da comensalidade. Essa fluidez de funções — de "voluntário" a "educadora ambiental" e "organizador de divulgação" — confirma que a universidade pública está sendo ocupada por sujeitos que não se deixam fragmentar pela especialização excessiva. Como sustenta Milton Santos (2002), o trabalho aqui deixa de ser um gesto mecânico e passa a ser um gesto carregado de intencionalidade e solidariedade. A meta analítica desta seção é provar que a viabilidade dos grupos (como o Manga Rosa) reside justamente nesta capacidade de seus líderes "sujarem as mãos", unindo a teoria da sala de aula ao "cozinhar o almoço" do coletivo, consolidando o que Paulo Freire (1996) define como a verdadeira união entre pensamento e ação.

A Natureza Híbrida dos Coletivos: Entre a Academia e a Comunidade

Ao classificarem a natureza dos grupos em que atuam, as lideranças revelam uma fronteira porosa entre o saber institucional e a prática social. Observamos uma coexistência equilibrada entre o caráter Acadêmico (8 menções) e o Comunitário (7 menções), evidenciando que iniciativas como o Manga Rosa e seus parceiros funcionam como "pontes" de transição. Esta ambivalência não é uma falha de definição, mas sim a essência da Ecologia de Saberes (SANTOS, 2010), onde a universidade se reconhece como parte do tecido social e não como uma entidade isolada.

A classificação dos grupos pode ser analisada sob três perspectivas:

O Espaço Acadêmico como Laboratório de Práxis: As menções ao caráter "Acadêmico" e "de estudos e prática" reforçam que a horta universitária é um

território de experimentação científica. No entanto, o fato de as mesmas lideranças também classificarem seus grupos como "Comunitários" prova que esse estudo não é alienado. Como sustenta Boaventura de Sousa Santos (2010), trata-se de uma "ciência prudente para uma vida decente", em que a pesquisa serve para fortalecer a soberania alimentar no entorno do campus.

A Emergência da Sociedade Civil e Pequenos Produtores: Uma das respostas mais completas define o grupo como "Comunitário, Acadêmico, da Sociedade Civil em conjunto com pequenos produtores". Ele demonstra a formação de territorialidades socioambientais que articulam a produção de alimentos sem agrotóxicos à rede de feiras e ao fortalecimento de vínculos. Sob a ótica de Milton Santos (1996), esses grupos são "instâncias de horizontalidade" que combatem a verticalidade imposta pelo mercado agroindustrial.

Hibridismo e Resistência: A ausência quase total do termo "Empresa" confirma que esses grupos operam sob a lógica da Economia Solidária e do bem comum. A natureza comunitária-acadêmica permite que o grupo tenha o rigor da universidade para identificar PANC (KINUPP; LORENZI, 2014) e, ao mesmo tempo, a sensibilidade da comunidade para "cozinhar o almoço" e manter o mutirão vivo.

Essa natureza híbrida é o que confere força política aos grupos. Ao serem "acadêmicos", eles acessam editais e legitimidade científica; ao serem "comunitários", eles ganham capilaridade social e resistência territorial. A meta analítica desta seção é demonstrar que a agroecologia na UERJ, UFRJ e UFRRJ está redesenhando o conceito de extensão universitária: ela deixa de ser uma "entrega" de conhecimento para ser uma construção conjunta de território. Como pesquisadora inserida, você observa que é nesse hibridismo que mora a viabilidade do Manga Rosa frente aos desafios institucionais.

Trajetória, a Consolidação do Saber Agroecológico: Ao cruzarmos as respostas sobre o tempo de envolvimento com a agroecologia, deparamo-nos com um dado que fundamenta a longevidade e a seriedade das redes investigadas: a densidade temporal da experiência. Das 14 lideranças, a esmagadora maioria (11 participantes) declara atuar na área há 10 anos ou mais. Este acúmulo de tempo é o que permite a esses sujeitos transitar entre o "saber acadêmico" e o "saber da experiência", consolidando o que Ana Primavesi (2002) sempre defendeu: a agroecologia não se aprende apenas nos livros, mas na observação cíclica da natureza e do solo.

A análise deste tempo de atuação pode ser lida sob três dimensões:

A Resiliência frente ao "Tempo das Instituições": ter líderes com mais de uma década de estrada significa que o projeto Manga Rosa e seus parceiros possuem uma memória institucional que sobrevive à rotatividade de reitorias, prefeituras e governos. Como sustenta Milton Santos (1999), esses sujeitos operam no "tempo lento" da resistência, contrapondo-se à velocidade predatória do desenvolvimento urbano convencional. Eles são os guardiões de uma continuidade que permite à universidade manter vivos seus espaços verdes, mesmo sob pressão de cortes orçamentários.

O Acúmulo de Capital Simbólico: Uma trajetória de 10 anos ou mais confere a essas lideranças um capital simbólico (BOURDIEU, 1996) inquestionável. Eles são referências para os novos integrantes (aqueles com 2 ou 4 anos de atuação), servindo como mentores na identificação de PANC (KINUPP; LORENZI, 2014) e na mediação de conflitos territoriais. Esse tempo de envolvimento é o que garante que a "alfabetização ecológica" mencionada anteriormente não seja superficial, mas sim uma mudança profunda de paradigma de vida.

A Agroecologia como Projeto de Vida: Para esses líderes, a agroecologia deixou de ser uma disciplina ou um projeto de extensão para tornar-se uma escolha existencial. Sob a ótica de Franco Ferrarotti (2014), essas histórias de vida revelam que o envolvimento com a terra no Rio de Janeiro é uma forma de reexistência. O fato de termos pessoas que iniciaram essa caminhada há uma década e permanecem ativas prova que a territorialidade socioambiental construída na UERJ e nos arredores é autossustentável do ponto de vista do engajamento humano.

Essa maturidade do grupo é a garantia de que os "sonhos coletivos" citados nas motivações têm base na realidade e, na prática, persistem. O Manga Rosa não é um experimento de curto prazo, mas o resultado de décadas de saber acumulado por lideranças que aprenderam a ler o território e a cultivar não apenas plantas, mas redes de apoio mútuo.

Os Nós da Rede: Conflitos, Invisibilidades e Desafios Estruturais

A análise das dificuldades apontadas pelas lideranças revela que o movimento agroecológico no Rio de Janeiro opera em um campo de constante tensão, onde o "plantar" é um ato político cercado por obstáculos que vão da escala micro (vandalismo no campus) à escala macro (ausência de políticas estatais). As respostas permitem categorizar os desafios em eixos críticos que dialogam diretamente com a sua fundamentação teórica.

A. O Racismo Estrutural e a Colonialidade do Saber

Um dos relatos mais contundentes denuncia a persistência de uma divisão racial desigual: "observa-se a presença de pessoas negras na produção, com a mão na terra, e na representação acadêmica são sempre pessoas não negras". Esta observação evidencia que o combate ao racismo deve ser prático. Sob a ótica da ecologia de saberes (SANTOS, 2010), a agroecologia universitária arrisca reproduzir exclusões se não houver um esforço de representatividade. O "combate ao racismo no discurso" precisa dar lugar à ocupação de espaços de fala por esses sujeitos, combatendo a lógica de quem apenas produz contra quem apenas teoriza.

B. Invisibilidade Institucional e Ausência de Políticas Públicas

A fala sobre a invisibilidade da agricultura urbana no planejamento estatal aponta para o que Acselrad (2008) define como a disputa por cartografias sociais. O Estado, ao não oferecer editais, financiamento ou subsídios, empurra a agroecologia para a margem, tornando o "alimento limpo" um privilégio de quem pode pagar. Na UERJ, isso se reflete na "falta de apoio da administração central", dificultando a manutenção dos espaços. A agricultura urbana é descrita como "invisível para o Estado", o que demanda uma luta por reconhecimento e incentivos que contemplem as agriculturas dentro da cidade.

C. O Conflito de Saberes e a Barreira Cultural

A dificuldade de diálogo entre o saber universitário e o saber tradicional é reforçada pelo relato de quem atua há 50 anos na área: a barreira entre o "novo" e o "tradicional tacanho" permanece. Ocorre uma supervalorização do conhecimento acadêmico em detrimento do conhecimento empírico de agricultores e comunidades tradicionais. Como sustenta Boaventura de Sousa Santos (2010), sem uma verdadeira ecologia de saberes, a universidade continua a ignorar a riqueza do conhecimento prático, o que gera resistência e impede a transformação de hábitos arraigados.

D. Desafios Internos e a Ética no Território

No âmbito cotidiano, as lideranças apontam o desrespeito aos espaços (lixo, pisoteio e arrancada de plantas) e comportamentos éticos graves, como a venda de produtos do CADEG como se fossem orgânicos. Esse fenômeno de "falso orgânico" fere a confiança da rede. Além disso, a pulverização de grupos sem comunicação e a dificuldade de cooperação institucional mostram que a estética relacional (BOURRIAUD, 2009) ainda enfrenta o desafio do compromisso individual e da falta de domínio técnico para ações coletivas.

Circulação do Conhecimento: Entre a Academia, a Rede e a Memória

Ao investigarmos as origens do contato das lideranças com a temática, percebemos que a agroecologia não é um saber isolado, mas uma construção de longa duração que permeia a vida acadêmica e cotidiana. As respostas indicam que o "ouvir falar" está intrinsecamente ligado ao "fazer": "Escrevi trabalho final de graduação, dissertação e agora uma tese. A gente faz isso!" Essa fala reforça a ideia de que, no âmbito universitário, a teoria e a prática são indissociáveis, transformando a pesquisa em uma ferramenta de ação territorial.

A análise das fontes de informação revela três caminhos principais:

A Trajetória Acadêmica e Profissional: Para muitos, o contato inicial

ocorreu na graduação (desde a década de 1970) ou por meio de projetos de extensão, como a ocupação de áreas com caixas de abelhas na própria universidade. Sob a ótica de Thiollent (1996), a universidade atua como um espaço de experimentação onde o conceito de "agriculturas" (no plural) é trabalhado para contemplar diversas formas e espaços de plantio, adaptando-se à configuração da cidade.

Movimentos Sociais e Redes de Afeto: A internet, os grupos de agroecologia, os movimentos sociais de agricultura familiar e o próprio convívio com amigos aparecem como potentes canais de difusão. Nesse cenário, destaca-se o papel da plataforma Agroecologia em Rede (AeR) (<https://agroecologiaemrede.org.br/>), que busca visibilizar e conectar experiências acadêmicas e populares em todo o território nacional. Embora funcione como um mapeamento essencial para a articulação política, a plataforma evidencia os desafios da dinamicidade dos movimentos, visto que a atualização dos dados depende do voluntarismo e da continuidade das ações no chão da terra.

A menção ao projeto "Criança Ocupa" e à intervenção nos Arcos da Lapa demonstra que a agroecologia urbana é uma estética relacional (BOURRIAUD, 2009) que busca o protagonismo coletivo e a ocupação do espaço público. O lamento pela destruição da agrofloresta na Lapa evidencia a fragilidade dessas iniciativas diante da gestão pública convencional, que muitas vezes desconsidera essas cartografias sociais (ACSELRAD, 2008) e as redes de dados que tentam, ainda que com as lacunas próprias do tempo dos processos sociais, registrar a existência dessas territorialidades em disputa.

Memória Prática e Ancestralidade: É notável o relato de quem já praticava a agroecologia na adolescência, muito antes de ouvir o termo acadêmico. Isso confirma que a agroecologia, antes de ser uma disciplina, é um saber empírico e tradicional. A ecologia de saberes (SANTOS, 2010) se manifesta justamente nesse encontro entre o conhecimento científico da faculdade e a prática histórica de manejo da terra.

A Unanimidade das PANC: O Sucesso de uma Nova Epistemologia Botânica

O fato de 100% das lideranças afirmarem conhecer as Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) é um resultado de extrema relevância para esta tese. Isso demonstra que o trabalho de Kinupp e Lorenzi (2014) extrapolou os círculos

acadêmicos restritos e tornou-se um vocabulário comum e uma ferramenta política de soberania alimentar. O conhecimento das PANC atua como um mecanismo de resistência contra a "monocultura do paladar", permitindo que esses líderes identifiquem potencial nutritivo onde o olhar urbano comum enxerga apenas "mato".

Essa consciência botânica compartilhada é o que permite ao grupo Manga Rosa e seus parceiros transformar pequenos espaços em locais de diálogo e produção de vida, garantindo que, mesmo em pequena escala, a cidade seja semeada com autonomia e diversidade.

A listagem das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) citadas pelas lideranças revela um repertório botânico vasto e diversificado, que transcende o catálogo comercial tradicional. Os respondentes demonstraram domínio sobre espécies de diferentes estratos e funções ecológicas, citando desde as mais populares, como a ora-pro-nóbis (*Pereskia aculeata*), a taioba (*Xanthosoma sagittifolium*) e a beldroega (*Portulaca oleracea*), até espécies que exigem identificação botânica mais precisa, como a chaya (*Cnidoscolus aconitifolius*), a trapoeraba (*Commelina diffusa*), o peixinho (*Stachys byzantina*) e o mangará ou coração da bananeira (*Musa spp.*).

A análise dessas respostas permite destacar três pontos fundamentais para a tese:

A Crítica à "Não Convencionalidade": A fala de uma das lideranças questiona a própria terminologia: "Não convencionais para quem? Pra gente são convencionais". Este dado confirma que o conceito de PANC, embora sistematizado por Kinupp e Lorenzi (2014), ancora-se em práticas cotidianas marginalizadas. Espécies como o caruru (*Amaranthus spp.*) e a serralha (*Sonchus oleraceus*), frequentemente tratadas como "mato" pela agricultura convencional, são reconhecidas pelos líderes como elementos centrais de sua identidade alimentar.

Diversidade e Soberania Alimentar: A menção a mais de 40 espécies e ao uso de partes geralmente descartadas — como as folhas de batata-doce (*Ipomoea batatas*) e as folhas de abóbora (*Cucurbita moschata*) — demonstra um alto grau de aproveitamento dos recursos. Sob a ótica de Kinupp e Lorenzi (2014), esse conhecimento reduz a dependência de cadeias externas. A inclusão de flores comestíveis como a capuchinha (*Tropaeolum majus*) (Figura 20), os ipês

(*Handroanthus* spp.), o hibisco (*Hibiscus rosa-sinensis*) e a begônia (*Begonia cucullata*) revela uma sofisticação nutricional e estética na gestão desses territórios.

Figura 20 – Detalhe de flores e folhagem da capuchinha (*Tropaeolum majus* L.), espécie de Planta Alimentícia Não Convencional (PANC) com alto valor estético e nutricional.

Disponível

em:

<https://www.gardenersworld.com/plants/tropaeolum-majus-empress-of-india/>. Acesso em: 28 mar. 2026.



Fonte: GARDENERS' WORLD, 2025.

Hibridismo de Saberes: A lista apresentada funde o saber empírico com a identificação técnica de plantas como a azedinha (*Rumex acetosa*), o assa-peixe (*Vernonia polyanthes*) (Figura 21), a brilhantina (*Pilea microphylla*) e o coentrão (*Eryngium foetidum*). Como sustenta Boaventura de Sousa Santos (2010), a horta universitária torna-se um espaço onde a ciência dialoga com a experiência para combater a insegurança alimentar e promover a biodiversidade.

Figura 21 – Exemplar de assa-peixe (*Vernonanthia polyanthes*), espécie de Planta Alimentícia Não Convencional (PANC) e melífera, destacando a sua morfologia foliar

e inflorescência. Disponível em:

<https://www.sitiodamata.com.br/especies-de-plantas/assa-peixe-vermonia-polyanthes.html>. Acesso em: 28 mar. 2026.



Fonte: SÍTIO DA MATA, 2025.

Espacialidades do Plantio: Ocupação e Apoio Comunitário

A investigação sobre os locais de cultivo das PANC revela uma capilaridade impressionante, que vai do microterritório doméstico à escala metropolitana e intermunicipal. As lideranças indicam que o plantio e o manejo ocorrem em uma rede que conecta a UERJ (Maracanã, ESDI, Horto, áreas próximas ao HUPE) a outros pontos estratégicos como a Aldeia Maracanã, a Saens Peña (Praça Xavier de Brito), o Caju, a Ilha do Governador, além de cidades como Guapimirim, Teresópolis e Juiz de Fora (Ecovila).

A análise dos dados permite destacar três frentes de ação territorial:

A Subversão do Espaço Universitário: O uso de áreas como o "estacionamento da Uerj" e arredores dos pavilhões Haroldinho e Piquet Carneiro demonstra que a agroecologia urbana atua nas frestas da instituição. Como sustenta Acselrad (2008), trata-se de uma cartografia de resistência que transforma espaços residuais ou subutilizados em áreas de produção de vida e soberania alimentar. O "Horto da Uerj" aparece como um espaço de salvaguarda desses saberes, conectando o campus à comunidade escolar do entorno (Colégio João Alfredo).

O Hibridismo entre o Doméstico e o Coletivo: Muitas lideranças iniciam o plantio em "escala doméstica" ou em seus próprios sítios, distribuindo o excedente de forma gratuita. Esse fluxo entre o quintal e o mutirão é a base da estética relacional (BOURRIAUD, 2009). O plantio não é apenas uma atividade técnica, mas um pretexto para o fortalecimento de vínculos, onde a casa do líder funciona como um viveiro para as ações coletivas na rede.

A Ambivalência do Apoio Comunitário: Embora a maioria aponte que houve apoio da comunidade para o processo de plantação, as respostas negativas revelam os desafios da aceitação dessas espécies. No caso das plantas que são "espontâneas" no sítio, a ausência de apoio muitas vezes reflete a falta de compreensão do valor dessas espécies como alimento. Sob a ótica de Santos (2010), a ecologia de saberes ainda encontra barreiras no preconceito contra as PANC, que são muitas vezes vistas como "mato" pela comunidade não engajada.

A menção à Aldeia Maracanã e às ocupações em Teresópolis reforça o caráter político do plantio. Esse processo de reconhecimento oficial encontra raízes em iniciativas que já debatiam a consciência socioambiental e a extensão universitária humanizada. Plantar PANC nesses territórios é uma forma de afirmar a posse da terra e a continuidade de saberes tradicionais. Como afirma um dos líderes, essas plantas estão em todos os lugares onde a academia decidiu "batizá-las", mas sua existência real depende dessa rede de pessoas que, com ou sem apoio institucional, garantem sua reprodução em solo urbano e rural.

O Papel das Instituições: Entre a Autorização e a Omissão

A percepção das lideranças sobre o papel das instituições acadêmicas revela uma tensão entre o potencial da universidade e a realidade da prática militante. Embora a academia seja reconhecida como um polo de "estudos e aprofundamento de conhecimentos", o apoio institucional efetivo é descrito como escasso, muitas vezes limitando-se apenas à "autorização da utilização do espaço".

A análise das respostas permite identificar três níveis de (des)apoio institucional:

O Apoio Simbólico e a Pesquisa Extrativista: Um dado crítico emerge do relato da coordenação das Caboclas: "já recebemos visitas de mestrandos e doutorandos pesquisando sobre a gente, apoio mesmo institucional, zero". Este depoimento dialoga com a crítica de Santos (2010) sobre a necessidade de uma ciência que não apenas estude o objeto, mas que se comprometa com ele. A universidade, ao enviar pesquisadores sem contrapartida material, pode acabar reforçando a lógica de invisibilização de territórios em processo de autodeclaração quilombola.

Dificuldades de Implementação na UERJ: Relatos apontam que, historicamente, houve "dificuldades para implementar ideias na UERJ". O apoio esperado — que incluiria logística, suporte financeiro, assistência técnica e bolsas — é frequentemente substituído por um "apoio moral". Sob a ótica de Acselrad (2008), a falta de suporte material por parte da administração central dificulta a consolidação de cartografias sociais permanentes dentro do campus, mantendo os projetos em uma zona de precariedade voluntária.

A Instituição como Facilitadora de Redes: Por outro lado, o envolvimento de "alunos, professores e pesquisadores" e a promoção de encontros acadêmicos são vistos como formas de colocar os projetos em evidência e ampliar contatos. A universidade funciona, portanto, como um catalisador de estética relacional (BOURRIAUD, 2009), permitindo que as pessoas se unam em grupos, pois, como afirma um líder, "sozinho é praticamente impossível".

Para os líderes que atuam fora dos muros acadêmicos ou em áreas rurais, a percepção é de que a instituição só funciona quando "avisada e convidada", e que a confiança da população local é conquistada pelo "plantar por conta própria" e mostrar resultados, mais do que por títulos. Como sustenta Thiollent (1996), a

verdadeira pesquisa-ação exige que a instituição ofereça os meios (materiais e financeiros) para que o conhecimento gerado se transforme em transformação social efetiva.

O Papel Colaborativo: Entre a Extensão e a Formalização Institucional

Ao serem questionadas sobre o papel colaborativo ideal das universidades públicas fluminenses, as lideranças desenham um cenário de corresponsabilidade territorial. A universidade não é vista apenas como uma proprietária de terras que "cede água e adubo", mas como um polo de inteligência capaz de desenvolver tecnologias para plantios em contextos urbanos adversos. Esta visão dialoga com a pesquisa-ação (THIOLLENT, 1996), onde o conhecimento científico é colocado à prova no cotidiano das dificuldades do meio urbano.

A colaboração esperada pode ser estruturada em quatro pilares de ação:

Suporte Logístico e Financeiro: É unânime a demanda por uma estrutura que vá além do básico. As lideranças citam a necessidade de "auxílio financeiro", "transporte para participação em audiências públicas", "bolsas" e "compra de insumos". Sem esse aporte, a agroecologia universitária permanece como uma iniciativa de resistência individualizada, e não como uma política de justiça ambiental (ACSELRAD, 2008) integrada à gestão acadêmica.

Formalização e Escrita de Editais: Um ponto inovador nas respostas é o papel da universidade na "formalização institucional de grupos" e na "escrita de editais". Isso demonstra que as lideranças enxergam a academia como um braço administrativo capaz de conferir legalidade e acesso a recursos que os coletivos, sozinhos, teriam dificuldade de alcançar. A universidade atua, aqui, como uma mediadora entre a base social e as instâncias de fomento.

Extensão como Acolhimento e Formação: O papel de "acolher como grupos de extensão" e criar "espaços de formação" e "laboratórios na comunidade" reafirma a necessidade de uma ecologia de saberes (SANTOS, 2010). A universidade deve "buscar conhecer" o território antes de se propor a "ensinar",

invertendo a lógica colonial de cima para baixo. A divulgação científica positiva é vista como essencial para atrair novos membros e legitimar o projeto perante a sociedade.

O Desafio da Transversalidade: A crítica de que universidades sem carreiras ligadas ao "agro" não apoiam a agroecologia é um alerta importante. As respostas indicam que o apoio não deveria ser restrito a departamentos de Agronomia, mas ser um compromisso de toda a instituição. O exemplo da ESDI e do Manga Rosa na UERJ prova que o design, as humanidades e as ciências sociais são fundamentais para viabilizar esses projetos a longo prazo.

Em suma, o papel colaborativo das universidades públicas do Rio de Janeiro é o de garantir a sustentabilidade política e material dos coletivos. Ceder o espaço e a água é o passo inicial, mas a colaboração plena exige o financiamento da manutenção e o reconhecimento da agroecologia como uma tecnologia social legítima. Como sujeita à práxis de Paulo Freire (1996), a universidade colabora verdadeiramente quando se torna uma parceira na autonomia dos sujeitos, provendo os meios para que a "realização de pesquisas" se traduza em "alimento e vida no território".

Impacto Comunitário: A Agroecologia como Tecnologia Social e Territorial

Ao descreverem como os grupos podem impactar as comunidades vizinhas, as lideranças reafirmam a agroecologia como uma práxis coletiva. O impacto não é mensurado apenas pela quantidade de quilos colhidos, mas pela capacidade de restaurar o "bem-viver" e a "solidariedade" no tecido urbano. As respostas indicam que o impacto ocorre por meio da pedagogia do exemplo, transformando a horta em um espaço de convivência e aprendizado.

A análise permite destacar as seguintes frentes de impacto:

A. Soberania Alimentar e Circuitos Curtos

O fornecimento de "alimentos saudáveis em ciclos curtos de comercialização" e a "disponibilidade de alimentos para quem precisa" aparecem como impactos diretos. Em uma cidade marcada pela insegurança alimentar, os grupos agroecológicos atuam na base da justiça ambiental (ACSELRAD, 2008), garantindo que o "alimento sem veneno" chegue à população local. Isso estimula o comércio local e a subsistência, criando uma rede que protege a comunidade contra a volatilidade dos preços e a baixa qualidade dos produtos industriais.

B. Disseminação de Saberes e Educação Ambiental

Um ponto central é o resgate de "saberes que há tempos estão se perdendo". A agroecologia atua pedagogicamente ao ensinar sobre o plantio e a utilidade das plantas, funcionando como um elemento capaz de "produzir replicadores". Sob a ótica de Santos (2010), este é o exercício prático da ecologia de saberes: os grupos incentivam a população a plantar em suas residências e quintais, combatendo a alienação em relação ao ciclo da vida e à origem do que se consome.

C. Microclima e Espaço de Convivência

O impacto ambiental também é ressaltado através da "diminuição de ilhas de calor", uma contribuição ecossistêmica vital para o Rio de Janeiro. Além disso, a criação de "espaços de convivências agroecológicas" oferece uma alternativa ao uso corporativo e árido da cidade. Como sustenta Bourriaud (2009) na ideia de estética relacional, a horta impacta a vizinhança ao criar um "espaço-tempo" de encontro, cooperação e associativismo entre vizinhos e produtores, contrapondo-se ao isolamento urbano.

D. A Agroecologia além do Conceito Acadêmico

É fundamental notar a fala que alerta que o "conceito de agroecologia surgido recentemente não abrange o tanto de formas e práticas de bem viver" que os grupos já estabelecem. Este depoimento reforça que o impacto na comunidade é, acima de tudo, existencial: trata-se de defender "outra relação com a natureza e com as pessoas". O grupo agroecológico, ao ocupar o território, convida a vizinhança a participar de um mutirão que é, simultaneamente, técnico e afetivo, fortalecendo a consciência socioambiental através da mão na terra.

Conflitos Territoriais: Ocupação, Resistência e Vulnerabilidade

A análise das dificuldades enfrentadas na ocupação dos espaços revela que a construção de territorialidades socioambientais não ocorre em um vácuo, mas em áreas marcadas por tensões estruturais da metrópole carioca. As lideranças descrevem o ato de plantar como um exercício de resiliência contra forças que variam da microesfera institucional à macroesfera da violência urbana.

As dificuldades citadas podem ser articuladas em três níveis de conflito:

A. Conflitos Institucionais e Burocráticos

No âmbito da UERJ, destacam-se a "resistência dos responsáveis pelo setor de jardinagem" e a "burocracia para autorização e recursos". Esse dado demonstra que, mesmo numa universidade pública, o modelo de estética relacional (BOURRIAUD, 2009) proposto pela agroecologia choca-se com a gestão tradicional e higienista dos espaços. A dificuldade em ceder o espaço para mutirões revela que a horta é vista, inicialmente, como uma desordem no planejamento institucional, e não como um polo de ecologia de saberes (SANTOS, 2010).

B. Vulnerabilidade Social e Ambiental Urbana

A ocupação de espaços públicos expõe os grupos aos dilemas da precariedade urbana: o uso dos canteiros para necessidades fisiológicas por pessoas em situação de rua, o lixo acumulado, o pisoteio e o solo degradado ("solo ruim"). Sob a ótica de Acselrad (2008), esses espaços são cartografias de risco e precariedade, onde o coletivo agroecológico tenta intervir para ressignificar o território. A luta para manter os "exemplares plantados íntegros" — com perdas de mais da metade da produção — evidencia que a agroecologia urbana é um ato de persistência contra a degradação do ambiente construído.

C. Ameaças Externas e Segurança Territorial

A menção à "Milícia" como uma das dificuldades enfrentadas é um dado de extrema gravidade e relevância para a tese. Ela posiciona a agroecologia como uma prática que disputa o controle territorial em áreas de conflito armado, onde o

"plantar" pode ser visto como uma ameaça ao domínio de grupos criminosos. Somadas a isso, questões biossanitárias, como a "infestação de caramujos africanos" (*Achatina fulica*), trazem o desafio da saúde pública para dentro do manejo agroecológico, exigindo conhecimentos técnicos para lidar com espécies invasoras e vetores de doenças.

Em suma, ocupar esses espaços exige mais do que saber técnico botânico; exige uma práxis política de negociação e proteção. As lideranças apontam que a "ignorância das pessoas" sobre as práticas agroecológicas é um dos maiores obstáculos, pois impede que a comunidade vizinha atue como protetora do espaço. Como afirma Thiollent (1996), a pesquisa-ação nesses contextos deve prever estratégias de mediação de conflitos, pois a sobrevivência da horta está diretamente ligada à capacidade do grupo de navegar entre a burocracia universitária e a dura realidade das ruas do Rio de Janeiro.

Estratégias de Sobrevivência e Êxito: A Inteligência Coletiva no Asfalto

As estratégias bem-sucedidas relatadas pelas lideranças revelam que a agroecologia urbana é uma ciência da adaptação. Para superar os desafios impostos pelo solo compactado, pela poluição e pelo vandalismo, os grupos operam em duas frentes: a biotécnica (manejo da natureza) e a sociopolítica (mobilização da comunidade).

A. Táticas de Manejo e Reabilitação Ambiental

O sucesso do plantio em centros urbanos passa, obrigatoriamente, pela recuperação de solos degradados. O relato sobre o Manga Rosa (UERJ) detalha o uso de feijão-guandu (*Cajanus cajan*) para fixação de nitrogênio e a cobertura vegetal para proteger a biota do solo contra a compactação.

Sistemas Agroflorestais (SAF): Citados como proteção para plantações menores, os SAFs funcionam como "escudos" de biodiversidade.

Resiliência Vegetal: A estratégia de plantar "mudas de tamanho

avantajado" no caso de árvores é uma resposta direta ao risco de pisoteio e vandalismo, garantindo que a planta sobreviva à fase mais crítica.

Controle Biológico e Estético: O uso de plantas que afastam insetos e atraem polinizadores transforma a horta em um oásis sensorial, combatendo o "cheiro sujo da cidade" com aromas e beleza visual, o que facilita a aceitação pública.

B. Inovação Espacial e Tecnológica

As lideranças apontam o uso de agricultura vertical (pallets e estruturas suspensas) e telhados verdes (rooftop gardens) como formas de maximizar espaços limitados. A menção ao uso de técnicas sem solo (hidroponia/aeroponia) e à captação de água da chuva reforça a busca pela autossustentabilidade em ambientes onde o acesso à terra e à água potável é restrito. Como sustenta Thiollent (1996), essas são tecnologias sociais que nascem da necessidade prática de resolver problemas locais.

C. O Diálogo e o "Avisar que Iríamos"

No campo político, a estratégia mais eficaz citada é o trabalho coletivo e o diálogo construtivo. Uma fala potente destaca a tática de "ocupar todos juntos e avisar que iríamos", o que reduz o impacto do conflito inicial e estabelece uma posição de força e transparência. A criação de "parcerias de amizade" com agentes de órgãos públicos (como a Fundação Parques e Jardins), para além da hierarquia institucional, permite que os grupos naveguem na burocracia estatal com maior agilidade.

D. Pedagogia e Saberes Não Escritos

A afirmação de que as estratégias são "faladas, não escritas" remete diretamente à ecologia de saberes (SANTOS, 2010). A transmissão oral do conhecimento durante os mutirões garante que a técnica não se separe do afeto. O envolvimento comunitário e o "senso de pertencimento" são o que garantem a segurança do espaço: quando a vizinhança reconhece a horta como sua, ela passa a protegê-la.

A Métrica da Vida: Indicadores de Sucesso e Impacto Social

Medir o sucesso de um grupo agroecológico urbano exige o que as lideranças definem como uma mudança de paradigma: ir além da produtividade da terra para alcançar a "transformação social, ambiental, econômica e cultural". As respostas indicam que o sucesso é um processo vivo e participativo, medido pela interação e pelo pertencimento, e não apenas por métricas burocráticas que, como apontado, demandariam um financiamento e uma estatística raramente acessível a grupos voluntários.

A análise permite estruturar os indicadores de sucesso em quatro dimensões fundamentais:

A. A Dimensão Ético-Política e Contracolonial

O impacto mais profundo citado é a mudança de mentalidade. Para uma das lideranças, o sucesso está condicionado ao fim do racismo e do imperativo capitalista nas relações. Sob a ótica de Santos (2010), a agroecologia só atinge seu objetivo quando opera como um pensamento contracolonial. Portanto, um indicador de sucesso real é a presença e o protagonismo de corpos negros e saberes tradicionais nos espaços de decisão e representação, rompendo com a colonialidade do saber acadêmico.

B. Indicadores Sociais e de Engajamento

O "envolvimento direto da comunidade" é visto como o sinal mais evidente de êxito. O sucesso é medido quando a vizinhança deixa de ser espectadora e passa a ser parte: quando as plantas "não são destruídas, mas sim irrigadas e adubadas" pela própria comunidade. O crescimento do grupo, o engajamento popular e a formação de replicadores são as evidências práticas da estética relacional (BOURRIAUD, 2009), onde a horta se torna um nó de solidariedade e convivência.

C. Impactos Ambientais e de Bem-Viver

Do ponto de vista ambiental, o sucesso é visível na "recuperação de áreas degradadas" e na mudança de hábitos, como o descarte correto do lixo e o

reaproveitamento de alimentos. A agroecologia urbana impacta a vizinhança ao fortalecer a resiliência urbana contra ilhas de calor. Técnicas de pesquisa-ação (THIOLLENT, 1996), como o mapeamento participativo e os diários de campo, surgem como ferramentas para registrar o retorno de espécies nativas e a saúde do solo, transformando a observação do cotidiano em dado científico.

D. Dimensão Econômica e Alimentar

O sucesso econômico é lido como Soberania Alimentar: a redução de gastos familiares, a geração de renda pela venda de excedentes e o acesso a alimentos sem veneno. A criação de "livros-caixa comunitários" e a observação dos ciclos curtos de comercialização são estratégias para medir a viabilidade dessas ações. Para as lideranças, o impacto econômico é inseparável do bem-estar nutricional da comunidade vizinha.

A Batalha das Palavras: Agrotóxicos, Defensivos e a Semântica do Veneno

A Lei Federal n.º 7.802/1989, conhecida como a Lei dos Agrotóxicos, utiliza oficialmente o termo "agrotóxico" para definir:

"... os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas..."

Por que existem nomes diferentes?

Agrotóxico: É o termo técnico e legal no Brasil. Ele enfatiza a toxicidade da substância, deixando claro que se trata de um agente que pode causar danos à saúde humana e ao meio ambiente.

Defensivo Agrícola: É um termo de cunho comercial e publicitário. Ele busca suavizar a imagem do produto, sugerindo que a substância possui apenas a função de "defender" a lavoura contra pragas, omitindo os riscos colaterais.

Pesticida: Termo mais comum na língua inglesa (*pesticide*), focado no alvo (a praga/peste).

A análise das respostas sobre a distinção entre "agrotóxico" e "defensivo agrícola" revela um campo de disputa que vai além da química, atingindo a ética e a

política. Embora a maioria das lideranças afirme saber distinguir os termos, as definições variam entre a denúncia política e a tentativa de reclassificação técnica.

Podemos categorizar as percepções do grupo em três eixos principais:

A. A Desconstrução do Eufemismo e a Crítica Política

Para a maioria dos entrevistados, a distinção é meramente retórica: "Os dois são o mesmo, apenas uma troca de nome para parecer mais agradável". Esta visão corrobora a perspectiva da Justiça Ambiental (ACSELRAD, 2008), que identifica na linguagem um instrumento de poder. O uso do termo "defensivo" é lido como uma "retórica do agronegócio" para ocultar os malefícios à saúde. Uma liderança é enfática ao sugerir que a pesquisa não adote o termo "defensivo", mas sim "agrotóxicos ou venenos agrícolas", visando politizar o debate e expor a colonialidade do saber que tenta higienizar substâncias tóxicas.

B. A Ressignificação do "Defensivo" como Prática Ecológica

Um dado interessante surge quando alguns líderes tentam resgatar a palavra "defensivo" para descrever práticas da própria agroecologia. Eles definem defensivos como "produtos produzidos pelas próprias plantas" ou o uso de espécies companheiras, como os Tagetes (*Tagetes erecta*), para afugentar insetos. Aqui, o defensivo deixa de ser um produto químico industrial para se tornar uma estratégia biológica de ecologia de saberes (SANTOS, 2010). Nessa lógica, o "agrotóxico mata" e o "defensivo protege" por meio do equilíbrio sistêmico, e não do extermínio.

C. Confusão Conceitual e Impacto Ambiental

Algumas respostas revelam uma percepção de que os defensivos seriam uma "tecnologia mais cara e lenta para espantar animais", enquanto os agrotóxicos seriam mais agressivos. Essa distinção, embora tecnicamente imprecisa à luz da Lei 7.802/89 (que engloba ambos no mesmo controle legal), reflete a eficácia do marketing do agronegócio em criar uma gradação de "perigo" na mente dos sujeitos. No entanto, a consciência do impacto é clara: os entrevistados associam agrotóxicos ao "esgotamento do solo", à "contaminação de ecossistemas" e à alteração do sabor dos alimentos (Tabela 1).

Tabela 1 – Matriz de integração metodológica: relação entre as dimensões da pesquisa, técnicas de coleta de dados e fundamentação teórica aplicadas ao estudo da agroecologia e territorialidades socioambientais nas universidades públicas do Rio de Janeiro.

Termo Percebido	Visão da Liderança	Implicação na Tese
Agrotóxico	Veneno, agressivo, focado no extermínio (morte).	Alinhamento com a Lei 7.802/89 e rigor crítico.
Defensivo (Eufemismo)	Retórica, marketing, "maquiagem" do agronegócio.	Denúncia da manipulação da linguagem (Acselrad).
Defensivo (Ecológico)	Barreira viva, repelente natural (Tagetes), biológico.	Prática de manejo sustentável (Santos).
Pesticida	Forma de envenenamento do alimento.	Termo técnico internacional de impacto ambiental.

Fonte: Elaborado pela autora. 2026.

A Teia da Resistência: Territorialidades e Motivações

Ao analisarmos o reconhecimento dos grupos agroecológicos pelas lideranças, percebemos que o Manga Rosa (UERJ) não é uma iniciativa isolada, mas parte de uma "ecologia de coletivos". O alto índice de reconhecimento de grupos como o GAE (UFRRJ), projeto MUDA (UFRJ), ANA e o MST demonstra que essas lideranças possuem uma consciência de rede, essencial para a sustentabilidade política do movimento.

A. O Mapeamento da Rede: Da Academia ao Território

É notável a capilaridade da rede citada. Além dos projetos universitários tradicionais, as lideranças identificam coletivos que operam na linha de frente do combate ao racismo e à soberania alimentar, como a Coletiva As Caboclas, a Teia de Solidariedade da Zona Oeste e as hortas em favelas (Complexo da Penha e Alemão). Segundo Acselrad (2008), esse mapeamento constitui uma cartografia social de resistência, onde o território não é apenas um espaço geográfico, mas um espaço de luta e identidade.

B. Motivações: Entre o "Mexer na Terra" e a Raiz Ancestral

As motivações para participar desses grupos revelam uma busca por cura, aprendizado e transformação política:

Práxis Pedagógica: A vontade de transformar "espaços abandonados em lugares de conhecimento" e realizar "sonhos coletivos" reafirma o papel da horta como uma sala de aula aberta. Aqui, a educação não é formal, mas baseada na estética relacional (BOURRIAUD, 2009), onde o aprendizado ocorre no convívio e no mutirão.

Identidade e Ancestralidade: Um dos depoimentos mais potentes destaca a "raiz ancestral" e a participação de povos negros e indígenas na "defesa e cura". Isso reforça que a agroecologia urbana no Rio de Janeiro é também um processo de retomada de saberes marginalizados, uma ecologia de saberes (SANTOS, 2010) que reconhece na terra um instrumento de resistência histórica.

A Interdisciplinaridade: A menção à interação entre Biologia e Artes na UERJ mostra que a horta é um território de convergência de diferentes campos do saber, gerando um "campo novo de pesquisa" que é, ao mesmo tempo, acadêmico e empírico.

C. Permanência e Engajamento

O fato de a maioria dos entrevistados declarar que "permaneço no grupo" é um indicador de resiliência. Enquanto muitos projetos acadêmicos encerram-se com o fim de um período letivo ou de uma bolsa, a rede agroecológica carioca demonstra uma continuidade baseada em laços afetivos e objetivos comuns, como o "sonho de formar uma rede local de mutirões".

A Semântica do Bem-Viver: Sínteses e Horizontes da Agroecologia

Ao final das entrevistas, solicitou-se que cada liderança definisse a agroecologia em uma frase. O resultado é um mosaico de conceitos que revela que, para este grupo, a agroecologia não é apenas uma técnica agrônômica, mas uma filosofia de existência e um instrumento de justiça social. As definições podem ser agrupadas em três pilares fundamentais que dialogam com a sua fundamentação teórica:

A. A Ancestralidade e o Saber Sensível

A citação de Nego Bispo trazida por uma das lideranças — "quem não se emociona com a cantiga de um pássaro não tem um modo de viver agradável" — desloca a agroecologia do campo meramente produtivo para o campo do afeto e da cultura. Conforme sustenta Santos (2010), a ecologia de saberes manifesta-se no reconhecimento de que o batuque, a comida e o terreiro são partes indissociáveis do ecossistema. A agroecologia é vista como uma forma de "cura" e "raiz ancestral", onde o saber científico se curva à sabedoria do "bem-viver".

B. A Política da Dignidade e a Crítica ao Sistema

Muitas frases carregam um forte componente de denúncia: "Levaram as hortas pra longe da cidade pra adoecer o povo". Esta percepção reforça a luta contra a invisibilidade territorial (ACSELRAD, 2008), denunciando o projeto urbano que desconecta o cidadão da terra como uma estratégia de adoecimento coletivo. A agroecologia surge, então, como "dignidade alimentar", "fome zero" e uma "causa justa para todos os seres do planeta", reafirmando sua face de "bandeira política e ciência".

C. A Coletividade e o Equilíbrio Vital

O conceito de Ubuntu ("Eu sou porque nós somos") e a definição da agroecologia como um "tecer de um mundo novo" demonstram que o sucesso do movimento é indissociável da coletividade. Para os líderes, a diversidade (biológica e humana) é o que garante a produtividade e a sustentabilidade, unindo as

dimensões técnica, afetiva e política da prática agroecológica (Figuras 22, 23 e 24). A agroecologia é "vida", "amor pelo que se faz" e o "respeito ao ecossistema", conectando a "natureza de fora com a nossa natureza interna".

Figura 22 - Representação das narrativas que compreendem a agroecologia como uma tecnologia de manejo regenerativo, enfatizando a exclusão de insumos químicos e a promoção da saúde ambiental e humana como pilares da segurança alimentar nos territórios estudados.

I. Técnica e Saúde Sistêmica	1. "É o cultivo da terra sem o uso de substâncias que agriam a nossa saúde e a saúde do planeta." 2. "Produção de alimentos limpos, sem veneno, respeitando os ciclos da natureza." 3. "Técnica de manejo que recupera o solo e garante a segurança alimentar." 4. "Uma forma de plantar que cura a terra e quem dela se alimenta." 5. "Sistema de produção sustentável focado na biodiversidade e nutrição."
-------------------------------------	---

Fonte: Dados da pesquisa, frases dos entrevistados do Mapeamento de Grupos de Agroecologia, 2026.

Figura 23 - Consolidação de falas que revelam a dimensão subjetiva da prática agroecológica, onde o cultivo da terra é percebido como um resgate ancestral e uma "trama de afetos" que fortalece a autonomia e o cuidado coletivo nas universidades e nos quintais urbanos.

II. Filosofia de Vida e Afeto	1. "A agroecologia é o resgate da nossa ancestralidade e da nossa conexão com a terra." 2. "É um modo de vida baseado no cuidado com todas as formas de existência." 3. "É plantar amor e colher autonomia nos quintais e nas universidades." 4. "Sentir a terra e entender que somos parte de um organismo vivo." 5. "Afeto em forma de alimento e cuidado com o território."
--------------------------------------	--

Fonte: Dados da pesquisa, baseados em relatos literais de lideranças comunitárias e acadêmicas, 2026.

Figura 24 - Síntese das definições que posicionam a agroecologia como ferramenta de luta política e territorial, evidenciando o papel da produção de alimentos na ocupação de vazios urbanos e no enfrentamento às lógicas do agronegócio por meio da soberania popular.

III. Justiça Social e Resistência	1. "É uma ferramenta política para combater a fome e ocupar os vazios da cidade com vida." 2. "Um ato de resistência contra o agronegócio e a favor da soberania popular." 3. "É a ciência que nasce no chão e se faz voz na luta por territórios mais justos." 4. "Soberania alimentar é o direito de decidir o que e como plantar."
--	---

Fonte: Dados da pesquisa, frases dos entrevistados do Mapeamento de Grupos de Agroecologia, 2026.

CONCLUSÃO

A investigação realizada permitiu compreender que a agroecologia, quando praticada por grupos universitários, constitui uma força significativa na produção de novas territorialidades socioambientais no contexto urbano do Rio de Janeiro. Longe de ser apenas um conjunto de técnicas agrícolas, a agroecologia emerge como prática social, cultural, política e espacial, capaz de reorganizar relações entre pessoas, saberes, ecossistemas e infraestruturas urbanas. Ao analisar as experiências desenvolvidas nas universidades, observou-se que os grupos agroecológicos mobilizam múltiplos repertórios — científicos, tradicionais, comunitários e afetivos — que reconfiguram a maneira como os espaços urbanos são percebidos, ocupados e ressignificados.

Essa ressignificação revela que o campus universitário, muitas vezes visto sob uma ótica estritamente funcionalista ou burocrática, abriga em si "Territorialidades em Disputa" (SILVA, 2025). A presença de hortas e jardins produtivos não representa apenas uma mudança na paisagem, mas a afirmação de uma "ciência viva" que transborda os laboratórios para se materializar no solo. Como discutido desde as primeiras inquietações sobre o "Cultivo no Jardim Antropofágico" (SILVA, 2019a), plantar na universidade é um ato de "devorar" as fronteiras entre o saber acadêmico e a vida cotidiana, transformando o ato de cultivar em uma ferramenta pedagógica de resistência e autonomia.

Observou-se, ao longo deste percurso, que a força desses coletivos reside na criação de "Espaços Relacionais" (SILVA, 2019c), onde a horizontalidade e o mutirão substituem a hierarquia tradicional. Essas redes de solidariedade, que conectam estudantes, técnicos e o entorno urbano, funcionam como laboratórios de cidadania ativa. Ao final, esta pesquisa demonstra que as "Territorialidades Socioambientais" (FORTUNATO et al., 2025) tecidas pela agroecologia são fundamentais para enfrentar as crises contemporâneas, provando que a universidade pública, quando se abre ao plantio e ao diálogo de saberes, torna-se um polo de regeneração social e ambiental essencial para o futuro das cidades.

Essa hibridização de saberes, ao consolidar o sentimento de pertencimento, revela que a agroecologia urbana não é um fenômeno isolado, mas uma resposta sistêmica à crise de desconexão entre o habitante e o seu território. A investigação

confirmou que a universidade, ao acolher essas novas espacialidades, deixa de ser apenas uma "ilha de saber" para se tornar um nó vital em uma rede de resiliência. Conforme apontado na 3ª CMMA Rio (SILVA, 2024), o impacto dessas práticas transborda a escala local: os dados aqui sistematizados sugerem que o conhecimento gerado nos mutirões possui força para subsidiar diretrizes de gestão metropolitana, transformando o "fazer agroecológico" em um modelo replicável de governança urbana participativa.

Portanto, a consolidação desse "sentimento de comum" em torno da terra não se encerra na colheita, mas se desdobra em uma inteligência coletiva que reposiciona o papel da universidade pública no século XXI. Observou-se que a circulação de saberes em redes digitais e presenciais, conforme explorei ao organizar o II Seminário de Meio Ambiente (SILVA, 2023), funciona como uma infraestrutura social invisível, mas potente, que sustenta os grupos em períodos de adversidade institucional. Essa rede de apoio mútuo prova que a agroecologia é, fundamentalmente, uma tecnologia social de aproximação, capaz de converter a competição urbana em colaboração interdisciplinar e solidária.

Sob essa perspectiva, conclui-se que o verdadeiro legado dessas iniciativas não reside apenas na recuperação de solos degradados, mas na regeneração do tecido social acadêmico e vizinho. A pesquisa demonstra que, ao integrar o alimento e o biológico na rotina da cidade, os grupos agroecológicos oferecem uma alternativa concreta à racionalidade burocrática. Esta tese reafirma que a universidade pública, imbuída dessa sensibilidade socioambiental, torna-se um território de experimentação democrática, onde o direito à cidade e o direito à natureza se fundem em uma prática cotidiana de esperança e soberania.

Essa dimensão política e insurgente, ao reivindicar o solo urbano, revela que a universidade pública atua como um solo fértil para a experimentação de novas gramáticas de cidadania. Ao tensionar os modelos excludentes de urbanização, os coletivos agroecológicos demonstram que o "uso do território pelo cuidado" não é uma utopia, mas uma estratégia de sobrevivência e resistência já em curso. Conforme discutido anteriormente em Fortunato et al. (2025), essa articulação entre múltiplos atores consolida uma territorialidade que não aceita o isolamento acadêmico, exigindo que a produção de conhecimento seja indissociável da transformação da realidade vivida no entorno.

Nesse sentido, o acúmulo teórico e prático desta investigação sugere que a

institucionalização dessas iniciativas deve ser encarada como uma prioridade de gestão. A necessidade de políticas públicas que reconheçam esses "laboratórios vivos" foi um ponto central na minha contribuição para a 3ª CMMA Rio (SILVA, 2024), onde ficou evidente que a agroecologia urbana carece de marcos regulatórios que protejam o uso da terra contra a especulação e a descontinuidade administrativa. Os resultados desta tese reforçam que o fortalecimento desses grupos é, na verdade, um investimento na resiliência da cidade, pois cada canteiro cultivado funciona como um nó de segurança alimentar e um polo de educação ambiental permanente.

A partir dessas evidências, conclui-se que a transição para cidades mais democráticas e ambientalmente equilibradas passa, obrigatoriamente, pela valorização desses saberes periféricos e acadêmicos que se cruzam na horta. A sistematização das contribuições do PPGMA (SILVA, 2023) para uma sociedade sustentável reafirma que o papel da pós-graduação é fornecer as ferramentas científicas para que essas práticas insurgentes se tornem políticas públicas sólidas. O legado desta pesquisa é a confirmação de que, ao semear a agroecologia no concreto da universidade, estamos germinando novas formas de governança que colocam a vida, o alimento e o bem comum acima da lógica meramente burocrática do espaço urbano. Essa apropriação ativa, alicerçada em relações afetivas e na construção coletiva, confirma que o território não é uma porção de terra estática, mas um processo vivo de produção de identidade. Como explorei ao definir os "Espaços Relacionais" (SILVA, 2019c), a permanência dessas práticas ao longo do tempo, mesmo sob condições adversas, prova que a agroecologia cria raízes que ultrapassam a camada física do solo, instalando-se no imaginário e na memória política dos participantes. Entretanto, a pesquisa revelou que a resistência desses grupos não deve ser romantizada, uma vez que ela é testada diariamente por uma estrutura institucional que, muitas vezes, ignora a complexidade dessas territorialidades.

A constatação da burocracia e da escassez de recursos como entraves centrais demonstra uma desconexão entre o discurso sustentável das universidades e a prática cotidiana nos seus campi. Observou-se que a "disputa territorial" interna — que muitas vezes prioriza o concreto em detrimento do cultivo — é um reflexo do que apresentei sobre as "Territorialidades em Disputa" (SILVA, 2025): uma colisão entre a racionalidade administrativa e a insurgência do cuidado. No entanto, a

persistência desses coletivos, que se reinventam para superar a falta de apoio técnico, evidencia que a criatividade é uma tecnologia social de sobrevivência. É o que discutimos na análise das "Territorialidades Socioambientais" (FORTUNATO et al., 2025): a escassez não paralisa o grupo, mas o obriga a fortalecer redes externas e diálogos interdisciplinares.

Portanto, os problemas identificados nesta investigação servem como um diagnóstico urgente para a gestão acadêmica. A necessidade de transpor essas barreiras burocráticas foi um tema que levei à 3ª CMMA Rio (SILVA, 2024), defendendo que o reconhecimento institucional não pode ser apenas simbólico, mas deve traduzir-se em infraestrutura, fomento e segurança jurídica para o plantio. Conclui-se que superar esses obstáculos exige que a universidade assuma a agroecologia não como um projeto efêmero, mas como uma política de permanência e saúde pública, integrando as lições de sustentabilidade do PPGMA (SILVA, 2023) à sua própria estrutura organizacional, garantindo que a inovação socioambiental não dependa apenas do sacrifício individual, mas de um compromisso institucional sólido com o comum.

Por fim, foi possível compreender como esses grupos constroem força política em seus contextos, transformando a universidade em um epicentro de resistência e inovação. A articulação em redes, a participação em conselhos e a parceria com movimentos sociais, aliadas à produção de conhecimento crítico, mostraram-se práticas fundamentais para ampliar sua legitimidade e capacidade de incidência. Conforme evidenciei na minha atuação junto à 3ª CMMA Rio (SILVA, 2024), essa força política reside na síntese entre a ação prática no chão da horta e a reflexão teórica que desafia as estruturas estabelecidas, permitindo que a agroecologia seja reivindicada como um campo estratégico não apenas para o ensino, mas para a gestão das cidades.

Conclui-se que a agroecologia praticada nas universidades do Rio de Janeiro não apenas altera espacialidades locais, mas produz territorialidades socioambientais de caráter educativo e político, capazes de redesenhar a relação entre cidade, ambiente e sociedade. Ao promover o encontro entre a ciência e a tradição, esses grupos inauguram formas inovadoras de habitar o espaço urbano, apontando para modelos de urbanização mais inclusivos e participativos. Como explorado ao longo desta jornada — desde as reflexões iniciais sobre o "Cultivo no Jardim Antropofágico" (SILVA, 2019a) até o mapeamento das "Territorialidades em

Disputa" (SILVA, 2025) —, a agroecologia universitária afirma-se como uma ferramenta poderosa para transformar os processos de produção do espaço no século XXI.

Diante desse cenário, esta tese conclui que os grupos agroecológicos desempenham um papel transformador ao criar territórios baseados no cuidado e na cooperação, desafiando a lógica excludente das metrópoles contemporâneas. Seus desafios e conquistas, sistematizados e discutidos no âmbito do PPGMA (SILVA, 2023) e em colaboração com pares como Fortunato et al. (2025), gritam pela urgência de políticas públicas que valorizem e institucionalizem essas iniciativas. Reconhecer a agroecologia urbana é, em última análise, um compromisso ético com o futuro: um caminho essencial na construção de cidades mais justas, sustentáveis e profundamente comprometidas com a dignidade da vida em todas as suas dimensões.

As vozes das 14 lideranças entrevistadas confirmam que o Projeto Manga Rosa (UERJ) e seus parceiros não estão apenas cultivando alimentos; estão, primordialmente, forjando territórios de liberdade e resistência no coração da metrópole carioca. A análise revela que a agroecologia urbana, para além de um conjunto de técnicas agronômicas, constitui uma resposta prática e urgente à crise socioambiental contemporânea. Ao unir o rigor acadêmico à sensibilidade ancestral, esses sujeitos subvertem a lógica do asfalto, transformando espaços residuais em polos de ecologia de saberes (SANTOS, 2010), onde a diversidade biológica é indissociável da diversidade humana e cultural.

A pesquisa evidencia, contudo, que esse "tecer de um mundo novo" enfrenta obstáculos estruturais profundos. A persistência do racismo ambiental na divisão do trabalho — onde o corpo negro permanece no cultivo enquanto a representação acadêmica se mantém majoritariamente não negra — impõe o desafio ético de uma agroecologia que seja, de fato, contracolonial. Somadas a isso, a invisibilidade institucional e a escassez de políticas públicas e financiamento relegam essas iniciativas a uma zona de precariedade voluntária, exigindo que as universidades públicas assumam um papel colaborativo que ultrapasse a mera autorização de uso do solo, garantindo suporte logístico, técnico e financeiro permanente.

Em última análise, o sucesso das ações agroecológicas nos centros urbanos não pode ser mensurado por métricas de produtividade convencionais, mas sim pelo fortalecimento da soberania alimentar, pela regeneração dos afetos e pela

disseminação de saberes, como o reconhecimento das PANC. O impacto nas comunidades vizinhas e a resiliência demonstrada nas ocupações de espaços como o estacionamento da UERJ e o HUPE provam que a agroecologia é uma práxis de cura e de ocupação política. Como sintetizado pelas lideranças, "enquanto nosso pensamento não for contracolonial, não haverá agroecologia"; portanto, esta tese reafirma que o futuro das cidades depende da nossa capacidade de ouvir o pássaro e o batuque, cultivando a vida com o propósito ético de que "nós somos porque a terra é".

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008. 168p.
- ALIER, J. M. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. In: O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. 2011. p. 379-379.
- ALTIERI, M. A. Agroecology. The Scientific Basis of Alternative Agriculture, p. 5, 1995.
- ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2002.
- ALTIERI, M.; NICHOLS, C. Agroecologia: princípios e estratégias para a agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- ANDRADE, O. Manifesto Antropófago. Revista de Antropofagia, n. 1, 1928.
- AUGÉ, M. Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papius, 1994.
- BARBIER, R. A pesquisa-ação na instituição educativa. J. Zahar, 1985.
- BERNARD, H. R. Research Methods in Anthropology: Qualitative and Quantitative Approaches. 5. ed. Lanham: AltaMira Press, 2011.
- BERTAUX, D. The Life Story Approach: Qualitative Narrative Research. Paris: Sage, 2005.
- BORLAUG, N. E. Ending world hunger. The promise of biotechnology and the threat of antiscience zealotry. Plant Physiology, v. 124, n. 2, p. 487-490, 2000.
- BOURDIEU, P. As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BOURRIAUD, N. Estética relacional. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRANDÃO, C. R. Pesquisa-Ação e Educação Popular. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL. Decreto n.º 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Brasília, 2012.

BRASIL. Lei n.º 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica. Brasília, 2003.

BRASIL. Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei n.º 10.831/2003. Brasília, 2007. BRASIL. Lei n.º 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica é lançado no Dia Mundial da Alimentação. Brasília: MDA, 2024a.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. Planos nacionais de abastecimento alimentar e de agroecologia e produção orgânica são lançados pelo governo federal. Brasília: Secretaria-Geral, 2024b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Plano Nacional de Abastecimento Alimentar “Alimento no Prato”. Brasília: MDA, 2024c.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Governo Federal entrega medidas de abastecimento e produção orgânica. Brasília: MDA, 2024d.

CANCLINI, N. G. Industrias culturales y globalización: procesos de desarrollo e integración en América Latina. Estudios internacionales, pp. 90-111, 2000.

CANCLINI, N. G. A sociedade sem relato: antropologia e estética da iminência. São Paulo: Edusp, 2015.

CAPORAL, FR; COSTABEBER, J. A Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre:[sn], 2004.

CARDOSO, C. F. História do poder, história política. Estudos Ibero-Americanos, v. 23, n. 1, p. 123-141, 1997.

CASTANHO, R. B.; TEIXEIRA, M. E. S. A evolução da agricultura no mundo: da gênese até os dias atuais. *Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium*, Ituiutaba, v. 8, n. 1, p. 136-146, 2017.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

COSTA, A. P. et al. Abordagem Etnográfica: Uma Metodologia, Muitas Possibilidades De Uso Em Pesquisas. *Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade*, v. 11, n. 2, p. 206-213, 2018.

DA COSTA, M. B. B. et al. Agroecologia no Brasil–1970 a 2015. *Agroecología*, v. 10, n. 2, p. 63-75, 2015.

EMERSON, R. M.; FRETZ, R.; SHAW, L. *Writing Ethnographic Fieldnotes*. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 2011.

FERRAROTTI, F. História e histórias de vida. Natal: EDUFRRN, 2014. FILHO, A. G. S. Série Pioneiras: Ana Maria Primavesi. In: Série Pioneiras: Ana Maria Primavesi. Ceará, 11 de maio de 2022. Disponível em: <https://progep.ufc.br/pt/serie-pioneiras-ana-maria-primavesi/#:~:text=A%20cientista%20brasileira%20Ana%20Maria,estimulada%20pelo%20amor%20%C3%A0%20natureza>. Acesso em: 1 ago. 2023.

FISHER, R. A.; FISHER, R. A. *The design of experiments*. 8. ed., New York: Hafner, 1971. FOOD, TO SUSTAINABLE. *The 10 elements of agroecology*. 2018.

FORTUNATO, R. A. et al. Territorialidades socioambientais na agroecologia: resistências no espaço público. In: FORTUNATO, R. A.; FERREIRA, F. P. M.; CHUEIRI, D. M. A. (org.). *Territorialidades socioambientais: Perspectivas e desafios no estado do Rio de Janeiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: IOLE, 2025. v. 1, p. 119-135.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. In: *Microfísica do poder*. 2005. p. 295-295.

FOUCAULT, M. *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977*. 1980.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIRARDI, E. Agroecologia urbana e conflitos territoriais. São Paulo: Annablume, 2016.

GLIESSMAN, S. R. et al. Agroecología: promoviendo una transición hacia la sostenibilidad. Ecosistemas, v. 16, n. 1, 2007.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001

GUZMÁN CASADO, G. I.; MOLINA, M. G. Introducción a la agroecología como estrategia de desarrollo rural sostenible. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2001.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HARVEY, D. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução: Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 294 p. Novos Cadernos NAEA, v. 23, n. 3, 2020.

ILLICH, I. A convivencialidade. Rio de Janeiro: Eldorado, 1976.

KAPLAN, R.; KAPLAN, S. The Experience of Nature: A Psychological Perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

KINCHELLOE, J. L.; McLAREN, P. Pesquisa-ação: uma abordagem crítica. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). KINUPP, V. F.; LORENZI, H. Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) no Brasil: guia de identificação, cultura e receitas. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2014.

KOZINETS, R. Netnography: Doing Ethnographic Research Online. London: Sage, 2010.

LATOUR, B. Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012.

LEFEBVRE, H. The production of space (1991). In: The people, place, and space reader. Routledge, 2014. p. 289-293.

LEFF, E.; VIEIRA, P. F. Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, v. 3, n. 1, p. 36-51, 2002.

LEIVA, C. S. La agricultura y la ciencia. Idesia (Arica), v. 32, n. 3, p. 03-05, 2014.

MAFFESOLI, M. O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. In: O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. 1998.

MALINOWSKI, B. Argonautas do pacífico ocidental. Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

MANZINI, E. J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S. (Orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina:eduel. p.11-25. 2003.

MAY, T. Pesquisa social: questões, métodos e processos. Porto Alegre, Artemed. 2001.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. In: O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 1992. p. 269-269.

MILLER, D. Materiality. Durham: Duke University Press, 2005.

MORGAN, D. Focus Groups as Qualitative Research. 2. ed. London: Sage, 1997.

MOREIRA, P. F. Por uma comida sem veneno: ambientalismo, contracultura e formação do movimento agroecológico no Rio de Janeiro na redemocratização (1979-1985). 2022. 136f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022.

NAGIB, G. O espaço da agricultura urbana como ativismo: alternativas e contradições em Paris e São Paulo. 2020. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PRIMAVESI, A. Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais. NBL Editora, 2002.

RANCIÈRE, J. A partilha do sensível: estética e política. São Paulo: Editora 34, 2009.

RATZEL, F. O solo, a sociedade e o Estado. Revista do departamento de geografia, v. 2, p. 93-101, 1983.

RUA, J. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. Revista Campo-Território, Uberlândia, v. 1, n. 1 fev., p. 82–106, 2006.

SACK, R. D. Human territoriality: its theory and history. CUP Archive, 1986.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, B. S. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. In: A gramática do tempo: para uma nova cultura política. 2010. p. 511-511.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. Cadernos Ippur, v. 2, p. 15-25, 1999.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. Edusp, 2002.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Eds.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. Editora Expressão Popular, 2009.

SCHÜTZE, F. Biographieforschung und narratives Interview. Neue Praxis, v. 3, p. 283–293, 1992.

SCHMITT, C. J. Circuitos agroalimentares e desenvolvimento territorial. Rio de Janeiro: Mauad, 2015.

SEDA, P. Sociedades “Sem História” - Antiga da América. Das Américas, Núcleo de Estudos das Américas. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ed. 3, 2010.

SEVILLA, E. G. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 3, p. 18-28, 2002.

SILVA, F. M. et al. Educação ambiental em uma instituição de ensino superior de Alagoas: redução e reciclagem de resíduos sólidos. 2020.

SILVA, M. N. Manga Rosa UERJ. Dissertação de Monografia. IART UERJ, Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, M. N. Técnicas de sobrevivência: práticas de arte colaborativa em agroecologia. Dissertação de mestrado. PPGARTES UERJ. 2021.

SILVA, M. N. Cultivo no jardim antropofágico. In: LOPES, D. S.; SOUZA, J. M.; NASCIMENTO, R. T. (orgs.). Educação em disputa: 1º encontro de estudantes de pós-graduação da Uerj. Rio de Janeiro: UERJ DECULT, 2019. v. 1, p. 4-332.

SILVA, M. N. Espaços Relacionais. Rio de Janeiro, 2019. Apresentação em conferência.

SILVA, M. D. N.; MARTINS, R. L. UERJ em Dia Nº 957. [Entrevista de Rádio/TV]. Rio de Janeiro: UERJ Media, abr. 2019. SILVA, M. D. N. (org.). II Seminário de Meio Ambiente: As contribuições e impactos das produções acadêmico-científicas do PPGMA para uma sociedade sustentável. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2023. Anais.

SILVA, M. D. N. Pré-Conferência de Meio Ambiente da Zona Norte - 3ª CMMA Rio. [Consulta de Políticas Públicas]. Rio de Janeiro, 2024.

SILVA, M. D. N. Territorialidades em disputa: Reapropriações cotidianas no ambiente universitário. In: XII ENANPPAS - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Anais... [S.l.: s.n.], 2025.

SHIVA, V. ¿Quién alimenta realmente al mundo? El fracaso de la agricultura industrial y la promesa de la agroecología. Capitán Swing Libros, 2020. SPRADLEY, James P. Participant Observation. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1980.

SWYNGEDOUW, E. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e a ecologia política do metabolismo urbano. In: ACSELRAD, H. (Org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 99-122.

THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-ação. Cortez Editora, 7ª edição, São Paulo, 1996.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Educação e pesquisa, v. 31, p. 443-466, 2005.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo sobre percepções, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

VYGOTSKY, L. S. et al. A formação social da mente. São Paulo, v. 3, 1984.

WEBER, M. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora UnB, 1991. Bibliografia sites: COTIC-UFRRJ. Ensino. Disponível em: <<https://institucional.ufrj.br/fazendinha/ensino/>>. Acesso em: 24 out. 2025.

COTIC-UFRRJ. Agroecologia - Apresentação. Disponível em: <<https://ctur.ufrj.br/agroecologia-apresentacao/>>. Acesso em: 24 out. 2025.

COTIC-UFRRJ. Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em: <<https://institucional.ufrj.br/agroecologia/>>. Acesso em: 24 out. 2025.

CULTIVANDO EM REDE: EDUCAÇÃO POPULAR, AGROECOLOGIA E SAÚDE EM UM TERRITÓRIO DO RIO DE JANEIRO-RJ. Disponível em: <https://www.unirio.br/ppgsan/dissertacoes-1/2022/DISSERTACAORAIANE_PPGSAN%20UNIRIO.docx%20-2-%20-1.pdf/view>. Acesso em: 24 out. 2025.

DE ALVEAR, C. A. S. Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social - MUDA. Disponível em: <<https://nides.ufrj.br/index.php/programas/muda>>. Acesso em: 24 out. 2025.

DE OLIVEIRA, J. V. M. M. et al. Experiência da Rede de Agroecologia da UFRJ fornecendo Chaya (Cnidioscolus aconitifolius) para o Restaurante Universitário da UFRJ. Cadernos de Agroecologia, v. 19, n. 1, 2024.

EVEN. VI Semana de Agroecologia da UFRJ. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/vi-semana-de-agroecologia-da-ufrj-327714/>>. Acesso em: 24 out. 2025.

Governo Federal lança Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. (2024, October 16). Ministério da Agricultura e Pecuária. <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/2024/governo-federal-lanca-plano-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica>

HIGOR. MUDA. Disponível em: <https://www.drhima.poli.ufrj.br/laboratorios/labmuda>. Acesso em: 24 out. 2025.

Horta medicinal na Uerj-ZO une saúde, ensino e sustentabilidade. Disponível em: <https://www.diretoaoportunidade.uerj.br/noticias/por-dentro-dos-campi/horta-medicinal-na-uerj-zo-une-saude-ensino-e-sustentabilidade/>. Acesso em: 14 jan. 2025.

LIMÃO, Projeto Capim; COMPLETO, Ver Meu Perfil. Projeto Capim Limão. Disponível em: <http://projetcapimlimao.blogspot.com/>. Acesso em: 24 out. 2025.

Projeto Agroecologia para todos. Disponível em: <https://www.unirio.br/nupsa/Projetos%20projeto-utilizando-agroecologia-para-o-incentivo-a-agricultura-sustentavel>. Acesso em: 24 out. 2025.

Projeto cria Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. (n.d.). Portal da Câmara dos Deputados. Retrieved December 6, 2025, from <https://www.camara.leg.br/noticias/1009772-PROJETO-CRIA-POLITICA-NACIONAL-DE-AGROECOLOGIA-E-PRODUCAO-ORGANICA>

UFRJ, Politécnica. Laboratório Vivo de Agroecologia e Permacultura. Disponível em: <https://www.poli.ufrj.br/laboratorio/laboratorio-vivo-de-agroecologia-e-permacultura/>. Acesso em: 24 out. 2025. Disponível em: <https://agroecologymap.org/pt-BR/accounts/manga-rosa-uerj>. Acesso em: 24 out. 2025.

ANEXO - Perguntas das entrevistas

Mapeamento de Grupos de agroecologia ligados ao Projeto Manga Rosa UERJ

Você está sendo convidado(a) a participar do estudo “JARDINS ACADÊMICOS: CONSTRUINDO TERRITORIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO RIO DE JANEIRO”, que está sendo realizado no Rio de Janeiro e receberá de Monique das Neves Silva, pesquisadora/doutoranda, com orientação do professor doutor Rafael Angelo Fortunato (coordenador do Doutorado interdisciplinar em Meio Ambiente da UERJ- PPGMA) responsável por sua execução, as seguintes informações que o farão entender sem dificuldades e sem dúvidas os seguintes aspectos:

Este estudo se destina a entender como ocorre a formação de grupos de agroecologia no município do Rio de Janeiro, focando nas principais dificuldades e como conseguem força política ao construírem novas territorialidades; considerando que a importância deste estudo contribuir com a proposta agroecológica urbana, ampliando às organizações, movimentos e redes, com soberania, saúde coletiva, economia solidária, justiça ambiental e segurança alimentar; que os resultados que se desejam alcançar são gerar ambiente e produtos relacionais para envolver o público nas diferentes dimensões de observação, colaboração e consumo; utilizar os espaços ociosos como lugares de convívio; tendo início planejado do projeto em 2021 e terminar em abril de 2026.

Você participará deste estudo respondendo perguntas em uma entrevista semiestruturada; a característica desta entrevista traz questionamentos básicos de teorias e hipóteses que se relacionam com o tema da pesquisa.

Os benefícios previstos com a sua participação serão: a estrutura organizacional e a resposta ao comportamento dos grupos que se reúnem para desenvolverem processos de agroecologia e suas interações relacionais, observando ações de todos os envolvidos na proposta, com objetivos de buscar compreender, descrever, explicar os fenômenos sociais e culturais a que os indivíduos e grupos estão sujeitos. O participante tem a possibilidade de acesso à pesquisa quando sentir necessidade, inclusive o conhecimento dos resultados obtidos com a mesma. O

princípio da confidencialidade dos participantes envolvidos na pesquisa está resguardado, assim como sua identidade. Esta pesquisa poderá ser gravada por áudio e/ou vídeo para utilização futura no estudo. Você poderá desistir de participar a qualquer momento sem nenhum ônus, apenas informar a pesquisadora antes do prazo final da pesquisa que está descrita acima, tendo direito à retirada do consentimento a qualquer instante durante o estudo sem que haja qualquer tipo de prejuízo ao participante. Telefone para contato: (21) 98685-7946, e-mail: monique.uerj.ufrj@gmail.com.

1. E-mail
2. Nome completo (sem abreviações)
3. Faixa Etária
4. Gênero
5. Cor
6. Escolaridade
7. Já participou de mutirão agroecológico em alguma universidade ou comunidade?
8. Qual Universidade Ou Comunidade?
9. O que motivou a participar?
10. Qual foi sua função?
11. Já fez ou faz parte de algum grupo de agroecologia?
12. Qual o nome do grupo que participa ou participou? *
13. Por quais motivos entrou no grupo?
14. O grupo de agroecologia que participa é:
15. Em que ano entrou no grupo?
16. Em que ano saiu?
17. Há quanto tempo se envolve com agroecologia?
18. Cite algumas dificuldades e problemas relacionados ao movimento agroecológico do seu ponto de vista:
19. Já ouviu falarem sobre a ideia de usar os jardins, terrenos baldios, ocupações para a produção de alimentos?
20. Onde e quando ouviu falar?
21. Marque de quais desses grupos agroecológicos já ouviu falar:

Manga Rosa UERJ

GAE – Grupo de Agricultura Ecológica - UFRRJ

LaVaPer - Laboratório Vivo de Agroecologia e Permacultura

ANA - Articulação Nacional de Agroecologia

Projeto Capim-limão - UFRJ

MÃE - Mutirão de Agricultura Ecológica - UFF

Projeto MUDA - Mutirão de Agroecologia UFRJ

Feira Agroecológica da UFRJ

Muda Maré

REDE de Agroecologia UFRJ

Espaço de Vivência Agroecológica Geomata

FAU - Feira Agroecológica da UERJ

Horta Comunitária Grajaú

Espaços Verdes ESDI

GABU - Grupo de Agroecologia Boldinho da Urca

Horta do Vinil

AFU - Agrofloresta da Urca

Horta Govz ao pé de letras

Hortinha da PV - Praia Vermelha

Planta na Rua

Mercado Fundação Sustentável

MST - Movimento dos Sem-Terra

Associação Indígena Maracanã

AARJ - Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro

Rede Carioca de Agricultura Urbana

Coletivo Zarabatana

CNA - Coletivo Nacional de Agricultura Urbana

FBSSAN - Fórum Brasileiro de Soberania Alimentar e Nutricional

Outro:

22. Já ouviu falar em plantas alimentícias não convencionais (PANC)?

23. Quais plantas alimentícias não convencionais (PANC) conhece?

24. Já se envolveu no processo de plantio de plantas alimentícias não convencionais?

25. Em quais locais esse plantio foi desenvolvido?

26. Houve resistência inicial da comunidade ao processo de plantação no espaço do mutirão?

27. Houve apoio da comunidade para o processo de plantação?
28. Como as instituições acadêmicas apoiam ou facilitam esses esforços agroecológicos no seu ponto de vista?
29. Qual o papel colaborativo das universidades públicas do Rio de Janeiro nos coletivos agroecológicos?
30. Já fez ou participou de alguma ocupação de plantação em espaços públicos?
31. Quais dificuldades foram enfrentadas durante a ocupação desses espaços (caso tenha ocupado algum)?
32. Como os grupos agroecológicos podem impactar as comunidades vizinhas?
33. Quais estratégias foram bem-sucedidas em superar desafios ao plantar em um centro urbano?
34. Como os grupos agroecológicos podem medir o sucesso e o impacto de suas ações nas comunidades vizinhas?
35. Você sabe distinguir a diferença entre um agrotóxico e um defensivo agrícola?
36. Qual a diferença entre defensivos e agrotóxicos no seu ponto de vista?
37. Escreva uma frase que para você representa a agroecologia

APÊNDICE A – MAPEAMENTO TERRITORIAL

Sistematização Territorial

A tabela abaixo apresenta os coletivos e iniciativas agroecológicas, destacando sua localização e período de formação.

Grupo Coletivo /	Instituição Unidade /	Endereço de Referência	Início
GAE	UFRRJ - Seropédica	Rodovia BR-465, km 07, Seropédica.	1983
LaVaPer	UFRJ - CT	Av. Athos da Silveira Ramos (Estacionamento Bloco A).	2000
Projeto Capim Limão	UFRJ - Fundão	Praça Jorge Machado Moreira, 100.	2006
MÃE	UFF - Praia Vermelha	Campus da Praia Vermelha, Boa Viagem, Niterói.	2007
Projeto MUDA	UFRJ - CT	Av. Athos da Silveira Ramos, 149, bloco A.	2009
Manga Rosa UERJ	UERJ - Maracanã	Rua São Francisco Xavier, 524. Maracanã.	2012
Espaço Geomata	UFRJ - Fundão	Av. Athos da Silveira Ramos, 274.	2015

Espaços Verdes ESDI	UERJ - Lapa	Rua do Passeio, 80 (ou Rua Joaquim Silva).	2017
Hortinha da PV	UNIRIO - Urca	Av. Pasteur, 250. Urca.	2018
Horta Govz	UFRJ - Letras	Bosque da Faculdade de Letras, Fundão.	2018

APÊNDICE B - MAPAS PADRÃO E VIA SATÉLITE

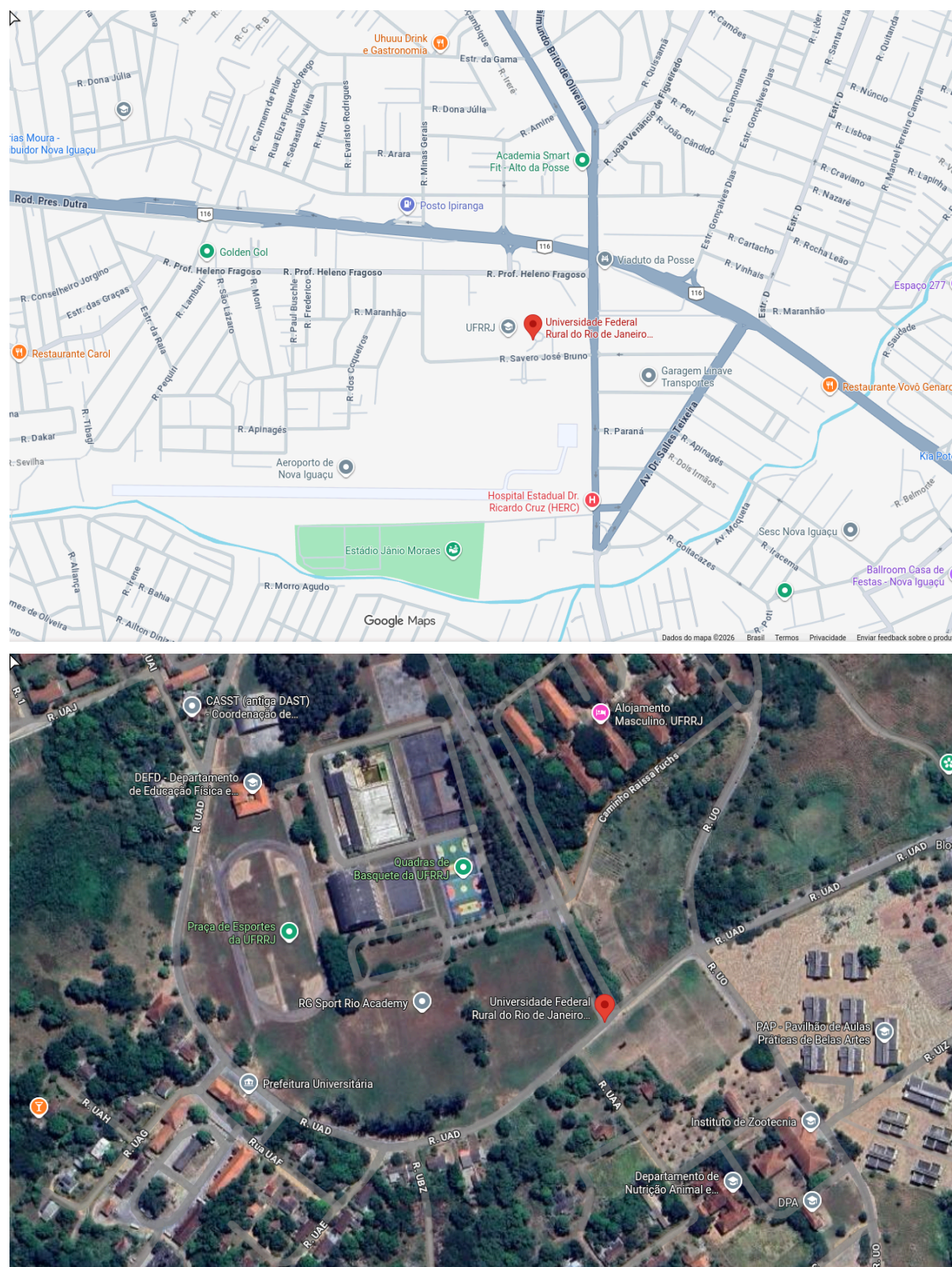


Figura A1: mapeamento do GAE (UFRRJ) no Campus Seropédica. Fonte: Google Maps. 2026.



Figura A2: localização do LaVaPer, Espaço Geomata e Projeto MUDA no Centro de Tecnologia (UFRJ), cidade universitária. Fonte: Google Maps. 2026.



Figura A3: mapa do espaço do Projeto Capim Limão no Campus do Fundão (UFRJ). Fonte: Google Maps. 2026.

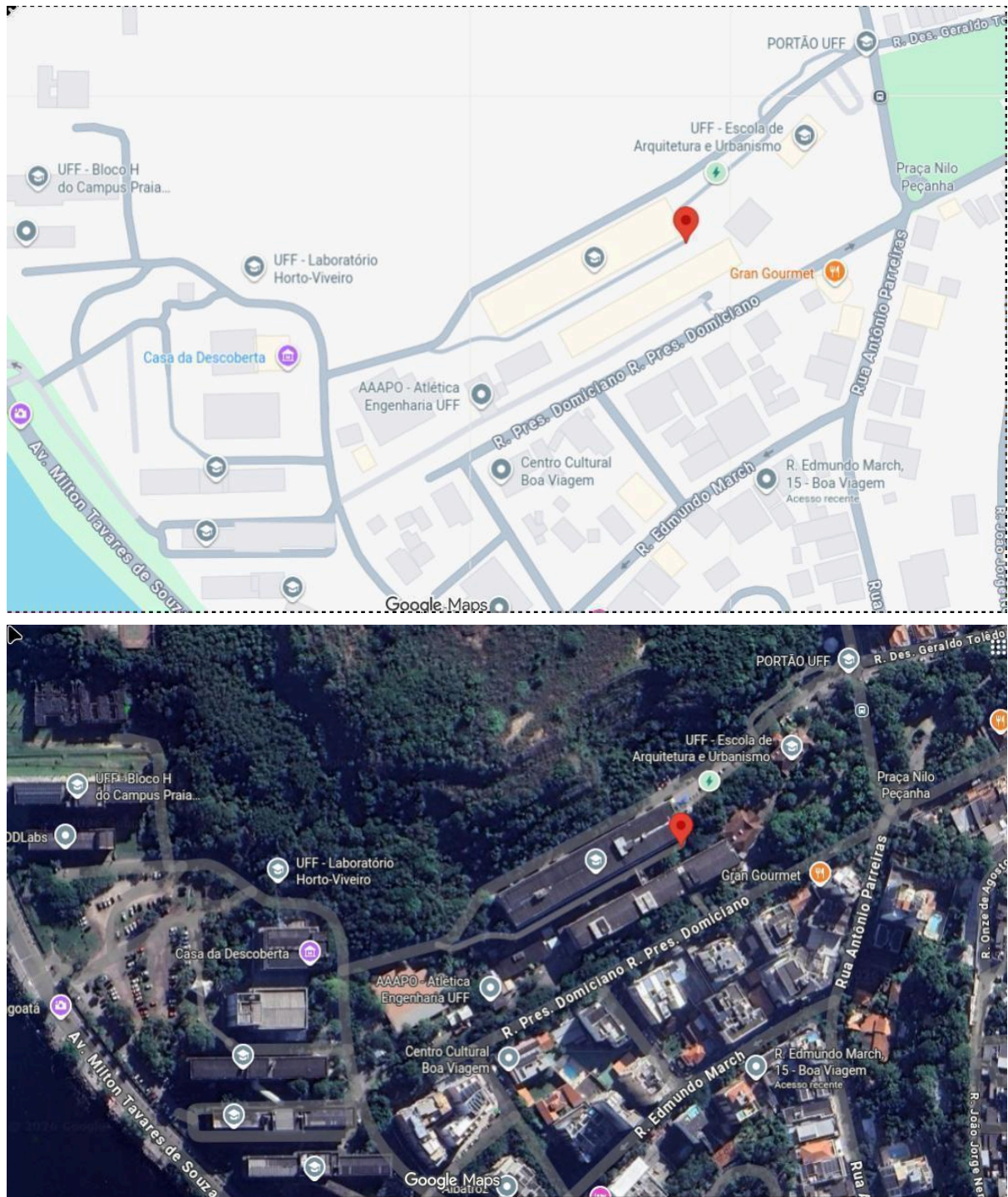


Figura A4: Universidade Federal Fluminense (UFF, Campus Praia Vermelha).
Fonte: Google Maps. 2026.

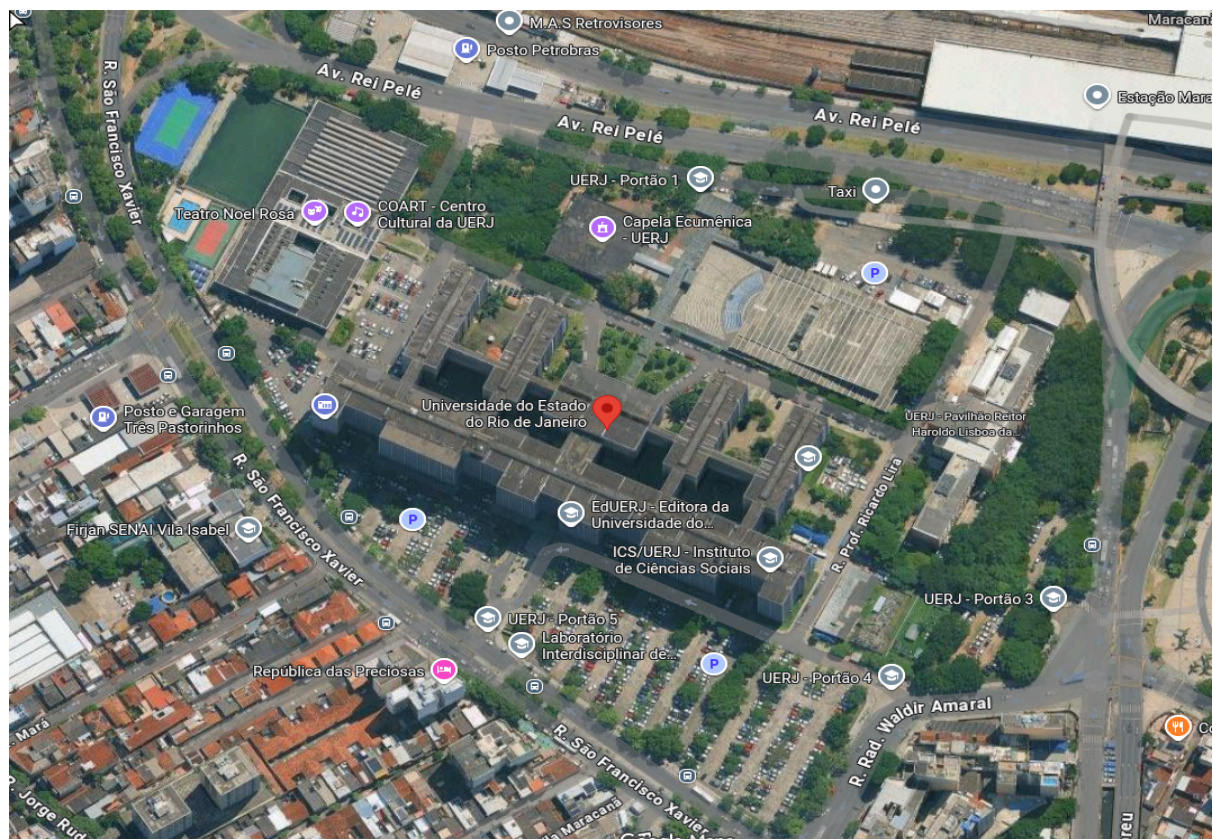
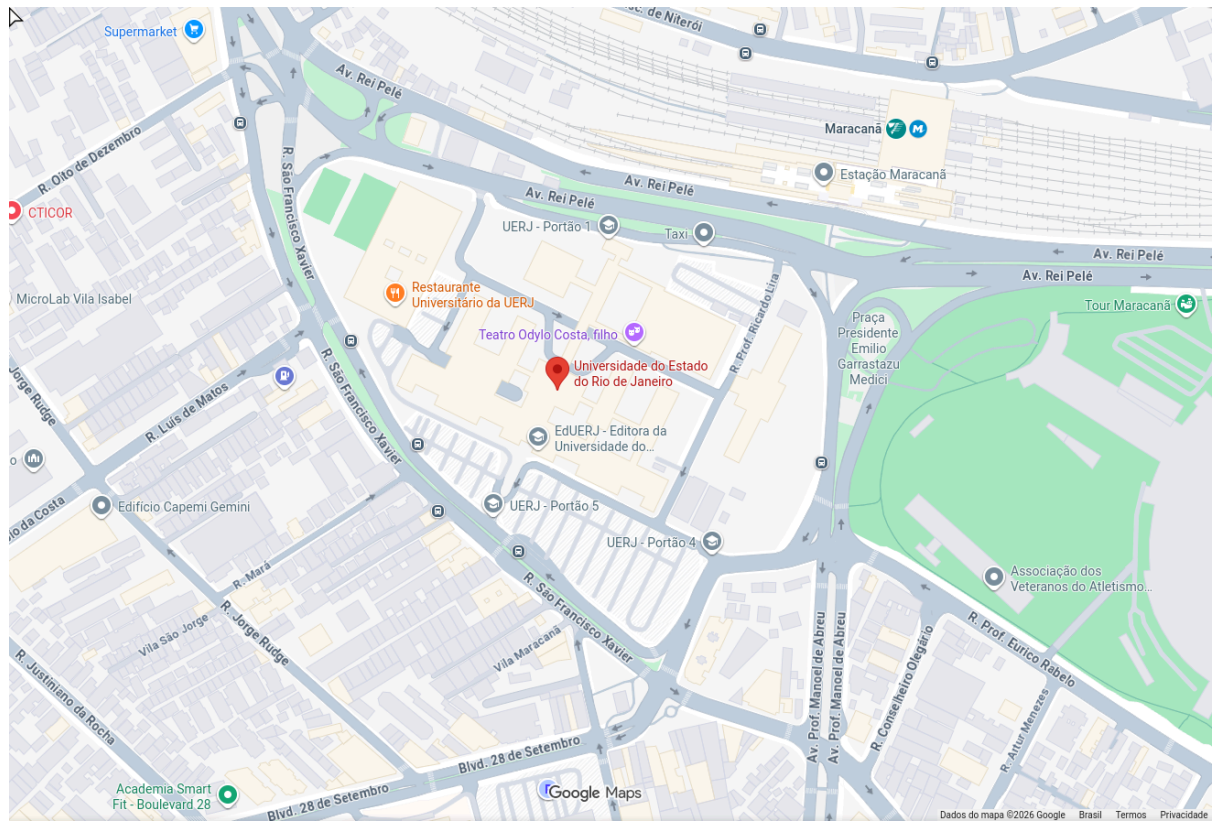


Figura A5: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Campus Maracanã).
Fonte: Google Maps. 2026.

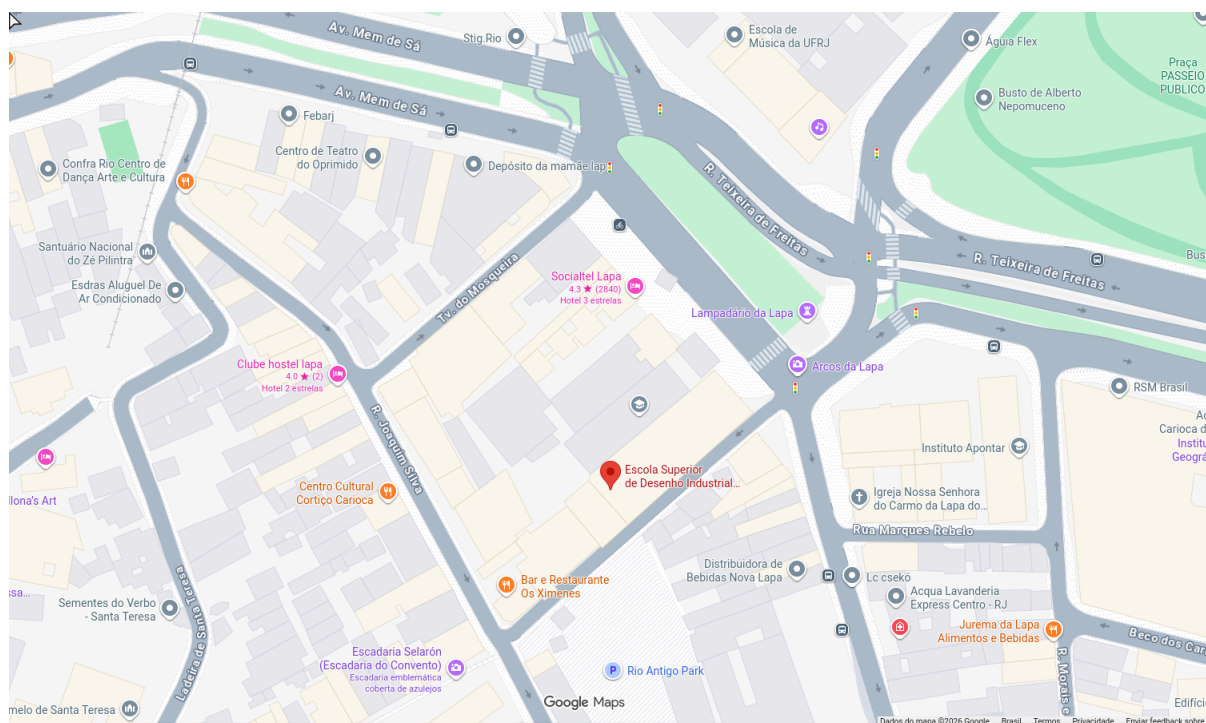


Figura A6: Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI - UERJ). Fonte: Google Maps. 2026.

APÊNDICE C - REGISTRO DE TELA DE APRESENTAÇÕES EM EVENTOS



Imagem - colagem de fotos autoral de mutirões, e encontros agroecológicos - 2015 a 2018.



Imagem - colagem de fotos autoral de mutirões, e encontros agroecológicos - 2015 a 2018.

COLHEMOS O QUE PLANTAMOS



Imagem - colagem de fotos autoral de plantas colhidas na UERJ - 2015 a 2018.



Imagem - colagem de fotos autoral de plantas colhidas na UERJ - 2015 a 2018.

O JARDIM COMO HETEROTOPIA: GESTÃO COMPARTILHADA E ESFORÇOS DE RECUPERAÇÃO



Imagem - colagem de slide apresentação em congresso. Jardim da UERJ e concha acústica. Imagem autoral. 2018.

I ENCONTRO NACIONAL DE AGRICULTURA URBANA - ENAU - 2015

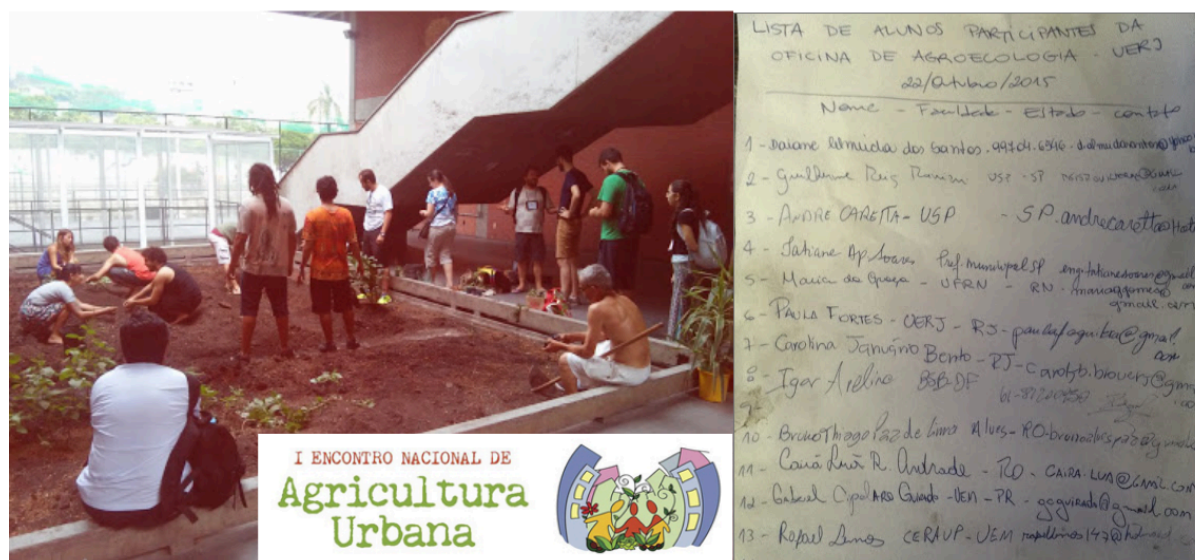


Imagem - ENAU UERJ no canteiro de artes e lista de presença com participantes de diversos estados do Brasil - 2015.

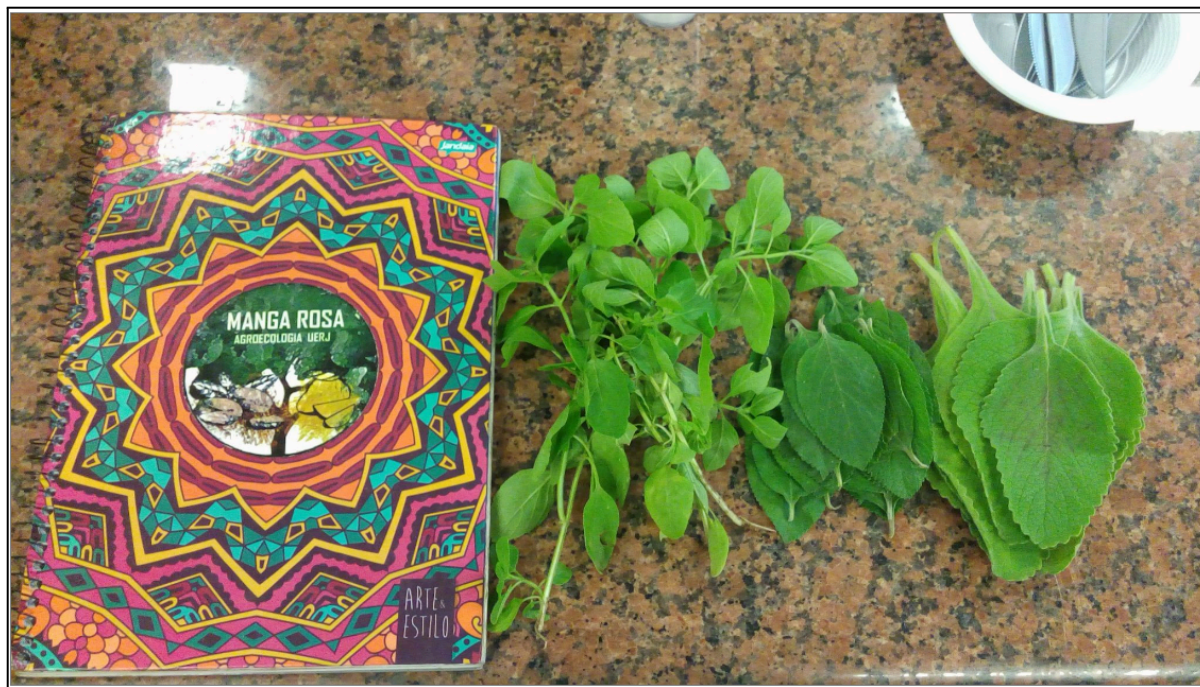


Imagem - caderno de campo com folhas de manjericao, erva-cidreira e boldo, restaurante universitário UERJ. 2017.



Imagem - periódicos UERJ em Dia com matérias a respeito do grupo agroecológico na universidade. 2016 a 2018.

INFORMATIVO SOBRE
PANC'S - PLANTAS
ALIMENTÍCIAS NÃO
CONVENCIONAIS



Chaya

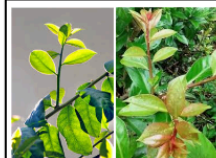
Cnidoscolus aconitifolius

Família: Euphorbiaceae

Origem: México

Se reproduz por estaquias. É um alimento com ação antibiótica e excelente complemento alimentar. Suas folhas tem cálcio, ferro, fósforo, fibras, magnésio, proteínas, vitamina C e minerais. Só deve ser consumida cozida. As folhas podem ser usadas também como emplasto em abscessos. PANC (Planta Alimentícia Não Convencional)

 @mangarosauerj
 @mangarosauerj
 @grupodeagroecologiauerj
 mangarosa.uerj@gmail.com



Ora-Pro-Nóbis

Pereskia aculeata

Família: Cactaceae

Origem: Américas

Extremamente rica em ferro e proteína, apresenta aminoácidos essenciais destacando a lisina que fortalece o sistema imunológico.

Suas folhas são consumidas refogadas, em omeletes, sopas, bolinhos, chás e saladas. desidratada pode fazer farinha que ajuda na desnutrição. Comer bastante folhas cruas tem efeito laxante suave.

Propaga-se por estaquias.

 @mangarosauerj
 @mangarosauerj
 @grupodeagroecologiauerj
 mangarosa.uerj@gmail.com



BOLDO

Seu nome científico é *Peumus boldus* Molina



O boldo serve para tratar má digestão, problemas do fígado, litíase biliar, gota, obstipação, cistite, flatulência, dor de cabeça e suores frio. O boldo é uma planta medicinal, também conhecida como boldo-do-chile, boldo-afragans ou boldo-verdadeiro, muito utilizada como remédio caseiro para o fígado.

CAPIM-LIMÃO

Seu nome científico é *Cymbopogon citratus*



Antibacteriano, calmante, diurético, antiespasmódico, analgésico, expectorante, antidepressivo, digestivo, desinfetante, repelente de insetos. Melhora retenção de líquidos, dor muscular e insônia, melhora irritação, dor de cabeça, febre, tosse, pressão alta, cólica menstrual e diarreia. Controla oleosidade da pele.

Para o chá: 1 colher de chá das folhas picadas de capim-limão numa xícara e cobrir com água fervente. Tapar, esperar amornar, coar e beber a seguir.

Tomar de 3 a 4 xícaras por dia.

MUTIRÃO PANDÊMICO ESDI UERJ 2021

Informações do mutirão

Espaços Verdes ESDI/UERJ

ESDI

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UERJ

Lista dos participantes

Vitória Meirelles (Design - turma 55)
João Pedro Durán (Design - turma 55)
Helena Belay (Design - turma 56)
Ana Mel Naciff (Design - turma 57)
Mauricio José Costa de Oliveira (Design - turma 57)
Pedro Cruz (Design - turma 57)
Monique das Neves Silva (Manga Rosa - pós - UERJ)

Preencher a lista com suas informações.
Aqui também!

Lista ficará com a segurança;
 Entrada pela rua do Passeio, 80;
 Mutirão começa às 9 horas;

Imagem - slide do mutirão dos espaços verdes ESDI UERJ. 2021.



Imagem - slide do mutirão dos espaços verdes ESDI UERJ. 2021.



Imagem - slide do mutirão dos espaços verdes ESDI UERJ. Fotografia Horta 2016 da ESDI. 2021.



Imagem - slide do mutirão dos espaços verdes ESDI UERJ. Fotografia Horta 2017 da ESDI. 2021.



Imagem - slide do mutirão dos espaços verdes ESDI UERJ. Fotografia Horta 2021 da ESDI. 2021.

Lista das mudas de plantas

- Hortelã (8 unidades)
- Menta (10 unidades)
- Erva Cidreira (6 unidades)
- Artemisia (8 unidades)
- Arruda (4 unidades)
- Cebolinha (10 unidades)
- Salsinha (8 unidades)
- Ora-pro-nobis (11 unidades)
- Pimentinhas (11 unidades)
- Mostarda (20 unidades)
- Pimentão (3 unidades)
- Alface roxo (6 unidades)
- Alface crespo (4 unidades)
- Jiló (8 unidades)
- Couve (8 unidades)
- Peixinho da horta (5 unidades)

Lista de sementes:

- Vinagreira
- Abóbora
- Citronela (8 unidades)
- Malvavisco (3 unidades)
- Margaridão (5 unidades)
- Pitaya (1 unidade)
- Abacaxi (alguns)
- Tomate (3 unidades)
- Physalis (10 unidades)
- Amora (5 unidades)
- Mamão (2 unidades)
- Juçara (1 unidade)
- Taioba (2 unidades)
- Aipim (alguns)

Fique a vontade adicionar suas plantinhas que vai levar :P

Imagem - slide do mutirão dos espaços verdes ESDI UERJ. Lista de mudas de plantas e sementes. 2021.

Contato



espacosverdesesdi@gmail.com



[Facebook.com/espacosverdesesdi](https://www.facebook.com/espacosverdesesdi)



Grupo do Espaços Verdes

Espaços Verdes

ESDI



Imagem - slide do mutirão dos espaços verdes ESDI UERJ. Contatos do Espaços verdes ESDI. 2021.

Canteiros Experimentais

Manga Rosa UERJ



Monique das Neves Silva

Imagem - Slide de apresentação de simpósio sobre Canteiros experimentais. Fonte autoral. 2018.

Eventos produzidos pelo grupo

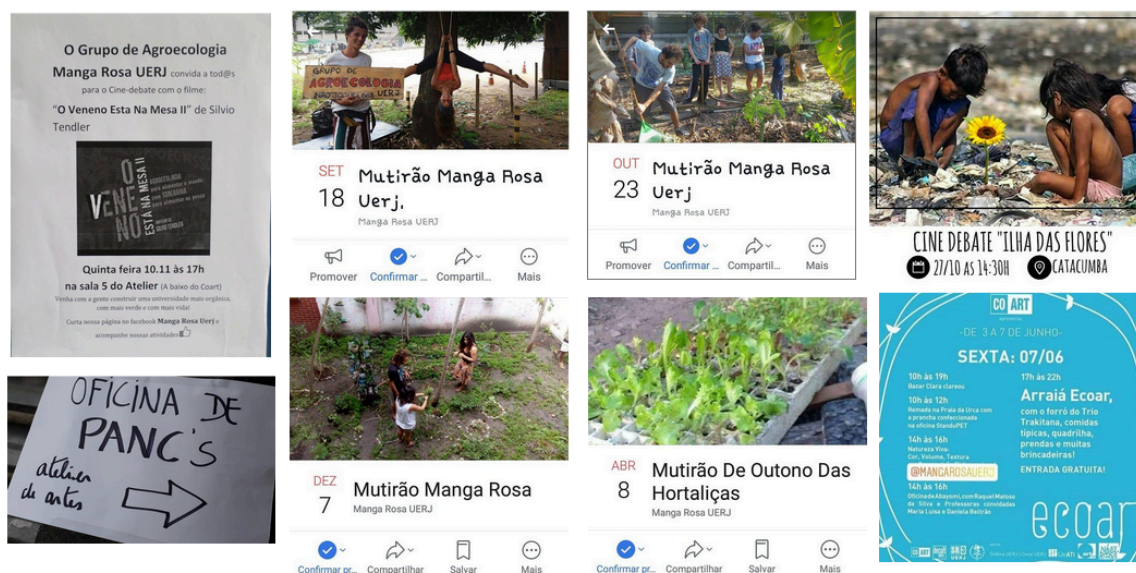


Imagem - colagem de eventos produzidos pelo grupo de agroecologia UERJ - Fonte: acervo de pesquisa. 2016 a 2020

“A NATUREZA É PERENE; NÓS SOMOS EFÊMEROS”

CANTEIROS UERJ MARACANÃ



Imagem - transformação dos espaços de produção agroecológica na UERJ. Fotos: autorais. 2015 a 2020.

ENANPPAS USP 2025

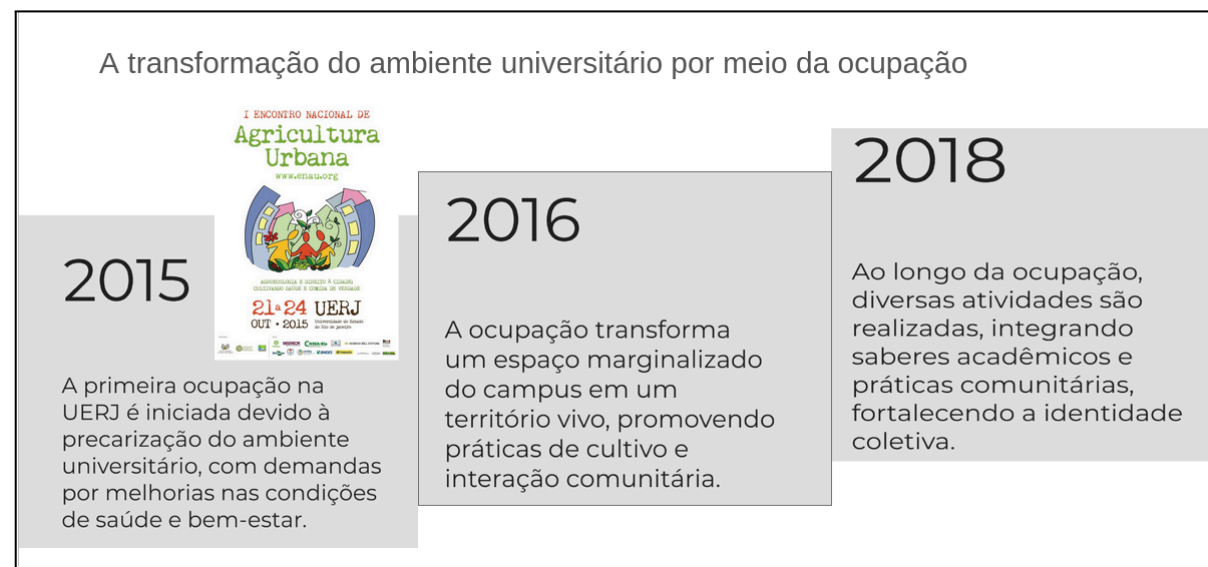


Imagem - Slide ENANPPAS 2025.

A Produção Territorial como Base de Identidade

A produção territorial é um processo que se reflete na formação de identidades coletivas, onde o espaço vivido se torna um elemento central na construção de pertencimento. A interação contínua dos indivíduos com seu ambiente permite que as relações sociais e culturais se consolidem, promovendo uma identidade que é compartilhada e vivida no dia a dia.

The collage includes:

- A sign for "PROJETO DE AGROECOLOGIA DA UERJ" with a drawing of a bird.
- A sign for "MANGAROSA PROJETO DE AGROECOLOGIA UERJ" with a drawing of a mango.
- A sign for "OFICINA DE PANC'S" with the text "atelier de antes" and an arrow pointing right.
- A photograph of a garden bed with various plants and a watering can.
- A photograph of a table with several green mangoes and a small basket.

Imagem - Slide ENANPPAS 2025.



Atividades Diárias e o Território

As atividades do dia a dia, como trabalho, lazer e mobilidade, são fundamentais na construção do território, refletindo a forma como os indivíduos se apropriam do espaço e estabelecem conexões com ele. O território é, portanto, um produto das práticas sociais.

Imagem - Slide ENANPPAS 2025.

Relações Sociais e Territorialidade

As interações cotidianas entre indivíduos e seu ambiente físico moldam a maneira como o território é percebido e utilizado. Essas relações não se restringem a aspectos físicos, mas incluem significados sociais e culturais que influenciam a identidade coletiva da comunidade.



Imagem - Slide ENANPPAS 2025.

Influências Externas na Construção da Identidade Coletiva

A identidade coletiva é também influenciada por fatores externos, como políticas públicas e intervenções urbanas, que podem modificar o espaço e, por conseguinte, a percepção de pertencimento. Assim, a luta por um território é, muitas vezes, uma luta por reconhecimento e valorização da cultura local, criando tensões entre a identidade coletiva e as imposições externas.

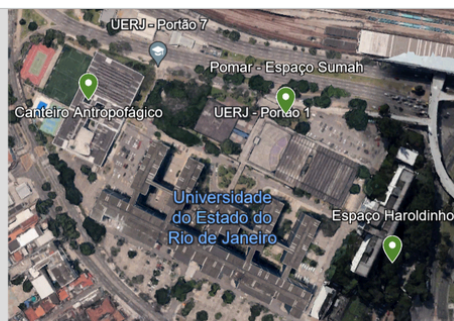


Imagem - Slide ENANPPAS 2025.



Imagem - captura de tela UERJ. Fonte: Google Maps. 2026.

Transformações e Relações de Poder

Transformações econômicas e políticas influenciam diretamente a produção do espaço, exigindo uma compreensão crítica das relações de poder envolvidas na territorialidade.

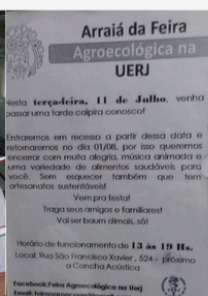
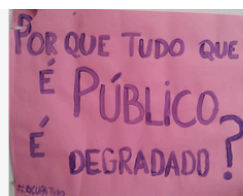


Imagem - Slide ENANPPAS 2025.

Agroecologia Urbana como Exemplificação

A agroecologia urbana é um exemplo prático que ilustra a conexão entre saberes geográficos, sociais e ambientais, promovendo práticas sustentáveis e colaborativas.



Imagem - Slide ENANPPAS 2025.

Articulação Interdisciplinar

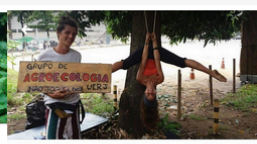
A articulação de saberes de diferentes disciplinas é essencial para abordar a complexidade das questões territoriais, promovendo um diálogo enriquecedor entre as áreas de estudo.



ABR 8 Mutirão De Outono Das Hortaliças
Manga Rosa UERJ



FEV 26 Introdução às PANC's : Agroecologia e Diversidade
Manga Rosa UERJ



SET 18 Mutirão Manga Rosa Uerj.
Manga Rosa UERJ



Imagem - Slide ENANPPAS 2025.

Relação entre Arte e Espaço

Ao abordar questões de espacialidade, a arte transforma a percepção do ambiente, permitindo que as pessoas se conectem de maneira mais profunda com os lugares que habitam. As obras artísticas convidam à reflexão e à participação, gerando um sentimento de pertencimento e comunidade, além de fomentar discussões sobre os direitos ao espaço e à cidade.



Imagem - Slide ENANPPAS 2025.

QUALIFICAÇÃO DOUTORADO 2023



Fonte:

<https://agroecologiaemrede.org.br/wp-content/uploads/2021/09/MemriadaAgroecologiaAT27-scaled.jpg>

Espaços Verdes - ESDI UERJ



Fotos: da autora. Outubro de 2021

Imagem - Slide ENANPPAS 2025. Espaços Verdes ESDI. Fonte: acervo de pesquisa. 2025.

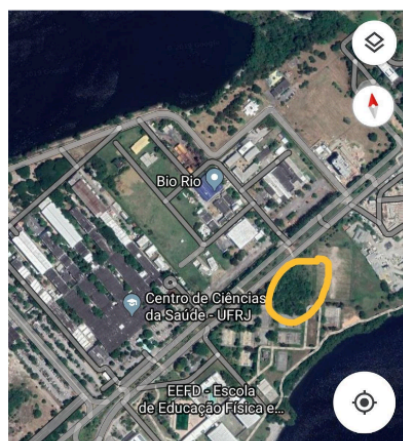
Projeto MUDA UFRJ



Fonte: <https://www.facebook.com/mudaufjr/photos>

Imagem - Slide ENANPPAS 2025. Projeto MUDA UFRJ. Fonte: acervo de pesquisa. 2025.

Projeto Capim Limão UFRJ



Fonte: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=399167504534106&set=a.399167471200776>

Imagem - Slide ENANPPAS 2025. Projeto Capim Limão, UFRJ. Fonte: acervo de pesquisa. 2025.



Fonte: <https://redeagroecologia.uff.br/um-pouco-da-nossa-historia/>

Imagem - Slide ENANPPAS 2025. Rede Agroecológica UFF. Fonte: acervo de pesquisa. 2025.

Rede Agroecológica UFF



Projeto MUDA Maré UFRJ



Fonte: <https://rioonwatch.org.br/?p=44093>

Imagem - Slide ENANPPAS 2025. Projeto MUDA Maré UFRJ. Fonte: acervo de pesquisa. 2025.

Composteira e a relação com reciclagem



Imagem - Composteiras aeróbicas e anaeróbicas UERJ. Fonte: autoral. 2015 a 2018.



JARDIM COMO LABORATÓRIO

O PAISAGISMO MODERNO DE FERNANDO CHACEL VIVIDO
COMO LUGAR PÚBLICO NA UNIVERSIDADE

MONIQUE DAS NEVES SILVA

Imagem - Slide congresso Jardim como Laboratório. Fonte: autoral. 2020.

Grupos acadêmicos



Imagem - logomarcas e logotipos dos grupos de agroecologia acadêmicos. Fonte: acervo de pesquisa. 2026.

Apoiadores dos grupos



Imagem - logomarcas e logotipos dos apoiadores dos grupos de agroecologia acadêmicos. Fonte: acervo de pesquisa. 2026.



EMAIL: monique.uerj.ufrj@gmail.com

mangarosa.uerj@gmail.com

Instagram: @mangarosauerj

Facebook: Manga Rosa UERJ <https://www.facebook.com/AgroecologiaUERJ>